**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA
COMUNICAÇÃO**

EDUARDO YOSHIO NUNOMURA

O mensalão impresso
o escândalo político-midiático
do governo Lula
nas páginas de *Folha e Veja*

**São Paulo
2012**

EDUARDO YOSHIO NUNOMURA

O mensalão impresso

**o escândalo político-midiático
do governo Lula
nas páginas de *Folha e Veja***

**Dissertação apresentada à Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de
mestre em Ciências da Comunicação**

**Área de Concentração: Estudo dos Meios
e da Produção Mediática**

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Bucci

**São Paulo
2012**

Nome: NUNOMURA, Eduardo Yoshio

Título: O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo
Lula nas páginas de *Folha e Veja*

Dissertação apresentada à Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de mestre
em Ciências da Comunicação

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

As minhas meninas Adriana, Laís e Tarsila

Agradecimentos

Foi na vivência das redações de jornais e revistas que obtive a motivação necessária para iniciar minha jornada no mundo acadêmico, e, portanto, reconheço que sem elas as homenagens que seguem nem existiriam. Esta dissertação representa os frutos de um esforço coletivo, mas desde já assumo a responsabilidade sobre seus erros. O apoio e a dedicação do Prof. Dr. Eugênio Bucci, que me aceitou como orientando, foram vitais para a conclusão desta pesquisa. Suas críticas e sugestões como orientador enriqueceram não só o trabalho final, mas também fortaleceram a formação intelectual deste “jovem” pesquisador. Deixo ainda o meu muito obrigado:

Ao Prof. Dr. André Singer, cujo trabalho acadêmico tem ajudado a explicar as transformações da sociedade brasileira, que antes só percebia sob a ótica dos repórteres. Também à Prof. Dr. Heloiza Mattos, que no meio deste percurso fez observações substanciais e generosas para esta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo e, em especial, aos seus dedicados funcionários.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, pela concessão de uma bolsa de estudos.

A Bruno Paes Manso, Felipe Polydoro e Haroldo Ceravolo Sereza, profissionais de gabarito e brilhantes pesquisadores, por fazerem a leitura crítica do trabalho.

Aos jornalistas Jotabê Medeiros e Pedro Alexandre Sanches, com quem comungo muitas visões deste Brasil.

Ao meu irmão, Sergio, devoto cientista da Amazônia, por suas explicações de última hora. A minha irmã, Silvia, que mesmo morando tão distante se faz presente.

A minha querida mãe, por ter sempre me apoiado nas horas emergenciais e, acima de tudo, pela força que me move. Ao meu pai, que mesmo tendo partido cedo de minha vida me ensinou princípios e valores que carregarei até hoje.

As minhas filhas pequenas, Laís e Tarsila, e minha esposa, Adriana, fontes de alegria infinita, a quem peço desculpas pelas horas a menos de brincadeiras e passeios.

RESUMO

NUNOMURA, E. **O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de *Folha e Veja*, 2012.** 210 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Esta dissertação buscou analisar a cobertura do jornal *Folha de S.Paulo* e da revista *Veja* sobre o escândalo político-midiático do mensalão, no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ela abrange a relação entre imprensa e política, a partir da perspectiva da teoria social do escândalo político de J.B. Thompson, que mostra não só a importância dos meios de comunicação de massa, como também a sua influência crescente no processo político. Para a análise quantitativa, foram levantadas informações com base nos critérios de seleção (“valor-notícia”), agendamento (“agenda setting”) e enquadramento (“framing”) do noticiário. Para a qualitativa, adotou-se o método dos “pacotes interpretativos” de Gamson e Modigliani. Como forma de referenciar as conclusões, este trabalho aplicou o mesmo tipo de metodologia em um escândalo político-midiático do governo de Fernando Henrique Cardoso, o caso dos grampo do BNDES e dossiê Cayman, além de um período anterior e outro posterior aos episódios estudados de cada governo. Procuraram-se extrair elementos que indicassem, de forma objetiva, variações no tratamento da imprensa em relação aos dois governantes. O estudo comparado indicou que a partir do mensalão *Veja* aumentou consideravelmente o teor de conteúdo crítico sobre o presidente petista Lula, enquanto poupou o tucano Fernando Henrique Cardoso. Já *Folha* elevou sua cobertura crítica ao petista durante a crise política, mas esse comportamento guarda semelhanças com o padrão que adotou com o tucano.

Palavras-chaves: escândalo político-midiático; mensalão; comunicação política; imprensa; Governo Lula; Revista *Veja*; Jornal *Folha de S.Paulo*.

ABSTRACT

NUNOMURA, E. **The printed “mensalão”: the mediatic-political scandal of Lula’s government on the pages of *Folha* and *Veja***, 2012. 210 p. Dissertation (MA) – School of Communication and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2012.

This dissertation aimed to analyze the media coverage of the so-called “mensalão” political scandal, during the first government of the president Luiz Inácio Lula da Silva. The research used the reports published by the newspaper *Folha de S. Paulo* and by the weekly magazine *Veja*, from May to November of 2005. This work deals with the relationship between press and politics using J.B. Thompson’s social theory of political scandal, that not only shows the importance of mass media but also its growing influence in the political process. For the quantitative analysis data were gathered based on the criteria of news-value, agenda setting and framing. The method of interpretative packages, developed by Gamson and Modigliani, was adopted for the qualitative analysis. The same methodology was applied to a scandal of the president Fernando Henrique Cardoso government (the BNDES “bug” and the Cayman dossier) to validate those conclusions. News that preceded and followed both episodes were also used. The goal was to select objective elements that could indicate different media approaches for the two former presidents. The study showed that *Veja* magazine enhanced considerably its criticism at Lula’s administration, while sparing Cardoso. The newspaper *Folha de SP* also increased its criticism during the “mensalão” crisis, in the same way it did during Cardoso’s episode.

Keywords: political scandal; “mensalão”; political communication; media; Lula Government; *Veja* magazine, *Folha de S. Paulo* newspaper.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 2.1 – Incidência da palavra mensalão em <i>Folha e Veja</i> (2003–2012)	29
Tabela 3.1 – Meios acessados para obter de informação	42
Tabela 3.2 – Acompanhamento do noticiário	42
Tabela 4.1 – Dias selecionados para a pesquisa na <i>Folha de S.Paulo</i> em 2005	80
Tabela 5.1 – Confiança nas instituições	88
Tabela 5.2– Entradas analisadas	94
Tabela 5.3 – Chamadas de Primeira Página (inclui manchetes)	95
Tabela 5.4 – Teor das chamadas de Primeira Página	95
Tabela 5.5 – Editoriais	96
Tabela 5.6 – Definidores primários (fontes que deram o enquadramento)	100
Tabela 5.7 – Definidores secundários (fontes que forneciam o contraponto)	101
Tabela 5.8 – Contraponto	102
Tabela 5.9 – Grau de exposição	104
Tabela 5.10 – Dias selecionados em 1995, 1997, 2003 e 2007	106
Tabela 5.11 – Entradas analisadas em 1995, 1997, 2003 e 2007	106
Tabela 5.12 – Definidores primários	108
Tabela 5.13 – Grau de exposição	111
Tabela 6.1 – Pacotes interpretativos	117
Tabela 6.2 – Comparação da vitimização para FHC e Lula	139
Tabela A.1 - Títulos das matérias publicadas na capa da Folha – 1998/1999	168
Tabela A.2 - Títulos do interior da Folha, relativos às matérias com chamadas na capa – 1998/1999	169

Tabela A.3 - Títulos das matérias publicadas na capa da Veja – 1998/1999	172
Tabela A.4 - Títulos do interior da Veja, relativos às matérias com chamadas na capa - 1998/1999	172
Tabela A.5 - Títulos das matérias publicadas na capa da Folha – 2005	173
Tabela A.6 - Títulos do interior da Folha, relativos às matérias com chamadas na capa – 2005	177
Tabela A.7 - Títulos das matérias publicadas na capa da Veja – 2005	185
Tabela A.8 - Títulos do interior da Veja, relativos às matérias com chamadas na capa – 2005	186
Tabela A.9 - Relação das capas de Veja no caso mensalão, em 2005	190

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 5.1 – Valor–notícia (razão predominante para sua publicação)	98
Gráfico 5.2 – Quem o veículo responsabiliza pelo problema	103
Gráfico 5.3 – Valor–notícia (razão predominante para sua publicação)	107
Gráfico 5.4 – Responsabilização	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 6.1 – Cinco capas com Lula	124
Figura 6.2– Infográfico de ‘Veja’	128
Figura 6.3 – <i>Folha</i> 12/8/2005	130
Figura 6.4 – <i>Veja</i> 2/11/2005	133
Figura 6.5 – As capas de <i>Veja</i> em 1998 e 1999	138

LISTA DE SIGLAS

Abin – Agência Brasileira de Inteligência

ANJ – Associação Nacional de Jornais

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DEM – Partido dos Democratas

EPM – Escândalo Político-Midiático

FHC – Fernando Henrique Cardoso

Lapop – Latin American Public Opinion Project

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PF – Polícia Federal

PFL – Partido da Frente Liberal

PGR – Procuradoria-Geral da República

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Pnad – Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios

PP – Partido Progressista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SUMÁRIO

1. Introdução.....	14
2. Os personagens, os escândalos e os veículos pesquisados	24
2.1 A crise de Lula	26
2.2 Os escândalos de FHC	30
2.3 A <i>Folha de S.Paulo</i>	32
2.4 A <i>Veja</i>	35
3. Referenciais teóricos.....	37
3.1 Comunicação política no Brasil	41
3.2 O mensalão na academia.....	50
4. Método e teorias do jornalismo.....	62
4.1 Seleção.....	64
4.2 Agenda-setting	69
4.2.1 Definidores primários e secundários.....	71
4.3 Enquadramento - Pacotes interpretativos	72
4.4 Escolha da amostra - períodos e critérios de seleção.....	75
4.5 Categorias de análise	80
4.5.1 Valores-notícia.....	80
4.5.2 Ideologia	80
4.6 A narrativa dos enquadramentos.....	84
5. A corrupção como notícia	87
5.1.1 A personalização das crises políticas.....	96
5.1.2 A imprensa apurou.....	99
5.1.3 O “outro lado”.....	101
5.1.4 À procura de culpados	102
5.1.5 A imagem do governo sob o cerco político-midiático.....	104

5.2 Navegar por águas calmas	105
5.3 Interpretações da análise quantitativa	111
6. O enquadramento dos escândalos políticos.....	114
6.1 A rivalidade competitiva.....	117
6.2 E o veredito é... ..	124
6.2.1 Da mesada ao mensalão	126
6.2.2 A história mal contada	134
6.3 “É uma canalhice”	137
6.3.1 Nem Getúlio, Jânio ou Jango, mas Juscelino.....	141
6.4 “Sertanização de Brasília” x “elitismo arrogante”	144
6.4.1 A corrida rumo a 2002	146
6.5 “Privatização de araque”	148
6.6 “Sensacionalista” e “café requentado”	150
6.7 Interpretações da análise qualitativa	151
7. Conclusões finais.....	153
Referências.....	161
Apêndice A – <i>Corpus</i> da pesquisa.....	169
Apêndice B – Codificação dos pacotes interpretativos	193
Apêndice C – O humor do mensalão nas charges da <i>Folha</i>	202

1. Introdução

Em julho de 1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso comemorava o leilão da Telebrás, a maior privatização já ocorrida no Brasil. No total, 12 empresas telefônicas foram vendidas por 22 bilhões de reais, um ágio de 64%, quase quatro vezes mais do que o esperado pelo governo. Em 8 de novembro, o jornalista Elio Gaspari, em sua coluna política simultaneamente publicada nos jornais *Folha de S.Paulo* e em *O Globo*, afirmava que FHC (chamado assim na imprensa) e graduados auxiliares estavam sendo alvos de duas chantagens, que no decorrer da cobertura jornalística vieram a ser chamadas de “grampo do BNDES” (escutas telefônicas ilegais que mostravam auxiliares e o ex-presidente discutindo a privatização) e “dossiê antitucanos” ou “dossiê Cayman” (documento apócrifo que dizia que líderes da elite do PSDB tinham uma conta em um paraíso fiscal).

Com informações inicialmente desconstruídas, a imprensa mergulha no caso e só então surgem novas versões que revelam que o governo operou pelo resultado da privatização, mas que as contas no exterior eram produto de ficção. Luiz Carlos Mendonça de Barros, ministro das Comunicações, o presidente do BNDES, André Lara Resende, e seu vice, José Pio Borges, apanhados em campanha contra o consórcio Telemar, candidato à privatização de telefônicas do Sistema Telebrás, pediram demissão de seus cargos – José Roberto Mendonça de Barros, irmão do ministro e ex-secretário da Câmara de Comércio Exterior, saiu na mesma ocasião em solidariedade. Durante aquela crise, nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada, mas a Polícia Federal investigou o caso e chegou à conclusão de que “o grampo foi obra de agentes oficiais e teria sido ordenado por gente do próprio governo”¹.

Reeleito presidente da República antes da eclosão do escândalo político, FHC planejava mudar a rota da economia, de uma política monetarista para outra mais voltada à retomada dos investimentos e crescimento interno. Mendonça de Barros era um dos cotados para assumir essa função no segundo mandato com a criação do Ministério da Produção. Nada disso aconteceu. O ministro foi obrigado a pedir demissão e o governo tucano enfrentou turbulências na economia, como o esvaziamento das reservas internacionais por causa da desconfiança de investidores externos. Os efeitos se espalharam pela política.

¹ “Grampo feito em casa”, *Revista Época*. 31 maio 1999. Disponível em: <http://epoca.globo.com/edic/19990531/brasil1.htm>. Acesso em: 24/7/2012.

Em julho, setembro e dezembro de 1999, o primeiro ano do 2º mandato, o presidente tucano tinha aprovação de 26% da população². “A credibilidade que gozava FHC nas eleições anteriores, como um candidato capaz de realizar e trazer benefícios para a população, não se transferiu em 2002 para o candidato do governo” (BALBACHEVSKY; HOLZHACKER, 2004), o presidenciável José Serra. O PSDB perdeu as eleições para o PT de Lula, o primeiro líder operário a assumir a Presidência da República. Agora vamos dar um salto no tempo.

* * *

Em junho de 2005, a imprensa revelou um complexo esquema de corrupção, com o envolvimento de partidos e líderes da base aliada do governo de Lula, conhecido como “escândalo do mensalão”. Pelas denúncias que foram ganhando forma e sentido ao longo da cobertura noticiosa, empresas do publicitário Marcos Valério teriam recebido 135,9 milhões de reais para pagamento de políticos de cinco partidos (PT, PMDB, PP, PL e PTB), recursos usados, de acordo com a alegação dos envolvidos, para quitar dívidas do PT e financiar ilegalmente campanhas eleitorais.

No entanto, segundo denúncia apresentada em 2006 pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o mensalão foi um esquema clandestino de financiamento político organizado pelo PT para garantir apoio a Lula no Congresso em 2003 e 2004. Foram denunciadas 38 pessoas. Em outubro de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha líderes do PT, como José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil), José Genoíno (ex-presidente do PT) e Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT).

Na época da crise do mensalão, 3 CPIs instaladas (Bingos, Mensalão e Correios) investigaram o escândalo, 3 deputados foram cassados (Dirceu, Roberto Jefferson, presidente do PTB, e Pedro Corrêa, presidente do PP), 4 renunciaram e outros 12 foram absolvidos. A popularidade de Lula foi duramente golpeada. Quando pela primeira vez o instituto de pesquisas Datafolha revelou que o petista perderia uma disputa eleitoral contra o tucano José Serra, na época possível candidato da oposição, o editorial do jornal dizia: “O presidente da República poderá considerar-se favorecido pela sorte se

² Ver Pesquisa CNI-Ibope, “Comparação entre os governos Dilma, Lula e FHC”, de dezembro de 2011. Apenas a título de comparação, Luiz Inácio Lula da Silva registrou 63% de aprovação em setembro de 2007 e 65% em dezembro do mesmo ano. Disponível em: http://www.ibope.com.br/relatorio_comparacao_presidentes.pdf. Acesso em: 24/7/2012.

conseguir terminar seu mandato, pois a hipótese de impeachment, remota até poucos dias atrás, se afigura hoje como possibilidade palpável” (*Folha*, 12/8/2005, p. 2). A revista *Veja* falava em podridão do partido de Lula:

Foram necessários apenas 100 dias para que uma alucinante sucessão de revelações fizesse com que o partido fosse soterrado pelos escombros do seu patrimônio ético. Uma edificação não vai ao chão em tão pouco tempo a menos que seus alicerces estejam podres. É o caso do PT. (*Veja*, 21/9/2005, p. 44-45)

O bombardeio nos meses seguintes foi tão intenso que alguns formadores de opinião e veículos de comunicação davam como certa a derrota do petista nas eleições de 2006. *Veja* afirmou: “Estudos [*pesquisas de opinião*] embutem outra conclusão, igualmente devastadora para Lula: a se confirmar a paisagem que se desenha no horizonte, os tucanos têm chances reais de liquidar a fatura já no primeiro turno das eleições de 2006” (*Veja*, 21/12/2005, p. 55) e “Esse humor mostra que milhões de brasileiros andam de cara amarrada com Lula. Mostra também que a disputa eleitoral de verdade se dará entre Serra e Alckmin no PSDB” (*ibid.*, p. 57). A realidade, contudo, mostrou-se outra. O presidente recuperou sua popularidade e foi reeleito. Quatro anos mais tarde, elegeu sua sucessora, Dilma Rousseff.

A mesma imprensa que foi dura em alguns episódios do governo FHC, e não só no escândalo citado acima³, não poupou o petista. Foram os veículos de comunicação que contribuíram para associar a palavra “mensalão” ao governo Lula de uma forma inequívoca e duradoura. No auge da crise e logo após o presidente ter confessado em rede nacional de rádio e televisão que havia sido traído e pedir desculpas à população, em 12 de agosto de 2005, as denúncias só recrudesceram: “Programas de televisão chegaram a sugerir o suicídio de Lula, mas ele não fez como Getúlio Vargas, embora alguns preferissem compará-lo a Jânio Quadros, talvez prevendo sua renúncia” (SECCO, 2011, p. 227-228).

Mundim (2011, p. 2-3) acrescenta: “A cobertura da imprensa nos últimos dois anos [2005 e 2006] de seu governo, predominantemente negativa, foi uma das responsáveis por minar o apoio que ele recebera em 2002 das pessoas mais expostas ao conteúdo político dos meios de comunicação”. Para o autor, essas pessoas que deixaram de confiar no petista geralmente são mais ricas e moradoras das regiões mais prósperas

³ Podem-se citar o projeto Sivam, a emenda da reeleição e o socorro aos bancos Marka e FonteCidam, todos escândalos políticos repercutidos pela imprensa.

no Sul, Centro-Oeste e em parte do Sudeste. Já Lima (2006) afirma que a imprensa adotava um tom de “presunção de culpa” (e não de inocência) antes mesmo da revelação pública das cenas de corrupção nos Correios, em maio de 2005, enquadramento que foi se consolidando por meio de uma narrativa própria e pela omissão e/ou saliência de fatos importantes durante o escândalo político:

Durante os meses de julho, agosto e setembro de 2005, a crise política, em particular as denúncias que circulavam nas várias instâncias de investigação em funcionamento tanto no Congresso Nacional quanto fora dele, dominou inteiramente o noticiário da grande mídia. Era como se nada mais estivesse ocorrendo no país. (LIMA, 2006, p. 18)

Para um observador estrangeiro, sempre foi intrigante questionar o que fazia Lula para ser considerado um bom governante aos olhos da população, apesar de ter sido, segundo a cobertura noticiosa, um presidente tolerante com a corrupção. Anderson (2011) enfrentou essa questão. Ele afirma que até a vitória do petista, todos os presidentes desde 1985 só chegaram ao poder e o exerceram com apoio dos donos de jornais e televisão brasileiros, citando o caso de Fernando Collor de Mello e também a “coroação” de FHC. Nos anos Lula, algo de novo aconteceu:

O relacionamento direto de Lula com as massas rompeu esse circuito, retirando o papel da mídia na formulação da cena política. Pela primeira vez, um governante não dependeu dos seus proprietários, e eles o odiavam por isso. A ferocidade das campanhas que se seguiram contra Lula não poderia ter sido sustentada sem um público simpático. E este residia nas tradicionais classes médias, sobretudo a de São Paulo. A razão para a hostilidade dentro desse estrato não foi perda de poder, que ela nunca teve, mas de status. Não só o presidente era um ex-operário sem educação cuja gramática pobre era folclórica, mas em seu governo empregadas, guardas e trabalhadores manuais, pessoas comuns, estavam adquirindo bens de consumo até então reservados aos mais letrados. (ANDERSON, 2011, p. 22, tradução nossa)

* * *

O tema escolhido para esta dissertação foi o dos escândalos políticos-midiáticos (EPMs) e, particularmente, a análise dos casos do mensalão (governo Lula) e do grampo do BNDES e dossiê antitucanos (governo FHC). De acordo com o sociólogo J. B. Thompson, a “importância dos escândalos políticos nas sociedades democráticas liberais é que eles são (ou se tornam) lutas sobre as fontes do poder simbólico” (THOMPSON, 2002, p. 139), onde essa disputa na sociedade moderna ocorre na arena midiática. Ao mesmo tempo em que os personagens da política recorrem a veículos de

comunicação de forma cuidadosa para construir um estoque de capital simbólico diante do eleitorado, os EPMs têm a força de destruir isso tudo.

O objetivo desta dissertação é analisar a cobertura da imprensa num EPM do governo Lula, procurando comparar o tratamento dado com o de outro episódio relevante em governo anterior. Esse procedimento tem como finalidade estabelecer uma referência para um estudo comparado. Em sua parte empírica, esse trabalho se vale das teorias de *newsmaking* (seleção), da *agenda-setting* (agendamento) e *framing* (enquadramento) para analisar quantitativa e qualitativamente o material publicado em dois órgãos de imprensa, o jornal *Folha de S.Paulo* e a revista *Veja*.

Como não seria possível, evidentemente, analisar todas as revistas, todos os jornais e todos os noticiários de TV, sem se esquecer de que a imprensa são várias, a cada dia mais, foi necessário definir alguns critérios para a formação do *corpus* da pesquisa. Os dois veículos escolhidos representam as duas maiores publicações de circulação nacional, com grande poder de influência sobre o resto da imprensa e de relevante repercussão perante a opinião pública.

O período definido para o *corpus* da pesquisa foi definido de duas formas distintas. Todas as edições de *Veja* deveriam ser analisadas nos escândalos de FHC (em dois períodos, de 8/11 a 1/12/1998 e de 25/5 a 6/6/1999) e também no de Lula (de 14/5 a 9/11/2005). Para a *Folha*, o grampo do BNDES e dossiê antitucanos foram analisados integralmente, no mesmo período acima, mas para a análise da cobertura do mensalão utilizou-se uma amostra. Por se tratar de seis meses de noticiário, chegaríamos ao fim da investigação com um material extenso demais e de difícil trabalho de catalogação. Optou-se assim por fazer a análise de três em três dias do jornal, com o cuidado de evitar perdas de fatos relevantes da cobertura, que foram incluídos independente da regra da alternância de datas. Chegou-se a um total de 65 edições da *Folha* (no Capítulo 4, serão detalhadas a formação da amostra).

Estabelecidos os veículos e seu período de análise, procurou-se, então, identificar quem *Folha* e *Veja* responsabilizaram pelo problema a partir dos enquadramentos propostos nas chamadas de capa do jornal e da revista. Estes, por sua vez, determinaram em que medida o EPM de cada governo mereceu ganhar destaque em cada edição e definiram, particularmente para esse estudo, o conjunto de reportagens internas que também seriam objeto de análise. Essa investigação permitiu ainda

descobrir por quais razões cada notícia foi selecionada para ser enunciada já em seu espaço nobre (valor-notícia predominante). Não menos importante foi definir quais fontes podiam ser consideradas primárias ou secundárias, revelando quase sempre a origem do enquadramento proposto.

Já o momento de análise de conteúdo se propôs a investigar se os EPMs sofreram uma cobertura adequada e contextualizada de modo coerente para a boa compreensão do público-leitor. Para tanto, recorreu-se à metodologia de “pacotes interpretativos”, fundamentada na análise de enquadramentos desenvolvida por Gamson e Modigliani (1989) e Gamson (2011)⁴. Por meio deles, é possível traçar uma rota interpretativa da abordagem dos veículos de comunicação sobre os casos ao longo do tempo, a partir de associações entre os diversos enquadramentos das notícias. Essas associações, quando recorrentes ou apresentando similaridade de padrões de relação semântica, permitiram tornar mais visíveis e coerentes o conjunto dos discursos de *Folha e Veja*.

Segundo a tese de Gamson e Modigliani, os veículos de comunicação, ao enquadrarem questões relevantes de formas determinadas, denominadas como “pacotes interpretativos” pelos dois teóricos, oferecem um modo de enxergar o mundo, formatar ideias ou mesmo falar de política. Mas não é o único fator. “Recursos conversacionais”, como experiências de vida particulares e o conhecimento advindo da sabedoria popular, também devem ser levados em conta.

No prefácio da edição brasileira de *Falando de Política*, Rousiley C.M. Maia lembra que o autor considera os “recursos conversacionais” como uma valiosa ferramenta que ajuda as pessoas a produzirem sentido de questões do próprio interesse e do mundo ao redor. Gamson defende a tese de que as pessoas não dependem só dos veículos de comunicação de massa para interpretar os eventos e a realidade em torno deles, procurando decifrar o que e por que têm importância. Parte do conhecimento que elas têm do mundo é “fundamentado em suas experiências singulares e o conhecimento baseado em elementos comuns, compartilhados, da sabedoria popular”.

⁴ O livro foi publicado originalmente sob o título *Talking Politics*, Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Para esta dissertação, embora tenha tido inicialmente acesso ao livro original, optou-se por fazer referência à edição brasileira, publicada como *Falando de Política*.

Nos estudos de casos empreendidos pelos autores, foram montados e observados grupos de conversação para avaliar em que medida o discurso da imprensa induzia as pessoas a se manifestarem sobre os temas. Esta dissertação, ao contrário do que Gamson e Modigliani (1989) fizeram, não investigou esse tipo de impacto. É, potencialmente, um tema a ser expandido por outros estudos. Essa lacuna, contudo, não diminui a relevância da aplicação dessa metodologia. De acordo com Gamson (informação pessoal)⁵, o estudo do discurso da mídia sem a confrontação com a análise conversacional continua válida, uma vez que por meio dele pode-se ver mudanças na proeminência relativa de certos temas como uma medida das mudanças culturais, independentemente de ter havido também uma alteração no pensamento da população.

Este projeto de pesquisa nasceu sob forte inspiração da tese do realinhamento político em curso, no qual Singer (2012) procura explicar o efeito do *lulismo*⁶ na sociedade brasileira. A partir da ascensão de uma nova classe média e do subproletariado⁷, que virou um ator político de grande poder decisório no panorama eleitoral brasileiro, o autor afirma que se trata de uma nova construção ideológica no Brasil em que a velha polaridade esquerda-direita perde força. Em seu lugar, explica o autor, emerge o *lulismo* como força conservadora de aglutinação da sociedade, sem que tenha havido necessidade de rompimento da ordem capitalista e onde o discurso popular de Lula não só ganha legitimidade como também tira a centralidade dos estratos médios, onde se inserem os “formadores de opinião” e respectivos órgãos de comunicação.

O Brasil do presente, e já não mais do futuro, não pode prescindir de uma imprensa livre, independente e crítica de seus governantes. Tampouco um governo pode deixar de prestar contas e esclarecimentos à população, cuja tarefa de vigilância é muitas vezes assumida pelos veículos de comunicação, que servem não só como propagadores dessas informações, mas acima de tudo como fiscais do cumprimento do papel e das funções do Estado. Isso é o que se espera dessas instituições numa

⁵ Informação fornecida por William Gamson, em comunicação pessoal. Mensagem recebida por nunomura@usp.br em 20/1/2012.

⁶ ‘O *lulismo* é um sentimento de identificação, de representação e delegação de poder de uma grande parcela da população com e para a liderança política de Lula; pela sua história de vida, sua luta sindical e política’, definiu Viana, G. (*O PT e o lulismo*, 2007, Disponível em: www.pt.org.br, acessado em 13/07/2011).

⁷ A definição original do termo deve ser atribuída a SINGER, P. *Dominação e desigualdade. Estrutura de classe e repartição da renda no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 apud Singer (2012), que analisou a estrutura social do Brasil e incluiu nessa categoria ‘empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes’.

democracia, o que não significa que esse convívio deva ser perfeitamente amistoso, tampouco severamente destrutivo.

Os profissionais da comunicação, notadamente os jornalistas, não podem perder de vista que exercem uma função social vital para a sociedade. Nunca é demais ressaltar que um dos dogmas do jornalista, conforme nos lembra Bucci (2009, p. 94), é ter como cliente o cidadão, o leitor, o telespectador. “Ouvir todos os envolvidos, buscar a verdade, fazer as perguntas mais incômodas para as suas fontes em nome da busca da verdade é um dever de todo jornalista”, assevera. E isso só é possível com uma imprensa livre. “A liberdade não é apenas o primeiro: é também o mais árduo dever da imprensa. E, por fim, o ponto fatal: a liberdade não existe para a prática do elogio; ela existe para incomodar, para olhar a cena com espírito crítico” (BUCCI, 2008, p. 226).

Nos dois escândalos político-midiáticos, a imprensa virou alvo de crítica dos governantes, como se demonstrará ao longo deste trabalho. Os jornalistas, do seu lado, podem sempre dizer que exerciam o dever de informar, estando portanto imunes a críticas de que usurparam de sua função. Ou ainda afirmar que a verdade dos fatos atesta que tinham razão. Mas isso só reforça a necessidade de se praticar o *media criticism*. A crítica não só é salutar, como necessária. “Debater a mídia, de modo sistemático e persistente, é mais que um direito, um dever de sociedade, dos partidos políticos, dos cidadãos. Quanto mais a imprensa é questionada, melhor ela se torna” (BUCCI, 2008, p. 279). É o que procura fazer este trabalho.

* * *

Uma breve introdução sobre o governo Lula, os casos que se tornaram EPMs nas gestões do PT e do PSDB e uma caracterização dos veículos de comunicação analisados serão apresentados no Capítulo 2, permitindo reconhecer antes os personagens que são temas centrais dessa pesquisa. O Capítulo 3 introduz a literatura sobre os temas no campo das Comunicações e da Ciência Política. As teorias do jornalismo e o método utilizado na parte empírica do presente estudo serão explicitados no Capítulo 4.

Em seguida, no Capítulo 5, serão apresentados os resultados da análise do *corpus* da pesquisa. A primeira parte traz os dados quantitativos relativos ao material coletado, catalogado e distribuído segundo os critérios de seleção, agendamento e enquadramento. A comparação dos resultados entre a cobertura dos dois veículos de comunicação sobre os governos Lula e FHC são explicitados e já contribuem para

atestar as diferenças de tratamento que os dois presidentes e seus governos receberam da imprensa. Ao final dessa seção, é apresentado ainda um subestudo comparado da cobertura da política sobre dois períodos que antecedem e sucedem o principal escândalo midiático de cada governo. Esse esforço adicional foi útil para verificar se houve mudanças de comportamento da imprensa depois do escândalo político ou se já havia uma predisposição antecipada em relação ao governante. O Capítulo 6 é uma extensão do anterior, apresentando os resultados da análise qualitativa dos dois veículos. Nessa parte do trabalho, explora-se a análise de conteúdo segundo a metodologia dos “pacotes interpretativos”, quando ficarão evidentes os enquadramentos que cada presidente recebeu das duas publicações.

No Capítulo 7, procura-se aproximar a investigação empírica do contexto político brasileiro da época analisada e também do momento atual, quando os governos Lula e FHC já fazem parte do passado. Trata-se de uma clara tentativa de, modestamente, contribuir para o aperfeiçoamento tanto dos órgãos de imprensa quanto da profissão do jornalista.

É cada vez mais evidente que hoje há muito mais formas de se difundir uma informação. O surgimento de novas mídias tem posto em discussão o papel da imprensa e sua importância como “formadora de opinião”. Há mais atores e, por que não, vozes discordantes do discurso da imprensa, uma realidade do novo Brasil. Nada disso, contudo, tirará a importância do jornal, da revista, do rádio ou da TV na sociedade brasileira. Tampouco apagará o registro da História, da qual a imprensa se insere como o espaço de disputas e conflitos e como participante ativa desse processo. É disso que trataremos nos capítulos seguintes.

Por último, é importante frisar que a opção de empreender um estudo comparado de duas coberturas jornalísticas se mostrava, ao meu ver, o procedimento mais fértil para chegar a algumas respostas que procurava. Porém, os dois casos guardavam uma distinção importante e nada desprezível. Foram analisados 45 dias de noticiário do EPM de FHC ante uma amostra que, no total, englobava 180 dias da crise política de Lula.

Mas até que ponto essa dessemelhança decorreu da gravidade dos fatos ou de uma suposta intenção por parte dos veículos em, cada qual ao seu tempo, dar mais ênfase a um episódio? De outra forma: foram os fatos, em si, que justificavam a diferença temporal ou a cobertura da imprensa optou, deliberadamente, por preservar

apenas um presidente? Não há elementos para responder a essas dúvidas. Tenho consciência de que se trata de um problema de metodologia e antecipo que, por meio dela, não se pode encontrar respostas objetivas para essa questão.

Ao focar em dois escândalos político-midiáticos e procurar inferir como estes foram tratados por dois veículos de circulação nacional de grande reputação, pretendo dar uma contribuição no sentido de construir uma base objetiva para estudos comparados de análise da imprensa. Essa base não existe, mas precisa ser construída porque é do interesse da sociedade ter instrumentos que ajudem a compreender o papel dos meios de comunicação de massa. Com a pesquisa, acredito ter encontrado indícios de como se deu a atuação de *Folha* e *Veja* em episódios capitais da História brasileira. Afirmo que são indícios porque se trata de uma avaliação que depende de uma visão dos fatos, que não é, *per si*, objetiva, mas subjetiva.

2. Os personagens, os escândalos e os veículos pesquisados

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva governou o Brasil de 1º de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2010, transmitindo o cargo da Presidência da República para sua ex-ministra Dilma Rousseff. Ao fim de dois mandatos consecutivos, Lula encerrou seu governo com recorde de aprovação positiva⁸: 80%, segundo pesquisa CNI/Ibope. A aprovação pessoal do ex-retirante e ex-metalúrgico também apresentou recorde histórico, com 87% de apoio – o maior desde 2003. Pelo levantamento, o setor do governo mais bem avaliado com 71% de aprovação foi o de combate à pobreza, seguido pelo combate ao desemprego, com 66%.

Lançado em 2003, o programa Bolsa-Família ocupou um lugar de destaque entre as políticas sociais adotadas pelo governo Lula. Sob o comando do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o programa reúne o Bolsa Escola, o Cartão-Alimentação, o Auxílio Gás e o Bolsa Alimentação. Em setembro de 2010, dados oficiais indicavam que o Bolsa-Família beneficiava 12.768.795 famílias⁹. Assim, não é de todo surpreendente que dois meses depois o jornal *Correio Braziliense* tenha publicado uma reportagem indicando que a candidata escolhida pelo presidente obteve 77% dos votos válidos nos 100 municípios que proporcionalmente mais receberam recursos do programa social. E vencera em 98 dessas cidades, a totalidade delas pertencentes aos grotões do Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Em 2002, Lula, sem o Bolsa-Família, ficou com 48,3% dos votos nessas localidades, perdendo a disputa para o então candidato tucano, José Serra¹⁰.

Na questão do combate ao desemprego, foram gerados 14.725.039 empregos formais¹¹ entre 2003 e setembro de 2010, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais, adicionados ao saldo acumulado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Secco (2011) anotou que embora não tenha rompido totalmente com a política econômica liberal de Fernando Henrique Cardoso, seu

⁸ UOL Notícias, “Lula fecha governo com 80% de aprovação e bate recorde, diz CNI/Ibope”, 16/12/2010. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/12/16/aprovacao-a-governo-lula-e-de-80-e-bate-novo-recorde-diz-cniibope.htm>. Acesso em: 5/4/2012.

⁹ Dados disponíveis no site: <http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizviewbr.asp?>

¹⁰ *Correio Braziliense*, 1/11/2010, “Bolsa Família levou Dilma Rousseff a ter votação superior à Lula em 2002”. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes2010/2010/11/01/interna_eleicoes2010,221134/index.shtml. Acesso em: 5/7/2011.

¹¹ Dados disponíveis no Balanço do Governo, site <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/desenvolvimento-sustentavel-com-reducao-de-desigualdade/2-trabalho-e-emprego/a-evolucao-do-mercado-de-trabalho-formal>. Acesso em: 15/2/2012.

antecessor, Lula teve sagacidade para promover um programa de transferência de renda que somado ao aumento real do salário mínimo, o programa “Luz Para Todos”, o crédito consignado e a manutenção e a ampliação do sistema de seguridade social permitiram a ele colher dividendos políticos, inclusive nos períodos de tormenta econômica.

O governo também contornou a luta de classes ao internalizar os conflitos sociais no aparelho de Estado, dando ministérios tanto aos representantes do capital quanto (pela primeira vez) aos representantes do trabalho. [...] O governo promoveu conferências em que as pessoas eram consultadas onde muitos petistas (mas não só) podiam intervir. (SECCO, 2011, p. 206)

O governo Lula, contudo, não passou incólume diante das denúncias de corrupção. A primeira delas ocorreu já em 2004, quando um assessor da Casa Civil, Waldomiro Diniz, foi flagrado pedindo dinheiro para campanhas eleitorais ao contraventor Carlinhos Cachoeira, em troca de favorecimento para a exploração de loterias do Rio de Janeiro. Os vídeos foram divulgados pela revista *Época*, da Editora Globo, mas outros veículos de comunicação também entraram na cobertura da história. Foi um legítimo escândalo político-midiático.

O surgimento da imprensa de circulação de massa nos séculos XIX e XX colocou prioridade maior na necessidade de atrair um sempre maior número de leitores, criando assim um contexto em que a procura por notícias chamativas, entretenedoras, se tornou uma característica rotineira da produção jornalística. E nesse contexto a publicação de revelações e alegações que fossem escandalosas (ou potencialmente escandalosas) pode ser vista como possuindo interesse econômico: os escândalos fornecem histórias cheias de vida, provocativas, que podem ser usadas para chamar a atenção dos leitores e mantê-los presos enquanto o enredo se desenrola dia a dia, semana a semana. (THOMPSON, 2002, p. 109)

Escândalos políticos passaram a ser notícia, o que dão a eles uma certa frequência, mas não levam um governo à ruína, como aparentemente aconteceu com caso do mensalão no governo Lula, de 2005. Segundo uma reportagem do jornal *Valor Econômico*¹², o caso mensalão só não provocou a queda do presidente porque seus adversários desistiram de levar o processo político adiante. O texto dizia que a gravidade das denúncias justificaria até o cancelamento dos resultados das eleições de 2002 e a Justiça Eleitoral poderia empossar José Serra. “A oposição não deveria tomar a iniciativa do impeachment, mas, por outro lado, deixaria correr as investigações nas CPIs. Era a tese do sangramento de Lula”, indicaram os jornalistas. A seguir, vamos

¹² *Valor Econômico*, “Como Lula superou o mensalão”, 21/5/2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/825891/como-lula-superou-o-mensalao>. Acesso em: 10/12/2011.

tratar de reconstituir o que foi considerado “o pior momento político do presidente Lula”.

2.1 A crise de Lula

O mensalão é o nome do principal escândalo que atingiu o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005 – durante o primeiro mandato – e que consistia em um esquema de pagamentos a parlamentares para que votassem a favor de projetos do governo ou servisse de solução para problemas partidários de dívida de campanhas eleitorais. A crise começou com uma entrevista publicada em 6 de junho de 2005 em que Roberto Jefferson, à época deputado federal pelo PTB, disse para a jornalista Renata Lo Prete, do jornal *Folha de S.Paulo*, que parlamentares aliados do governo recebiam o que ele chamou de um “mensalão” de 30 mil reais do então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. O esquema teria vigorado entre 2003 e 2005, de acordo com relatório final da CPI dos Correios.

Segundo a denúncia de Jefferson, estavam envolvidos o PT (Partido dos Trabalhadores), o PL (Partido Liberal), o PP (Partido Progressista), o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o próprio PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). José Dirceu, então ministro da Casa Civil e considerado homem forte do governo Lula, foi apontado como o chefe do esquema. O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares seria outro comandante do grupo, enquanto o publicitário mineiro Marcos Valério, o operador do mensalão. No curso das investigações promovidas por parlamentares nas CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos e também pela imprensa, os nomes de outros 37 envolvidos acabaram sendo revelados.

Já na primeira entrevista à *Folha*, Jefferson disse que havia avisado do mensalão aos ministros Aldo Rebelo, Walfrido Mares Guia, Ciro Gomes, Miro Teixeira, José Dirceu e Antonio Palocci, assim como o presidente Lula. Em 17 de junho, Dirceu pediu para sair da Casa Civil e foi substituído pela ministra Dilma Rousseff. No dia seguinte, Jefferson se licenciou da presidência do PTB. Delúbio pediu afastamento do comando petista em 5 de julho.

A crise transformou-se no “pior momento político” do presidente petista, segundo o jornal *Valor Econômico*, a partir de um depoimento em 11 de agosto de 2005 à CPI dos Correios de Duda Mendonça, publicitário que fez a campanha presidencial de

Lula em 2002. Duda confessou, em depoimento transmitido ao vivo por emissoras de TV, que recebera 15,5 milhões de reais do PT em 2003, em recursos de caixa dois, como pagamento pela campanha presidencial. Desse total, 10,5 milhões de reais foram depositados numa conta em um paraíso fiscal no exterior. No dia seguinte, o presidente Lula faz o primeiro pronunciamento na TV, afirmando que se sentia “traído” e o PT tinha que “pedir desculpas” ao país.

As CPIs dos Correios e do Mensalão aprovaram por unanimidade¹³, em 1º de setembro, um relatório pedindo a cassação de 18 deputados: Carlos Rodrigues (PL- RJ), João Magno (PT-MG), João Paulo Cunha (PT-SP), José Borba (PMDB-PR), José Dirceu (PT-SP), José Janene (PP-PR), José Mentor (PT-SP), Josias Gomes (PT- BA), Paulo Rocha (PT-PA), Pedro Corrêa (PP-PE), Pedro Henry (PP-MT), Professor Luizinho (PT-SP), Roberto Brant (PFL-MG), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Romeu Queiroz (PTB-MG), Sandro Mabel (PL-GO), Valdemar Costa Neto (PL-SP) (que já havia renunciado um mês antes), Vadão Gomes (PP-SP), Wanderval Santos (PL- SP). Nas semanas seguintes, apenas Dirceu, Corrêa e Jefferson tiveram seus mandatos cassados no Congresso, perdendo os direitos políticos por oito anos.

Em 22 de dezembro de 2005, a CPI dos Correios divulgou relatório¹⁴ que apontava a existência de quatro padrões de mensalão: pagamento de propina semanal para o PL; compra de apoio de parlamentares em votações de projetos de interesse do governo; dinheiro para troca de partidos, que iriam para PP e PTB; e verbas para o PP.

A cobertura jornalística do caso, objeto de estudo desta pesquisa, foi bastante crítica e tem provocado um intenso debate sobre a atuação da imprensa no governo Lula. Embora o mérito dessa discussão vai ser feito apropriadamente nos capítulos seguintes, serve de referência a entrevista dada por André Singer, porta-voz do presidente durante o escândalo do mensalão, que constatou, sob a perspectiva de quem estava atendendo às demandas dos jornalistas, o clima tensionado da época:

Eu diria que, até o surgimento da crise política, em meados de 2005, foi uma cobertura um pouco mais agressiva do que o habitual. Não muito mais. Como já disse, sempre há uma tensão, estrutural e necessária, entre a imprensa e as instituições políticas. Faz parte. A imprensa deve ser crítica e, por isso, há sempre um certo grau de

¹³ *Folha*, “CPIs aprovam pedido de cassação de 18 deputados”, 2/9/2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0209200502.htm>. Acesso em: 15/9/2012.

¹⁴ *Folha*, “CPI indica origem pública e privada para o ‘mensalão’”, 22/12/2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2212200502.htm>. Acesso em: 15/9/2012.

tensão aí. Mas, quando surge a crise política, notou-se, em alguns setores da imprensa, uma postura de presunção de culpa, em lugar de presunção de inocência. Em função disso, houve, em certos veículos, uma atitude menos equilibrada do que o desejável. O desejável é que o contraditório possa aparecer, que as diversas partes de uma questão política possam falar com equidade. Se você dá a palavra a um, você também dá a palavra ao outro, ou o mesmo espaço. Em certos momentos, faltou isso. (SINGER apud SECOM, p. 519-520, 2010)

Após as primeiras denúncias, a PGR levou mais de um ano para preparar o caso e apresentá-lo ao STF. Já a Corte maior demorou outro ano para transformar o escândalo do mensalão em uma ação penal, com os 40 acusados passando a responder como réus. A ação passou a contar com 39 réus depois que o ex-secretário geral do PT Silvinho Pereira fez um acordo com a PGR, que suspendeu o processo em troca da prestação de serviço comunitário. Ele era acusado por formação de quadrilha. Em 2010, José Janene, ex-deputado do PP, morreu e também deixou de figurar na denúncia.

Os réus do mensalão responderam por crimes de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, peculato, evasão de divisas e gestão fraudulenta. Em suas defesas, alguns admitiam ter recebido dinheiro, mas negavam que o recurso havia sido aceito em troca de apoio político. Muitos justificavam que o esquema servia para pagar dívidas de campanhas eleitorais. Outros negavam envolvimento no caso. Para agilizar o andamento do processo, o relator da Ação Penal 470 no STF, ministro Joaquim Barbosa, autorizou juízes federais de oito Estados e do Distrito Federal a interrogarem os acusados e receberem a defesa prévia dos réus. Desde então, mais de 600 testemunhas foram ouvidas no decurso do processo.

O julgamento do mensalão no STF começou exatos 2.615 dias após a publicação da entrevista de Jefferson à *Folha*. Entre 2 e 13 de agosto de 2012, a imprensa publicou duas reportagens a cada minuto¹⁵. Portais online de notícias transmitiram o julgamento ao vivo. Nos primeiros dias, o assunto tomou conta das redes sociais. Embora parecesse se tratar de um novo escândalo político-midiático, o fato é que o julgamento era uma extensão do caso do mensalão de 2005, como um novo capítulo, provavelmente o epílogo, onde a imprensa revelou os resultados e consequências do escândalo.

¹⁵ Ver Portal Comuniquese, “Desde o início do julgamento, imprensa publica mais de 38 mil matérias sobre o Mensalão”, 13/8/2012. Disponível em: http://portal.comunique-se.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=69455:desde-o-inicio-do-julgamento; Acesso em: 16/8/2012.

O STF concluiu que o governo Lula, por meio da atuação do ex-ministro José Dirceu, montou um esquema para compra de apoio político no Congresso, a partir de recursos públicos desviados e empréstimos fraudulentos operados por empresas de Marcos Valério Fernandes de Souza e pela cúpula do PT. A condenação de Dirceu pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha foi amplamente noticiada pelos órgãos de imprensa. Também foram condenados o ex-presidente do PT José Genoino, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, Marcos Valério e quatro réus ligados a ele¹⁶. O delator Roberto Jefferson foi condenado por corrupção passiva (10 votos) e lavagem de dinheiro (8 votos a 2). Por falta de provas, réus como Luiz Gushiken (ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social), professor Luizinho (ex-líder do governo na Câmara) e Anderson Adauto (ex-ministro dos Transportes) foram inocentados. O presidente do STF, Carlos Ayres Britto, associou o mensalão a um golpe¹⁷:

Me parece que os autos dão conta, que sob a velha, matreira e renitente inspiração patrimonialista, um projeto de poder foi arquitetado. Não de governo, porque projeto de governo é lícito, é quadrienal. Mas um projeto de poder que vai muito mais de um quadriênio quadruplicado. Um projeto de poder que, muito mais do que continuidade administrativa, é seca e rasamente continuísmo governamental. Golpe, portanto, neste conteúdo mais eminente da democracia, que é a república. (BRITTO, 2012)

O quadro a seguir ilustra como *Folha* e *Veja* nunca mais deixaram de destacar a pauta do mensalão em suas páginas de política:

Tabela 2.1 - Incidência da palavra mensalão em *Folha* e *Veja* (2003-2012)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*	
<i>Folha</i>	1.761	1.332	674	361	409	318	289	641	Páginas
<i>Veja</i>	194	108	132	91	71	434	86	127	Citações

* até 13 de agosto

Em 2005, as 1.761 páginas da *Folha* em que trouxeram uma ou mais citações da palavra mensalão dão uma ideia da força da tematização do escândalo. É como se o leitor recebesse, durante 35 dias seguidos, edições do jornal com o neologismo que marcou o governo Lula citado em cada uma dessas páginas. Em 2010, ano de disputa eleitoral para a Presidência da República, *Veja* voltou à carga com esse tema, citando a palavra mais que o dobro de vezes em relação ao ano em que o termo surgiu no

¹⁶ São eles: Cristiano Paz, Ramon Hollerbach, Simone Vasconcelos e Rogério Tolentino, sócios de empresas de Marcos Valério.

¹⁷ BRITTO, C.A., In: *Site Carta Maior*, 11/10/2012, "Presidente do STF condena modelo de 'governo de coalizão'". Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21056&alterarHomeAtual=1. Acesso em: 12/10/2012.

noticiário. Parece redundante dizer que a imprensa fez do mensalão um de seus agendamentos mais evidentes nos últimos sete anos.

2.2 Os escândalos de FHC

Além de ter sido o “pior momento político” do governo Lula, o mensalão pode ser considerado o maior escândalo político do Brasil? Essa é uma questão de difícil ou impossível resposta. Esta dissertação não ousa respondê-la. Mas não se furtou a buscar elementos objetivos para estabelecer parâmetros críveis de comparação para a investigação empírica sobre a cobertura jornalística do caso. Uma dessas tentativas foi feita procurando investigar um segundo EPM, desta vez do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, os grampos do BNDES e dossiê Cayman.

Em 8 de novembro de 1998, o jornalista Elio Gaspari publicou, em sua coluna política veiculada simultaneamente pelos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, duas notícias de alto impacto. A primeira dava conta de que gravações clandestinas de telefonemas realizados no prédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Rio captaram conversas entre autoridades e ex-autoridades do governo federal. A segunda, nomeada por Gaspari como uma “chantagem”, informava que nos bastidores políticos circulava um dossiê com denúncias de que FHC, Sergio Motta (à época ministro das Comunicações), Mario Covas (governador de São Paulo) e José Serra (ex-ministro do Planejamento) teriam uma conta nas Ilhas Cayman, um paraíso fiscal localizado no Caribe, ao sul de Cuba, com recursos desviados da privatização da telefonia.

Por terem sido apresentadas ao mesmo tempo, as duas notícias acabaram ganhando uma cobertura jornalística paralela e, por vezes, confusa. Nos primeiros dias, os veículos de comunicação se equilibravam para noticiar os dois casos, cujo espaço de cada um era maior ou menor conforme novos fatos iam sendo revelados. Mas o dossiê Cayman teve o fôlego de menos de dez dias na imprensa escrita. Investigações foram abertas pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal para apurar tanto se houve irregularidades no leilão da Telebrás quanto a autoria do grampo.

Investigações posteriores provaram que o dossiê Cayman, que circulava no meio político e nas redações de veículos de comunicação, continha informações falsas e tinha a intenção de influenciar o resultado das eleições de 1998. Candidatos da oposição,

como Paulo Maluf (PP) e o ex-presidente Fernando Collor de Mello, haviam comprado o dossiê. Os papéis foram oferecidos ao então presidenciável Lula, que não se interessou em comprá-los. Em novembro de 2011, a Justiça condenou o pastor Caio Fábio D'Araújo Filho a quatro anos de prisão por crime de calúnia¹⁸, agravado por ter envolvido no episódio FHC. Ele foi considerado culpado pela elaboração e divulgação do dossiê.

A partir de uma reportagem de *Veja*, que começou a circular em 15 de novembro de 1998 e revelou o conteúdo parcial do grampo do BNDES, a atenção da imprensa focou sua atenção no segundo caso. O teor das conversas levantou a suspeita de que o governo havia beneficiado o consórcio do Banco Opportunity no leilão da Telebrás.

A cobertura da primeira etapa do escândalo teve duração de 23 dias, estendendo-se até 1º de dezembro de 1998. Àquela altura, Luiz Carlos Mendonça de Barros (ministro das Comunicações), André Lara Resende (presidente do BNDES), José Roberto Mendonça de Barros (secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior) e Pío Borges (vice-presidente do BNDES) já tinham perdido seus cargos. O primeiro, já como ex-ministro, dizia à *Folha* em 29 de novembro que agiu para aumentar a concorrência nas privatizações das teles. O nome do presidente havia sido relacionado, mas não implicado no caso.

No dia 25 de maio de 1999, contudo, a *Folha* revelou que FHC assentiu para que seu nome fosse usado para pressionar o Previ (fundo de pensão de funcionários do Banco do Brasil) a entrar no consórcio do Opportunity para derrotar o consórcio Telemar. O jornal teve acesso ao conteúdo de 46 fitas do grampo do BNDES. Numa das conversas, Lara Resende pediu e obteve de FHC autorização para usar o seu nome: “Não tenha dúvida”, repetiu duas vezes o presidente na conversa telefônica. A revelação alterou o curso das investigações.

Segundo a revista *Época*, foram responsabilizados pela interceptação telefônica ilegal no BNDES, João Guilherme e Temílson Barreto de Resende, agentes da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. Eles foram afastados de suas funções.

¹⁸ *Folha*, “Justiça condena pastor por dossiê contra PSDB em 98”, 29/11/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1013558-justica-condena-pastor-por-dossie-contra-psdb-em-98.shtml>. Acesso em: 15/10/2012.

No campo penal, o Superior Tribunal de Justiça condenou Mendonça de Barros a pagar indenização¹⁹ de 500 mil reais por danos morais a Carlos Jereissatti, do consórcio Telemar, que participava do leilão das teles. Em entrevistas e em depoimento à Justiça, o ex-ministro havia acusado o empresário pelo vazamento das conversas do grampo do BNDES. Por outro lado, a Justiça inocentou Mendonça de Barros, Lara Resende, Pior Borges, Renato Guerreiro (ex-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações) e 12 empresas, entre as quais as compradoras da antiga Tele Norte Leste, depois rebatizada de Telemar, da acusação de improbidade²⁰ em torno do leilão de privatização do sistema Telebrás. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região arquivou o caso por considerar que não houve má-fé nem dano ao Tesouro e que não havia provas das irregularidades apontadas por procuradores do Ministério Público Federal.

2.3 A Folha de S. Paulo

Em 2011, a *Folha de S. Paulo* era o jornal de circulação nacional mais vendido do país. De acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), sua circulação diária foi de 286.398 exemplares²¹. Vinham em seguida *O Estado de S. Paulo* com 263.046 e *O Globo*, com 256.259, apenas para comparar veículos com características semelhantes²². A história do Grupo Folha, que edita a *Folha*, começou no dia 19 de fevereiro de 1921 com a criação da *Folha da Noite*. Segundo Taschner (1992), aquela época foi marcada por um movimento de modernização da imprensa brasileira, vários títulos estavam surgindo e a *Folha da Noite* já nascia com uma orientação voltada para o mercado.

Em 1925 surge a edição vespertina *Folha da Manhã*, seguindo o mesmo padrão editorial do outro jornal. O grupo fez oposição aos governos da Primeira República por oito anos e, em 1929, Pedro Cunha saiu da sociedade e os jornais passaram a apoiar Washington Luís. Foram, então, empastelados durante as agitações que acompanharam o Movimento de 1930. Com isso, encerrou-se a “primeira fase” do conglomerado Folha: mudam-se os donos e desenvolvem-se ainda mais a noção de mercado que rege a empresa. (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 4)

¹⁹ *Folha*, “STJ condena ex-ministro de FHC a pagar indenização a empresário”, 27/5/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2705201011.htm>. Acesso em: 1/10/2012.

²⁰ *Folha*, “Caso Telebrás foi arquivado por falta de provas, diz TRF”, 1/5/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0105201016.htm>. Acesso em: 1/10/2012.

²¹ Dados disponíveis em <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>.

²² O jornal mineiro *Super Notícia* é o líder do ranking da ANJ, com média de circulação de 293.572 exemplares, mas ele circula praticamente só em seu Estado de origem. O mesmo acontece com *O Extra* (265.018), à frente de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, mas cujo público-leitor se restringe ao Rio.

Durante toda a Era Vargas, a Empresa Folha da Manhã, o novo nome adotado pelo grupo, optou por defender abertamente o interesse da cafeicultura paulista (SILVA, 2005). Em 10 de março de 1945, ocorre uma nova venda e a empresa passa a ser chamada de Folha da Manhã S/A. Em 1949, surge a *Folha da Tarde*. Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos se fundem em um só, cujo novo jornal se explica em editorial:

Somos, efetivamente, a *Folha de S. Paulo*, porque em São Paulo se edita nosso jornal e a São Paulo a consagra. Sem eiva regionalista, todavia, antes com a preocupação de servir o Brasil, que é a única maneira de defender eficazmente os interesses do Estado e do país. Essa a razão do 'slogan' que a partir de hoje figura sob o título destas colunas: 'um jornal a serviço do Brasil.' (*Folha*, 1/1/1960, p. 3)

Três anos depois, o jornal é vendido para Octavio Frias de Oliveira, que dizia ser “comerciante” quando alguém o tratava por “doutor” ou “jornalista”, e Carlos Caldeira Filho, um construtor civil. O discurso da modernização passa a ser o mote. “O liberalismo da *Folha* se recompassava com novas máquinas, com novas frotas, com novas relações no interior da empresa, com novas falas”, relatam Mota e Capelato (1981, p. 190). Os autores afirmam que nos “anos terríveis”, uma referência ao regime militar, o jornal passou reformulando-se a si mesmo, com sucessivas modificações na redação, melhorias técnicas, mas que publicamente optou por adotar uma postura “*low profile*”, pois “grande parte do noticiário censurado não chegava sequer à redação do jornal; era retirada do DICS [uma central de notícias], até que a direção ordenasse que a redação poderia ser informada” (MOTA; CAPELATO, Ibid., p. 215).

Para Albuquerque e Holzbach (op.cit., p. 5), a empresa acabou por adotar uma “atitude dócil” em relação ao regime militar porque aquele período foi particularmente próspero para os negócios, e Frias e Caldeira puderam comprar “uma série de jornais, gráficas e editoras e assumiram a Fundação Cásper Líbero”. Para o jornalista Claudio Abramo, foi durante o processo de redemocratização, em meados da década de 1970, que o jornal decidiu profissionalizar o trabalho jornalístico, dando-lhe um diferencial em relação ao tradicional *O Estado de S. Paulo*. “Frias percebeu então que seu jornal só poderia prosperar num regime democrático, e por isso adotou a linha combativa (ABRAMO, 1988, p. 88). Mas a oportunidade real de se destacar do concorrente surgiu, concretamente, apenas com a cobertura das Diretas-Já, nos anos de 1983 e 1984. Naquela cobertura, o veículo tomou partido pela defesa do movimento, permitindo reforçar junto dos leitores a imagem de “um jornal a serviço do país”.

Em 1984, Otavio Frias Filho, primogênito de Octavio Frias de Oliveira, assume a direção do jornal baseado na premissa de que a “população demonstrava querer virar a página da história da ditadura” (PILAGALLO, 2012, p. 236) e haveria espaço para um veículo menos opinativo e mais objetivo, sem deixar de atender aos anseios da sociedade. Naquele ano, foi iniciado o Projeto Folha, cujos dois pilares centrais, o pluralismo e o apartidarismo, fizeram o jornal, na fase de sua implantação, se distanciar de outros veículos de comunicação e ser duramente criticado.

Mas, segundo Silva (1988, apud PILAGALLO, Ibid., p. 244), “os pressupostos básicos do Projeto Folha foram incorporados pela imprensa brasileira, para o bem ou para o mal”. E descolando-se daqueles que veem uma matriz do jornalismo americano na escola brasileira, Silva afirma que a busca pelo apartidarismo da *Folha* se dá pela lógica mercadológica e não por um hipotético ideal de objetividade, que não existe no jornalismo:

O pluralismo e o apartidarismo são necessários não porque eles representam uma objetividade eticamente desejável nem porque eles signifiquem que o jornal é capaz de representar o real sem deformações, mas apenas porque o público que consome o jornal é composto por pessoas com diferentes visões de mundo e, como o jornal não pode prescindir de nenhum grupo significativo de seus leitores, deve representar cada um deles no noticiário e não discriminar nenhum. (SILVA, 1988 apud PILAGALLO, Ibid., p. 242)

De acordo com Pilagallo, essa argumentação foi a principal motivação dos ataques ao Projeto Folha “desferidos pelos que, ao valorizarem as convicções político-ideológicas, consideram indignas as razões do mercado” (PILAGALLO, Ibid., p. 243). Em 1987, o jornal publica seu Manual de Redação, na qual explicita no verbete “Mandato do Leitor” a relação que mantém com seu público:

Nas sociedades de mercado, cada leitor delega ao jornal que assina ou adquire nas bancas a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde às suas exigências, o leitor suspende esse mandato, rompendo o contrato de assinatura ou interrompendo a aquisição habitual nas bancas. A força de um jornal repousa na solidez e na quantidade de mandatos que lhe são delegados” (MANUAL, 1987, p. 33)

Em 2011, o Grupo Folha comemorou 90 anos e divulgou uma série de dados²³ que revelavam o perfil do leitor do jornal. Eis uma síntese: metade lê a *Folha* há pelo menos dez anos; 83% a consideram imparcial, 86%, pluralista, e 88%, equilibrada; 41% dos leitores nas versões papel e digital fazem parte da classe A; 51% são homens; 77%

²³ Dados disponíveis em <http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/>. Acesso em: 1/10/2012.

têm mais de 30 anos (sendo 46% com 50 anos ou mais); 72% possuem ensino superior e 24% também a pós-graduação; e 78% são do Estado de São Paulo.

2.4 A *Veja*

Fundado em 1950 por Victor Civita como Editora Abril, o Grupo Abril é um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação da América Latina. Em 11 de setembro de 1968, começou a circular a revista *Veja*, publicação semanal que trata de temas variados de abrangência nacional e global. Em seu primeiro editorial, Civita definiu o papel de *Veja* na sociedade: “O Brasil não pode ser mais o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher novos rumos.”

Em seu 40º aniversário, no ano de 2008, quando *Veja* já era lida por mais de 5 milhões de leitores, o presidente da Abril, Roberto Civita, filho de Victor Civita, reafirmava a missão²⁴ da revista:

É fundamental, para isso, que a revista seja independente, isenta, inteligente e responsável. Que não admita pressões de governos e governantes, amigos e inimigos, acionistas e anunciantes. Que busque a objetividade. E que esteja comprometida – sempre – com a liberdade e a verdade. Evidentemente, não basta declarar boas intenções para realizá-las. É preciso reunir centenas de competentes jornalistas, treiná-los, motivá-los e liderá-los com sensibilidade, imaginação e talento. (CIVITA, 2008)

A consolidação de *Veja* como a principal revista do país só veio a ocorrer a partir dos anos 1980, mas antes disso já enfrentava os arbítrios da ditadura: “Da grande imprensa paulista, só *O Estado*, o *Jornal da Tarde* e a *Veja* não aceitaram a imposição e foram submetidos à censura prévia” (PILAGALLO, 2012, p. 178). O jornalista lembra que *Veja* participou ativamente de episódios relevantes da política recente brasileira, considerando que foi “o veículo paulista que talvez mais tenha favorecido a candidatura de Collor” (PILAGALLO, *Ibid.*, p. 255), para, em seguida, publicar a entrevista com o irmão do presidente Pedro Collor, que teve “o efeito de uma bomba” (PILAGALLO, *Ibid.*, p. 266), saudou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República (*Ibid.*, p. 279), fez uma cobertura desequilibrada nas eleições de 2006, só com abordagens negativas ao presidente Lula (*ibid.*, p. 305) e, em 2010, com *O Estado*

²⁴ CIVITA, R. “Os primeiros quarenta anos”, setembro 2008. Disponível em: http://veja.abril.com.br/especiais/veja_40anos/p_014.html. Acesso em: 1/10/2012.

de S. Paulo, foram os “veículos que mais se entregaram à campanha contra Dilma Rousseff” (PILAGALLO, 2012, p. 307).

A historiadora Carla Luciana Silva afirma que a linha editorial de *Veja* permite situá-la no campo da imprensa liberal. Em seu projeto de pesquisa, ela trabalhou com a hipótese de que a revista teve uma ação em sintonia com o Fórum Nacional, grupo intelectual de formação dominante que dá sequência a outros grupos formuladores do pensamento desde a época da ditadura. Seguiu, assim, o trabalho de René Dreifuss, que em *O Jogo da Direita* e outras obras de sua autoria discute as formas de construção e manutenção da hegemonia da burguesia nacional brasileira. A partir dessa premissa, a pesquisadora afirma sobre a revista que:

Os espaços editoriais (carta ao leitor, reportagens / matérias, colunas de opinião, entrevistas) de *Veja* são utilizados para defender projetos e programas permanentemente. É esse o sentido do peso que é dado pela revista para a cobertura dos fatos políticos. Através deles, abrem-se ou fecham-se espaços para os diferentes interesses industriais, comerciais, bancários ou financeiros. Assim, a cobertura política se dá não porque a revista esteja interessada em pormenores do Congresso Nacional ou do Poder Executivo, mas porque nesses embates estão em jogo decisões fundamentais como: ‘livrar-se do fardo’ da Constituição de 1988; impedir qualquer controle ao capital, sobretudo externo; privatizar; retirar funções sociais do Estado. A revista agiu muitas vezes nesses debates da grande política como partido, organizando e encaminhando a hegemonia capitalista. (SILVA, 2009, p. 24)

Embora receba inúmeras críticas, o discurso de *Veja* possui um público de quase 9 milhões de leitores. Com tiragem de 1.209.390 exemplares semanais, a revista é a terceira do mundo, atrás apenas das americanas *Time*, com 3.276.822 exemplares, e *Newsweek*, 1.527.156. Segundo estudos da Marplan de 2011, 57% dos leitores de *Veja* são mulheres, 78% têm acima de 25 anos, 73% pertencem às classes AB (20% na A e 53% na B), sete em cada dez são das Regiões Sul e Sudeste do país, enquanto a penetração no Norte e Nordeste é de 18%. Nos últimos anos, a publicação tem enfatizado suas ações para as plataformas digitais. Em julho de 2012, *Veja* comemorou a conquista de 1 milhão de fãs no Facebook²⁵. Em 3 de outubro de 2012, o perfil da revista no Twitter possuía 2.045.677 seguidores. Pesquisa de opinião²⁶ junto a leitores da publicação em dispositivos móveis (tablets) indicou que 84% deles possuem ensino superior, 65% têm entre 20 e 34 anos, 62% residem no Sudeste e 60% têm filhos e renda familiar superior a 15 mil reais.

²⁵ Dados disponíveis em <http://www.publiabril.com.br/noticias/973>. Acesso em: 1/10/2012.

²⁶ Dados disponíveis em <http://publicidade.abril.com.br/pesquisas/391>. Acesso em: 1/10/2012.

3. Referenciais teóricos

Escândalo, político e midiático. Três palavras que lidas separadamente têm, cada uma, definições próprias. Estudadas de forma integrada pelo sociólogo britânico John B. Thompson, deram sentido a uma *teoria social do escândalo*. Embora o autor exemplifique a teoria com episódios que marcaram a vida política da Inglaterra e dos Estados Unidos, trata-se de um referencial teórico aplicável ao caso brasileiro. Isso porque as transformações sociais e políticas que têm criado novas formas de ação e interação e moldado as sociedades modernas, com destaque para o surgimento de novas tecnologias que cada vez mais impactam os meios de comunicação, são globais e não deixaram o Brasil de fora. Basta citar o suicídio de Getúlio Vargas, o caso PC Farias e o impeachment de Collor, os *anões* do orçamento, o projeto Sivam, a compra de votos para a emenda da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, o caso do juiz *Lalau*, os atos secretos do Senado, os laranjas de Renan Calheiros, entre outros, para ter a certeza de que o país não é imune a escândalos político-midiáticos (EPMs) amplamente repercutidos pela imprensa nacional.

Em obras como *Ideologia e Cultura Moderna – Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação* (1995) e *A Mídia e a Modernidade – Uma Teoria Social da Mídia* (1998), Thompson aponta o papel central exercido pela mídia²⁷ na formação das sociedades modernas. Em *O Escândalo Político – Poder e Visibilidade na Era da Mídia* (2002), o autor traça um generoso percurso sobre a origem etimológica da palavra escândalo, que nos serve como ponto de partida. Escândalo provavelmente deriva da raiz indo-germânica *skand*, cujos derivativos do grego antigo como *skandalon* eram empregados no sentido de armadilha, obstáculo ou uma causa de deslize moral. Daí o seu uso corrente para descrever uma forma mais geral de transgressão moral.

Escândalos, de qualquer natureza, podem ser vistos como acontecimentos confusos justamente porque valores e normas são contestados ou estes acabam sendo implicados a partir dos desdobramentos subsequentes de ações e falas dos personagens

²⁷ Embora esta dissertação empregue moderadamente o termo mídia, uma vez que o objeto de pesquisa se refere à imprensa em particular, neste capítulo a palavra será empregada para respeitar o emprego adotado pelos autores citados. Lima (2006, p. 53) assim define a expressão: “A mídia, plural latino de *medium*, é entendida aqui como o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a instituição mídia implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação *mediatizada*. Esse é um tipo específico de comunicação, realizado através de instituições que aparecem tardiamente na história da humanidade e constituem-se em um dos importantes símbolos da modernidade.”

envolvidos. Há, invariavelmente, uma repercussão implícita a partir de sua divulgação. Esse caráter transgressor ou que contradiz determinados valores da sociedade é a primeira característica que define um escândalo. Mas, adverte Thompson, essa ação ou esse acontecimento devem se tornar conhecidos de outros, possuir um certo grau de desaprovação pública e ter potencial para prejudicar a reputação dos indivíduos, embora esta última não seja uma condição necessária.

Com frequência, o escândalo está associado à corrupção e ao suborno, mas Thompson alerta que se tratam de dois conceitos distintos e de sentidos muito diferentes. A palavra corrupção é derivada do latim *corrumpere*, e designa a desintegração, decomposição e deterioração de um corpo ou substância. Mas foi no século XV que a palavra ganhou o sentido ao qual estamos acostumados a ouvir, qual seja a de “perversão ou falta de integridade no desempenho das obrigações públicas através de subornos ou favores, especialmente pelos oficiais do Estado ou de alguma outra instituição pública” (THOMPSON, 2002, p. 56). O sociólogo entende que um caso de corrupção pode vir a se tornar um escândalo se, evidentemente, ele se tornar público e, sobretudo, emergir da sociedade a articulação de um discurso infamante, que gere uma condenação articulada ou reprovação e tenha ressonância em um dado tempo.

Thompson explica que os escândalos não são novos, na verdade existem há séculos, mas foi a partir do desenvolvimento das sociedades modernas que eles passaram a sofrer influências das formas midiáticas de comunicação:

Escândalos midiáticos não são simplesmente escândalos noticiados pela mídia e que existem independentemente dela: eles são, de diferentes maneiras e até certo ponto, constituídos por formas midiáticas de comunicação. Como se deu essa conexão entre escândalo e mídia? Que há no escândalo que se preste a uma exibição na e através da mídia, e o que há nela que facilite a ocorrência de escândalo? Há, certamente, uma estreita afinidade entre escândalo e mídia que foi explorada pelos provedores da palavra impressa desde a era dos panfletos e dos libelos: o escândalo vende. (THOMPSON, *Ibid.*, p. 59).

Embora o emprego da palavra “midiática” mereça uma exploração mais aprofundada, o que vai ser feito adiante, cabe registrar antes que Thompson entende que os escândalos puderam crescer e se expandir em solo fértil a partir da presença efetiva dos meios de comunicação. Eles operam como um esquema referencial, concentrando a atenção em um indivíduo ou uma suposta atividade, impedindo que o escândalo se encerre rapidamente e permitindo que o fluxo de informação em torno dele tenha abrigo

em seus espaços editoriais. Na prática, é preciso que imprensa e jornalistas passem a ter interesse em explorar esses assuntos. É por isso que se pode falar em narrativas prolongadas porque, como o autor já sinalizava: “O escândalo vende.” E por que escândalo e política permitem, cada vez mais, associações nas sociedades modernas?

Em primeiro lugar, a política em uma democracia liberal é um campo de forças competitivas que são organizadas e mobilizadas através de partidos e outros grupos de interesse. Isso cria uma atmosfera tensa, algumas vezes altamente carregada, em que o conflito e a confrontação são a norma; partidos e outros grupos de interesse estão constantemente preocupados em atacar seus opositores, procurando tirar proveito dos possíveis pontos fracos existentes. Nessas circunstâncias, o escândalo pode ser uma arma poderosa. (THOMPSON, 2002, p. 128)

Alguns anos antes, Champagne (1996) já aludia sobre a importância do escândalo na manutenção ou destruição dos personagens políticos. Referenciando Joseph Schumpeter²⁸, que observou que nas democracias ocidentais a luta se inscreve na lógica do mercado e da concorrência aberta e pública, o autor acima lembra que os políticos estão, constantemente, à procura de acumular um capital simbólico feito de crédito e confiança, mas que, “através da imprensa, pode ser afetado brutalmente pela revelação de um ‘escândalo’” (CHAMPAGNE, 1996, p. 29).

No Brasil, Vera Chaia já havia se dedicado ao tema entre 1999 e 2001, partindo da premissa de que a política cada vez mais procurava se adequar à realidade da centralidade dos meios de comunicação. A publicização torna-se fundamental para deflagrar ou firmar qualquer carreira política, muito embora esse processo possa representar, concomitantemente, uma ameaça às lideranças, já que os políticos não conseguem controlar a visibilidade e o poder da mídia. Não há mais segredos de Estado. O que vai fazer com que um escândalo ou mesmo um fato negativo sejam explorados no noticiário dependerá “do grau de conhecimento público sobre as ações e acontecimentos e a transformação deste conhecimento em *making public* e *making visible*, através dos quais as ações se tornam conhecidas dos outros.” (CHAIA, 2004, p. 95).

Na apresentação da edição brasileira de *O Escândalo Político*, Pedrinho Guareschi lembra, com propriedade, que houve uma diminuição bastante perceptível de escândalos políticos no interregno do regime militar. Uma explicação bastante razoável para essa particularidade é que há uma forte afinidade entre escândalos políticos e democracia liberal. Nas ditaduras, a imprensa sofre censuras, tem menor margem para

²⁸ Cf. SCHUMPETER, J. *Capitalisme, socialisme et démocratie*. Paris: Payot, 1961.

realizar investigações jornalísticas e, sob o pretexto do segredo de Estado, muitos abusos de poder podem permanecer ocultos. É o que Thompson chama de “fronteira nebulosa”. Por mais que os jornais do Brasil, afirma Guareschi, tenham noticiado as descobertas de ossadas de vítimas da ditadura e gerado alguma sensibilização de círculos restritos, esse assunto nunca chegou a se tornar escândalos.

Thompson afirma que para se compreender a natureza de um escândalo político é preciso conhecer a estrutura do campo político. É onde entra o conceito de campo do sociólogo francês Pierre Bordieu, visto como um espaço de posições sociais cujas propriedades são definidas pelas relações entre essas posições e pelos recursos ligados a ela, e onde os indivíduos fazem usos desses recursos a fim de alcançarem seus objetivos. Para Bourdieu (1998), esses espaços são marcados por conflitos e tensões, que vão definir a produção da realidade social. Dessa forma, cada campo cria suas próprias leis que regem a entrada, a permanência e a saída dos atores sociais.

A Thompson interessa empregar o termo campo político no terreno da ação e interação modelado pelas instituições do Estado. E este tem a ver com a aquisição e o exercício do poder político, que, por sua vez, depende do uso do poder simbólico para “cultivar e sustentar a crença na legitimidade” (THOMPSON, 2002, p. 131). Por poder simbólico, o autor se refere à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e também de criar acontecimentos. E é nesse ponto que se torna possível fazer a intersecção com a mídia. Com a crescente importância dos veículos de comunicação, as relações entre políticos e não-profissionais são cada vez mais determinadas pelo tipo de quase-interação midiática que se dá a partir da imprensa e da televisão. É nesse palco que essas relações entre políticos e não-profissionais do campo político são criadas, sustentadas e até destruídas.

As organizações da mídia estão todas interessadas no exercício do poder simbólico através do uso dos meios de comunicação de vários tipos. Algumas dessas organizações estão ligadas diretamente ao campo político, mas não se identificam com ele, pois são geralmente governadas por princípios diferentes e orientadas para diferentes finalidades. (ibid., p. 134)

Nessa distinção e, ao mesmo tempo, pela interdependência entre políticos e representantes dos meios de comunicação, é que se pode compreender que, para o exercício do poder, é preciso lançar mão de vários recursos, mas sobretudo a mídia, que produz e transmite capital simbólico (BORDIEU, 1998). Assim, fecha-se o ciclo para

delinear o que Thompson chamou de *teoria social do escândalo*, quando “escândalos são lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo”:

Alguns escândalos se referem sobretudo ao poder político, com a infração de regras e procedimentos para seu exercício e como o desenvolvimento de redes ocultas que frustram mecanismos formais de responsabilidade, como vimos; outros escândalos se referem a conexões entre poder político e econômico, chamando a atenção para formas de corrupção e conflitos de interesse que são incompatíveis com os padrões de conduta que deveriam ser esperados de funcionários públicos. Mas mesmo os escândalos que se concentram no poder político e econômico, referem-se também ao poder simbólico; todos os escândalos envolvem lutas pelo poder simbólico e pelas fontes do poder simbólico. (THOMPSON, 2002, p. 296)

Lima (2006, p. 13) entende, assim, que o escândalo político-midiático envolve a revelação, a partir da imprensa, de atividades que podem abalar a reputação de políticos, mas que o controle e a dinâmica de todo o processo, até seu desenlace final, deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e a mídia. E é por isso que ele considera que o caso mensalão é perfeitamente possível de ser enquadrado como um EPM porque a crise política “não existiria se não fosse *na e pela* mídia”.

3.1 Comunicação política no Brasil

Inúmeros pesquisadores têm se dedicado a investigar as relações entre mídia e política no Brasil, um campo que fica na confluência entre as Ciências Política e das Comunicações e tem propiciado o surgimento de diversificadas interpretações, por vezes conflitantes ou até contraditórias, de uma mesma realidade. De forma esquemática, Lima (Ibid., passim) expõe sete proposições (que ele chamou de “teses”, no uso mais liberal do termo) para explicar a importância da mídia nas sociedades contemporâneas.

A primeira das “teses” é a de que a mídia ocupa uma posição de centralidade na sociedade. A pesquisa Barômetro das Américas, da Latin American Public Opinion Project (Lapop)²⁹, da Universidade de Vanderbilt, realizou um levantamento no Brasil em 2010 que reforça essa proposição. As duas tabelas a seguir mostram que a televisão exerce a maior influência sobre a forma como as pessoas se informam, vindo a seguir os meios jornal, portais de internet e rádios, instituições midiáticas, opondo-se à realidade

²⁹ Dados disponíveis em Latin American Public Opinion Project – Brasil 2010 – http://lapop.ccp.ucr.ac.cr/Lapop_English.html. Acesso em: 1/6/2012.

dos anos 1980 quando família, igreja, escolas e grupos de amigos ocupavam esse espaço. E mais da metade da população acompanha o noticiário todos os dias.

Tabela 3.1 – Meios acessados para obter informação

Como se informa sobre a situação atual?	%
TV	73,83
Jornal	10,40
Rádio	2,43
Portais de internet (menos jornais)	10,05
Igreja	0,69
Escola	0,69
Familiares	0,52
Colegas do trabalho	0,52
Amigos	0,69
Vizinhos	0,17

Fonte: Lapop – Brasil 2010

Tabela 3.2 Acompanhamento do noticiário

Com que frequência presta atenção nas notícias?	%
Diariamente	55,50
Algumas vezes por semana	29,64
Algumas vezes por mês	5,16
Raramente	7,59
Nunca	2,11

Fonte: Lapop – Brasil 2010

As segunda e terceira proposições elencadas pelo autor são complementares, uma vez que aquela afirma que a mídia tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo e esta sugere que a mídia vem exercendo funções que antes caberiam aos partidos políticos. Quando um veículo de comunicação propõe a construção da agenda pública, por meio do agendamento dos temas que serão discutidos no ambiente político, gera, transmite e enfatiza o conteúdo das informações políticas, fiscaliza as ações do governo e canaliza as demandas da população, ele acaba por ocupar o espaço institucional que era exercido pelas agremiações partidárias.

Nas duas proposições seguintes, Lima (2006, p. 59) lembra que a mídia tem alterado radicalmente as campanhas políticas, uma vez que a intermediação entre a classe de representantes políticos e o eleitor tem se dado sobretudo na arena da mídia eletrônica, que, com isso, acaba por exercer um importante papel “pelo poder que emana de sua capacidade única de produzir e distribuir capital simbólico e pela ação

direta de seus concessionários e/ou proprietários, transformaram-se também em atores com interferência direta no processo político”.

Por último, o autor lembra que, de um lado, a consolidação de um sistema de mídia concentrado no Brasil, liderado pela TV, e em boa parte controlado por grupos familiares vinculados às elites políticas regionais e locais, e, de outro, o fato de que a maioria da população continua sem o domínio da leitura e da escrita, o que se pode atestar pelas pesquisas de domicílios³⁰, tudo isso implica na potencialização do poder dos órgãos de comunicação no processo político, notadamente da mídia eletrônica. A preocupação é a de que “o que está realmente em jogo quando se trata das relações entre mídia e política é o processo democrático” (LIMA, 2006, p. 63).

Rubim (1994, p. 49) já situava a comunicação como um “poder autocrático”, acima do controle da sociedade e “distante e mesmo em oposição franca à realização e aprofundamento em radicalidade da democracia no mundo contemporâneo. Ao tornar a produção e divulgação como bens simbólicos, em que os discursos sociais são reproduzidos e produzidos novamente pela mídia, a comunicação midiática deixa de ser mera intermediária. Para o autor, a mídia, com sua “virótica assimilação do ato de tornar as coisas públicas”, faz com que a visibilidade social se encontre cada vez mais aprisionada e sob controle da própria mídia, em detrimento da ação política. Isso porque a política, ao perder seu caráter excludente e se tornar uma atividade pública, precisa enfrentar as contradições e conflitos que marcam a vida em sociedade, sem o que não conseguirá ampliar seu poder. Considerando que a mídia passou a ocupar sensivelmente também esse papel, a política se vê expropriada do momento de sua realização pública, perdendo sua capacidade e completar o ciclo vital de forma livre.

O deslocamento de poder tende a subverter o jogo de poder no campo de forças comunicação política. Se é verdade que a política continua a intervir e a influenciar a comunicação, com a configuração do campo da mídia principalmente com o seu tendencial controle de ação, a comunicação defronta-se com a política em outro patamar de correlação de forças: agora a comunicação retém, em grande parte, o momento de publicização da política. Isso significa poder.” (RUBIM, *Ibid.*, p. 44-45)

³⁰ Lima (2006) citava a Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (Pnad) de 2004, quando 90,3% dos domicílios no Brasil possuíam pelo menos um aparelho de televisão. A atualização para a Pnad 2011 indica que esse número saltou para 96,88% da população. Em termos de instrução, 17,8 milhões de brasileiros acima de 5 anos são analfabetos, o que equivale a 9,83% da população. Em 2011, das 53,8 milhões de pessoas que frequentavam uma unidade escolar, 59,53 estudavam no ensino fundamental, 17,44% no médio e 12,36% no superior. Dados disponíveis em IBGE, <http://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 1/10/2012.

Nessa nova configuração, um aspecto que nunca pode ser perdido de vista é em relação às pessoas, aos eleitores e à sociedade civil, organizada ou não. Se os escândalos políticos se tornaram midiáticos, se a mídia passa a ocupar um papel central no debate e se a imagem que se faz da classe dos políticos é aquela que a mídia faz deles, cabe questionar em que medida o resultado disso é o declínio da crença de que os governantes podem ser bem-intencionados e competentes. Luiz Felipe Miguel (2010) procura enfrentar essa questão, trabalhando com três hipóteses nas quais os meios de comunicação de massa cumprem papel crucial.

Inicialmente, Miguel (2010, p. 227-228) fala da “espiral do cinismo”, formulação levantada por Capella e Jamieson (1997)³¹, na qual afirma que se os políticos se tornaram cínicos, isso é consequência do cinismo dominante no público. Por essa concepção, há um círculo vicioso de realimentação entre a cobertura da imprensa sobre a política, as expectativas do público e o comportamento dos políticos. A partir de uma cobertura cínica da política, os jornalistas acabam fortalecendo a criação da espiral. Para o autor, há três explicações para se justificar esse cinismo: “ideologia profissional” (o bom jornalista deve desconfiar das aparências), a cobertura tem se tornado “hiperpolitizada” (o repórter de política só entende de política) e o fato de que os malfeitos da ação política são sempre mais destacados do que os seus contrários.

Se olharmos numa perspectiva radicalmente oposta à da “espiral do cinismo”, poderíamos dizer que há um despertar do espírito crítico, no qual a partir de um processo lento de aprendizagem os cidadãos deixaram de acreditar nas falas da elite política. Em outras palavras, a pessoa comum teria se conscientizado sobre os desmandos das classes dirigentes, tão ruim no presente quanto no passado. Essa perspectiva também prevê a participação da mídia na formação de uma pedagogia do processo político. “A cobertura extensiva das atividades dos governantes e dos principais líderes políticos contribui para minar sua credibilidade, exibindo equívocos, hesitações, titubeios que, de outra forma, ficariam longe do conhecimento do grande público” (MIGUEL, Ibid., p. 231-232).

³¹ Cf. CAPELLA, J. N.; JAMIESON, K. H. *Spiral of Cynism: The Press and the Public Good*. Oxford: Oxford University Press, 1997. Trata-se de um desdobramento da “espiral do silêncio”, proposta por Elisabeth Noelle-Neuman (*La espiral del silencio. Opinión pública: nuestra piel social*. Barcelona: Paidós, 1993), que afirma que na sociedade moderna prevalecem as opiniões que as pessoas julgam predominantes, amplamente disseminadas pela mídia, uma vez que temendo o isolamento elas optariam por silenciar sobre posições dissidentes.

A terceira hipótese trabalhada por Miguel (2010, p. 233-235) é a que corrobora o senso comum de que há uma decadência dos governantes, na qual “aos grandes nomes da história, contrastam-se os fracos líderes da atualidade”. Citando o cientista político italiano Giovanni Sartori (1987)³², para quem “a televisão imbeciliza o público”, tornando-o incapaz de pensar e dando-lhe a ilusão de compreender os negócios públicos, o autor novamente associa a perda da crença nos políticos à mídia, já que os processos eleitorais e do cotidiano da política perpassam cada vez mais pelos meios de comunicação. Nessa hipótese, a mídia eletrônica tem papel de destaque, porque ela tende a personalizar as disputas de poder, tornando os partidos menos centrais, e os meios de comunicação de massa, de maneira geral, pioram a qualidade das decisões por exigirem respostas apressadas, fora do tempo da política.

O autor alerta que a desconfiança em relação aos políticos é parte de um sentimento generalizado, em relação a qualquer discurso de poder, podendo, dessa forma, se voltar contra o próprio discurso da mídia. Isso, contudo, não tem o efeito de abalar a posição estrutural dos meios de comunicação de massa como provedor de informações. “De certo ponto de vista, pouco importa se acredito ou não no que a imprensa me diz: eu preciso de informações para me situar no mundo e aquelas são as únicas de que disponho” (MIGUEL, op. cit., p. 238).

Uma discussão necessária para se enfrentar é até que ponto se pode afirmar que “as mídias nos manipulam”, conforme questiona Charaudeau (2012). Em conversas, discussões e análises sem o devido rigor, é frequente criticar os meios de comunicação de massa por um caráter de sensacionalismo, por deformar os propósitos de declarações políticas, pela insistência na busca do *furo* (ao procurar dar a notícia em primeira mão, os veículos acabam, muitas vezes, tendo de abdicar da totalidade ou qualidade da informação) e por eles alimentarem rumores. Esse autor reduz a importância desses tipos de condenações públicas, afirmando que não é sensato dizer que a mídia tenha vontade precípua de enganar os cidadãos e estes estejam dispostos a receber todas as informações sem nenhum espírito crítico. Para ele, as mídias manipulam de uma maneira que nem sempre é proposital e, ao automanipularem-se, acabam sendo vítimas, elas próprias, dessa manipulação.

³² Cf. SARTORI, G. (*A Teoria da Democracia Revisitada*, 2 vols. São Paulo: Ática, 1987), “a imagem é inimiga da abstração” e o raciocínio abstrato é essencial para a compreensão do mundo, e ao se tornar cada vez mais influenciado pelo discurso da TV o eleitorado se torna incompetente para acompanhar as questões políticas e escolher seus candidatos nas eleições.

Sem descuidar de lembrar que as agendas midiática, política e cidadã não são sempre as mesmas, e que os meios de comunicação de massa só tornam visível aquele visível que decidiram nos exhibir, Charaudeau (2012, p. 257) adverte que as mídias têm pouca margem de manobra, já que permanecem presas a uma concorrência comercial que as obrigam a fazerem como os outros e serem diferentes ao mesmo tempo. E ressalta que “o poder político é também parte interessada na construção da agenda midiática e, de maneira geral, no jogo da manipulação”.

O autor afirma ainda que “é bem difícil medir a influência das mídias sobre a opinião pública”, sendo só possível fazer observações empíricas, muito embora não falem exemplos e contraexemplos para provar hipóteses da influência dos meios de comunicação de massa sobre o processo político³³. Contrariando o que pensam alguns estudiosos, Charaudeau afirma que não se sustenta o argumento de que as mídias em geral, e a televisão em particular, constituem um poder, mas que elas participam do jogo complexo do poder como o espaço do saber e da mediação social, indispensáveis para a constituição de uma consciência cidadã.

Não é propriamente o jornalista que é manipulador, pois ele mesmo está preso numa máquina manipuladora. A instância midiática é vítima de seu sistema de representação, pois em vez de efetuar a troca entre ela e o cidadão, a troca ocorre entre ela e os atores da máquina econômica, a fim de sustentar sua própria promoção. (CHARAUDEAU, *Ibid.*, p. 260)

Champagne (1996) descreve como ingênua a crença de que a imprensa produz, por conta própria e de forma arbitrária e manipuladora, os acontecimentos. Ela é parte do processo, mas não todo o processo, este estabelecido a partir das relações entre o campo da imprensa e os diferentes campos sociais. Nesse sentido, os jornalistas são apenas os agentes mais visíveis da produção coletiva dos acontecimentos. Há, assim, um mandato implícito entre jornalistas e a sociedade que, de certa forma, orienta os primeiros a sempre relatarem, seja positiva ou negativamente, os acontecimentos. Caso não os façam ou inventem “seja lá o que for como acontecimento”, correm o risco de perderem seu capital de credibilidade. “É como se o acontecimento jornalístico fosse uma forma convertida – na lógica relativamente autônoma do campo jornalístico – do

³³ O autor cita as eleições presidenciais na França de 2002, quando Jean-Marie Le Pen ultrapassou Lionel Jospin no primeiro turno e poderia ter havido uma “matracagem” midiática da televisão ao enfatizar a insegurança no país, e o caso Monica Lewinsky-Bill Clinton (um escândalo político-midiático, por excelência), quando a despeito do tratamento altamente denunciador por parte da imprensa, não teve impacto sobre a população, já que sondagens de opinião indicavam que o povo americano não condenava o presidente americano.

capital econômico, institucional, cultural ou simbólico que está à disposição dos grupos sociais.” (CHAMPAGNE, 1996, p. 224)

Para Charaudeau (2012), a responsabilidade das mídias está, ainda que isso faça parte de seu processo produtivo, na seleção dos acontecimentos, que leva à construção de uma agenda própria e impeditiva de observar, analisar e retratar aquilo que está à sombra ou fora de seu agendamento.

Ela (a agenda midiática) é imposta num jogo de oferta que leva a crer que corresponde a uma demanda. Como em todo mercado, é a oferta que dita a demanda, uma demanda que constrói uma circularidade, não se podendo dizer se corresponde à necessidade (e muito menos ao desejo). Escolher anunciar uma notícia incerta em vez de nada dizer, mesmo com todas as precauções habituais, é fazê-la existir e registrar como tal. O cidadão, não nos esqueçamos, só pode consumir informação que lhe é servida. (CHARAUDEAU, *Ibid.*, p. 271)

O autor reitera, então, que as mídias se dedicam a procurar a revelação tanto quanto a ampliar a dramatização do acontecimento, no qual o público deixa de ser tratado como cidadão para virar um espectador de um mundo que se torna objeto de fascinação. As mídias acabam por se tornarem reféns de um processo de catarse social, na medida em que desempenham, elas próprias, a função de produtores dessa catarse.

Os procedimentos midiáticos permitem cada vez mais criar a ilusão do factual, do autêntico, da prova da realidade dos fatos, pela investigação do privado, do íntimo, do testemunho, persuadindo-nos de que ‘isso realmente aconteceu assim’. É o que pode ser chamado de verossímil, ou de ‘verdadeiro verossímil’, o que faz com que se fundam os dados da ficção do autêntico, que dá um suporte de realidade tangível às figuras de identificação da ficção. (CHARAUDEAU, *Ibid.*, p. 273)

Wilson Gomes (2009), ao contrário de Charaudeau, enfrenta a questão sobre a opinião pública. Partindo do referencial teórico proposto por Jünger Habermas³⁴, na obra fundamental *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, o autor pondera que as discussões sobre “opinião pública” buscam muito mais compreender a natureza da democracia do que propriamente explicar a designação do termo. Com o interesse particular de analisar o fenômeno da opinião política e de sua vinculação com o jornalismo e democracia, Gomes afirma que a opinião política pode estar vinculada à “opinião pública”, como também à “opinião publicada” ou à produção da opinião do público, o que foi denominado de “política de opinião”. Nas três situações o papel da mídia, mais uma vez, mostra-se central.

³⁴ Cf. HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução F. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

No primeiro caso, a “opinião pública” não se configura simplesmente como o sujeito coletivo de opiniões, mas o sujeito coletivo capaz de manifestar decisões. Servem de exemplo as pesquisas de opinião pública, que permitem auferir a disposição de classes de indivíduos em face de alguma matéria em discussão na sociedade. Já a associação que se faz de que opinião política como opinião publicada, ela só é viável a partir dos agentes da indústria de informação, principalmente dos jornalistas, e destes, sobretudo os “formadores de opinião”. O terceiro caso se refere à prática política voltada para a imposição da opinião social predominantemente em matéria política.

A crescente institucionalização e profissionalização da atividade política – como, por exemplo, o funcionamento regular das atividades parlamentares – somada às peculiaridades das sociedades de massa, mudam o que é episódico e pontual em constante e regular, transformando a política de opinião num dos eixos centrais da atividade política. E de tal forma que grande parte da energia política se consome na produção da opinião publicada na esfera da exibição pública e nos consequentes esforços de formação de construção, controle e imposição da opinião dominante sobre matérias em disputa. (GOMES, 2009, p. 103)

Por meio dessa construção, não se pode perder de vista que o campo da política nas democracias se orienta pela conquista e pelo exercício do poder revisto de tempos em tempos (as eleições servem de exemplo). É por isso que se diz que o cidadão ou povo ainda é soberano da decisão sobre o bem comum, sujeito de sua própria opinião. O que faz a mídia nesse cenário é orientar-se pelo serviço de distribuição de informação ao público, buscando a conversão do público-audiência em público-consumidor. Ao tratar o público como sua posse, essa indústria “passa a vendê-lo como consumidor ao mundo da produção econômica, ao mesmo tempo em que o torna acessível como ‘opinião pública’ ou ‘eleitorado’ para o mundo da política” (GOMES, Ibid., p. 106).

Adentramos, assim, num debate acerca de questões que já compareciam em Habermas, desde *Mudança Estrutural*, e tem preocupado os estudiosos da política contemporânea. A esfera pública política dominante, estruturada pela comunicação de massa, é ainda uma esfera pública autêntica?, questiona Gomes (2008). Na perspectiva atualizada do pensamento habermasiano, abandona-se a perspectiva de responsabilizar a comunicação industrial de massa pela desvirtuação da esfera pública e aceita-se como fato de que a esfera pública teve ganhos em termos de acessibilidade e perdas em discutibilidade. A explicação é lógica:

A chamada política midiática é organizada transformando-se, portanto, em atividades de luta pela construção e pela gestão de imagens, e pela produção da opinião pública predominante. Assim, é organizada segundo princípios de persuasão e sedução, tornando-se cada vez mais refratária à argumentação coerente e demonstrativa. (GOMES, 2008., p. 121)

Mas não é objetivo do autor vilanizar a chamada esfera de visibilidade pública propiciada pelos meios de comunicação de massa, que torna disponível ao público uma espécie de quadro do mundo. Nos escândalos político-midiáticos, por exemplo, a imprensa acaba por prestar um serviço relevante à sociedade.

Os meios de comunicação podem sequestrar para a cena pública e, por conseguinte, para a esfera pública, fatos e coisas do recôndito, do privado, do subterrâneo, dos bastidores. Fatos e coisa que, é bom frisar, guardem relações estreitas com o interesse público. Do Watergate ao caso Collor, o jornalismo investigativo tem sido um dos instrumentos mais valiosos para a submissão à esfera pública de coisas, fatos e circunstâncias que dela queriam, a todo custo, escapar. (GOMES, Ibid, p. 151)

O campo da comunicação tem, assim, o poder de sequestrar temas políticos e dar a eles o caráter de visibilidade e de discutibilidade necessários. Os que decidem apresentar razões em defesa de seus interesses e pontos de vistas devem confrontar-se com a sociedade na esfera pública, que tende a rejeitar razões particulares e egoístas.

Naturalmente, razões não-públicas podem sempre travestir-se de justificações universais, mas de qualquer forma, quem a elas recorre estará sempre se sujeitando ao risco do desmascaramento e do constrangimento, pois, num auditório universal, domina a vigilância recíproca e nunca se sabe, ao fazer um lance argumentativo, quem vai reagir e questionar as razões apresentadas. (GOMES, Ibid., p. 161)

As referências teóricas acima nos servem de guia para conduzir o projeto de pesquisa, uma bússola de navegação pelos mares, nem sempre calmos, da comunicação e da política. O caminho percorrido até aqui deixa evidente que a mídia e a imprensa no que diz respeito a esta dissertação exercem um papel central nas sociedades modernas. No caso brasileiro, diante de suas peculiaridades e construções históricas, o sistema de mídia vem aumentando sua influência em torno do debate político, não sendo demais dizer que se tornou um personagem com capacidade elevada de influenciar o jogo político.

Ao contrapor o pensamento teórico com os casos reais explicitados no capítulo anterior (os escândalos político-midiáticos do mensalão e dos grampo do BNDES e dossiê Cayman) e que serão analisados adiante sob a ótica do discurso jornalístico,

encontramos aqui valiosos indicadores para responder a questões acerca do papel dos veículos de comunicação de massa no universo da política brasileira. Mas antes de apresentar a explicitação do método e da metodologia da investigação empírica, e seus resultados, vamos explorar a literatura que trata, justamente, do caso mensalão sob a ótica da Ciência das Comunicações. De forma transversal, iremos também abordar alguns estudos da Ciência Política que tratam do escândalo do governo Lula e a influência que a imprensa pode ter exercido sobre ele.

3.2 O mensalão na academia

Em sua tese de doutoramento, Pedro Santos Mundim procurou estreitar o diálogo entre comunicadores e cientistas políticos interessados em pesquisas sobre mídia e eleições no Brasil, propondo um modelo de medição dos efeitos da cobertura da imprensa sobre os pleitos. Trata-se de uma fórmula que calcula a intenção de voto em um dado tempo e em função do grupo da escolaridade do eleitor, e ela é o resultado de uma equação que leva em conta a própria intenção de voto expressa anteriormente, a cobertura da imprensa e variáveis de controle como exposição do votante ao Horário Eleitoral, à propaganda partidária e aos debates. Para validar sua tese, o pesquisador testou esse modelo nas eleições de 2002 e 2006.

Na disputa que deu o primeiro mandato presidencial a Lula, Mundim afirmou que a cobertura da imprensa se tornou predominantemente positiva para o petista, e isso só ocorreu porque o candidato havia se comprometido em manter a estabilidade econômica, expressa na *Carta ao Povo Brasileiro*³⁵, divulgada em 22 de junho de 2002. Tal estratégia permitiu que o petista adquirisse uma liberdade de ação e partisse para conquistar votos junto dos grupos de eleitores de escolaridades fundamental e média, onde se concentram mais de 85% dos votos no Brasil. Em 2006, já sob “o espectro do mensalão”, que se tornou uma “incógnita e um incômodo para o governo”, o resultado das eleições acabou por desmistificar “a opinião que diversos pesquisadores tinham sobre o poder da mídia” (MUNDIM, 2010, p. 119).

Coimbra (2007, p. 187) disse que houve uma “quase completa ausência de efeitos diretos da mídia no processo de tomada de decisão da vastíssima maioria da população” em 2006, e que o eleitorado foi para as urnas com posições fundamentadas,

³⁵ Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>. Acesso em: 12/10/2012.

fruto “da superexposição que o caso ‘mensalão’ ensejou”. O papel da imprensa teria sido, portanto, irrelevante para aquela disputa presidencial, visão corroborada por Kucinski (2007, p.134), que afirmou ter havido uma “derrota completa da grande imprensa pelos eleitores. Foi como se, de repente, todas as teorias sobre a influência da mídia na opinião pública e na formação da agenda de debates tivessem sido invalidadas por uma única experiência”.

Já Amaral (2006, p. 112), que também interpretou 2006 como um símbolo da “derrota da imprensa”, afirmou que ela ocorreu em virtude da “emergência das massas”, que teriam se auto-libertadas ideologicamente. Rubim (2007, p. 167) acrescentou que o eleitorado pobre “com base em seus interesses e nas suas avaliações de políticas do governo, teria, de modo independente, formulado suas opiniões e se colocado efetivamente como sujeitos políticos”. Nesse tipo de análise, há uma clara separação entre o voto dos ricos e dos pobres, com os últimos menos suscetíveis à cobertura negativa da imprensa em relação a Lula ou ao seu governo, sobretudo com o “espectro do mensalão” rondando a eleição.

Mundim, contudo, discordou da postulação dos quatro autores acima e apresentou uma posição um pouco diferente. Não se pode partir da premissa de que as eleições de 2006 decretaram a “falência dos formadores de opinião” ou que os jornais foram irrelevantes. Segundo ele, há evidências de que a cobertura da imprensa naquela disputa presidencial afetou a opinião de muitos eleitores de maneira substantiva. Ao testar o seu modelo, o pesquisador descobriu que não foi o mensalão, mas outro escândalo, a revelação da compra de um dossiê tucano³⁶ por parte de membros do PT e a ausência do presidente Lula ao último debate, na TV Globo, temas amplamente explorados e criticados pela imprensa, que forçaram a realização de um segundo turno.

³⁶ Em 15 de setembro de 2006, a imprensa noticiou a prisão de Valdebran Padilha e Gedimar Passos, ligados ao PT, ao tentarem comprar um material do empresário Luiz Antonio Vedoin, chefe de um esquema fraudulento que envolvia o desvio de verbas do Ministério da Saúde nas licitações de ambulâncias. O dossiê Vedoin, como também ficou conhecido, continha vídeos e fotos do empresário ao lado dos políticos tucanos José Serra e Geraldo Alckmin. A Polícia Federal interceptou a negociação e apreendeu 1,7 milhão de reais com Padilha e Passos (*Veja*, “Dossiê Vedoin”. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/crise_lula/vedoin.html). Em 24 de abril de 2007, o Tribunal Superior Eleitoral inocentou todos os acusados, inclusive o ex-presidente Lula, o ex-ministro da Justiça Marcio Thomaz Bastos, o ex-presidente nacional do PT Ricardo Berzoini (Portal Terra, “Dossiê Vedoin: TSE inocenta Lula e aliados”, Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI1572533-EI7896,00-Dossie+Vedoin+TSE+inocenta+Lula+e+aliados.html>). Já o senador petista Aloizio Mercadante havia sido inocentado dias antes pelo Superior Tribunal Federal, que encerrou o inquérito contra ele. (Portal Terra, Dossiê: STF arquiva inquérito contra Mercadante, Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1542773-EI7896,00.html>).

A cobertura da imprensa sobre Lula Candidato foi claramente uma das causas da variação das intenções de voto de Alckmin. Como ela foi predominantemente negativa, pode-se dizer que o tucano se beneficiou amplamente da maneira como os jornais trataram da candidatura do petista. Em seu momento mais crítico, justamente entre o escândalo do Dossiê e a ausência de Lula no debate do dia 28 de Setembro, é possível estimar que ela foi responsável por um ganho de aproximadamente 6,57% de votos para o tucano, mantidas as demais variáveis constantes. Em uma estimativa conservadora, que leva em conta apenas o número de pessoas que votaram em algum candidato no 1º turno das eleições, 95.957.656, isso representaria um universo de 6.302.777 eleitores³⁷. (MUNDIM, 2010, p. 128-129)

Hunter e Power (2007) sustentaram que teria prevalecido o voto econômico no qual os pobres ajudaram, de forma inédita, a reeleger o presidente e os profissionais de classe média, ao contrário, retiraram seu apoio histórico ao petista. Afirmam ainda que a queda na votação de Lula nos municípios mais desenvolvidos pode ser facilmente explicada pela percepção dos eleitores mais esclarecidos a respeito dos escândalos de corrupção que surgiram antes das eleições de 2006, amplamente noticiada pelos veículos de comunicação. Em seu artigo, eles ensaiam alguns esclarecimentos para tentar entender as razões que fizeram Lula ter conquistado os grotões do Brasil. Por essa visão, os pobres estariam desinformados (por causa da baixa penetração de revistas e jornais), seriam lenientes com as denúncias (de corrupção) ou teriam relevado o noticiário a partir de um cálculo de que os benefícios proporcionados pelo presidente valiam mais a pena.

Para Matos (2006, p. 12), é preciso levar em conta um outro fator para explicar a reeleição de Lula: “Foi exatamente ao assumir um discurso diametralmente oposto ao de *Veja*, isto é, contrário às privatizações, que o presidente e então candidato ao segundo mandato, Luiz Inácio Lula da Silva, conseguiu confirmar nas urnas seu favoritismo apontado nas pesquisas.” A citação à revista se dá porque, segundo a autora, *Veja* não só assume o discurso privatista como, em suas páginas impressas, essa defesa adquire status de racionalidade única e de verdade indiscutível. Ela afirmou que havia um consenso entre os veículos de comunicação de massa de que o Brasil estaria seguindo a “ordem natural das coisas” nos anos 1990. Quando Lula ressuscitou o tema das privatizações, procurando não só acusar FHC de “dilapidar o patrimônio público”, como também associar este comportamento à linha ideológica do PSDB, o petista acabou por confirmar seu favoritismo nas urnas.

³⁷ Valores extraídos por Mundim (2010) e calculados a partir dos dados disponíveis na página de Jairo Nicolau. Disponível em: <<http://jaironicolau.iuperj.br/>>. Acesso em: 1/10/2012.

Um assunto aparentemente anacrônico, mas que a prática demonstrou não digerido junto à opinião pública. Dito diferentemente, um assunto por demais debatido e digerido junto à opinião publicada (nos veículos de imprensa escrita, como *Veja*) – mas que não é nem se confunde com a opinião pública. (MATOS, 2006, p. 13)

Panke (2010, p. 174-175), que fez uma análise dos discursos da trajetória de Lula a partir do referencial teórico da semiologia, revelou que na campanha de 2006 a estratégia das equipes de marketing foi a de reforçar o perfil de estadista, optando pelo uso de cores simbólicas nacionais: “O PT aparecia apenas no gráfico, juntamente com a logomarca do PSDB e a palavra ‘governo’. Isso mostra o distanciamento promovido entre o partido e a imagem de Lula”. O objetivo era desvinculá-los de rótulos e das denúncias que envolviam seu partido. No último programa do Horário Eleitoral do primeiro turno, o petista falava a respeito do “julgamento” a que se submetia naquela eleição. Já no segundo turno, a propaganda política recorria a reportagens veiculadas na imprensa nacional para avaliar avanços e conquistas de seu governo, ao mesmo tempo em que procurava identificar a presença de um homem popular, realizador e acessível na Presidência da República.

Em trabalho mais recente, Mundim (2011) afirmou que o crescimento e os benefícios econômicos durante o governo Lula não produziram os mesmos efeitos junto dos eleitores mais escolarizados e expostos aos meios de comunicação, e que a partir de 2005, portanto pós-mensalão, esse segmento da população passou a avaliar a gestão petista e a própria figura do presidente muito mais em função das informações políticas obtidas na imprensa, contribuindo para o realinhamento eleitoral de 2002 e 2006 e ajudando a delinear os contornos das preferências eleitorais.

Nesse sentido, nem a grande mídia perdeu força, e nem os formadores de opinião ficaram falando sozinhos. As informações políticas produzidas pelos meios principais veículos de comunicação do país apenas encontraram um contexto político-eleitoral propício a produzir grandes efeitos para alguns eleitores, mas limitados para outros. (MUNDIM, *Ibid.*, p. 20)

O argumento do pesquisador foi o de que, para ter havido uma adesão de parcela significativa do eleitorado ao *lulismo*, outra parcela, ainda que menos numerosa, voltou-se para os candidatos da oposição e, para este grupo, a cobertura da imprensa foi uma das causas desse movimento. No campo da Ciência Política, André Singer afirma que o fenômeno do *lulismo* surgiu como resultado de um realinhamento eleitoral que se cristalizou em 2006 a partir de alguns fatores como a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza e para a ativação do mercado

interno e a crise do mensalão. A cobertura da imprensa sobre o escândalo político-midiático de Lula, embora tenha deixado o presidente na defensiva por cerca de seis meses, não esclareceu que, simultaneamente, havia um movimento de eleitores de baixíssima renda, “que tendem a ficar invisíveis para os analistas”, em favor do petista.

Em particular no ano de 2005, quando eclodiu o escândalo do mensalão, ocorreu, segundo classificação de Waldir Quadros³⁸, a primeira redução significativa da miséria desde o Plano Real, presumivelmente em consequência do conjunto de ações do governo Lula. Ou seja, durante a fase em que os atores políticos tinham a atenção voltada para as denúncias do mensalão, o governo concluía em silêncio o ‘Real de Lula’³⁹, que, diferentemente do original, beneficiava apenas a camada da sociedade que não sai nas revistas. (SINGER, 2012, p. 69)

Nesse sentido, para Singer, o *lulismo* se tornou uma opção nova contra uma alternativa de classe média organizada em torno de uma formulação de centro, que manteve por décadas, e de forma *sui generis*, uma situação paradoxal para o olhar de um estrangeiro, qual seja, a de que os mais pobres apoiavam a direita e os mais ricos, a esquerda. A partir do *lulismo*, essa equação se inverteu no Brasil:

O relativo desinteresse de Lula pelos ‘formadores de opinião’ significa que o realinhamento tirou centralidade dos estratos médios, que eram mais importantes no alinhamento anterior. Nele, a esquerda organizava segmentos baixos e médios da ‘classe média’, notadamente servidores públicos, em torno de uma ideologia de esquerda, isto é, do discurso classista. O centro agregava as ‘classes médias’ privadas ao redor da modernização do capitalismo, e a direita mobilizava o subproletariado contra a esquerda nos momentos cruciais. O conflito político geral era filtrado pelo debate entre os setores ilustrados. (SINGER, *Ibid.*, p. 81-82)

Com o pano de fundo das coberturas eleitorais presidenciais da imprensa de 1989 a 2002, Azevedo (2006) afirmou que poderia estar ocorrendo no país a cristalização de um pluralismo partidário, cenário que forçaria o surgimento de um jornalismo político e/ou partidário expressivo que desse conta de oferecer ao leitor perspectivas competitivas e mais balanceado em relação aos atores do campo político. Paralelamente ocorreria, no sistema de mídia brasileiro, uma consolidação de um jornalismo de informação em detrimento do jornalismo de opinião, num ambiente de maior concorrência no campo das Comunicações. Mas ainda há um longo percurso para

³⁸ Cf. QUADROS, W. *O encolhimento da classe média brasileira*. Cesit – Carta Social e Trabalho, nº 5, set.2006-abr.2007, p.5-12, 2007. Disponível em: http://www.cesit.org/wp-content/uploads/2012/07/Versao_Integral5.pdf. Acesso em: 7/10/2012.

³⁹ A expressão foi criada pelo economista Marcelo Neri para denominar os efeitos de uma política baseada no tripé formado pelo programa Bolsa-Família, pelos aumentos reais do salário-mínimo e pela expansão do crédito, que resultaram na diminuição da pobreza a partir de 2004.

se chegar nesse patamar, já que os jornais ainda teriam força o bastante para ditar sua agenda para o restante da sociedade.

Orientados para a elite e para os formadores de opinião, esses jornais [os grandes jornais brasileiros] compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta. (AZEVEDO, 2006, p. 95)

Em produção mais recente, Azevedo (2009) argumentou que existe uma tendência natural de conservadorismo da grande imprensa – em oposição à origem socialista do PT –, mas que alinhamentos dela com outros partidos podem ocorrer em conjunturas específicas (como com Collor em 1989). No caso específico da disputa de 2006, os argumentos conservadores são substituídos pelos éticos e morais. Apesar de concluir que a grande imprensa é, de fato, conservadora, o autor desautoriza interpretações mais apressadas sobre um suposto complô midiático que teria como inimigos declarados o PT ou Lula:

O que sugerimos aqui é que, independente de eventual militância antipetista de um ou outro veículo da grande imprensa, havia uma forte tensão entre valores ideológicos constitutivamente antagônicos entre o conjunto da grande imprensa (adepta, em variados graus e convicções, da economia de mercado e da democracia representativa) e o PT (socialista e abrigando internamente grupos críticos da democracia representativa). Este campo tensionado só sofreu mudanças no momento em que o PT se deslocou para o centro-político e se transformou num partido da 'ordem'. (AZEVEDO, 2009, p. 63)

Na visão do autor, imprensa e PT voltam a se afastar em 2006, mas por conta de conflitos de outra ordem e natureza, na qual a argumentação conservadora é substituída pelo debate ético e moral. Por causa do escândalo do mensalão, o PT perde sua aura de partido ético e, por tabela, “o reconhecimento positivo por parte da grande imprensa”. E isso seria o bastante para explicar o novo descolamento. “Mas, agora, na grande imprensa, a visão negativa da primeira fase, de um partido ‘radical’ com um programa político e econômico ‘irresponsável’, é substituída pela imagem de um partido eticamente frágil e com práticas políticas corruptas.” (AZEVEDO, *Ibid.*, p. 55).

Colling e Rubim (2006) afirmaram que a cobertura jornalística do primeiro mandato do ex-metalúrgico na Presidência da República pode ser dividido em duas etapas. A inicial realizou-se sob o signo da ambiguidade, quando a imprensa apoiava

medidas e políticas do novo governo que mantinham os compromissos e representavam a continuidade de políticas econômicas de Fernando Henrique Cardoso, ao mesmo tempo em que criticava o abandono das propostas históricas do PT e da esquerda, numa clara intenção de identificá-las como atrasadas ou inexecutáveis.

Com o advento do mensalão, segundo os autores, as denúncias de corrupção se tornaram o assunto único da agenda da mídia, quando emerge uma condenação moral do governo e do candidato, com o bloqueio de notícias de qualquer outra natureza, desenvolvidas ou não implementadas, corretas ou equivocadas, eficientes ou ineficazes. Quando a cobertura se concentra só no tema da corrupção e dos deslizes de variadas espécies, “reduz, em notável medida, a política a uma dimensão puramente moralizante, sob o pretexto da busca de uma política conjugada com a ética”. (COLLING; RUBIM, 2006, p. 185).

A partir da análise dos dados coletados pelo Doxa⁴⁰ entre 1 de fevereiro e 1 de outubro de 2006, Aldé, Mendes e Figueiredo (2007) procuraram comparar o comportamento da cobertura de *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo* aos principais candidatos a presidente nas eleições de 2006. O estudo quantitativo mostra que houve uma valência negativa acentuada para a cobertura de Lula presidente e candidato, evidenciando que “o clima editorial brasileiro foi desfavorável” ao petista naquela disputa eleitoral. Apenas como ressalva, os autores afirmam que a *Folha* chegou a buscar, em alguns momentos, um pluralismo em suas páginas (“mesmo tendo 30% de sua parte editorializada negativa para Lula, lhe fornece 23% de espaço positivo”), enquanto essa preocupação não foi relevante nos outros dois veículos.

Os grandes jornais de circulação nacional, no Brasil, adotam hoje um híbrido entre os dois modelos de pluralismo: formalmente, no discurso ético de auto-qualificação diante dos leitores, procuram associar-se aos conceitos e rituais de objetividade do jornalismo americano, como é possível constatar nos slogans, diretrizes oficiais, manuais de redação, cursos de jornalismo. No entanto, na produção do impresso diário, o que vemos são diferenças no tratamento conferido aos candidatos, de amplificação de certos temas negativamente associados a Lula, contraposto à benevolência no tratamento de temas espinhosos relacionados aos seus adversários. (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007, p. 17)

⁴⁰ O Doxa, Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública, foi criado em 1996, no IUPERJ, com o objetivo de investigar os processos eleitorais e de formação da opinião política. Em julho de 2010 transferiu-se para o Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A base de dados do Doxa é composta de um acervo audiovisual de propaganda e jornalismo políticos e pesquisas de opinião, com coleções de programas eleitorais desde 1988. Disponível em: <http://doxa.iesp.uerj.br/index.htm>.

Aldé e Vasconcellos (2008) afirmou que há uma relação de cooperação entre políticos e jornalistas, já que aqueles querem ganhar o noticiário, enquanto estes têm pressa em produzi-lo. E essa inserção nos meios de comunicação acaba por privilegiar a aparição de políticos que tenham “maior desenvoltura ou capacidade de criar fatos, vaziar documentos considerados importantes – em outras palavras, habilidade de corresponder à dinâmica e a narrativa ética da imprensa”. Para a autora, a mídia reforça as tendências individualistas dos políticos, fato comprovado no escândalo do mensalão com “a luta isolada dos parlamentares por um fórum de comunicação com alto poder de gerar credibilidade junto ao eleitorado. [...] O oportunismo midiático, no contexto de escândalos na política, representa exemplarmente o descolamento entre candidatos e partidos na mediação com o eleitorado”. (ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008, p. 67)

Numa leitura que descredencia uma suposta associação entre imprensa e partidos de oposição a Lula, Secco (2011, p. 231) afirma que aquela apareceu acima do bem e do mal, enquanto “os partidos de Direita também fazem parte do terreno da política que foi desmoralizado na crise de 2005”. Embora essa crise tenha sido transmutada em debate moral, o autor descarta ter havido uma identidade imediata de interesse entre grupos de oposição e a grande imprensa, como pensava a direção do PT.

Isso explica o fato de que a crise política alegrou depressa demais a oposição e causou uma crise psicológica rápida demais nos petistas. É porque ambos partilhavam o mundo da imprensa escrita. Ora, os valores políticos (não pessoais) de consumo das camadas médias são predominantemente morais e os dos intelectuais tradicionais (estudantes, professores, escritores) são simbólicos. Por isso, os jornais os difundem, já que se vendem para este público seja à direita ou à esquerda. (SECCO, *Ibid.*, p. 232)

Na interpretação do historiador, o erro de análise da oposição brasileira durante a crise política ocorreu porque ela associou o acesso às notícias de jornais com o grau de consciência política dos eleitores, a partir de um equívoco anterior, que é o de confundir o teor do noticiário com a verdade dos fatos. Embora algumas denúncias e ataques não tenha cessado, em meados de setembro⁴¹, “parece que os mais afoitos e a maioria dos donos de meios de comunicação e políticos de oposição” tomaram ciência de que seria

⁴¹ Em 18 de setembro, o Processo de Eleição Direta do Partido dos Trabalhadores conseguiu reunir 323 mil militantes que acabaram por eleger Ricardo Berzoini, do Campo Majoritário, ligado a Lula, numa disputa em que todos os candidatos se posicionavam na esquerda partidária. Folha, 20/9/2005, “Direção do PT trabalha com segundo turno”. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/09/20/2/>. Acesso em: 6/10/2012.

impossível colocar na ilegalidade o PT, que, “em meio à maior crise de sua história, ainda conseguia mobilizar mais de 300 mil militantes” (SECCO, *Ibid.*, p. 223).

Silva (2011) analisou o escândalo do mensalão e contrapôs a discursividade presente no noticiário da *Folha* às falas presidenciais. Sua conclusão é a de que há duas fases distintas no governo Lula, antes e depois do mensalão. Na primeira, prevalecia o “lulinha paz e amor”⁴², que dá lugar a uma discursividade marcada pelo “nós contra eles”. O autor lembra que a conjuntura de crise do escândalo do mensalão não foi exclusivamente política, mas também simbólica, porque significou perda de capital político e simbólico, mais tarde recuperado por Lula sob outras condições.

Se o ‘lulinha paz e amor’ tinha significado um severo baque na discursividade ‘classista’ tradicional do presidente e do PT, com o *lulismo* vemos um resgate de uma discursividade conflitiva, embora não nitidamente classista, pois qualquer referência à classe social é substituída pela figura do ‘pai protetor’. Então, uma dinâmica não ‘classista’, mas ‘conflitiva’ por certo, com a identificação das ‘elites’ e da ‘mídia’ como adversários. (SILVA, 2011, p. 14)

De forma complementar, Vasconcellos (2006) explorou a disputa simbólica de imagens no escândalo do mensalão, focando principalmente na estratégia de Lula de enquadrar seus discursos. A opção do presidente em apresentar um enquadramento personalista foi bastante favorecida por pré-condições do sistema político-midiático, em que a televisão ocupa um papel destacado e o presidencialismo reforça a importância do governante de ocasião. Dessa forma, o presidente tem como opção construir e/ou reforçar laços pessoais de confiança com a população, o que foi feito por Lula depois da crise do mensalão.

Esses efeitos (no campo da política) ficam ainda mais evidentes em escândalos políticos, no qual a imprensa exerce um papel central de responsabilização das figuras políticas. Por outro lado, os próprios atores recorrem às suas características midiáticas para construir imagens que os ajudem a amenizar a crise. É, se assim podemos dizer, um processo em que, a compreensão dos problemas políticos, perde complexidade e fica muito restrita à forma como as personalidades se colocam de frente para o vídeo e, mais, como elas conseguem despertar a confiança do público. No caso de Lula, esse modelo de sistema político-midiático o ajudou na sua estratégia de reafirmação da sua biografia e, com isso, pode ter sido uma das importantes variáveis para manter o alto índice de aprovação do presidente. (VASCONCELLOS, *Ibid.*, p. 27-28)

⁴² A expressão foi empregada na eleição de 2002 e foi interpretada por analistas como um sinal de amadurecimento do político Lula, propiciado pelo surgimento de um personagem “mais sorridente e conciliador”, em contraposição ao “sapo barbudo” de 1989, apelido criado por Leonel Brizola. *Portal UOL*, “Analistas dizem que Lula amadureceu politicamente”, 28/10/2002. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/bbc/eleicoes/2002/10/28/ult1090u107.jhtm>. Acesso em: 6/10/2012.

Almeida (2008) analisou as capas de *Veja* de 2002 a 2006 e mostrou como ela se posicionou de forma crítica em relação ao governo Lula desde o princípio, mas que no período do mensalão adotou a lógica de publicização em capítulos para transformá-los em escândalos midiáticos. Particularmente sobre os casos de corrupção, a revista usa desse tipo de temática para impor dramaticidade na narrativa, ao mesmo tempo em que procura dar a demonstração de que conhece os bastidores dos fatos e, dessa forma, clama para si uma autoridade de relacionar os personagens implicados com as provas de sua falta de virtude. “Seu trabalho na ação de dar a ver a política, no entanto, aponta para o fato de que não se trata de mera transmissão de notícias. Mas, sim, de um sujeito chamado *Veja* que interpela o leitor, avalia, julga, sentencia” (ALMEIDA, 2008, p. 143).

Com um recorte muito particular sobre o mensalão e por meio da análise pragmática⁴³ da narrativa, Giraldi (2008) analisou 11 notícias dos jornais *Folha de S.Paulo* e de *O Globo*, selecionadas a partir de um universo de 365 dias de noticiário, que retrataram o escândalo a partir do viés do humor. A crise política de 2005 acabou por obrigar a imprensa a abrir espaço também para reportagens com abordagens mais leves e diferenciadas para arejar a carga negativa, pesada e, às vezes, hermética que costuma ser a tônica do noticiário político (Ver no Apêndice C uma coletânea de charges). Para a pesquisadora, que em sua análise observou a relação entre o emissor e sua informação pragmática – de um lado – e o destinatário e o entorno – do outro lado:

A imprensa, ao assumir a narração dos acontecimentos, aproveita-se, em várias situações, do seu espaço para indicar que o local a ser dado para os políticos e a política está em um patamar inferior ao ocupado pelos *media*. A partir de textos com conteúdo de humor acentua-se o embate entre o campo político e o campo jornalístico. É a disputa velada – às vezes nem tão discreta assim – sobre quem tem condições de situar os fatos de forma realmente crítica e isenta. (GIRALDI, *Ibid.*, p. 115)

A particularidade do sistema de mídia brasileiro tem como uma de suas características mais marcantes a força do meio televisão sobre os demais veículos de comunicação, o que pode ser visto na tabela 3.1 que aponta que 73,83% das pessoas se informam pela TV. No entanto, pode-se afirmar que “os dois grandes sistemas (a ‘grande imprensa’ e a televisão) estão integrados. Em primeiro lugar, porque estão

⁴³ Cf. REYES, G. *La pragmática lingüística*, Barcelona: Montesinos, 1994, a pragmática busca o jogo da intencionalidade e o humor e a ironia são aspectos que burlam esse jogo. Essa prática é a realização de um contrato entre o narrador e o receptor, que compreende o que é expressado por meio do humor e da ironia.

sempre se observando e se comparando – razão pela qual tendem a apresentar pautas comuns” (SINGER, 2000, p. 61). Além disso, há companhias, como o grupo Globo, que têm interesses nos dois sistemas, e que tanto jornais e revistas quanto emissoras de TV se inspiram e se inclinam pelo mesmo modelo americano de jornalismo. Mas foge do escopo desta pesquisa avançar sobre a cobertura da televisão sobre o escândalo político-midiático. O que apresentaremos nos parágrafos seguintes são apenas alguns apontamentos recentes sobre a relação entre TV e política no Brasil, úteis no sentido de alargar a compreensão das relações entre o governo Lula e a imprensa.

Estudos já demonstraram que as eleições de 2002, a primeira eleição de Lula, tiveram uma cobertura do *Jornal Nacional* mais ampla (MIGUEL, 2004), na comparação com 1998, e mais equilibrada no espaço dedicado aos presidencialíveis (PORTO, 2004), e os motivos para tanto devem ser atribuídos à combinação de três fatores: à crise financeira da mídia, às negociações entre equipe de Lula com a mídia e ao novo compromisso da emissora com “responsabilidade social” (GUAZINA, 2006). No início do primeiro mandato, Lula pode contar com uma “mídia mais governista” por parte do noticiário da TV Globo. Mas, em maio de 2005, pouco antes da eclosão do escândalo do mensalão, havia indicativos de que o comportamento da maior emissora do país poderia mudar.

“O dirigente da poderosa TV Globo afirma aos líderes do PFL⁴⁴ que um segundo mandato de Lula poderá levar o país a uma situação caótica. E admite que prefere Geraldo Alckmin a José Serra na cabeça de chapa da oposição”, afirmou o principal executivo das Organizações Globo, João Roberto Marinho, segundo relato de dois jornalistas, Eduardo Scolese e Leonêncio Nossa (p. 214 e 215). Souza (2007, p. 228), em sua tese de doutorado, afirmou que a análise de conteúdo sobre o noticiário político na eleição de 2006 deixa transparecer a expectativa da emissora em provocar um segundo turno “para dissolver a força do presidente e mostrar o quanto o grau de dependência da mídia e poder político ainda é grande”. Ela procurou embasar essa afirmação com reportagens que versavam sobre o mensalão, aspectos negativos do governo e o dossiê tucano.

⁴⁴ Jorge Bornhausen e Agripino Maia, políticos do PFL (atual DEM), de oposição ao governo Lula.

A pesquisadora afirmou que, na eleição de 2006, até o primeiro turno não havia ocorrido um diálogo direto do presidente Lula com a família Marinho, mas que isso veio a ocorrer no segundo turno, podendo ser este o principal motivo para a emissora ter mudado de comportamento subitamente e a cobertura ter se virado negativamente contra o tucano Alckmin. “A forma como se exhibe as notícias pelo *Jornal Nacional*, maior telejornal da rede e de maior audiência do país, é um termômetro de como estão as relações entre mídia e governo no jornalismo brasileiro” (SOUZA, 2007, p. 229).

Porto (2007) concluiu, a partir de uma pesquisa sobre o *Jornal Nacional* de 1999, que a TV Globo demonstrava ter uma preocupação em dar voz a cidadãos comuns na cobertura política, mas que esta inclusão era feita muito mais para legitimar suas reportagens, já que o tempo médio de uma fala (sonora) correspondia a apenas 3,7 segundos nas questões que envolviam alguma controvérsia, ante os 10 segundos ou mais destinados a fontes oficiais ou aos políticos. Dentro de uma amostra de 946 notícias analisadas entre 20 de setembro e 13 de novembro de 1999, o pesquisador verificou uma ênfase na frequência de notícias políticas (21% do material discursivo), e para esta modalidade 37% correspondiam a casos de corrupção ou escândalos políticos, de longe a principal abordagem para essa temática.

A ênfase do *Jornal Nacional* nos cidadãos comuns, e a correspondente rejeição da política instituição, tem por objetivo dar à audiência o que os jornalistas acham que ela quer. O resultado é a ‘despolitização’ do noticiário e a correspondente redução dos ‘atalhos’ disponíveis na esfera pública que os cidadãos possam utilizar para fazer sentido do mundo da política. (PORTO, *Ibid.*, p. 167).

O autor propõe o modelo de *cidadão interpretante*, segundo o qual é preciso que haja uma pluralidade de enquadramentos alternativos disponível na esfera pública, e particularmente na mídia, para que os cidadãos sejam capazes de interpretar a realidade política. Somente nessa situação terão “acesso a atalhos que permitem a eles pensar sobre a situação política de forma mais complexa e original, mesmo quando não estão bem informados” (PORTO, *Ibid.*, p. 46). De acordo com este modelo, são os meios de comunicação, e a televisão principalmente, que oferecem os marcos de referência para os cidadãos comuns.

4. Método e teorias do jornalismo

A lição é a de que o bom jornalismo é uma atividade de informação mediada. O jornalista não é um mero repassador de declarações. Ele tem o poder discricionário de não publicar uma acusação ou uma ofensa grave. Se o custo de não publicar for prejudicial ao interesse público, o jornalista deve pesar os riscos e corrê-los se necessário. (ALCÂNTARA, 2012)

A epígrafe foi publicada no site da revista *Veja* em 20 de abril de 2012. Sob o título “Ética jornalística: uma reflexão permanente”⁴⁵, o diretor de redação Eurípedes Alcântara discorre sobre as práticas e os métodos do exercício profissional que orientam o maior semanário do Brasil. O jornalista expõe sua visão sobre como os profissionais devem se portar diante das fontes, quando se publica uma reportagem ou opinião, os balizamentos que devem ser seguidos e o rigor no critério de seleção, apuração e enquadramento da notícia. Há ali elementos das principais teorias do jornalismo.

Foi a partir de uma reportagem de capa de *Veja*, em 18 de maio de 2005, que foi desencadeada a maior crise política do governo Lula – semanas depois potencializada com a entrevista do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) à *Folha de S.Paulo*, em 6 de junho de 2005. Dia após dia, os brasileiros foram se inteirando de seus personagens e da trama complexa do mensalão. Como se verá em detalhes na parte empírica, a publicação dedicou para o escândalo 16 de 26 capas analisadas no presente estudo. Numa amostra com 65 dias do jornal, foram 45 manchetes sobre o tema. Foi também a partir da revelação na revista do conteúdo parcial de grampos telefônicos no caso do BNDES, em 18 de novembro de 1998, que a imprensa brasileira passou a investigar o caso com mais determinação e revelou, em 25 de maio de 1999, que o presidente Fernando Henrique Cardoso participou do processo para favorecer empresas no leilão da telefonia no Brasil.

Veja nunca permitiu que suas páginas fossem usadas para outro fim que não **a busca do interesse público**. Sempre que uma denúncia é publicada, alguém ganha e alguém perde. Um ministro cai e outro ministro sobe. Um grupo político é prejudicado e outro grupo político é beneficiado. São consequências normais da **divulgação de fatos verdadeiros**. (ALCÂNTARA, 2012, grifos nossos)

⁴⁵ ALCÂNTARA, E. “Ética jornalística: uma reflexão permanente”, in *Veja*, 21/4/2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/etica-jornalistica-uma-reflexao-permanente>. Acesso em: 26/7/2012.

O interesse público é um princípio que está presente nos manuais de redação e no planejamento editorial de qualquer veículo de comunicação. E é em nome dele que a narrativa da imprensa vai sendo construída no tempo e no espaço. O que se lê no dia da publicação, nos dias ou semanas seguintes e mesmo na procura por recortes velhos ou nos acervos digitais, tudo o que nos interessa como público-leitor constitui a forma como muitos de nós tomamos consciência do mundo.

Ao associar o interesse público com a divulgação de fatos verdadeiros, o que à primeira vista parece se tratar de uma obrigação óbvia da imprensa, o jornalista procura justificar publicamente os critérios para a publicação das notícias na revista. Costuma-se dizer que o repórter vai atrás dos fatos. Mas o processo inverso também ocorre. Uma fonte, seja ela qual for, pode recorrer ao profissional da imprensa para transmitir uma informação que ele tem interesse de que seja publicada. Isso não implica que ela vá ser publicada, mas apenas que se trata de parte da rotina profissional. Para Alcântara, a avaliação das informações recebidas tem como critério único “o interesse público que se confunde com o interesse jornalístico”.

O texto, embora tenha sido escrito muitos anos depois⁴⁶ dos episódios do mensalão e do grampo do BNDES e dossiê Cayman, serve de referência porque revela o ponto de vista de um destacado profissional da imprensa em relação a duas situações em particular: a credibilidade da fonte e o uso de escutas ilegais. Sobre a primeira situação, a revista considera que “as informações precisam ser qualificadas, independentemente da estatura moral do informante”. Esse critério justifica entrevistar um corrupto para revelar casos de corrupção. Ao jornalista, caberá a tarefa distinguir se a informação é verificável, relevante, de interesse público e se a sua publicação terá, como efeito principal, reduzir a ação dos corruptos.

No caso da publicação do conteúdo de grampos telefônicos, Alcântara afirma que a revista recorre a eles e os tornam públicos para revelar a atuação de autoridades e suas relações com terceiros quando tratam de questões que envolvem dinheiro ou outros bens públicos, mas que nos demais casos isso não se aplica. “A regra para lidar com gravações ilegais que registraram atividades de cidadãos ou empresas privadas em seus

⁴⁶ Esse artigo foi publicado no contexto da CPI do Cachoeira, criada no ano de 2012 para investigar as íntimas relações do bicheiro Carlos Cachoeira com influentes políticos do Centro-Oeste. Entre as discussões feitas pelos parlamentares, estava a de que Cachoeira atuava como fonte para jornalistas, inclusive para *Veja*, com informações que o contraventor obtinha por meio de escutas ilegais.

negócios particulares é: descartar sem ouvir ou assistir – ou, alternativamente, entregá-las às autoridades” (ALCÂNTARA, 2012).

Essa discussão sobre o texto do diretor de redação de *Veja*, que não tem intenção de analisar ou justificar o jornalismo praticado pela revista, serve apenas como introdução para abordar as teorias de comunicação e a metodologia empregada neste trabalho. Na tentativa de compreender melhor os critérios adotados pelos jornalistas, diversos estudos teóricos têm propiciado o surgimento de métodos e mecanismos de avaliação da notícia. É a partir deles, um referencial mais apropriado, que a investigação empírica desta pesquisa será feita.

4.1 Seleção

Interessa-nos, como comunicólogos, explicitar aqui parte dos mecanismos que fazem um fato virar notícia. Aos olhos do público leigo, esses critérios são desconhecidos, senão pouco objetivos. Diversas opiniões parecem revestidas de uma certa dose de ingenuidade sobre o poder que a imprensa exerce sobre a sociedade por ela eleger um ou outro assunto e omitir tantos outros. Não percebem ou ignoram que a seleção de notícias é feita rotineiramente, com escolhas que precisam ser feitas rapidamente e a partir de decisões de fácil aplicação e sistematizáveis. “Os critérios devem ser também facilmente racionalizados, de modo que, se uma notícia for substituída por outra, haja sempre um motivo aceitável para fazê-lo”, atesta Gans (1979 apud WOLF, 2008, p. 204).

Ora, se a explicação para a seleção das notícias se resumisse a essa definição, o caos se instalaria nas redações e nada sairia publicado. Mas há no jornalismo, como na maioria das empresas, uma orientação de respeito à hierarquização, “em que aqueles com mais poder possam impor sua opinião sobre os critérios relevantes para uma determinada notícia” (GANS, 1979 apud WOLF, Ibid., p. 204). Uma intrincada disputa silenciosa pela conquista do poder, que envolve desde o profissional em início de carreira ao veterano das redações, se faz presente e dá o tempero do noticiário. Que fique claro, contudo, que não existem regras universais que conduzam os jornalistas a uma escolha rígida e baseada em critérios fixos e pré-definidos por outrem.

No inventário do que constitui notícia, há um modelo liberal a ideia de que para algo ser notícia contribui sobretudo a raridade do material relatado ou o seu interesse humano, num registro pautado pelo reconhecimento de um sentido da notícia difícil de explicar, de

intuição do que é uma boa história. Por seu lado, a linha manipulativa destaca o carácter deliberado e politicamente intencional da selecção de conteúdos. (PONTE, 2004, p. 107)

Quando um acontecimento é publicado num veículo impresso, podemos atribuir um valor-notícia (*news value*), isto é, ele sobreviveu aos critérios que permitiram que um número reduzido de fatos fosse publicado numa data. Stuart Hall (1970 apud PONTE, Ibid., p. 109) destaca que a selecção sobre o que noticiar é feita pelos profissionais da imprensa levando em conta a audiência e a sociedade na qual esta se insere, “onde têm particular saliência conteúdos que violem normas sociais, quebrem as expectativas e contrastem com o quotidiano, sejam dramáticos ou tenham contactos estreitos e inúmeros com a vida dos destinatários”.

O valor-notícia representa uma resposta à seguinte pergunta, explica Wolf (2008, p. 202): “Quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias?” No fechamento das edições diárias (jornal) ou semanais (revista), definir o que há de importante para ser publicado é uma tarefa que requer alguns critérios e, acima de tudo, celeridade na tomada de decisões:

Os valores-notícia devem permitir uma selecção do material, feita apressadamente, de modo quase ‘automático’, caracterizada por um certo grau de flexibilidade e de comparação, que seja defensável *postmortem* e, sobretudo, que não seja suscetível de muitos obstáculos. (WOLF, Ibid., p. 204-205)

O espaço é finito. Parâmetros de escolha surgem, assim, como boas justificativas para categorizar a relevância de uma notícia. E estes parâmetros podem ser subdivididos em critérios substantivos (de quem estamos falando, a relevância ou a personificação dos indivíduos envolvidos, impacto sobre uma fração considerável da população e interesse nacional ou humano, a tragédia que o episódio representa), relativos ao produto (o assunto ou as fontes estão acessíveis, pode ser facilmente coberto, trata-se de uma novidade, possui um carácter de continuidade, sua publicação contínua permite uma compreensão clara do tema), relativos ao público (a notícia permite uma identificação, ela presta um serviço ou são ajudam a balancear a edição, o fato deve ser ocultado ou receber tratamento adequado para não chocar o receptor) e relativos à concorrência (o furo de reportagem, o esclarecimento de um tema amplamente debatido).

[...] toda notícia requer, portanto, uma avaliação (por mais automática e inconsciente que seja) da disponibilidade e da fidedignidade das fontes, da importância ou do interesse do evento, da sua novidade,

além dos critérios relativos ao produto, ao meio, ao formato. (WOLF, 2008, p. 227)

Hall (1973 apud PONTE, 2004, p. 109) faz uma distinção entre valores-notícias formais, pautados por ideologias e saberes dos profissionais da imprensa sobre como relatar ou formatar uma peça, uma notícia, e valores-notícias ideológicos, no qual está implícito um discurso latente ou político-moral do jornalista ou dos veículos de comunicação. Molotch e Lester (1974 apud PONTE, Ibid., p. 110-111), por sua vez, distinguem quatro tipos de acontecimentos que tornam a sua seleção mais provável: a estreita colaboração ou proximidade entre fonte e jornalista; acidentes por chamarem a atenção e terem um caráter didático na vida das pessoas; os acasos talentosos (“serendipity”) pelo fascínio que exercem no público-leitor; e os escândalos, que revelam em geral traços ocultos das vidas privadas ou dos processos institucionais.

A fim de sistematizar a classificação do *corpus* de pesquisa em referência ao processo de seleção, optou-se por utilizar a lista de 12 fatores identificados pelos jornalistas Galtung e Ruge (1965) que permitem ao investigador mapear as condições necessárias para que um acontecimento vire notícia. Os autores acreditam que esses fatores são independentes, mas se interrelacionam de forma permanente. Eis a lista (GALTUNG; RUGE, 1965 apud TRAQUINA, 1999, p. 71):

A) Referência a pessoas de elite
B) Personalização
C) Interesse nacional ou humano
D) Abrangência (quantidade de envolvidos)
E) Negatividade
F) Novidade
G) Balanceamento (com o resto do noticiário)
H) Frequência
I) Clareza
J) Continuidade (desdobramento)
K) Referência a nações de elite
L) Consonância (ao noticiário)

De forma sintética, vamos explicar a que se refere cada um dos fatores da lista acima, segundo os teóricos da Comunicação. A *referência a pessoas de elite* é justificada porque “quanto mais o acontecimento interessar a pessoas de elite, maior

será sua probabilidade de se tornar notícia” (GALTUNG; RUGE, 1965 apud TRAQUINA, 1999, p 119). Semelhante a esse fator é o da *referência a nações de elite*, por sua “relevância referente ao sistema de valores ideológicos e aos interesses próprios do país”.

A *personalização* implica no reconhecimento de que “graus” mais elevados nas hierarquias de poder econômico, da riqueza e do prestígio fazem notícia, não sendo demais reconhecer que “a hierarquia governamental é visível e definida de modo estável em ordem de autoridade, o que auxilia os jornalistas em suas avaliações de importância” (GANS, 1979 apud WOLF, 2008, p. 211). O item *interesse nacional ou humano* diz respeito à potencialidade que um acontecimento tem de influir ou de incidir sobre os interesses do país (WOLF, Ibid., p. 210). A *abrangência* se explica, porque “os jornalistas atribuem importância às notícias que dizem respeito a muitas pessoas, e, quanto mais elevado for o número de pessoas, mais importante é a notícia” (GANS, op.cit. apud WOLF, Ibid., p. 151).

Faz notícia aquilo que altera a rotina, que possui uma *negatividade* intrínseca, pois “quanto mais um acontecimento for negativo nas suas conseqüências, maior será sua probabilidade de se tornar notícia” (GALTUNG; RUGE apud TRAQUINA, 1999, p. 119). Por outro lado, “os jornalistas avaliam a *novidade* em relação ao fato de uma notícia ser nova para eles mesmos, presumindo que, se for assim, será nova também para o público” (GANS, op.cit., p. 167). Esse critério para um valor-notícia tem conexão com a periodicidade da produção, já que a “delimitação temporal estabelecida pela *frequência* da informação e pelo seu formato determina também o frame em que é avaliada a ‘novidade’ ou não de um certo evento” (WOLF, Ibid., p. 216). Nisso, entra o desejado *balanceamento* das edições, pois “se não estiver presente, a notícia tem a probabilidade de passar, mesmo se não for muito importante, justamente porque serve para equilibrar a composição global do noticiário” (GALTUNG; RUGE, Ibid.).

Em algumas ocasiões, o didatismo que se reveste o jornalismo é considerado também na hora de se definir um valor-notícia, segundo o fator da *clareza*, porque se só assim “a expressão se perpetua, torna-se acessível. É a frase mais próxima ao que achamos que as pessoas entendem” (SCHLESINGER, 1978 apud WOLF, 2008, p. 223). Nisso, muitos acontecimentos acabam por se desdobrar em fragmentos, porém preservando uma *continuidade* que mantém “relações recíprocas, em conexão uns com

os outros, por ‘conjuntos’ de fatores hierarquizados e complementares entre si, e não tomados de forma isolada ou singular” (WOLF, Ibid., p. 227). E, não raras vezes, jornais e revistas se pautam também pela *consonância* com o noticiário veiculado por outros órgãos, já que “pode acontecer de uma notícia ser selecionada por se esperar que os meios de comunicação concorrentes também o façam” (WOLF, Ibid., p. 224).

Para uma mesma notícia, é possível identificar mais de uma condição. Pelo entendimento de Galtung e Ruge, quanto mais fatores forem satisfeitos, mais o acontecimento tende a ser selecionado. Nos casos mensalão e do grampo do BNDES e dossiê antitucano, essa análise servirá para descobrir quais fatores predominaram para que a seleção dessas denúncias fosse feita e em que medida o processo de produção jornalística não teria, per si, influenciado a evidência que se deu a esses EPMs. É importante notar que, a despeito de o processo do jornalismo prever o cultivo de fontes e de haver na maioria das redações procedimentos consolidados para a produção de notícias (o que não deixam de representar uma primeira forma de seleção), os casos analisados tinham mais força e alçariam uma visibilidade midiática naturalmente maior em virtude das crises políticas que provocaram.

Os valores-notícia devem sobretudo ser vistos como qualidades de (potenciais) relatos. Ou seja, não são simples marcas de selecção mas, mais importante, marcas de representação; e assim deixa de ser absoluta a distinção entre selecção e transformação: um aspecto só pode ser seleccionado se puder ser visto numa dada linha de representação e assim a selecção envolve um acto ideológico de representação. (FOWLER, 1991 apud PONTE, 2004, p. 129)

Com essa observação em mente, procuramos, de antemão, não individualizar o processo jornalístico, tampouco explicar a seleção como fruto solitário do esforço dos repórteres em ver seu texto publicado. Não se descarta que a disputa pelo espaço nos meios de comunicação é parte de uma rotina em que determinados profissionais têm mais ou menos espaço que seus colegas. No entanto, como frisou Wolf, a seleção de notícias não pode ser explicada apenas como parte de uma escolha subjetiva do jornalista, mas também:

[...] é necessário vê-la como um processo complexo, que se desenvolve ao longo de todo o ciclo de trabalho, realizado por instâncias diferentes (das fontes a cada redator) e com motivações que não são todas imediatamente reconduzíveis à necessidade direta de escolher quais notícias difundir. (WOLF, 2008, p. 255)

A seleção, assim, poderá nos ajudar a medir o quanto os veículos, e não os seus profissionais individualmente, destacaram esses assuntos em suas páginas e quais condições predominaram como referencial para a imprensa.

4.2 Agenda-setting

Pela hipótese desse clássico estudo, “a asserção fundamental da *agenda setting* é que a compreensão das pessoas em relação a grande parte da realidade social é modificada pelos meios de comunicação de massa” (SHAW, 1979, pp. 96, 101 apud WOLF, 2008, p. 143). Ela impacta na chamada “ordem do dia” dos temas, argumentos, problemas e estabelece a hierarquia de importância e prioridade com que esses elementos vão estar expostos na própria “ordem do dia”. A *agenda setting* refere-se a uma ideia de que há uma forte correlação entre a ênfase que as mídias de massa dão a um determinado assunto e a importância que a opinião pública atribui a essas questões (MCCOMBS; SHAW, 1972, p. 179).

Partimos da ideia de que a temática da corrupção já é bastante frequente no noticiário, mas continua a ser publicada por uma série de fatores, e entre eles o de que os meios de comunicação procuram, por meio do agendamento do tema, aumentar o conhecimento da população sobre os malfeitos da classe política numa clara tentativa de ajudar efetivamente a aperfeiçoar a democracia.

Quanto menor for a experiência direta das pessoas em relação a uma determinada temática, mais ela dependerá da mídia para obter as informações e os quadros interpretativos relativos àquela área. As pessoas não precisam dos meios de comunicação de massa para experimentar o aumento dos preços. Essas condições, quando existem, invadem a vida cotidiana das pessoas. (ZUCKER, 1978 apud WOLF, *Ibid.*, p. 155)

Os estudos dos meios de comunicação de massa caminham para alargar a compreensão sobre a *agenda-setting* (o que as pessoas pensam) para navegar por águas pouco exploradas em relação à hipótese *priming*, que implica averiguar como a mudança das avaliações dos homens públicos é influenciada pelos efeitos da comunicação jornalística. Segundo Shanto Iyengar e Donald Kinder, é possível descobrir como a partir de uma informação (agendamento) e sua respectiva abordagem (enquadramento) produz-se certo efeito sobre o que pensa o público:

Como definido na literatura de Comunicação Política, *priming* se refere às ‘mudanças nos padrões que as pessoas empregam para fazer avaliações políticas’ (IYENGAR; KINDER, 1987, p. 63). *Priming*

ocorre quando o conteúdo noticioso sugere ao público o uso de questões (*issues*) específicas como referência para avaliar o desempenho de líderes e governos. Muitas vezes, é entendida como uma extensão do agendamento. (SCHEUFELE, D.A., TEWKSBURY, D, 2007, p. 12)

É indiscutível que as crises políticas dos governos Lula e FHC provocaram respingos nas imagens públicas dos dois ex-presidentes. No caso do líder tucano, o EPM surgiu no noticiário um mês depois de ele ter sido reconduzido ao cargo de Presidente da República. Portanto, do ponto de vista eleitoral, ele nada sofreu em relação a exposição negativa naquela disputa. Com o petista, a história é diferente. O caso foi deflagrado um ano antes de 2006, quando haveria eleições presidenciais. Poucos dias de cobertura depois órgãos de comunicação já falavam em impeachment ou que Lula desistiria de disputar o cargo. *Folha* e *Veja* tematizaram a corrupção, apresentando não só uma série de reportagens, como também declinando sua opinião, via editoriais, de completa desaprovação ao governo petista.

Wolf faz a ressalva de que nem todo acontecimento ou problema é suscetível de tematização e que só os que possuem alguma relevância político-social conseguem conquistar essa projeção naturalmente. “Os meios de comunicação de massa, portanto, tematizam dentro dos limites que eles mesmos não definem, num território que eles não delimitaram, mas que simplesmente reconhecem e começam a cultivar”, afirma WOLF (2008, p. 166).

Porto (2007, p. 80) adverte que a teoria do agendamento, em sua versão inicial, não levou em conta que as diversas formas de apresentação da informação acabam por influir no processo de formação da opinião pública, sendo necessário não “apenas definir quais são os temas que a mídia enfatiza, mas sim como estes temas são apresentados”. Hall et al. (1978, p. 345 apud PONTE, 2004, p. 91) afirmam que os veículos de comunicação de massa exercem um importante papel ideológico no processo de definição de um evento, uma vez que “a linguagem usada por cada jornal será então a sua própria versão da linguagem do público que constitui o seu principal auditório”, procurando constituir uma base de troca entre produtores e leitores a partir de sua versão da retórica, do imaginário e do subjacente acervo comum de conhecimento. Os autores afirmam que a imprensa não só seleciona a notícia, como apresenta “fortes interpretações sobre como compreender esses eventos”.

4.2.1 Definidores primários e secundários

Conhecer quem foram os definidores primários e, em alguns casos, secundários que estavam por trás do conjunto discursivo da imprensa provou-se imperativo por uma série de razões. Sabe-se que a cobertura noticiosa da política é dependente de dois blocos antagônicos, o governo com sua base de sustentação e a oposição. Pode-se, em inúmeras situações, obter informações valiosas a partir de relatórios, investigações e processos em curso das instâncias representativas da sociedade, sobretudo Polícia e Receita Federal, Judiciário, entidades não-governamentais, entre outros. Mas mesmo nessas situações deve-se recorrer ao governo ou a oposição para, no mínimo, checar a história, procurando extrair, dessa forma, uma espécie de validação da notícia.

Muitas vezes, espera-se da imprensa que ela faça investimentos próprios de investigação jornalística, cujo referencial histórico sempre nos remete ao caso Watergate, mas localmente também ao de Fernando Collor de Mello, primeiro e único presidente que sofreu um impeachment no Brasil. Na edição de 27 de maio de 1992, a revista *Veja* publicou entrevista de Pedro Collor, irmão do presidente, acusando-o de manter uma sociedade com Paulo César Farias, seu ex-tesoureiro de campanha. A Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República instauraram inquérito. Uma CPI no Congresso investigou as denúncias e apontou ligações de Collor com um esquema de corrupção, que teria desviado 6,5 milhões de dólares de recursos públicos para gastos pessoais. Milhares de jovens, os “cara-pintadas”, saíram às ruas para pedir a queda de Collor, que acabou acontecendo em 29 de setembro, com o julgamento de impeachment pela Câmara de Deputados – o pedido foi aprovado com 441 votos de 480 deputados presentes à sessão. No Senado, é confirmado o afastamento do cargo por 76 votos a 3, e em 2 de outubro, o vice-presidente Itamar Franco assume a Presidência da República⁴⁷.

O caso Collor merece ser recordado porque a imprensa revelou à época episódios que faziam todos os demais tipos de definidores irem, literalmente, atrás da notícia. No caso do mensalão, já em tempos recentes, os veículos de comunicação parecem ter resgatado essa missão, participando das investigações que deram origem a inúmeras reportagens que acabaram por influenciar ou reorientar o trabalho dos parlamentares no curso das CPIs do Congresso. E, de forma restrita, também é válido

⁴⁷ Ver Memória Globo, “Collor-Impeachment”. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-246935,00.html>. Acesso em: 25/7/2012.

para a cobertura de *Veja* e da *Folha* sobre o caso do grampo do BNDES e dossiê antitucano, conforme analisado no capítulo seguinte.

Essa classificação sobre os definidores da notícia foi aplicada ao conjunto de chamadas de capa e respectivos textos internos, descartando os editoriais de *Folha* e *Veja*. Isso se justifica porque, na quase totalidade das ocorrências, comprovou-se que as opiniões do jornal e da revista eram emitidas independente de qualquer fonte.

4.3 Enquadramento - Pacotes interpretativos

Michael Schudson (1978) afirma que o papel da imprensa nasceu com o objetivo de relatar de forma neutra os fatos e sem que as convicções pessoais de jornalistas ou dos proprietários dos veículos de comunicação interfiram no processo de produção de notícias. Essa percepção do ideal da objetividade pressupõe que os profissionais atuem apenas como condutores de informação. Mas o autor, em obra atualizada, pondera que a notícia num jornal ou na televisão tem relação com o “mundo real”, não somente no conteúdo, mas também na forma; e que o poder da mídia reside justamente nesses tipos de narrativas que fazem sentido aos cidadãos (Schudson, 1995, p. 54).

Porto (2007, p. 106), ao propor o modelo teórico das controvérsias interpretativas, nos lembra que outros autores avançaram sobre a visão original de Schudson, inclusive o próprio, no sentido de mostrar que os jornalistas também contribuem para dar sentido ao mundo da política (Hallin, 1994 apud PORTO, 2007), que a imprensa atua como mediador privilegiado de grupos organizados (Curran, 1996 apud PORTO, 2007), que a mídia deveria oferecer mais comentários, análises e avaliações para que os cidadãos compreendam melhor as notícias (Graber, 1994; Eliasoph, 1998, Gans, 1998, Hackett; Zhao, 1998 apud PORTO, 2007) e que o modo de narrar os acontecimentos é influenciado pelo fato de que os meios de comunicação são corporações privadas dominadas por interesses comerciais (Hallin, op.cit.; Schudson, op.cit apud PORTO, 2007).

Para entender o papel da imprensa como mediadora e fomentadora do debate público, estudos de comunicação procuraram abordar os conceitos de enquadramento da mídia (*media frame*) e enquadramento da audiência (*frame effects* ou *thought frame*). Interessa-nos, nesta pesquisa, trabalhar com o primeiro operador analítico, pois seria

impraticável, a essa altura, realizar qualquer investigação empírica frutífera sobre como as pessoas tomaram ciência das notícias à época das crises políticas de Lula ou de FHC.

Na linha da pesquisa de enquadramentos da mídia, o sociólogo Erving Goffman (1974) surge como pioneiro na articulação conceitual mais sistemática sobre o que seriam os *frames*. Os enquadramentos são quadros de referência geral que permitem aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas” (GOFFMAN, 1974, p.21), de tal forma a permitir que eles consigam dar sentido aos eventos e às situações sociais. Funcionariam como ordenadores da realidade percebida, tendo a imprensa a incumbência de tornar visível e compreensível eventos que dificilmente seriam processados caso não se recorresse ao *framing*.

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1994 apud PORTO, 2007, p. 117)

A abordagem metodológica escolhida para a análise do material discursivo de *Folha e Veja* se fundamentou na investigação de enquadramentos desenvolvida pela primeira vez por Gamson & Modigliani (1989), na qual se procura identificar os pacotes interpretativos. Esse operador analítico tem a tarefa de construir, ao longo do tempo, por agregar novas percepções e se tornarem recorrentes, um significado para uma temática. Esse tipo de enquadramento, que não pode ser confundido com meras posições a favor ou contra um tema, fundamenta o discurso da imprensa.

Note-se que esse modelo de relacionamento do discurso da mídia e a opinião pública não reivindica que o discurso da mídia provoque uma mudança da opinião pública. Mas se os pacotes e seus elementos são ferramentas essenciais, então faz uma diferença considerável que alguns estejam mais disponíveis que outros. Compreender o mundo exige esforço, e essas ferramentas que são desenvolvidas, destacadas e tornadas acessíveis têm uma maior chance de serem usadas. (GAMSON; MODIGLIANI, 1989, p. 10)

William Gamson entende que o discurso das mídias de massa, embora seja somente uma parte do discurso público, é uma boa representação do todo e é por meio dele que as pessoas formulam a sua compreensão sobre questões políticas. Trata-se de um instrumento valioso para que as pessoas, junto de seu próprio repertório de conhecimentos e experiências particulares e também de laços de amizade e de trabalho,

produzam um argumento conversacional a respeito de uma questão. Contudo, em qualquer situação, as notícias são capazes de guiar as pessoas para algum “pacote interpretativo” coerente acerca de uma questão, o que reforça o papel dos meios de comunicação de massa em apontar conexões, interpretar, revelar detalhes, contextualizar os mais diversos assuntos, de tal forma que as pessoas possam elaborar seu próprio entendimento do mundo.

Porto (2007) faz uma ressalva em relação ao estudo de Gamson no que se refere à relação entre os enquadramentos da mídia e aos entendimentos dos cidadãos sobre assuntos políticos. Pela pesquisa original, Gamson considera que o noticiário influenciou os entrevistados só quando estes faziam menção aos meios de comunicação como fonte, embora tenha reconhecido que as pessoas não costumam identificar a fonte do seu conhecimento sobre as coisas. “Um procedimento com óbvias limitações e que pode ter contribuído para os resultados de pequenos efeitos da mídia em várias das áreas pesquisadas”, alerta Porto (2007, p. 119). Essa crítica, contudo, não diz respeito ao presente estudo, uma vez que a abordagem metodológica empregada não avançou sobre os impactos do noticiário sobre a audiência.

Trilhando passos semelhantes aos realizados por Gamson e Modigliani, construímos uma lista de referências com enquadramentos que se basearam em informações do relatório⁴⁸ da Ação Penal 470, iniciada em 2007 a partir de denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza. No Supremo Tribunal Federal, o ministro Joaquim Barbosa abriu a AP 470 contra 39 réus que responderam por crimes de improbidade administrativa, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção ativa.

Na lista de referências, também se pesquisou um conjunto de textos que analisam a cobertura midiática dos dois casos no site Observatório da Imprensa⁴⁹ e sobre parte da amostra do material de análise. A primeira leitura da amostra permitiu elaborar categorias que estariam presentes tanto num período quanto no outro, já que em

⁴⁸ No documento, consta a denúncia a 40 pessoas que estariam envolvidos no escândalo. O relatório foi extraído do site do Supremo Tribunal Federal. Com a morte do ex-deputado José Janene, em 2010, e o acordo judicial de Silvio Pereira, do PT, restaram 38 pessoas na acusação. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/relatorioMensalao.pdf>. Acesso em: 17/7 2012.

⁴⁹ O portal analisa de forma crítica o papel da imprensa na atualidade. Para o caso do mensalão, foram procuradas referências entre as edições 329 e 355. No do grampo do BNDES e dossiê antitucano, as edições 57 e 58, de 1998, e 68 e 69, de 1999. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/editions/view>. Acesso em: 12/1/2012.

ambos os escândalos um tema em comum foi o da corrupção. Posteriormente, com um conjunto de pouco mais de 50 referências criadas, procurou-se categorizá-las em pacotes interpretativos. A partir de sete pacotes criados, iniciou-se a classificação do material discursivo, mas tendo em mente que essa lista de códigos teria de ser feita e refeita diversas vezes.

Não afirmo aqui que esses enquadramentos refletem uma estrutura objetiva implícita; eles são meramente uma maneira útil de estudar o discurso, uma heurística para descobrir e sistematizar a proeminência de enquadramentos sobre questões e suas mudanças ao longo do tempo. (GAMSON, 1992, p. 264)

O desafio de elaborar essa lista de referência com suas dezenas de códigos interpretativos era ser justo ao fazer afirmações sobre enquadramentos que não foram produzidos por nós, mas que se impunham pelo conjunto de notícias analisadas. Embora outros códigos pudessem ser acrescentados ao longo da análise, esse processo deveria respeitar critérios mínimos de objetividade, para evitar o risco de comprometer a análise qualitativa do estudo empírico. Dessa forma, não foram criados novos pacotes interpretativos, mas apenas acrescidos novos códigos que, em virtude da especificidade de uma ou outra entrada, eram necessários por estarem ausentes da lista inicial.

A maior parte do conjunto analisado se refere a matérias jornalísticas, uma vez que nos importava extrair a narrativa que os veículos de comunicação tentaram transmitir à opinião pública. Optou-se por não recorrer a um software de extração de dados (*miner*). Esse tipo de programa de computador agrupa notícias com padrões semelhantes, que, por sua vez, propiciam o surgimento de elementos recorrentes. Como o método escolhido por mim seria empregado para produção da análise qualitativa, e não para obtenção de dados quantitativos, era fundamental analisar cada um dos textos, imagens e gráficos que faziam parte do material discursivo. O computador poderia ajudar a executar parte do trabalho, mas nunca todo ele.

4.4 Escolha da amostra - períodos e critérios de seleção

O esforço investigativo a que se propõe este trabalho baseia-se na análise da seleção, agendamento e enquadramento das notícias publicadas no jornal *Folha de S.Paulo* e na revista *Veja*. A escolha dos dois veículos impressos se deu pelo fato de representarem as duas maiores publicações de circulação nacional e de reconhecida repercussão perante a opinião pública.

De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), órgão de auditoria de jornais e revistas no Brasil, a revista *Veja* possuía, em 2011, uma tiragem de 1,1 milhão de exemplares por semana⁵⁰, atingindo quase 9 milhões de leitores. As revistas *Época* e *IstoÉ* estão em patamar inferior, com circulação de 393 mil e 318 mil exemplares, respectivamente. O jornal *Folha de S. Paulo*, que circula nacionalmente, manteve uma tiragem diária de 297.238 exemplares em 2011 – ante os 262.434 de *O Globo* e os 236.370 de *O Estado de S. Paulo*. Também ajudou na escolha dessas publicações o fato de estarem com seus acervos digitalizados e de livre acesso.

Dois estudos de casos constituem o *corpus* da pesquisa: (a) o escândalo do mensalão no governo Lula e (b) a cobertura dos grampos do BNDES e dossiê antitucanos durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O objetivo é avaliar o tratamento editorial que esses dois veículos deram a um período crítico para o governo Lula, tomando como base de comparação os dois episódios que ocorreram paralelamente na gestão do presidente tucano. Tratam-se de casos singulares de escândalos midiáticos, que ganharam visibilidade expressiva em sua época, e permitem, ao serem contrapostos, descobrir se houve contrastes e semelhanças nas publicações das notícias. A estratégia utilizada para empreender a investigação empírica se valeu da combinação de técnicas de amostragem probabilística e não-probabilística.

Para delimitar o *corpus* da pesquisa, foi necessário adotar alguns critérios objetivos e críveis como se exige em um estudo acadêmico. Nesse ponto, vale a pena narrar como a trajetória do percurso empírico acabou por conduzir a própria pesquisa. Embora o escândalo do mensalão tenha tido nitidamente um começo, uma data inaugural, ele parece não ter um fim. No entanto, para esta pesquisa, era preciso criar uma delimitação justificável. Singer acaba por sugerir parâmetros lógicos, ao afirmar que o mensalão teceu “um cerco político-midiático ao presidente, deixando-o na defensiva por cerca de seis meses” (SINGER, 2012, p. 52). O autor lembra, com “balizamentos de mídia”, que a fase aguda do escândalo iniciou-se com a reportagem de *Veja* que começou a circular em 14 de maio de 2005⁵¹ e terminou com a entrevista

⁵⁰ Dados disponíveis em <http://www.publiabril.com.br/marcas/4/download-media-kit>. Acesso em: 24/7/2012.

⁵¹ *Veja* começa a chegar às bancas nos sábados, mas a data impressa na capa se refere sempre às quartas-feiras posteriores por uma razão industrial: é o tempo que o último exemplar chega nas mãos dos assinantes que se encontram em locais mais remotos do país. Por esse motivo, muitas vezes a repercussão de uma reportagem de *Veja* se reflete nos demais veículos antes da data a que este trabalho se refira. O

presidencial ao programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, em 7 de novembro do mesmo ano. Estabeleceu-se, assim, que o período de análise da cobertura sobre o mensalão ficaria restrito a esses seis meses, de 14 de maio a 9 de novembro.

No caso de FHC, a delimitação teve de ser fragmentada. A história começou a se desenvolver a partir de uma coluna do jornalista Elio Gaspari, publicada simultaneamente em 8 de novembro de 1998 na *Folha de S.Paulo* e no jornal *O Globo*. Ela não nasceu sob o signo de um escândalo, mas a notícia era bombástica – o governo seria vítima de grampos telefônicos e chantagens. Após menos de um mês, o caso esmoreceu nas letras frias das publicações. Na edição de 2 de dezembro daquele ano, a revista *Veja* já não considerava o episódio digno de ser publicado na capa, o que só voltou a ocorrer a partir de fim de maio do ano seguinte. Foi quando a *Folha* retomou a investigação sobre o caso, elucidando lacunas que haviam ficado abertas no primeiro cerco político-midiático e obrigando demais veículos a abrigar novamente o assunto em suas páginas. Mas o pavio era curto e essa retomada da cobertura durou 16 dias – mais precisamente de 25 de maio a 9 de junho de 1999.

Uma vez definido o marco temporal dos dois casos e como forma de testar o procedimento metodológico proposto por este trabalho (que será detalhado mais adiante), foi iniciada a classificação do noticiário sobre os casos do grampo do BNDES e dossiê antitucanos. Segundo a proposta original, fariam parte do *corpus* as chamadas de capa do jornal que fizessem remissão ao caso, todas as reportagens internas, as colunas políticas da página 2, de Jânio de Freitas, de Elio Gaspari e do Painel, os editoriais e os textos dominicais do ombudsman. Enfim, tudo que fizesse parte da seção política do diário. De partida, surgiu um impasse. Ao analisar 8 primeiros dias da cobertura da *Folha*, foram encontradas 83 entradas para a planilha do *corpus* da pesquisa. Como por quase 40 dias esse assunto recebeu uma cobertura mais sistemática, teríamos ao final cerca de 400 entradas. A estimativa para o escândalo do mensalão ultrapassava as 1.500 classificações, todas elas categorizadas e interpretadas.

Surgia a necessidade de se limitar, de alguma forma, o *corpus* da pesquisa sem prejuízo do objetivo central deste estudo empírico. As primeiras alternativas de redução mostraram-se frágeis, a saber: 1) analisar apenas as edições dominicais da *Folha* e todas

início do mensalão serve-nos de exemplo: a revista começou a circular em 14 de maio de 2005 e já nos dias seguintes o jornal *Folha de S.Paulo* publicava reportagens sobre o tema.

de *Veja*; 2) restringir-se ao conteúdo das chamadas das capas de *Folha* e *Veja*; e 3) criar uma amostragem aleatória de edições da *Folha* e de *Veja*. As três escolhas não se mostravam satisfatórias. Haveria risco de se eliminar material discursivo representativo, sobretudo ao se referenciar um período em detrimento de outro.

A solução encontrada foi estabelecer a classificação apenas sobre as chamadas de capas dos dois veículos, aos respectivos textos internos e aos editoriais. As Primeiras Páginas e os assuntos elencados para esse espaço nobre são muito representativos do tipo de seleção, agendamento e enquadramento a que se propõe fazer o meio de comunicação. Se essa regra provou-se útil para o fichamento da crise política de 1998 e 1999 na *Folha*, que fez o número de entradas da planilha reduzir de 400 para 189, restava ainda a questão dos seis meses de cerco político-midiático do mensalão. Optamos como critério adotar o intervalo de três em três dias para a análise do jornal.

Essa escolha, embora à primeira vista transmitisse um sinal de arbitrariedade, evitava que fossem analisados sempre os mesmos dias da semana (apenas segundas ou terças-feiras e assim por diante) e permitiu flagrar os ecos das notícias relevantes que porventura tivessem sido publicadas em datas que ficaram de fora dessa grade. Hipoteticamente, vamos imaginar que o dia 20 fosse uma das datas escolhidas, mas que a cassação de Roberto Jefferson, o personagem-chave que batizou o mensalão, tivesse sido noticiada no dia seguinte. Esse episódio estaria, assim, de fora da análise. Alternando-se de três em três dias, era razoável supor que o jornal continuaria publicando alguma repercussão dessa notícia por causa de sua relevância e impacto no desenrolar dos fatos. Essa classificação permitiu não deixar de abordar os principais assuntos e nos propiciou extrair, muitas vezes, a interpretação dos fatos nos editoriais, ou o enfoque, no caso do noticiário, que o assunto mereceu. Criou-se uma margem de segurança.

Não satisfeito com o critério, decidimos listar os fatos – não as notícias, mas os fatos em si – que foram centrais no episódio e abrir exceções para eles na grade de datas (com intervalos de três dias). Se o calendário original previsse os dias 18, 21, 24, 27 e 30, mas um fato fundamental, incontestavelmente fundamental, tivesse sido publicado no dia 22, hipoteticamente, ele deveria ser classificado também. Uma entrada real dessa situação ocorreu, a título de exemplo, em 12 de agosto de 2005. Embora a véspera fosse a data prevista de análise, naquela mesma tarde o publicitário Duda Mendonça depôs na

CPI dos Correios e confessou que a campanha de Lula foi paga com caixa 2. O episódio foi um marco do escândalo por implicar, diretamente, o presidente no esquema, o que não estava claro até aquele momento e apesar dos esforços jornalísticos nesse sentido. Seria temerário não fazer a análise das edições da *Folha* de 12 e 13 de agosto.

Foram considerados fatos fundamentais naquele ano de 2005 e incluídos no *corpus* da pesquisa:

7/6	Primeira manifestação de Lula admitindo que recebeu a denúncia do mensalão
8/6	Criação da CPI dos Correios
17/6	Escândalo do mensalão obriga José Dirceu a sair do governo
12/8	Publicitário Duda Mendonça afirma que recebeu dinheiro de caixa 2 do PT
13/8	Lula vem a público dizer que foi traído e está indignado
15/9	Roberto Jefferson é cassado no Congresso
8/11	Lula defende José Dirceu e condena uso de caixa 2 em campanhas

Esses fatos, que pontuaram a cobertura do escândalo, foram definidos pelo próprio volume do noticiário gerado, pois, de longe, receberam os maiores destaques na Primeira Página da publicação. Ademais, esse critério se mostrou, na prática, eficiente por permitir investigar como o jornal repercutiu reportagens de capa de *Veja* relevantes, que poderiam estar fora do calendário original. Ao final, ficamos com 550 entradas para o escândalo do mensalão na *Folha*, pouco mais que um terço da estimativa surgida no início do estudo empírico. Para a revista *Veja*, nos dois EPMs, tanto de Lula quanto de FHC, foram analisadas todas as edições (o Apêndice A apresenta a relação de matérias analisadas).

Uma última ressalva sobre a amostra da pesquisa: casos paralelos divulgados durante o cerco político-midiático do mensalão, embora fizessem parte do conjunto de notícias relacionadas ao escândalo, não foram classificados. Entre eles, citamos o do “mensalinho” (denúncias de cobrança de propina do deputado Severino Cavalcanti, presidente do Congresso, a um dono de restaurante) e o das primeiras denúncias de corrupção da chamada República de Ribeirão Preto (que introduziram na crise política o ministro da Fazenda Antônio Palocci). Eles ganharam destaque, mas notadamente não tinham relações com o mensalão.

Tabela 4.1 - Dias selecionados para a pesquisa na *Folha de S.Paulo* em 2005

MÊS/DIA	2ª-Feira	3ª-Feira	4ª-Feira	5ª-Feira	6ª-Feira	Sábado	Domingo
MAIO	30	24	18			21	15
JUNHO	6, 27	7, 21	8, 15	9, 30	17, 24	18	12
JULHO	18	12	6, 27	15	15	9, 30	3, 24
AGOSTO	8, 29	2, 23	17	11	5, 26	13, 20	14
SETEMBRO	19	13	7, 28	1, 15, 22	2, 16	10	4, 25
OUTUBRO	10, 31	4, 25	19	13	7, 28	1, 22	16
NOVEMBRO		8		3	3		6

4.5 Categorias de análise

A classificação do *corpus* da pesquisa foi feita com base em duas categorias de análise: valores-notícia e ideologia. Cada uma delas possui subcategorias, dentro das quais cada notícia foi destrinchada, permitindo que se analise o tratamento que *Folha de S.Paulo* e *Veja* deram aos EPMS nos governos de Lula e de FHC. A seguir, explicamos como foram constituídas essas subcategorias:

4.5.1 Valores-notícia

Conforme descrito anteriormente (item 4.1), para cada informação que atendia aos critérios definidos para formar a amostra deste estudo empírico procurou-se identificar os valores-notícia predominantes, isto é, as condições necessárias para que um fato tenha se transformado em notícia. O que se tenta inferir aqui é o que pesou para ter havido a seleção do acontecimento.

4.5.2 Ideologia

Para a categoria da Ideologia, interessa-nos saber:

i) Quais fontes deram o enquadramento dominante - Trata-se da subcategoria que revela quais fontes jornalísticas foram mais relevantes e sobre as quais o veículo de comunicação recorreu e, notadamente, mencionaram o crédito com clareza nos textos. Como cada fato noticiado pode possuir mais de uma fonte, interessou-nos identificar qual seria primária e, se fosse o caso, a secundária. Essa classificação, nesta investigação empírica, fará a seguinte divisão para a origem da notícia:

A) Oficialistas (autoridades do governo), partido ou coalizão do governo
B) Adversários (representantes de entidades de oposição ao governo)
C) Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, Congresso (CPI ou Conselho de Ética) ou Receita Federal
D) Peritos independentes, especialistas, intelectuais, personagens desconhecidos, entidades da sociedade civil
E) o próprio jornal
F) outro veículo de comunicação
G) Empresas e mercado
H) não identificável

É preciso fazer uma ressalva: os editoriais não foram classificados segundo essas subcategorias, uma vez que na maioria das ocorrências trata-se da opinião do veículo. E muito raramente foi possível identificar a origem da notícia que resultou nesse texto opinativo.

ii) Quem o veículo responsabiliza pelo problema ou atribui mérito por sua execução - A intenção é revelar quem o veículo considera o principal responsável pelo fato narrado. Essa questão é de grande importância por mostrar quem *Folha* ou *Veja* consideram como a principal responsável pela questão, o que revela uma busca pela culpabilização, na maioria das vezes, do meio de comunicação em relação aos problemas noticiados. Estabelecemos, previamente à classificação das entradas, 11 opções que imaginávamos ser pela temática estudada as mais referenciadas pela imprensa. Na prática, essa escolha mostrou-se adequada por não ter surgido no decorrer da investigação nenhum “outro responsável”, senão aqueles imaginados *a priori*. As opções definidas foram:

A) incompetência/deficiência/omissão/conivência de autoridades do governo federal
B) judiciário moroso, leis brandas
C) conflito entre grupos rivais/oposição
D) sistema político/eleitoral, partido ou coalizão do governo
E) presidente da República
F) empresas e mercado
G) ação governamental
H) movimentos sociais
I) submundo da informação
J) imprensa
K) outros (não se trata de problema, tampouco de um mérito; outras opções não-citadas)

iii) Qual a visibilidade dada por *Folha* ou *Veja* ao fato (altíssima, alta, média-alta, média ou baixa) – Pré-definimos uma escala de 1 a 5 pontos para classificar as chamadas de capas dos fatos noticiados pelos dois veículos. Procurou-se, neste item, aferir o nível de enquadramento positivo ou negativo para o assunto proposto pelas duas publicações. A escala foi montada considerando, como convenção, que quanto maior o destaque, maior o grau positivo ou negativo que seria dado à chamada. Para fins de clareza, segue o esquema gráfico que demonstra como a classificação foi feita:

Jornal *Folha* de S.Paulo: Revista *Veja*:

Para criar essa pontuação própria, examinaram-se os *layouts* (desenhos) de todas as capas dos dois veículos nos anos de 1998, 1999 e 2005. Essa preocupação se

justificava porque o desenho das Primeiras Páginas respeita o projeto gráfico do veículo, que poderia ter mudado completamente de um governo para o outro e posto em risco comparações. Isso não ocorreu, para sorte deste trabalho, que teve mais um elemento para utilizar a mesma matriz de valoração dos enquadramentos, sem prejuízo para reformas ou mudanças pontuais no design gráfico de suas capas.

Por motivos óbvios, as pontuações de *Folha* e *Veja* respeitavam o intervalo de 1 a 5 pontos, mas precisaram levar em conta diferenciações de posição e espaço de suas chamadas de capa. Numa redação de jornal, é fato consagrado que as notícias de Primeira Página com mais destaque estão posicionadas na parte superior da chamada “dobra” da publicação. A explicação, pueril, é que esta é a única parte visível e exposta nas bancas com o jornal dobrado. Tem, assim, a função de seduzir o leitor que compra a edição ao observar rapidamente a capa por sua manchete e as chamadas superiores. No caso da revista, essa discussão inexistente. Em tese, quase todo o espaço é nobre num periódico semanal, mas é sabido que, além do tema principal, as chamadas menores que estão na parte superior têm mais força que as que ficam no rodapé.

Os casos avaliados nesse estudo referem-se a EPMs e seria de se esperar que o grau de visibilidade das notícias fosse predominantemente negativo, o que de fato ocorreu. Mas houve situações em que, a despeito das crises políticas, o governante logrou ter uma manchete ou chamada de Primeira Página favorável, portanto positiva. Essas situações, raras, ocorreram e foram registradas. Para tanto, ficou prestabelecido que uma entrada poderia ser considerada positiva se uma das três regras ocorresse: 1) a chamada publicava, praticamente *ipsis literis*, o que o presidente ou aliado falaram publicamente; 2) um órgão não envolvido diretamente (Judiciário, Receita Federal ou um conselho de ética do Congresso) se pronunciava de forma a não-incriminar ou até inocentar o lado do governo; 3) membro da oposição foi implicado diretamente no escândalo.

4.6 A narrativa dos enquadramentos

Para cada entrada, o processo de classificação se preocupou em buscar o enquadramento correspondente segundo o modelo de análise dos pacotes interpretativos, proposto por Gamson e Modigliani (1989) e Gamson (2011). Recorremos a um modelo que julgamos adequado por reduzir riscos de análise arbitrária ou discricionária e, ao mesmo tempo, permitir a descoberta de enquadramentos sobre as

questões e suas mudanças que ocorreram em casos distintos de escândalos políticos nos governos Lula e FHC, uma preocupação que nasceu desde o princípio deste trabalho.

Como o objetivo deste estudo empírico, muito além dos dados quantitativos referentes à seleção e ao agendamento, era investigar o tipo de cobertura noticiosa, recorreu-se ao uso como operador analítico a identificação de rotas interpretativas – grosso modo, frases que sintetizassem o que cada texto (reportagem, coluna ou editorial) ou imagem (gráfico, charge ou fotografia) procuravam dizer.

Esse tipo de análise, que faz parte da teoria cognitivista de Gamson e Modigliani (1989), tem a vantagem de criar matrizes comparáveis entre governos distintos e evidenciar *se* e *como* o tratamento dos casos sofreu alterações ao longo da mesma crise. “Quando essas associações se tornam recorrentes e seguem padrões de relação semântica similares, é possível, então, identificar-se aquilo que eles (os autores) denominaram de ‘pacotes interpretativos’”, aponta Lycarião (2011, p. 268).

Ao fim da codificação, chegou-se ao número de 83 rotas interpretativas (enquadramentos). Algumas delas foram acrescidas por estarem ausentes de uma lista de referência inicial durante a classificação realizada e refeitas sobre os materiais da mídia de massa. Elas também passaram por uma revisão durante e ao final da análise para evitar inconsistências. Por exemplo, uma nova rota poderia se mostrar necessária ao se deparar com uma dada notícia, mas depois era verificado que um novo enquadramento ficava restrito a essa entrada. Nesta situação, zerava-se o processo de codificação e verificava-se se uma outra rota já existente poderia abrigar tal entrada, com no máximo pequenas alterações que não maculassem o seu espírito original.

As 83 rotas, quando agrupadas, redundaram em 7 pacotes interpretativos, a saber: *vitimização*, *disputa eleitoral*, *disputa comercial*, *denunciação antecipada*, *protagonismo midiático*, *ação e reação* e *nenhum enquadramento codificável*. É a partir destes pacotes interpretativos que será produzida a análise de conteúdo dos dois governos, apontando como foi produzida a narrativa jornalística. As descobertas e inferências serão expostas no Capítulo 6, quando também apresentaremos o sentido das nomenclaturas dos pacotes elencados acima.

Os quadros de referência para cada EPM serão apresentados no Apêndice B sob duas formas, com a mesma sistemática adotada por Gamson (2011). Eles virão por meio

de parágrafos breves, uma junção das frases-sínteses de cada entrada, que propiciarão uma ideia organizadora central de cada pacote interpretativo. Em seguida, será apresentada a tabela com os códigos para as 83 rotas interpretativas agrupadas em 7 pacotes interpretativos.

5. A corrupção como notícia⁵²

Muito se fala da crise dos jornais impressos. Mas a verdade é que o brasileiro tem lido mais jornal a cada ano que passa. Segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ), é fato comprovado que existe uma forte relação entre a circulação de jornais no Brasil e o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB). Quanto mais o país progride economicamente, mais leitores surgem. A circulação média diária saltou de 4,3 milhões de exemplares em 1990 para 8,7 milhões em 2011, enquanto o PIB foi de 2,2 trilhões de reais (em valores atualizados) para 4,1 trilhões de reais no mesmo período. Mas não foi um crescimento contínuo. Em 1998 e 1999, a circulação era de 7,2 milhões de exemplares por dia, mas no ano de 2005 ela havia caído para 6,8 milhões. As curvas de vendas de jornais e da economia brasileira caminham paralelamente.

Porém, de acordo com a pesquisa Maiores Jornais do Brasil⁵³, da ANJ, com base nos dados do Instituto Verificador de Circulação, o maior número de leitores não correspondeu ao crescimento dos veículos de circulação nacional. O jornal *Folha de S.Paulo*, por exemplo, vem perdendo leitores desde o início dos anos 2000. De 2006 até 2011, o jornal paulista encolheu 7,43% em média de circulação, enquanto *O Globo*, do Rio, perdeu 7,28%. A expansão dos jornais impressos tem ocorrido com o surgimento de novos títulos, mais populares. Em igual período, o *Super Notícia*, de Minas Gerais, viu a circulação saltar de 135 mil para 294 mil exemplares e, a partir de 2010, tornou-se a publicação líder do mercado. O noticiário político não é o forte do *Super Notícia*.

Apesar do declínio dos jornais nacionais, duas pesquisas de instituições e metodologias diferentes⁵⁴, embora não permitam comparações diretas, apontam uma coincidência que ratifica um senso comum: o brasileiro confia mais na imprensa do que no governo. É um sentimento que já podia ser detectado em 1998, manteve-se logo após a fase crítica do escândalo do mensalão e revelou-se ainda verdadeiro no último ano do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Mas se tratou de uma confiança relativa nos meios de comunicação, já que, em nenhuma pesquisa, esse índice passou de 50%.

⁵² Versão ampliada de artigo apresentado e publicado no XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza, 6/9/2012.

⁵³ Pesquisa Maiores Jornais do Brasil ANJ/IVC. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em: 1/10/2012.

⁵⁴ Pesquisa CNT/Sensus, de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Pesquisa%20CNT%20Sensus/2010/100%20Sintese.pdf>>. Acesso em: 25/6/2012; e Trust in the Media, de maio de 2006. Disponível em: http://www.globescan.com/news_archives/bbcreut.html. Acesso em: 25/6/2012.

Em outras palavras, as pessoas mais desconfiam do que confiam na imprensa e a grande maioria dos brasileiros acredita menos ainda nos seus governantes.

Tabela 5.1 - Confiança nas instituições

Instituição	Janeiro, 2010	Março, 2006	Setembro, 1998
Imprensa	49,8	45	44
Governo	40,1	30	29
	CNT/Sensus	Globescan	CNT/Sensus

No Brasil, a convivência entre imprensa e governos é marcada por momentos oscilantes. Alguns, embora surjam críticas pontuais, podem ser considerados pacíficos. Mas em outros são de intenso choque, que mais se assemelha a uma disputa eleitoral em que, ao final, apenas um sairá vencedor. A referência das eleições não é à toa. Historicamente, os períodos de maior tensão entre imprensa e políticos ocorrem às vésperas das campanhas eleitorais e também durante esse processo. Embora a corrida pelas urnas fosse uma variável valiosa para se compreender a disputa simbólica pelo poder, não nos interessava delimitar o nosso objeto de estudo a um período de eleição.

Afonso de Albuquerque (1999) defende que a imprensa brasileira se define, tal como a norte-americana, como um “Quarto Poder”, mas concebe seu papel político em termos muito mais ativos do que nos Estados Unidos, reivindicando autoridade para, em casos de disputas entre os Três Poderes constituídos, intervir em favor de um poder contra outro. Atua como um legítimo “poder moderador” com o compromisso de defender a ordem pública em geral, e a democracia em particular.

Para Albuquerque, a imprensa brasileira se apropria do modelo de jornalismo “independente” norte-americano, mas apenas do ponto de vista formal porque, na prática, ao se autoafirmar como praticante de uma postura “independente”, ela passa a defender alguns pontos políticos programáticos seletivos, como a reforma do Estado, em nome do interesse maior da nação. O autor nos lembra que nos Estados Unidos há uma sociedade marcadamente individualista e com um conjunto sólido de instituições (Tocqueville⁵⁵) que acabam por fundamentar os princípios da defesa da autonomia da imprensa em relação ao governo e o seu compromisso com o interesse público

⁵⁵ TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

(Nerone⁵⁶), estabelecendo as bases para sua atuação como “Quarto Poder”. E o exercício dessa função ocorre por meio da publicização dos problemas políticos para a sociedade⁵⁷.

Embora possamos encontrar intersecções e até identificações exatas entre os jornalismo americano e brasileiro, há diferenças substanciais de origem, aponta Albuquerque, e não é possível dizer que os jornalistas do Brasil assumam um compromisso com a busca de fatos, a defesa do interesse público e a ideia de objetividade, tal como é feito nos Estados Unidos, pelo fato de que isso só seria possível se houvesse consenso em torno de um amplo conjunto de verdades fundamentais. No Brasil, ao contrário, ainda estamos no meio do processo da construção democrática. A Constituição de 1988, segundo o autor, ilustra o problema: enquanto o PT se recusou a assiná-la, grande parte dos setores que a patrocinaram declaram que, se posta em prática na sua totalidade, ela torna o país ingovernável e é preciso modificá-la.

Na medida em que a defesa da democracia é interpretada muito mais como a construção de um patrimônio comum ou a defesa de um bastião ameaçado do que como o puro e simples respeito às regras do jogo e à vontade popular, não parece tão contraditória a ideia de que o comando da operação deva caber a líderes qualificados, o que, no caso da imprensa brasileira, se traduz em parte pela noção de “formador de opinião”. (ALBUQUERQUE, 1999)

Daí o paralelo que Albuquerque faz entre o Poder Moderador, presente na época do Império e também no regime militar brasileiros, com o papel que a imprensa reivindica para si como o “árbitro das disputas entre os poderes constituídos, decidindo sempre em favor do ‘Bem Comum’”. Uma questão não-resolvida, mas de caráter tão intenso quanto duradouro, é que ao reivindicar para si o exercício de prerrogativas de outros poderes, a imprensa brasileira se sujeita a uma crescente hostilidade, gerando uma interferência indevida do campo jornalístico.

⁵⁶ NERONE, J. C. A Local History of the Early U.S. Press: Cincinnati, 1793-1848. In SOLOMON, W.S. & MCCHESENEY, R.W. (eds.). *Ruthless Criticism: New Perspectives on U.S. Communication History*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 38-65, 1993.

⁵⁷ Albuquerque entende que essa publicização “implica no compromisso da imprensa com a objetividade no tratamento das notícias (Schudson, 1978; Soloski, 1993), com a representação do cidadão comum frente ao Estado (Hallin & Mancini, 1984) e com o funcionamento eficiente do sistema de divisão de poderes (Cook, 1998)”.

O texto de Albuquerque foi escrito seis anos antes do caso mensalão e no ano seguinte ao da eclosão da crise política de FHC, mas não se trata de uma referência a este. No entanto, é possível traçar paralelos entre eles e a atuação da imprensa como um “Outro Quarto Poder”, que toma para si a responsabilidade de, em situações de crise, atuar de forma mais incisiva, muito além do papel de vigilante dos governantes. A imprensa brasileira, ao menos nos dois escândalos analisados, não foi apenas o espaço da publicização dos problemas políticos da sociedade. Ela participou ativamente deles. Expôs os fatos, e julgou-os também.

Particularmente sobre o ano de 2005, o Brasil podia até oferecer uma vida melhor para sua população, mas a preocupação de parcela da sociedade refletia o que estava estampado nas páginas de jornais e revistas, nos noticiários radiofônicos ou televisivos e nos meios digitais. De 1995 até o ano passado, segundo a organização não-governamental chilena Latinobarómetro, que realiza estudos de opinião pública, o tema da corrupção atingiu seu pico máximo de descontentamento no ano em que eclodiu o escândalo do mensalão. No terceiro ano do primeiro mandato de Lula, 21,9% dos brasileiros consideravam ser esse o segundo problema mais importante do país, atrás apenas do desemprego.

Essa tendência também se mostrava presente entre a classe empresarial, segundo a Transparência Internacional. Anualmente, a entidade elabora o seu Índice de Percepção da Corrupção (CPI, em inglês), que varia de uma escala de 0 (extremamente corrupto) a 10 (altamente honesto), com base em pesquisas de opinião em mais de 150 países do mundo. Em 2006, um ano após o escândalo do mensalão, o índice⁵⁸ era de 3,3, o valor mais baixo desde 1997. Em 1999, portanto após a eclosão da crise política que atingiu o governo tucano, o *score* foi de 4,1. Para a classe empresarial, o problema da corrupção aumentou por causa do escândalo político.

De 16 artigos da Ciência Política que abordam a reeleição de Lula em 2006, 9 procuram estudar *se e como* o tema da corrupção influenciou o resultado eleitoral⁵⁹. Hunter e Power (2007) sustentam que teria prevalecido o voto econômico no qual os

⁵⁸ Em 1999, o Brasil figurava no 45º posto no ranking da corrupção, enquanto em 2006 estava em 70º lugar no ranking da corrupção. É uma melhoria apenas na aparência, já que a quantidade de países listados muda periodicamente. Em 2006, havia muito mais países no ranking.

⁵⁹ Esses dados foram levantados por este autor para o trabalho final da disciplina de FLS-5049, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, ministrado pelo professor André Singer no primeiro semestre de 2011, que resultou na confecção do artigo “Recontando os votos da eleição de 2006”, ainda inédito.

pobres ajudaram, de forma inédita, a reeleger o presidente. Já a classe média, ao contrário, retirou seu apoio histórico ao petista. Essa mudança da base eleitoral de Lula se mostrou ainda mais impressionante, segundo os autores, porque a guinada ocorreu após as denúncias de corrupção, e também pelo fato de ter sido acompanhada de um descolamento do voto ao líder petista com o do PT para a Câmara dos Deputados. Eles acrescentam que o governo Lula trouxe de volta a questão do populismo na política, só que, para surpresa dos autores, vindo de um grupo político de esquerda:

Do ponto de vista dos eleitores com menor estabilidade econômica, o PT e o governo Lula podem ter sido corruptos, mas repartiram benefícios materiais valiosos. Essa percepção pode ser resumida no ditado popular, ainda que pejorativo, 'rouba, mas faz'. O mesmo foi aplicado pela primeira vez ao folclórico governador de São Paulo Adhemar de Barros na década de 1950, e desde então, a muitos políticos clientelistas de direita (não a políticos associados a um partido programático de esquerda como o PT). (HUNTER; POWER, 2007, p. 344)

O sociólogo Francisco de Oliveira enxergou uma despolarização e uma despolitização no período do governo Lula, e a prova disso seria que o suposto desinteresse do eleitorado na disputa de 2006 representava “reflexo de que a política não passa pelo conflito de classes”⁶⁰, ao contrário do que defende Singer com a sua tese do realinhamento eleitoral. Em entrevista em 2 de julho de 2012 para o programa Roda Viva⁶¹, da TV Cultura, Oliveira afirmou:

O Lula é muito mais esperto do que vocês supõem, mesmo a imprensa. O Lula não tem caráter. É forte. É um oportunista que a sociedade brasileira e eu respondo, particularmente, como parte da esquerda brasileira sou responsável, porque nós fizemos de conta que o operário é igual a classe. Como Marx disse há 150 anos que a libertação da classe operária só será obra da própria classe operária, nós confundimos as duas coisas. A gente achou que tinha chegado ao paraíso. (OLIVEIRA, 2012)

Uma outra visão sobre o presidente petista, fora do campo da Ciência Política e apresentado aqui apenas para ilustrar parte do sentimento de oposição ao presidente popular, é apresentada pelo psicanalista Tales Ab’Sáber, cuja tese central é defender que os anos Lula sepultaram a perspectiva de luta de classes no Brasil a partir da adesão de

⁶⁰ Cf. OLIVEIRA, F., BRAGA, R., RIZEK, C. *Hegemonia às avessas*, São Paulo: Boitempo, 2010, p. 48, apud SINGER, A. *Realinhamento eleitoral e mudança política no Brasil*, Tese de livre docência – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

⁶¹ Ver programa “Roda Viva”, da TV Cultura, a partir do 26º minuto e 40º segundo da entrevista de 2/7/2012. Disponível em: <http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/chico-de-oliveira-2>. Acesso em: 25/7/2012.

seu partido ao patrimonialismo brasileiro tradicional, fisiológico, e com um governo que primou pelo pragmatismo e liberalismo econômico.

Para a política fisiológica e de apropriação patrimonialista brasileira e suas estruturas históricas de enraizamento no Estado, Lula *também foi um igual*, um líder e uma garantia plena de liberdade e impunidade pragmática, o que permitiu a entrada do seu grupo particular de classe para o clube do clientelismo brasileiro, os antigos proletários sindicalistas, agora novos gerentes da máquina pública, em um processo feliz e franco de aburguesamento. (AB'SÁBER, 2011, p. 42)

O jornalista Mario Sergio Conti, em artigo na revista *Piauí*⁶², escreveu uma resenha sobre a obra de Ab'Sáber, afirmando que este autor produziu um ensaio crítico que visa tornar consciente o que o poder petista fez e faz, sempre ancorado por um carismático político (comparável, segundo Ab'Sáber, a Paul McCartney, em um Brasil em que todos são fãs do ex-Beatle) que propiciou uma circulação de mercadorias e, por isso, foi amado:

Lula promoveu um acordo entre os socialmente antagônicos que foi a quadratura do círculo. Conciliação enunciada, sibilamente, pelo próprio presidente: 'Foi preciso um torneiro mecânico, metido a socialista, para fazer o país virar capitalista.' Como Lula há muito deixou de ser torneiro, o socialismo saiu do horizonte contemporâneo e o Brasil nunca deixou de ser capitalista, tal acordo se dá em condições peculiares: no corpo do presidente, que o avaliza pessoalmente. O seu carisma é isso. (CONTI, 2012)

Este trabalho busca elucidar o discurso da imprensa num período crítico para o governo Lula, colaborando com as discussões no campo das Comunicações e também com outras áreas do conhecimento. Ao fechar no tema da corrupção como ponto focal do estudo empírico, procurou-se contribuir para as discussões propostas por autores como Hunter e Power, tomando o cuidado de não se adotar nenhuma visão antecipada sob a questão. Para tanto, além de analisar as narrativas jornalísticas de 2005, procuramos aplicar uma investigação que pudesse ser comparável com outro período histórico.

Nada mais natural do que procurar acontecimentos que tivessem a mesma natureza, isto é, escândalos político-midiáticos (EPMs). Segundo Thompson (2002), os escândalos midiáticos normalmente se desenrolam por um período de tempo que é marcado pelos ritmos da imprensa, mostram uma estrutura sequencial em que uma fase

⁶² Cf. CONTI, M.S. "O povo pop no poder", in *Revista Piauí*, edição 69, junho de 2012. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-69/tribuna-livre-da-luta-de-classes-simbolos/o-povo-pop-no-poder>. Acesso em: 25/7/2012.

é previsivelmente seguida por outra, são, muitas vezes, acontecimentos de alta complexidade, com muitas fontes de incerteza, alentam a especulação e constantemente testam a capacidade dos leitores e espectadores de avaliar a veracidade dos protagonistas.

Muitas vezes encontra-se na origem de um escândalo midiático a violação de normas ou códigos morais, mas transgressões desse tipo pertencem geralmente à fase do pré-escândalo. [...] A apresentação pública do fato pode ser suficiente para desencadear uma sequência de eventos que podem ir tomando corpo rapidamente, na medida em que outras organizações da mídia se apressam em tomar e desenvolver a história. [...] Os indivíduos que se encontram no centro do escândalo, junto com seus conselheiros, advogados e defensores, podem se envolver em uma batalha estratégica com tais organizações. [...] A fase culminante pode levar a uma confissão da culpa, uma renúncia, uma demissão e/ou à instauração de um processo criminal, mas pode também resultar no desaparecimento das acusações contra o(s) indivíduo(s) em questão e à dissipação do escândalo. (THOMPSON, 2002, p. 103-107)

Em 1998 e 1999, embora a corrupção fosse a 8ª maior preocupação dos brasileiros, segundo o Latinobarómetro, dois casos foram muito repercutidos pela imprensa, o grampo do BNDES e o dossiê antitucano (também conhecido como “dossiê Cayman”). O primeiro tratava de conversas telefônicas gravadas clandestinamente em que autoridades federais, inclusive o presidente Fernando Henrique Cardoso, discutiam o processo de privatização da Telebrás. Ao mesmo tempo, tornou-se público um conjunto de documentos em que denunciavam que o presidente tucano, seu ministro Sérgio Motta, o senador José Serra e o governador paulista, Mário Covas, seriam sócios de uma *offshore* usada para receber depósitos de dinheiro resultado de propina após o leilão da telefonia. O dossiê, tempos depois, mostrou-se fruto de uma fraude⁶³. Já os grampos, estes existiram de verdade.

Assim, o *corpus* da pesquisa foi constituído de 703 entradas (reportagens, colunas, editorias, infográficos, box, imagens e outros) publicadas por *Folha* e *Veja* no escândalo do mensalão e 215, nos casos do grampo do BNDES e dossiê antitucano. Elas são resultado da classificação de 65 edições do jornal e 26 da revista no governo petista e de 35 dias na *Folha* e 5 na *Veja* no do tucano. Como a amostragem foi numericamente maior no governo de Lula, decidimos analisar e apresentar os dados brutos em termos de proporções.

⁶³ *Folha*, “Justiça condena pastor por dossiê contra PSDB em 98”, 29/11/2011. Disponível em: <http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/poder/11827-justica-condena-pastor-por-dossie-contr-psdb-em-98.shtml>. Acesso em: 25/6/2012.

Tabela 5.2– Entradas analisadas

Veículo	Edições	FHC	Entradas/Edição	Edições	Lula	Entradas/Edição
<i>Folha</i>	35	189	5,40	65	550	8,46
<i>Veja</i>	5	26	5,20	26	153	5,88

O indicador entradas/edição traz a proporção de textos, editoriais, imagens e infográficos que foram produzidos e tinham chamadas na capa dos veículos. Os dados mostram que *Veja* destacou os EPMS de Lula e de FHC de forma proporcional, enquanto os casos foram noticiados. Já a *Folha* deu mais atenção à crise política do petista.

Pelo critério de número de entradas, descobrimos que a *Folha* intensificou a cobertura política na crise do governo Lula. Nas 35 edições analisadas durante FHC, houve 189 entradas, o que resultou em 5,40 entradas por edição. Na amostra do jornal para o período Lula, houve 8,46 entradas em média para cada uma das 65 edições analisadas. Ao se analisar os dados de *Veja*, surgiu a impressão de que a revista deu destaque proporcional para o escândalo do mensalão e para os casos do grampo no BNDES e do dossiê antitucano.

Mas há que se ponderar que o *corpus* classificou apenas entradas (textos, editoriais, imagens e infográficos) que estivessem presentes nas chamadas de capas dos dois veículos (ver item 4.4). Num jornal, como a *Folha*, há mais flexibilidade e espaço para dar atenção a uma dada temática (por exemplo, mais notícias de futebol nas segundas-feiras ou Primeiras Páginas totalmente dedicadas ao resultado das eleições), enquanto que isso não ocorre na revista. *Veja*, especificamente, trabalha com poucas chamadas de capa e, por essa razão, os dados acima mostram igualdade na proporção de entradas por edição nos governos Lula e FHC, o que poderia denotar um tratamento igualitário para os dois governos. Os resultados que virão a seguir não autorizam esse tipo de interpretação.

O fato é que *Veja* tratou do EPM de FHC em 5 edições, que resultaram em 58 páginas editoriais com entradas que tiveram remissão na capa. Enquanto a crise do governo Lula permaneceu em evidência por 26 revistas seguidas, que corresponderam a 393 páginas editoriais⁶⁴. Para os dois veículos, concluímos que o tema da corrupção no governo do petista esteve, portanto, muito mais em evidência. É a partir desse ponto de partida que vamos proceder com o tratamento dos dados.

⁶⁴ Fugiu ao radar desse *corpus* de pesquisa a análise de reportagens internas que não tiveram chamadas de Primeira Página, tanto em *Veja* como na *Folha*. Como a revista tem uma limitação no número de chamadas na capa, não é improvável que o aumento na cobertura do mensalão tenha sido ainda maior do que o apontado nesta dissertação.

5.1 Análise quantitativa

A quantidade de notícias publicadas na Primeira Página oferece uma dimensão da relevância que o veículo dá a um determinado assunto. *Folha* produziu mais chamadas (positivas ou negativas) do caso mensalão, a uma taxa de 2,89 chamadas para cada edição. Na crise de FHC, foi 1,83 chamada por edição – crescimento de 58%. *Veja* tratou, em termos de destaque, de forma semelhante os dois EPMS, mas é preciso lembrar que o período analisado compreendeu os momentos de ápice da cobertura noticiosa. Ou seja, a revista manteve a mesma taxa de atenção na cobertura do mensalão durante 26 edições consecutivas.

Tabela 5.3 - Chamadas de Primeira Página (inclui manchetes)

Veículo	Edições	FHC	Chamadas/Edição	Edições	Lula	Chamadas/Edição
<i>Folha</i>	35	64	1,83	65	188	2,89
<i>Veja</i>	5	6	1,20	26	32	1,23

A relevância de uma notícia pode ser medida pelas menções dela nas chamadas de capa. Nas 26 semanas em que *Veja* tratou do mensalão, ela manteve o mesmo índice de chamadas dado para cinco edições da crise política de FHC. *Folha* novamente deu mais atenção ao mensalão do que ao EPM de FHC.

As 64 chamadas de Primeira Página da *Folha* em 1998/1999 resultaram em 125 matérias no interior do jornal, enquanto que as 188 chamadas em 2005 produziram 362 textos ou imagens internas. No caso de *Veja*, para 6 notícias na capa, foram geradas 20 entradas nas páginas da revista para os casos do governo FHC e, das 32 chamadas de Primeira Página para o mensalão, houve 121 reportagens no corpo da publicação.

Em relação ao tom das chamadas de Primeira Página, *Folha* e *Veja* mantiveram a mesma proporção negativa da cobertura dos escândalos da era FHC. No caso de Lula, os dois veículos enquadraram de forma predominantemente negativa as suas chamadas em seus espaços nobres, com praticamente ausência de remissões de positivas a alguma ação do governo ou ao presidente.

Tabela 5.4 - Teor das chamadas de Primeira Página

Veículo	FHC+	FHC-	% Negativa	Lula+	Lula-	% Negativa
<i>Folha</i>	21	43	67%	14	174	93%
<i>VEJA</i>	2	4	67%	1	31	97%

Folha e *Veja* trataram o escândalo do mensalão de forma mais negativa do que trataram o grampo do BNDES e dossiê antitucano. Durante a crise política de Lula, praticamente não houve remissões na capa a alguma ação positiva do governo ou ao presidente.

Interessava-nos ainda saber se os escândalos eram o tema principal do noticiário do dia, o que podia ser confirmado sempre que essa pauta era escolhida como manchete

do veículo. O agendamento ficou evidente com as manchetes dadas pelos dois veículos. Durante o governo FHC, os casos grampo do BNDES e dossiê antitucano mereceram na *Folha* 12 manchetes em 35 edições – uma em cada três dias. Com Lula, o jornal dobrou sua vigilância. Foram 45 manchetes em 65 dias da amostra analisada – mais de dois terços dos dias. Em termos proporcionais, as manchetes dos EPMs dobraram em número de um período para o outro. Já *Veja* manteve o mensalão como assunto principal em 62% das edições, o que demonstrou a importância que a publicação deu ao caso que na sua fase crítica durou mais de seis meses.

Tabela 5.5 - Editoriais

Veículo	Edições	FHC	Editorial/Edição	Edições	Lula	Editorial/Edição
<i>Folha</i>	35	11	0,31	65	48	0,74
<i>VEJA</i>	5	3	0,60	26	19	0,73

Veja emitiu sua opinião sobre os EPMs de Lula e de FHC com frequência muito similar, enquanto que a *Folha* chegou a dobrar a quantidade de editoriais sobre a crise do petista em relação ao do tucano.

A cada três dias de cobertura, a *Folha* publicou um editorial sobre a crise que assolou o governo FHC. Durante o longo período do mensalão, a opinião do jornal sobre o caso dobrou em número de ocorrências. Foram 48 editoriais em 65 edições. Em uma ocasião, no dia 12 de junho de 2005, ela chegou a publicar dois textos com a opinião do veículo sobre o escândalo do governo Lula, sendo que um deles foi impresso na Primeira Página. Trata-se de um evento raro, um expediente usado algumas vezes no período do impeachment de Fernando Collor de Mello. *Veja*, no espaço Carta ao Leitor, escreveu em três de cinco edições analisadas sobre o EPM do governo tucano. A revista deixou de emitir seu ponto de vista em apenas 7 das 26 semanas em que tratou do mensalão.

5.1.1 A personalização das crises políticas

Para este trabalho, foram considerados os valores-notícias (*news value*) contidos nas chamadas de capa e também no conteúdo interno (conforme item 4.1 do Capítulo 4). Tanto na política quanto no discurso da imprensa há uma tendência por personalizar a notícia, o que faz com que, em muitos eventos, o valor-notícia que mais pesa na hora de decidir pela publicação de uma história seja esse fator. A *personalização* dos escândalos permite que a imprensa identifique de forma mais clara não só “o que”, mas sobretudo “quem” está por trás dos episódios narrados. Ao fazer isso, a imprensa passou a ter uma participação no jogo político maior que o de simples narradora dos acontecimentos. O

que ela torna público ou omite influenciará a imagem que a sociedade fará dos envolvidos.

A reputação é uma das questões em jogo nos escândalos, mas se a reputação de um indivíduo vai ser concretamente prejudicada por um escândalo, e em caso positivo, se o prejuízo será permanente ou apenas temporário, depende do conjunto de circunstâncias específicas. Os escândalos são lutas pelo poder simbólico em que os indivíduos estão ativos e algumas vezes obstinadamente procurando controlar o impacto dos acontecimentos em curso sobre suas reputações e suas carreiras, e o resultado dessas lutas vai variar de caso a caso. (THOMPSON, 2002, p. 299)

Diante de um EPM, o único objetivo da classe dos políticos passa a ser destruir a reputação alheia ou preservar a sua própria. E no Brasil, como se lutasse por um troféu, a imprensa trabalha diligentemente para tentar responder à hoje famosa indagação do senador Howard Baker ao conselheiro da Casa Branca John Dean, no episódio do Watergate: “O que o presidente sabia e quando ele ficou sabendo?” Isso não foi diferente nas crises políticas de FHC e de Lula.

Gráfico 5.1 – Valor-notícia (razão predominante para sua publicação)

Folha e Veja consideraram os fatores novidade, personalização e negatividade os valores-notícias predominantes no grampo do BNDES e dossiê antitucano, enquanto que para o escândalo do mensalão o que prevaleceu foram personalização, abrangência e frequência.

Folha e Veja priorizaram critérios diferentes ao cobrir os EPMs de Lula e os de FHC. Novidade, personalização e negatividade foram os valores-notícias predominantes, segundo o jornal e a revista, para escolher o grampo do BNDES e o dossiê antitucano como assuntos de relevo à época. Em 2005, ficou mais evidente que o escândalo do mensalão foi um tema presente ostensivamente nos dois veículos por seu caráter de personalização, abrangência e frequência. Houve, portanto, mais similaridades no tratamento dado entre os dois veículos para o mesmo episódio do que

uma presumível coerência ou igualdade de tratamentos que a mesma publicação poderia ter adotado na cobertura política de governos distintos.

Uma interpretação para essa diferenciação decorre do fato de que o EPM de Lula teve maior duração, envolveu mais políticos e os acontecimentos foram se sucedendo dia após dia numa ciranda sem fim. Seguiu a lógica de que quanto mais carga negativa tiver a notícia, maior sua chance de ser publicada. Essa característica de seleção é justificável, uma vez que remete à *frequência* com que a notícia pode ser explorada ao longo de um período. “É mais fácil que um acontecimento negativo se desenvolva completamente entre duas edições de um jornal ou entre dois noticiários; para um acontecimento positivo, isso é mais difícil e específico” (GALTUNG; RUGE, 1965 apud WOLF, 2008, p. 215).

5.1.2 A imprensa apurou

Interessou-nos levantar as fontes jornalísticas que deram aos veículos analisados o enquadramento dominante para cada crise política. À primeira vista, o que se destaca é a importância das chamadas fontes *Oficialistas* (autoridades do governo, partido ou da coalização do governo) como fornecedoras de matéria-prima para o discurso dos veículos de comunicação tanto no governo Lula quanto no de FHC, o que parece uma contradição em si. Mas esta é apenas aparente. Como se tratam de EPMs, podíamos esperar que representantes de entidades da oposição ao governo, neste trabalho chamados de fontes *Adversários*, estivessem por trás da (ou em auxílio à) divulgação dos acontecimentos. Mas há que se lembrar que, para os dois governantes, a origem das denúncias partiu do próprio governo (foi o então ministro José Serra que forneceu as informações do grampo do BNDES e dossiê antitucano ao jornalista Elio Gaspari) ou de aliados (o então deputado Roberto Jefferson era do PTB, base de sustentação do primeiro mandato do petista).

Tabela 5.6 - Definidores primários (fontes que deram o enquadramento dominante)

	Folha		Veja	
	FHC	Lula	FHC	Lula
Oficialistas (autoridades do governo, partido ou coalizão do governo)	47%	49%	43%	19%
Adversários (representantes de entidades de oposição ao governo)	8%	9%	14%	7%
Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, Congresso (CPI ou Conselho de Ética) ou Receita Federal	12%	14%	0%	6%
Peritos independentes, especialistas, intelectuais, personagens desconhecidos, entidades da sociedade civil	0%	12%	10%	13%
O próprio veículo	25%	12%	14%	34%
Outro veículo de comunicação	2%	2%	14%	6%
Empresas e mercado	2%	2%	5%	0%
Não identificável	4%	0%	0%	14%

Os definidores primários indicam a fonte jornalística que deu origem à notícia. A *Folha* recorreu às fontes *Oficialistas* na cobertura tanto do mensalão quanto no grampo do BNDES e dossiê antitucano. *Veja* recorreu a autoridades do governo, sobretudo, para o EPM de FHC, mas no de Lula a revista demonstrou empenho em produzir investigações próprias.

O fato de as fontes *Adversários* não terem tido destaque chama atenção porque, de certa forma, desautoriza o discurso de críticos de que a chamada “grande mídia” seria pautada pelos partidos oposicionistas. Isso não se mostrou verdadeiro tanto no governo Lula quanto no de FHC. Como é comum em denúncias ligadas à corrupção, houve nitidamente empenho da imprensa em investigar os fatos por conta própria, mostrando-se até contrariada com a postura da oposição sobre a condução política do caso. E isso fica claro quando vemos que *Veja* ou *Folha* foram, também com grande destaque, definidores primários de um grande número de reportagens publicadas. Na crise do governo petista, vale a pena ressaltar que a publicação semanal se destacou em trazer furos jornalísticos, frutos de investigações produzidas por sua equipe de profissionais.

Convém observar a pouca incidência de *entidades da sociedade civil* e de *empresas e mercado*, duas fontes presentes no conjunto do material discursivo de qualquer veículo de comunicação. No primeiro caso, embora os percentuais fiquem em torno dos 10%, com exceção da cobertura da *Folha* nos casos do grampo do BNDES e dossiê antitucano, estes valores devem ser atribuídos à presença de definidores como *peritos independentes, especialistas, intelectuais e personagens desconhecidos*, como se atestou durante a classificação do *corpus* da pesquisa. E no segundo caso, as *empresas e*

mercado, elas foram apartadas das discussões, o que deveria ser motivo de preocupação. No EPM de FHC, além do BNDES, empresas privadas interessadas no leilão de telefonia estiveram diretamente ligadas ao leilão. No escândalo midiático de Lula, havia bancos e companhias envolvidos no esquema de caixa 2. É como se jornal e revista tivessem ignorado personagens relevantes para dar ouvido apenas ao seu próprio discurso e ao da classe política.

5.1.3 O “outro lado”

A *Folha* proporcionou mais espaço para que fontes do tipo *Adversários* se manifestassem, uma vez que, nos dois casos analisados, os representantes da oposição serviram como definidores secundários. Já *Veja*, com um texto mais opinativo no qual muitas vezes é difícil de detectar a origem da informação, privilegiou o discurso de fontes *Oficialistas* também como definidor secundário. No caso do mensalão, uma explicação possível seria que a partir do enquadramento que se obteve das próprias investigações do jornal, fazia-se necessário ouvir o que tinham a dizer as fontes *Oficialistas* (o chamado “outro lado”, no jargão jornalístico, o contraponto da notícia).

Tabela 5.7 - Definidores secundários (fontes que forneciam o contraponto)

	Folha		Veja	
	FHC	Lula	FHC	Lula
Oficialistas (autoridades do governo, partido ou coalizão do governo)	23%	24%	33%	28%
Adversários (representantes de entidades de oposição ao governo)	36%	32%	17%	4%
Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, Congresso (CPI ou Conselho de Ética) ou Receita Federal	13%	13%	33%	4%
Peritos independentes, especialistas, intelectuais, personagens desconhecidos, entidades da sociedade civil	0%	5%	0%	17%
O próprio veículo	6%	5%	0%	21%
Outro veículo de comunicação	14%	13%	0%	21%
Empresas e mercado	7%	9%	17%	4%

Folha deu espaço para que o chamado “outro lado” jornalístico se pronunciasse, as fontes *Adversários*, em contraposição aos definidores primários *Oficialistas*, que também aparecem nessa classificação. Já *Veja* procurou destacar o “outro lado” dos governos Lula e FHC.

É cada vez mais comum que os veículos se baseiem em notícias de outros órgãos de imprensa, o que pode ser notado nesse levantamento. Esse tipo de fonte de informação apareceu em terceiro lugar como definidor secundário, emparelhado com órgãos como *Poder Judiciário*, *Ministério Público*, *Polícia Federal*, *Congresso* ou

Receita Federal. Houve, portanto, uma retroalimentação da notícia, em que um veículo ajudava a impulsionar o impacto dos acontecimentos simplesmente chancelando o conteúdo discursivo de um potencial concorrente. E, novamente, as fontes *entidades da sociedade civil, empresas e mercado* não se mostraram fortes o suficiente para serem ouvidas ou participarem desses debates.

Aqueles que possuem o poder econômico ou político podem facilmente obter acesso aos jornalistas e são acessíveis a eles; quanto aos que não têm poder, é mais difícil que se tornem fontes e sejam procurados pelos jornalistas enquanto suas ações não produzirem acontecimentos noticiáveis, por serem moral ou socialmente negativos. (GANS, 1979 apud WOLF, 2008, p. 235)

Tabela 5.8 - Contraponto

Fontes	Folha		Veja	
	FHC	Lula	FHC	Lula
Definidores primários	178	464	21	124
Definidores secundários	69	152	6	47
Sem segunda opinião	109	312	15	77

O contraponto indica o quanto o veículo de comunicação teve preocupação em dar voz ao “outro lado”, o que praticamente não ocorreu na maioria das entradas analisadas de *Folha* e *Veja*.

Na classificação das entradas, foram excluídos os editoriais de *Veja* e *Folha*, uma vez que se trata da opinião do veículo e não dependente de fontes externas, portanto. Logo, os definidores primários ocorreram em menor número que o de entradas. No caso dos definidores secundários, nem sempre os veículos recorreram a fontes que servissem de *contraponto*. Na prática, grande parte das entradas não apresentou uma segunda opinião, como pode se notar no quadro acima. Portanto, os dois veículos analisados não se viram obrigados a ouvir um presumível “outro lado”, sentenciando os episódios narrados em função de uma fonte apenas.

5.1.4 À procura de culpados

O gráfico abaixo revela, mais uma vez, que a *Folha* tratou de forma diferenciada a crise do governo Lula na comparação com a de FHC. A diferença substancial ocorreu na identificação dos principais responsáveis pelos respectivos EPs. No escândalo do mensalão, o jornal considerou que o *sistema político-eleitoral* ou os *partidos do governo ou da base aliada* deveriam ser responsabilizados. Já nos casos do grampo do BNDES e dossiê antitucano, a *Folha* viu o *submundo da informação*, aqui identificado como a rede de arapongas e informantes ocultos, como sendo a origem dos problemas. Para esse episódio, *Veja* culpou o *submundo da informação*, porém abaixo da influência que a *incompetência/deficiência/omissão/conivência de autoridades do governo*

exerceram sobre o caso. Na pior crise do governo Lula, a revista considerou que o *sistema político-eleitoral* ou os *partidos do governo ou da base aliada* seriam os culpados.

Percebe-se, novamente, que *Folha* e *Veja* apresentaram mais similaridades na cobertura do EPM do mensalão, inclusive nominando o presidente Lula como um dos principais responsáveis pela crise que atingiu seu governo. Em 29 entradas, *Veja* responsabilizou o presidente petista pelo problema. Esse comportamento não ocorreu no governo FHC, quando a revista envolveu diretamente o presidente tucano nos casos apenas uma única vez.

Já o jornal, em 13% das entradas analisadas, entendeu que o presidente tucano tinha parcela de responsabilidade sobre os casos. Isso se explica porque a *Folha* voltou à carga com a revelação de que o governo tomou partido por um dos grupos que participou dos leilões da Telebrás, no qual ficava claro que a versão inicial, divulgada pela imprensa em 1998, não era verdadeira – o governo atuou ativamente no caso. Quando *Veja* entrou nessa história novamente, foi com uma entrevista exclusiva na qual FHC denominava o grampo do BNDES como “uma canalhice”. Esse era o discurso a ser vendido à opinião pública.

Gráfico 5.2 – Quem o veículo responsabiliza pelo problema

A	Incompetência/deficiência/omissão/conivência de autoridades do governo federal
---	--

B	Judiciário moroso, leis brandas
C	Conflito entre grupos rivais/oposição
D	Sistema político/eleitoral, partido ou coalizão do governo
E	Presidente da República
F	Empresas e mercado
G	Ação governamental
H	Movimentos sociais
I	Submundo da informação
J	Imprensa
K	Outros (opções não-citadas)

Folha e *Veja* trataram de forma similar o EPM do mensalão, responsabilizando o sistema político/eleitoral, ou os partidos da base aliada, pela crise política. Também nominaram o presidente Lula como um dos principais responsáveis. A revista poupou FHC de sua crise política, optando por jogar culpa nas ações de auxiliares do presidente tucano. Para a revista, o *submundo da informação*, formado por uma intrincada rede de arapongas, estaria por detrás do EPM tucano.

5.1.5 A imagem do governo sob o cerco político-midiático

Atribuindo um grau (positivo ou negativo), segundo o tipo de entrada e o espaço que recebeu na Primeira Página do veículo analisado, pudemos constatar que em 2005 a exposição positiva não foi tão superior quanto à de 1998/1999. A distinção, dramática, ocorreu com a exposição negativa no tratamento que os dois veículos deram a Lula em relação a FHC. Para cada chamada positiva na capa para Lula, 10 negativas foram publicadas na *Folha* e 25 na *Veja*. Para o tucano, a cada chamada positiva havia 3 negativas no jornal e 2 na revista.

Tabela 5.9 – Grau de exposição

	FHC+	FHC-	- / +	Lula+	Lula-	- / +
<i>Folha</i>	37	119	3,22	50	507	10,14
<i>Veja</i>	9	18	2,00	5	125	25,00

Lula recebeu um tratamento muito mais negativo nas capas de *Folha* e *Veja* do que FHC. Para cada destaque positivo na Primeira Página para o presidente petista, 10 chamadas negativas foram publicadas na *Folha* e 25 na *Veja*. Para o tucano, a cada destaque positivo havia 3 negativos no jornal e 2 na revista.

Por esse critério, podemos dizer que FHC foi menos alvo do que seu sucessor. E era mais esperado que isso acontecesse, já que a análise do material discursivo dos dois governantes ocorreu em períodos críticos de cada um, quando eles se viram no papel de alvo do noticiário. No entanto, o cerco político-midiático contra Lula não só foi mais extenso, como também se mostrou mais negativo. Se se pode dizer que FHC não saiu bem na foto, o governo Lula saiu com a fotografia queimada, segundo dois dos principais veículos noticiosos do país.

5.2 Navegar por águas calmas⁶⁵

Antes de tecer comentários sobre a análise quantitativa, vamos apresentar um estudo comparativo usando a mesma metodologia acima em dois períodos de referência, antes e depois das crises políticas dos governos FHC e Lula. Trata-se de um *corpus* distinto do utilizado no projeto de pesquisa, mas que se provou importante por complementar e reforçar descobertas já expostas acima. Fazia sentido procurar obter elementos adicionais para saber se havia ou não havia antipatias prévias a serem relacionadas com as coberturas que se seguiram pelos dois veículos de comunicação.

Optamos por proceder a comparação de tratamentos recebidos por Lula e FHC em períodos, em tese, pacíficos, a saber os segundos semestres de 1995 e 1999 no caso do governo tucano, e de 2003 e 2007 no do petista. Os períodos de 1995 e 2003 são naturalmente justificáveis, por se tratarem do primeiro ano da nova administração. Já para 1999 e 2007, embora já carreguem a carga de ser o início do segundo mandato dos dois governantes, e, portanto, após as graves crises políticas analisadas, deveriam ser igualmente mais calmos que em anos contaminados por disputas eleitorais, por exemplo. Os dados, como se verá adiante, indicam que não, mas ainda assim essa parametrização nos será útil para encontrar e assinalar respostas indicativas de uma mudança do comportamento da imprensa.

Para a formação desse novo *corpus*, foram analisadas apenas as capas da revista *Veja*, incluindo todas as suas chamadas, e as manchetes da *Folha* numa amostra de três em três dias, adotando critérios semelhantes aos expostos no item 4.4. Por se tratar de um período relativamente longo, de julho a dezembro, a seleção para as edições do jornal foi feita levando em conta a mesma referência de datas, não nos interessando trabalhar com a rigidez de usar iguais dias da semana. Um exemplo: o 1º de julho forneceu os dados para os anos de 1995, 1999, 2003 e 2007, assim como 4 de julho, 2 de novembro e assim por diante. Abaixo, a tabela indica as datas analisadas na *Folha*:

⁶⁵ Versão ampliada de artigo publicado no *XI Congresso Brasileiro de Marketing Político – Politicom*, Curitiba, out. 2012.

Tabela 5.10 – Dias selecionados em 1995, 1997, 2003 e 2007

JULHO	1, 4, 7, 10, 13, 16, 19, 22, 25, 28, 31
AGOSTO	3, 6, 9, 12, 15, 18, 21, 24, 27, 30
SETEMBRO	2, 5, 8, 11, 14, 17, 20, 23, 26, 29
OUTUBRO	2, 5, 8, 11, 14, 17, 20, 23, 26, 29
NOVEMBRO	1, 4, 7, 10, 13, 16, 19, 22, 25, 28
DEZEMBRO	1, 4, 7, 10, 13, 16, 19, 22, 25, 28, 31

Dentro desse conjunto, a parte a ser analisada seriam apenas as notícias de cunho político, isto é, que foram impressas dentro das páginas relacionadas ao tema na *Veja* (editoria de Brasil) e na *Folha* (Política). Chegamos ao seguinte conjunto de entradas (manchetes e chamadas de capa):

Tabela 5.11 - Entradas analisadas em 1995, 1999, 2003 e 2007

	1995	1999	2003	2007
<i>VEJA</i>	4	6	6	21
<i>Folha</i>	39	25	22	22

Os dados revelaram que houve mudanças na cobertura noticiosa dos dois governos. Entre o primeiro e o segundo mandatos de FHC, a política perdeu força como notícia para a *Folha*, enquanto ocorreu movimento contrário na *Veja*. Mas é notável que o crescimento expressivo ocorreu na cobertura da publicação semanal depois do mensalão, com um aumento de mais de 400% na inserção da temática política em suas capas. Já o jornal paulista manteve o mesmo padrão em 2003 e 2007, inclusive abaixo do nível de atenção que dava nos anos de 1995 e 1999.

Com relação à seleção de notícias, isto é, porque ela foi escolhida dentre tantas opções, embora a revista *Veja* tenha procurado, desde o primeiro ano do governo Lula, personalizar as questões políticas e tratar delas de forma negativa, esses dois fatores se acentuaram consideravelmente depois do escândalo do mensalão. Em relação ao governo FHC, a *personalização* ficou em segundo plano, antes e depois da crise política analisada. No caso da *Folha*, embora o EPM do mensalão tenha feito o jornal optar pela *personalização* como critério de seleção das notícias, antes e depois da crise política o jornal considera mais importante os critérios como *interesse nacional*, *novidade* e *negatividade*, sendo que estes dois últimos foram os mesmos critérios adotados nos dois períodos analisados no governo FHC, em 1995 e 1999.

Gráfico 5.3 – Valor-notícia (razão predominante para sua publicação)

Há uma clara mudança de fontes utilizadas por *Veja* antes e depois do mensalão. No início do governo Lula, predominava a escolha de fontes *Oficialistas*, notadamente as autoridades do governo. Depois que Lula foi reeleito, a revista procura destacar o discurso dado pelas fontes do Poder Judiciário, Polícia Federal e o Congresso (CPIs, notadamente). No caso de FHC, o governo tucano sempre foi a fonte primária das capas da revista, mas, no segundo mandato, isso muda ligeiramente, com a publicação dando espaço para fontes *Adversários* e do Poder Judiciário se manifestarem. Já a *Folha* produziu o agendamento da opinião pública com base no predomínio do uso de fontes *Oficialistas*, o que aconteceu nos dois governos analisados. Notamos, ainda, que após o

mensalão, o jornal passou a dar destaque também ao discurso do Poder Judiciário, situação explicada pelo fato de o caso mensalão ter migrado para o âmbito judicial.

Tabela 5.12 – Definidores primários

<i>Veja</i>	FHC		Lula	
	1995	1999	2003	2007
Oficialistas (autoridades do governo, partido ou coalizão do governo)	100%	33%	50%	19%
Adversários (representantes de entidades de oposição ao governo)		33%		5%
Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, Congresso (CPI ou Conselho de Ética) ou Receita Federal		33%	17%	48%
Peritos independentes, especialistas, intelectuais, personagens desconhecidos, entidades da sociedade civil			17%	14%
O próprio veículo			17%	
Não identificável				14%
<i>Folha</i>	FHC		Lula	
	1995	1999	2003	2007
Oficialistas (autoridades do governo, partido ou coalizão do governo)	69%	80%	64%	59%
Adversários (representantes de entidades de oposição ao governo)		4%	5%	
Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, Congresso (CPI ou Conselho de Ética) ou Receita Federal	15%	8%	14%	36%
Peritos independentes, especialistas, intelectuais, personagens desconhecidos, entidades da sociedade civil	3%		14%	5%
O próprio veículo	8%		5%	
Empresas e mercado	5%	8%		

Veja adotou duas condutas antes e depois do mensalão na cobertura política. Em 2003, a figura do presidente Lula era central seja para responsabilizá-lo por algum problema ou atribuir-lhe mérito por suas ações. No mensalão, a crise política, pelo enquadramento da revista, deveria ser atribuída ao *sistema político/eleitoral* e/ou à *incompetência/deficiência/omissão/conivência de autoridades* do governo federal. O presidente viria em seguida. Já em 2007, depois de reeleito, o presidente deixou de figurar como responsável por problemas de ordem política e tampouco recebeu qualquer

mérito por boas práticas. *Veja* passou a condenar o *sistema político/eleitoral* no país, assim como a máquina petista no governo central.

Para os dois mandatos de FHC, a publicação evitou atribuir, quase que predominantemente, a responsabilidade a autoridades do governo e optou por distribuir essa "culpa" também ao conflito entre grupos rivais, movimentos sociais e o próprio presidente. Antes e depois das duas crises políticas, a *Folha* considerava que as ações do governo acabavam por ser responsáveis pelos problemas políticos. Em um segundo patamar, pelas autoridades do governo que foram incompetentes, omissos ou coniventes com o problema. Depois dos dois EPMS, os presidentes passaram a figurar entre os responsáveis, assim como o sistema político/eleitoral.

Gráfico 5.4 – Responsabilização

Se *Veja* já tinha uma postura com viés negativo antes da crise do mensalão, demonstrado no enquadramento das capas da revista, ela se tornou completamente crítica depois dele. A revista manteve o padrão das capas nos dois períodos analisados do governo FHC. *Folha* tendia a equilibrar o tom de suas Primeiras Páginas no primeiro mandato de FHC, o que deixou de acontecer no segundo governo. Com relação a Lula, o jornal manteve o mesmo padrão, com viés negativo. Proporcionalmente, a *Folha* fustigou mais FHC em seu segundo mandato do que o fez com Lula.

Tabela 5.13 - Grau de exposição

	FHC+	FHC-	Lula+	Lula-
VEJA (antes)	5	13	9	16
VEJA (depois)	4	17	0	75
Folha (antes)	90	105	40	70
Folha (depois)	10	45	40	70

5.3 Interpretações da análise quantitativa

A ideia de converter letras frias impressas em evidências de uma atuação histórica norteou todo o trabalho de sistematização do *corpus* da pesquisa. O processo de organização, elaboração, classificação e tabulação dos dados objetivou encontrar elementos que descortinassem novas e mais relevantes questões sobre o tratamento dos veículos de comunicação no governo Lula. A contraposição desse mesmo método aplicado ao discurso da imprensa sobre um governo anterior permitiu fortalecer convicções e, ao mesmo tempo, derrubar muros ideológicos a que todos estamos sujeitos. A seguir, listamos esquematicamente algumas interpretações sobre a seleção, o agendamento e o enquadramento de *Folha* e *Veja* sobre os governos Lula e FHC:

- As crises políticas precisam ter nome e feição. Luiz Carlos Mendonça de Barros, ministro das Comunicações, e o presidente Lula, foram, ao seu tempo, a *personalização* dos episódios que atingiram os governos que cada um representava.
- Na crise de 2005, o mensalão se tornou uma notícia de grande evidência, portanto, digna de ser noticiada por seu caráter de *frequência* e *abrangência*. Na de 1998, estendida para 1999, a história se desenvolveu num período menor, fazendo com que as notícias apresentassem de forma mais intensa uma faceta de *novidade*. Mas por ter começado de forma obscura e se desenvolvido sem um processo de transparência, ficou marcado pela *negatividade*.
- A corrupção no governo petista mostrou-se uma história sem fim. *Folha* e *Veja* dedicaram mais espaço ao mensalão, tanto na capa quanto nos textos internos, e o tom dessa cobertura foi predominantemente negativo.
- *Folha* e *Veja* recorreram muito mais a fontes *Oficialistas* como definidores primários do que a fontes *Adversários*. Foi a partir de denúncias de autoridades do governo ou da base aliada que os escândalos

ganhavam musculatura, seja em Lula ou em FHC. Não é real, segundo a análise quantitativa, dizer que houve um complô entre imprensa e partidos da oposição.

- Para *Folha* e *Veja*, FHC foi vítima de trapalhadas de assessores diretos e também de uma rede de espionagem interessada em influenciar os bilionários leilões da telefonia. Já erros cometidos por membros do PT ou de partidos da base aliada, frutos de deficiências do *sistema político-eleitoral*, foram creditados na conta do presidente Lula. A imprensa chegou a pedir, mais de uma vez, o impeachment de Lula, enquanto a oposição não teve coragem de partir para esse tipo de enfrentamento.
- A tradução desse tratamento diferente dado a FHC e Lula pode ser constatada nas capas de *Folha* e de *Veja*. Para cada chamada positiva na Primeira Página para Lula, 10 negativas foram publicadas no jornal e 25 na revista. Para o tucano, a cada chamada positiva havia 3 negativas na *Folha* e 2 na *Veja*.

É problemático criar algum referencial em termos de valores para ponderar o quanto o escândalo do mensalão foi maior que a crise política originada pelo grampo do BNDES e dossiê antitucano. Chamou-nos atenção que os dois veículos analisados conseguiram manter a crise política do governo Lula em alta octanagem por seis meses seguidos e praticamente com o mesmo enquadramento de *negatividade*, numa intenção de produzir um agendamento bem definido sobre esse tema.

O tratamento dado pela revista *Veja* ao governo Lula se alterou substancialmente entre os dois recortes para os anos de 2003 e 2007, conforme exposto na seção 5.2. A partir do mensalão, não só a cobertura noticiosa sobre os casos de corrupção se tornou mais intensa e combativa, por parte da imprensa, como acabou por contaminar o tratamento posterior dos demais temas políticos. Se antes já havia uma predisposição para uma cobertura crítica da imprensa sobre o governo Lula, essa conduta se potencializou após a crise política. Se *Veja* precisava de uma energia adicional para se tornar publicamente antipática à figura do presidente (e não do líder opositorista), ela encontrou nas denúncias de corrupção que envolveu o partido de Lula o combustível ideal para esse objetivo. As mudanças nos padrões das notícias de 2003 e 2007 são um claro indicativo nessa direção.

Pelos dados expressos no *corpus* comparativo, a *Folha* não seguiu a mesma toada de *Veja*. Ao analisar focalmente os segundos semestres de 2003 e 2007, vê-se que o jornal paulista adotou um padrão muito semelhante de cobertura noticiosa da política nacional, o que não ocorreu na comparação com o mesmo período nos anos de 1995 e 1999. Num primeiro momento, a conclusão seria de que depois da crise política que atingiu o governo Lula, a *Folha* voltou à rotina jornalística, diferentemente do que fez no segundo mandato do tucano, quando o tom negativo se elevou. Uma explicação plausível para essa diferenciação é que o episódio do grampo do BNDES e do dossiê antitucano tiveram dois períodos de incubação, em 1998 e 1999, neste último ano quando o jornal, praticamente sozinho em relação aos demais veículos de circulação nacional, ressurgiu com o caso e implicou o presidente FHC no episódio da privatização do sistema de telefonia brasileiro.

O capítulo seguinte trará mais elementos sobre similaridades e distinções no tratamento dado pela imprensa aos dois governantes.

6. O enquadramento dos escândalos políticos

As grandes questões se tornam publicamente relevantes quando elas adquirem uma dinâmica própria nos vários fóruns públicos. É nessas instâncias que o discurso ganha consistência e, ao fim e ao cabo, permite que se construam e se negociem sentidos em torno do mesmo. Não se trata, contudo, de um discurso único nem permanente ao longo do tempo. Ele evolui de maneira a permitir que novas interpretações sejam incorporadas quase ininterruptamente. O que se sabe ou se pensa hoje a respeito de um assunto pode ser completamente distinto do que se sabia ou se pensava num dado momento crítico da história.

Pesquisa⁶⁶ encomendada pelo Partido dos Trabalhadores procurou descobrir, às vésperas do julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), iniciado em agosto de 2012, o que a sociedade sabe e pensa sobre o maior escândalo do governo Lula. A primeira pergunta do levantamento já é representativa por tratar do grau de conhecimento do caso, sete anos após o seu surgimento. Apenas 24% dos entrevistados responderam que ouviram falar e “se sentem bem informados”, 55% afirmaram que ouviram falar, mas se sentem mal informados e 18% disseram nunca ter ouvido falar de mensalão.

Em 29 de setembro de 2012, pesquisa Datafolha⁶⁷ indicou que, entre os eleitores paulistanos, o que deve ser lido como um recorte específico da população, 81% não mudariam o voto em São Paulo por causa do julgamento do mensalão, e 51% disseram que ele não tem qualquer influência sobre o voto. Em relação ao conhecimento do processo, 65% disseram que estão de “mais ou menos informados” para “bem informados”, e apenas 18% responderam que desconheciam a realização do julgamento.

As duas pesquisas, confrontadas com o fato de que o episódio predominou na pauta política no segundo semestre de 2005, muito além das páginas de *Veja* e da *Folha de S.Paulo*, conforme explicitamos no capítulo anterior, trazem números que

⁶⁶ Ver *Valor*, “Tem fio desencapado na defesa mensaleira”, 3/7/2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/2736238/tem-fio-desencapado-na-defesa-mensaleira>. Acesso em: 20/7/2012.

⁶⁷ *Folha*, “Mensalão não muda o voto de 81% em São Paulo”, 29/9/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1161357-mensalao-nao-muda-o-voto-de-81-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 29/9/2012.

evidenciam que o discurso público sobre essa grande questão nacional, no mínimo, modificou-se com o passar do tempo⁶⁸.

O objetivo dessa explanação inicial está longe de sugerir que as denúncias publicadas pela imprensa foram “esquecidas” e viraram “piada de salão”⁶⁹, como ironizou à época o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, condenado no processo do STF. Tampouco pretendemos dizer que a mídia impressa exerceu influência menor sobre a opinião pública. Os anos se passaram, e é compreensível que a interpretação dos fatos tenha se alterado. Assim, procurar compreender como os veículos de comunicação catalogaram as metáforas, *slogans*, imagens visuais, apelos morais e outros dispositivos simbólicos que caracterizaram grandes questões do passado, como é o mensalão, nos ajuda a formar imagens mais reais sobre o papel exercido pela imprensa perante a sociedade em uma dada época.

O discurso da mídia sobre cada questão é uma história que se desenvolve continuamente através do tempo. Somente ao olhar a história como um todo podemos ver modos de pensar e pressuposições, que, se antes eram tidos como inquestionáveis, agora são contestados. (GAMSON, 2011, p. 49)

As formulações de Gamson impactaram uma grande quantidade de estudos de comunicação e opinião pública, justamente por procurar quantificar e qualificar o quanto o discurso da imprensa é reproduzido pelo cidadão comum. Em seu entendimento, as pessoas “não são tão passivas”, “não são tão estúpidas” e “negociam com as mensagens da mídia de maneira complexa, que varia de uma questão para a outra” (GAMSON, *Ibid.*, p.25), o que significa que os meios de comunicação de audiência nacional e geral são apenas um entre os vários fóruns públicos disponíveis. Mas é inegável que eles dominem os termos em que uma discussão é posta. Isso ocorre porque os veículos de comunicação de massa servem como produtores do discurso, com os jornalistas contribuindo para os enquadramentos das questões e criando seus próprios *slogans* (vide o neologismo mensalão) e metáforas, e por representar “um espaço em que vários grupos sociais, instituições e ideologias lutam pela definição da realidade social” (GUREVITCH; LEVY, 1985 apud GAMSON, 2011, p. 49).

⁶⁸ Para reforçar essa interpretação, vale citar a Pesquisa de Opinião Pública Nacional encomendada pela Confederação Nacional do Transporte ao Instituto Sensus, de 6 a 8 de setembro de 2005, que indicou naquela ocasião 44,1% dos entrevistados estavam acompanhando os noticiários sobre o mensalão, 35,5% já tinha ouvido falar dele e 15,2% não estavam a par dos acontecimentos veiculados pelos meios de comunicação.

⁶⁹ *O Estado de S.Paulo*, “Denúncias serão esquecidas e vão virar piada de salão”, 17/10/2005.

É importante ponderar, como nos alerta Gamson, que não se deve desconsiderar que as pessoas não tomam a cobertura noticiosa nacional como única referência para a sua conscientização, mas buscam seus argumentos em outras fontes, como a publicidade, os filmes, a imprensa local e histórias geradas pela mídia em geral e compartilhadas por amigos num fluxo comunicacional de duas ou mais etapas (*two step flow* ou *multistep flow*). O que parece claro para estudiosos é que “o discurso midiático nacional, embora seja somente uma parte do discurso público, é uma boa representação do todo” (GAMSON, 2011, p. 52). Interessou-nos no presente estudo empírico averiguar os pesos dados por *Folha* e *Veja* às coberturas do mensalão e do grampo do BNDES e dossiê antitucano, mas, sobretudo, investigar como se qualificou o discurso dessas duas publicações em cada um dos episódios. Optamos por acontecimentos dos governos Lula e FHC em que uma questão se tornava realmente visível nos fóruns públicos.

Momentos discursivos críticos são especialmente apropriados para o estudo do discurso de mídia. Por meio de questões continuadas, os jornalistas procuram por ganchos, ou seja, eventos tópicos que proporcionam uma oportunidade para coberturas e comentários ampliados, de longo prazo. Esses ganchos nos oferecem um modo de identificar aqueles períodos temporais em que há possibilidades de aparecimento de esforços para enquadrar questões. (GAMSON, 2011, p. 51)

Antes de iniciar as seções que explicitam e qualificam os enquadramentos, segundo o método dos “pacotes interpretativos” descritos no Capítulo 4 (itens 4.3 e 4.6), destacamos o quadro geral a seguir. Ele servirá de roteiro para a análise não-probabilística, e foram destacados na tabela apenas os índices superiores a 10%. Gamson (2011) afirma que enquadramentos podem ser considerados *visíveis* se alcançam um limiar de ao menos 10% de destaque, que é a proporção de exibições atuais desse tipo de enquadramento em relação ao total de exibições expressa.

Tabela 6.1 - Pacotes interpretativos

Folha-FHC		Folha-Lula		Veja-FHC		Veja-Lula		
Rotas	%	Rotas	%	Rotas	%	Rotas	%	Pacote interpretativo
28	15%	110	20%	11	42%	8	5%	<i>Vitimização</i>
31	16%	87	16%	3	12%	11	7%	<i>Disputa eleitoral</i>
22	12%	12	2%	9	35%	2	1%	<i>Disputa comercial</i>
59	31%	227	41%	2	8%	75	49%	<i>Denúncia antecipada</i>
5	3%	29	5%	1	4%	38	25%	<i>Protagonismo midiático</i>
31	16%	52	9%	0	0%	8	5%	<i>Ação e reação</i>
13	7%	33	6%	0	0%	11	7%	<i>Nenhum enquadramento codificável</i>
189		550		26		153		

Folha e Veja adotaram um tom de *denúncia antecipada* nas coberturas do escândalo do mensalão. No caso do grampo do BNDES e dossiê antitucano, o jornal manteve esse viés, mas para a revista prevaleceu a *vitimização* do governo FHC.

A *denúncia antecipada* foi o tom que predominou nas narrativas jornalísticas tanto no caso do mensalão quanto no do grampo do BNDES e dossiê antitucano pela *Folha de S.Paulo*. De maneira quase uniforme, o jornal adotou uma postura muito semelhante para a cobertura dos dois governos, o que pode ser depreendido quando se soma dois pacotes interpretativos, o da *vitimização* e o de *ação e reação*, uma vez que em geral este último é consequência daquele. A *disputa eleitoral* também foi considerada de relevância para o enquadramento das notícias.

Já *Veja* adotou duas posturas distintas. Com FHC, houve um predomínio do pacote interpretativo da *vitimização*, isto é, FHC podia ser encarado como vítima das denúncias que emergiam no noticiário, dentro de um processo que não se excluía uma *disputa comercial*, outro pacote interpretativo. Já com Lula, a *denúncia antecipada* do presidente ou de seu governo foi a tônica da cobertura. A revista evidenciou, em segundo plano, o *protagonismo midiático*, que demonstra um esforço investigativo ou do veículo ou da imprensa para elucidação das denúncias.

6.1 A rivalidade competitiva

Thompson (2002) usa a metáfora de uma faísca acesa em um meio de comunicação que se espalha em chamas por outros veículos e resulta num incêndio incontrolável para explicar o poder de alastramento de um escândalo midiático. “O mercado de notícias é altamente competitivo e, na medida em que a competição se intensifica, as organizações criadoras de notícias devem buscar novos caminhos para

conseguir uma vantagem competitiva”, diz Thompson (Ibid., p. 114). No escândalo do mensalão, a “faísca” foi acesa com uma notícia da revista *Veja* (18/5/2005, p. 54-61), de autoria do jornalista Policarpo Junior, que virou capa da publicação, sob o título “Exclusivo: o vídeo da corrupção em Brasília”.

Foi a primeira revelação de um vídeo no qual o diretor dos Correios Maurício Marinho, indicado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tinha sido flagrado recebendo de dois empresários 3 mil reais a título de adiantamento de propina⁷⁰. Àquela altura, os leitores da revista não poderiam imaginar a dimensão que o caso tomaria nos meses seguintes dentro na cena política brasileira. Mas os trechos destacados abaixo já davam uma indicação do tom adotado, sobretudo em termos de adjetivação, pela revista nessa e nas demais reportagens da extensa cobertura sobre o escândalo do mensalão:

O caso que se vai ler e ver (e ouvir em www.veja.com.br) é um **microcosmo da corrupção** no Brasil. **Dá arrepios** pensar que a mesma coisa está ocorrendo agora em milhares de outras repartições, prefeituras, câmaras municipais... [...] Quem tem intimidade com o poder em Brasília sabe que esses casos não são exceção – e em alguns **bolsões de corrupção** são até mesmo a regra. Raro, mesmo, é flagrar um deles em pleno vôo. **Foi o que VEJA conseguiu na semana passada.** [...] VEJA ouviu um ex-freqüentador da **alcova petebista**, que já ocupou alto cargo federal por indicação do partido. [...] Na origem da **praga da corrupção** no governo estão os 25 000 cargos de confiança no governo federal, que são ocupados por indicação política. [...] Se, por hipótese, 95% dos que batalharam para ocupar esses postos foram movidos por objetivos íntegros, pelo interesse de fazer política à luz do dia e executar idéias defendidas nos programas de seus partidos, ainda assim haveria **1 250 cargos nas mãos de pilantras. É uma floresta de cargos.** A forma mais eficaz de evitar que esse **festival de irregularidades** prossiga é reduzir o número monumental de 25 000 cargos de preenchimento político – todos eles, um a um, controlados pelo chefe da Casa Civil, o ministro José Dirceu. [...] Neste trecho, Maurício Marinho comenta como as informações sobre os “acertos” são partilhadas entre os **membros da quadrilha.** (*Veja*, 18/5/2005, p. 54-61, grifos nossos)

Veículos concorrentes direta ou indiretamente de *Veja* não demoraram a entrar na história. Um dia depois de começar a circular a revista, a *Folha de S.Paulo* em sua edição dominical publicou o afastamento de Marinho. Na segunda-feira, o jornal falou da entrada da Polícia Federal no caso; na terça, na quarta e na quinta, a denúncia virou

⁷⁰ Reportagem do *Fantástico*, da TV Globo, com a mulher de Carlos Cachoeira, principal investigado na CPI do Cachoeira, afirma que o vídeo que deflagrou o mensalão “teria sido divulgado” pelo próprio contraventor. Disponível em: <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1681244-15605,00-EU+CONSIDERO+MEU+MARIDO+UM+PRESO+POLITICO+DIZ+ESPOSA+DE+CACHOEIRA.html>. Acesso em: 1/10/2012.

manchete do diário com as movimentações no Congresso para se criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Na sexta, por causa do anúncio da criação de um clone de embrião na Coreia do Sul, deixou de ser o assunto principal da Primeira Página, mas se fez presente tanto na capa quanto em cinco outras páginas internas, agrupadas sob o chapéu⁷¹ “Governo sob pressão”. A *Folha* manteve as chamas da fogueira acesas até que uma nova edição de *Veja* chegasse às bancas.

Na capa seguinte, “Corruptos/ Estamos perdendo a guerra contra essa praga”, *Veja* trouxe uma fotomontagem de um rato vestido de terno, charuto na mão direita e uma mão esquerda humana desalinhando a gravata. A revista que havia acendido a faísca do caso explica em seu editorial que tinha uma missão a cumprir: “*Veja*, em particular, e alguns poucos órgãos da imprensa brasileira podem se orgulhar de dar sempre o pontapé inicial na luta contra corruptos e corruptores” (*Veja*, 25/5/2005, p. 9). O texto concluiu cobrando que as demais instituições republicanas participassem do combate à corrupção, pois, caso contrário, essa iniciativa ficaria sempre restrita “ao ‘primeiro passo’ dado nas páginas das revistas e dos jornais e na tela dos televisores”. Ficou claro, por esse discurso, um enquadramento de *protagonismo midiático*, em que a publicação advogou em causa própria e do meio em que ela vive. O furo jornalístico foi dela, os jornais e telenoticiários deram sequência ao caso: é sempre a imprensa atuando para debelar um mal no país.

Nas 11 semanas seguintes, a revista manteve o enquadramento de *protagonismo midiático* como o tom de suas capas, editoriais e reportagens. Dentro da rivalidade competitiva que Thompson afirma haver entre veículos de comunicação durante um EPM, a revista revelou a mesada de 400 mil reais que o presidente do PTB, Roberto Jefferson, cobrava de um de seus indicados políticos numa estatal (*Veja*, 25/5/2005, p. 40-43), chamou-o de “homem-bomba” e afirmou que ele poderia incriminar nomes da elite do PT, como José Dirceu (então ministro da Casa Civil), Silvio Pereira (secretário-geral do partido) e Delúbio Soares (tesoureiro) (*Veja*, 1/6/2005, p. 1), quebrando o acordo *off the records* com uma fonte (*Veja*, 8/6/2005, p. 130-131), revelando que ela mentiu em depoimento à Polícia Federal – e a revista havia falado a verdade.

⁷¹ Segundo o Novo Manual da Redação da *Folha*, de 1996: “Palavra ou expressão curta colocada acima de um título. Usada para indicar o assunto de que trata o texto ou os textos que vêm abaixo dela.”

Em editoriais já posteriores à entrevista de Jefferson na *Folha*, na qual emerge a palavra mensalão pela primeira vez e sobre o qual trataremos em detalhes mais adiante, a publicação semanal asseverou: “A imprensa não tem nem deve ter mandato para ir além de apurar e publicar denúncias de corrupção. Daí em diante cabe às instituições conduzir o processo e garantir que ele resulte em avanços para o país e punição para os culpados” (*Veja*, 15/6/2005, p. 9) e “O denunciismo é uma doença terminal do jornalismo que se manifesta em momentos de crise política profunda como a atual” e garante “*Veja* não fez denúncias. Apresentou provas irrefutáveis” (*Veja*, 13/7/2005, p. 9).

Ficou evidente o esforço da revista em se autoafirmar no período como protagonista do escândalo, mas procurando mostrar que não faz mais do que exercer uma prerrogativa do jornalismo e defendido pelo fundador da editora Abril, Victor Civita, que pregava “o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país” (*Veja*, 22/6/2005, p. 9). A publicação justificou seu esforço investigativo por ser “A favor do Brasil”, título de outro editorial:

Como se *Veja* fosse antipetista. Nada mais longe da verdade. A revista não é, nem nunca foi, inimiga de forças políticas. Não era anti-Collor quando denunciou o esquema do tesoureiro PC Farias; não era antitucana nos momentos em que o governo Fernando Henrique Cardoso foi maculado por esquemas de corrupção. *VEJA* não é inimiga de certos partidos nem amiga de outros. **A revista é, simplesmente, a favor do Brasil.** Contra os que lhe malfazem, os que lhe roubam. A vista da nação. (*Veja*, 3/8/2005, p. 9, grifos nossos)

Dentro do enquadramento *protagonismo midiático*, que foi o segundo tipo de pacote interpretativo mais freqüente na revista *Veja* para o escândalo do mensalão, prevaleceram os do tipo forte, no qual a notícia analisada revelava uma investigação jornalística que trazia novos fatos, fazendo o caso se tornar nebuloso e desfavorável ao governo ou quando o veículo de comunicação questionava fontes e/ou teor de entrevista/depoimento de algum implicado na denúncia. É preciso fazer a ressalva de que esse enquadramento pode dizer muito mais respeito ao modo como a imprensa viu seu papel em relação à notícia do que propriamente a uma realidade de fato. Isso decorre do fato de que:

As atividades investigativas dos jornalistas foram um fator crucial em alguns escândalos, mas raramente se constituem na única fonte de informação e em muitos casos elas são secundárias em relação às investigações conduzidas por outros (embora os próprios jornalistas possam estar inclinados a exagerar sua própria importância, de um

modo que convenha a sua auto-imagem profissional). (THOMPSON, 2002, p. 113)

Esse processo de mitificação do papel do jornalismo não é novo, muito menos exclusivo do Brasil. No escândalo Watergate, no qual os repórteres do *Washington Post* Bob Woodward e Carl Bernstein criaram a imagem de destemidos detetives que lutavam contra as mentiras, o sigilo e a pressão política até conseguir levar à queda do presidente Richard Nixon, a história que se tornou pública mundialmente não dava os devidos créditos à importância que investigações do FBI e do Congresso tiveram sobre o caso⁷². Teriam *Veja* e seus jornalistas recorrido a esse expediente?

É o que pareceu quando comparamos o *protagonismo midiático* considerado pela *Folha* no conjunto de 550 entradas analisadas na amostra deste estudo. No escândalo do mensalão, foram reconhecidas apenas 29 rotas interpretativas com essa natureza, ou seja, 5% do total da amostra do diário. Esse índice representa um valor compatível com o levantado na análise do discurso tanto da *Folha* quanto de *Veja* nos casos do grampo do BNDES e dossiê antitucano, de 1998 e 1999, quando esse enquadramento ficou em 3% e 4%, respectivamente. Todos com percentuais abaixo do índice de visibilidade.

Uma reportagem de autoria da colunista Mônica Bergamo, intitulada “Cavernas, catacumbas e CPI”, revelou com clareza como os veículos de comunicação tendiam a valorizar o trabalho de seus jornalistas na cobertura do escândalo, mas ocultavam ou omitiam as relações de camaradagem e troca-troca de informações que seus profissionais mantinham com políticos, sobretudo os de oposição ao governo Lula, durante a CPI dos Correios. Essa combinação acabou por nutrir grande parte do conteúdo que ia parar no noticiário. O texto começa dessa forma:

Tarde de quarta-feira, 20. Silvio Pereira, ex-secretário do PT, depõe na CPI dos Correios. **O deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ) chega, esbaforido. Cochicha aos jornalistas: ‘Chegaram os documentos do Banco Rural. Cai a metade da bancada do PT.’ É a senha. Os jornalistas começam a correr para a ‘Caverna do Batman’.** É assim que se chama a saleta, no subsolo do Senado, em que ficam guardados os documentos sigilosos da comissão. **Atenção: sigilosos. Não podem vir a público. Devem servir exclusivamente para a investigação dos parlamentares.** Neste dia, chegaram os documentos que revelavam os nomes das pessoas que receberam os milhões de Marcos Valério. (*Folha*, 24/7/2005, p. E2, grifos nossos)

⁷² Cf. SCHUDSON, M. *Watergate in American memory: how we remember, forget, and reconstruct the past*, New York: Basic Books, 1992.

Em seguida, a colunista informou que um repórter da TV Globo contou a novidade à deputada Denise Frossard (PPS-RJ), que “responde com uma piscadela”, e outro jornalista faz o mesmo para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Os parlamentares esvaziam a sessão da CPI dos Correios e lotam a Caverna do Batman. Os profissionais da imprensa ficam de fora, e esperam pela saída de algum deputado ou senador. O primeiro a sair é ACM Neto (PFL-BA), que não revela nada, mas “conta tudo para o líder do partido, Rodrigo Maia. Que conta tudo para os blogs de Brasília. Bomba!!!”. Nesse dia, surgiram os primeiros nomes de pessoas que sacaram dinheiro das contas de Marcos Valério, o operador do mensalão: a mulher do petista João Paulo Cunha, assim como os também petistas Josias Gomes e Paulo Rocha.

Na ‘Caverna’, a luta continua. **Sai da sala o senador Sérgio Guerra. Entrega um papelucho aos repórteres com os nomes de mais pessoas** que aparecem na lista sigilosa dos saques milionários: Bispo Rodrigues, Jacinto Lamas, Roberto Pinho. **São 19 h, e o ‘taxímetro’ registra: já foram identificadas 20 pessoas; os saques chegam a R\$ 20 milhões.** O ‘taxímetro’ de Simone Vasconcelos, funcionária de Valério, já está em R\$ 4 milhões. **‘Vai dar uns R\$ 30 milhões’, diz Álvaro Dias. ‘É um cálculo meu. Tô chutando, né?’.** (Folha, 24/7/2005, grifos nossos)

Bergamo relata, então, que “nos telejornais da noite, nos jornais do dia seguinte”, o “taxímetro” da corrupção havia chegado, em poucas horas, a R\$ 25 milhões. A coluna prossegue com a cobertura do dia seguinte:

Os primeiros a chegar são sempre Heloisa Helena, ACM Neto e Eduardo Paes. São os primeiros a se inscrever para fazer perguntas - neste dia, a Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT. **Logo depois chega o senador Demóstenes Torres (PFL-GO). ‘Ô Heloisa, sabe aquele trem que sumiu? Reapareceu na primeira página de um jornal.’** Demóstenes referia-se ao documento do saque de R\$ 50 mil da mulher de João Paulo Cunha no Rural. (Folha, Ibid., grifo nosso)

Notamos nesse texto que um mecanismo de dependência foi estabelecido entre jornalistas e parlamentares. Os primeiros precisavam de dados que, em tese, deveriam ser mantidos secretos para o bom curso das investigações da CPI, mas acabavam por virar manchetes e reportagens de destaque. Já os políticos enxergavam na aproximação com os profissionais da imprensa a chance de ganhar visibilidade junto da opinião pública. Pouco havia, no âmbito jornalístico, de investigativo nesse tipo de apuração.

O depoimento recomeça. Delúbio dá as mesmas respostas, na maior parte das vezes diz que prefere ‘não responder’. Às 20h15, acendem os flashes da TV Globo. É hora da entrada ao vivo do *Jornal Nacional*. **Vários parlamentares, como Luciana Genro, levantam de seus lugares e - que coincidência! - se posicionam atrás do**

epórter da TV. Bingo! Aparecem na telinha. (*Folha*, Ibid., grifo nosso)

O *protagonismo midiático* que se fez *visível* nos enquadramentos de *Veja* tinha, portanto, de ser explicado o tempo todo, não só para reafirmar sua postura crítica em relação ao caso, como também para realimentar a história, não deixá-la esmorecer e justificar a sua importância. E a imprensa como um todo, não só a publicação da Editora Abril, teria papel fundamental em fazer a roda girar. A CPI dos Correios foi apelida pela revista como “uma espécie de Big Brother da política” e sua exibição se daria nos canais de notícias 24 horas fechados, mas sobretudo na Rede Globo, onde “o *Jornal Nacional*, o programa jornalístico mais visto do país, tem dedicado quase todos os seus blocos à cobertura do escândalo – e é acompanhado por cerca de 30 milhões de pessoas.” (*Veja*, 27/7/2005, p. 86-87).

Em uma reportagem de capa, a revista tratou do tema do financiamento de campanhas para associar a corrupção ao marketing, lembrando que a crise política instaurada no governo Lula teve como pano de fundo a campanha de 2002, mas a causa não seriam as campanhas com “sua dinâmica viciada, suas distorções e seus exageros”:

O modo como se elegem hoje os candidatos, afinal de contas, por equivocado que possa ser, não tem nenhuma relação com **o projeto do PT de colonizar o aparelho do Estado, tentar censurar a imprensa, amordaçar o Judiciário e cooptar parlamentares à base de métodos heterodoxos, como o mensalão** – essas, sim, as causas da crise. (*Veja*, 31/8/2005, p. 40-48, grifo nosso).

Veja deixava claro sua disposição de se opor ao projeto político do PT, considerado como sendo de apropriação do Estado, de arbitrariedade em relação aos veículos de comunicação e ao Judiciário e construído à base da corrupção do Congresso. Ou seja, para a revista, a sede de poder do partido de Lula fazia-o avançar sobre todos os Três Poderes constitucionais e mais a imprensa, que frequentemente é associada como um Quarto Poder⁷³, espelhando uma visão que se tem do jornalismo norte-americano. Mas, ao analisarmos o discurso de *Veja*, parece fazer mais sentido o uso da expressão ‘Um Outro Quarto Poder’, proposto por Albuquerque (1999).

⁷³ Cf. CARLYLE, T. *On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History*, London: James Fraser, 1908, que afirma que a primeira menção à expressão surgiu no ano de 1787 num debate proposto por um parlamentar inglês: “(Edmund) Burke disse que havia três poderes no Parlamento, mas lá na galeria dos repórteres, está sentado o quarto poder mais importante agora que os demais”.

6.2 E o veredito é...

No período analisado neste estudo, durante os seis meses que durou o cerco político-midiático do caso mensalão, o presidente Lula foi alvo de cinco capas de *Veja*. O operador do mensalão, o publicitário Marcos Valério, e Roberto Jefferson mereceram duas capas, o ex-ministro Dirceu apenas uma, assim como o tesoureiro Delúbio Soares, sendo que todos esses quatro personagens responderam processo penal e foram condenados em julgamento no STF.

Figura 6.1 – Cinco capas com Lula

Embora a palavra “impeachment” tenha sido associada diretamente a Lula numa capa apenas em agosto, a revista *Veja* passou a usá-la no dia 15 de junho. Segundo o argumento da revista, por causa das denúncias, o presidente petista já apresentava sinais de desânimo para enfrentar a reeleição e dizia que tal palavra rondava as discussões não só “nas rodas de oposição, mas também no principal gabinete do Palácio do Planalto” (*Veja*, 15/6/2005, p. 52-63). E vaticinava que Lula começou seu governo sendo comparado ao americano Franklin Roosevelt, presidente que venceu a 2ª Guerra Mundial e tirou seu país da depressão econômica, mas teria sorte se saísse dele com a avaliação de que, pelo menos, foi diferente de Fernando Collor. “A pergunta inevitável é se Lula sabia das traficâncias do tesoureiro do PT”, cobrava a publicação.

Folha demonstrou mais celeridade no uso da palavra “impeachment”. No dia seguinte ao da publicação da primeira entrevista de Roberto Jefferson, o jornal procura saber se a deposição do presidente estaria nos planos dos políticos da oposição. Descobre que os tucanos, liderados pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, recomendavam moderação, pois “não querem ser ‘bodes expiatórios’ da crise, nem acusados de golpismo.” (*Folha*, 7/6/2005, p. 12) O próprio FHC, um mês depois, foi entrevistado pelo jornal e considerou esse debate precipitado. Em meados de agosto, embora uma pesquisa Datafolha indicasse que 63% dos entrevistados achavam que não

havia motivos para o impedimento de Lula (*Folha*, 12/8/2005, p. 4), o jornal, em editorial na mesma data, não via outra saída possível:

A percepção negativa do escândalo do mensalão disseminou-se pela sociedade, e a derrocada do primeiro mandatário parece irreversível. [...] O presidente da República poderá considerar-se favorecido pela sorte se conseguir terminar seu mandato, pois **a hipótese de impeachment, remota até poucos dias atrás, se afigura hoje como possibilidade palpável.** (*Folha*, 12/8/2005, p. 2)

Foi apenas em outubro daquele ano, dentro da amostra analisada do jornal, que a oposição política passou a falar abertamente em impeachment, quando o presidente Lula já dava sinais de que começava a reagir às denúncias, àquela altura fartamente apresentadas pela imprensa (*Folha*, 28/10/2005, p. 8). Como se vê, a associação entre impeachment e Lula foi perseguida desde o início da crise pela imprensa, num ritmo diferente do que adotou a oposição política. Esse é apenas um aspecto que caracteriza o enquadramento *denúnciação antecipada*, que os veículos de comunicação adotaram em maior ou menor grau na cobertura do EPM do mensalão.

No campo do Direito, utiliza-se o conceito da denúncia caluniosa, previsto no Código Penal (artigo 339), que considera delito imputar crime a alguém que se sabe ser inocente, abrindo espaço para instauração de investigação policial ou administrativa, processo judicial, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa. O julgamento do mensalão, ocorrido sete anos após o surgimento do escândalo, desautoriza a aplicação desse conceito. Pelo fato de ter havido casos de condenação, ficou claro que, no contexto geral, não se tratou de uma ação caluniosa.

Por outro lado, o mesmo julgamento absolveu réus como Luiz Gushiken (ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social)⁷⁴ e do publicitário Duda Mendonça⁷⁵. Mas a cobertura de jornais e revistas, durante o escândalo, não poupou os dois personagens. Considerando esses dois aspectos, seria mais apropriado denominar como *denúnciação antecipada* para esse tipo de enquadramento⁷⁶. Com o tempo diferente do

⁷⁴ Portal Terra, “STF conclui 1ª rodada de votos com condenação de 5 votos”, 30/8/2012. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/julgamento-do-mensalao/noticias/0,,OI6116599-EI20760.00-STF+conclui+rodada+de+votos+com+condenacao+de+reus.html>. Acesso em: 15/10/2012.

⁷⁵ *Folha*, “Supremo absolve Duda Mendonça e sócia por crime do mensalão”, 15/10/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1169674-supremo-absolve-duda-mendonca-e-socia-por-crimes-do-mensalao.shtml>. Acesso em: 15/10/2012.

⁷⁶ Lima (2006, p. 14) adotou a expressão “presunção de culpa” para qualificar o enquadramento da cobertura que a imprensa fez tanto do governo Lula como do PT, e que este teria sido adotado antes mesmo do escândalo do mensalão.

Direito, os veículos de comunicação de massa se apressaram em revelar os malfeitos de homens públicos aos primeiros sinais de uma suspeita. Antecipar os fatos e as novidades é uma característica intrínseca da profissão do jornalista. Já nos escândalos, a imprensa acaba por praticar uma *denunciação antecipada*, em que incorre no risco de publicar informações imprecisas sem a devida checagem ou contraprova.

A *denunciação antecipada* foi o enquadramento mais freqüente encontrado na análise das coberturas da *Folha* tanto para a crise que atingiu Lula quanto para a de FHC, em 1998 e 1999. Foi também a forma predominante como *Veja* tratou do escândalo do mensalão. A exceção ficou por conta da cobertura sobre os grampos do BNDES e dossiê antitucano, no qual a revista não deu visibilidade para esse enquadramento e optou por tratar o presidente tucano como vítima de *disputas eleitorais* ou *comerciais*, como trataremos no decorrer do capítulo.

Há uma ligeira distinção a ser feita para os enquadramentos que a *Folha* deu para os governos FHC e Lula. No governo tucano, a *denunciação antecipada* do tipo fraco foi o dobro que no período amostral analisado no governo petista. Essa situação ocorre quando o veículo de comunicação adota uma postura menos crítica ao presidente ou ao seu governo, justamente porque o fato gerador da notícia não permitiu tirar conclusões antecipadas (novos documentos ou testemunho apenas indicavam possível ou provável participação do governo no esquema; as investigações apontavam para um desfecho não-conclusivo; as explicações dadas em público não foram convincentes; os personagens ou empresas envolvidos existiam, mas não se pode afirmar nada mais além disso).

Para fins de clareza, vamos tratar inicialmente como esse enquadramento ocorreu tanto na *Folha* quanto na *Veja* para o EPM do governo Lula para, em seguida, contrastar com a forma que o jornal enquadrou a crise de FHC.

6.2.1 Da mesada ao mensalão

Ao deflagrar a maior crise política do governo Lula, a revista *Veja* inaugura o tratamento do assunto com o viés da *denunciação antecipada*. Na reportagem intitulada “Diga-me com quem anda...”, o jornalista André Petry fala explicitamente: “O governo Lula, como os anteriores, tem sua parcela de culpa pela situação atual. Tivesse se dedicado a fazer as duas reformas, Lula não estaria hoje ao lado da constrangedora figura de Roberto Jefferson.” (*Veja*, 25/5/2005, p. 40-43, grifo nosso). Em outras

palavras e completando o ditado popular, a revista afirmou que ao defender um corrupto aliado, conforme denunciado por ela própria na edição anterior, o presidente se tornaria responsável em última instância pela crise recém-instalada.

Em outra reportagem na mesma edição, a revista usou a metáfora do rato a ser exterminado da sociedade para tratar do escândalo do governo Lula. “A imagem do rato é a mais adequada, por tudo aquilo que ela expressa de pernicioso. Só a desratização do ambiente governamental conterá a praga da corrupção que assola o país”, comparou (*Veja*, 25/5/2005, p. 46-53). Em editorial no fim de maio, a *Folha* tratou da disputa política pelo controle pela CPI dos Correios, quando criticou qualquer tipo de “tegiversações e acordos espúrios de bastidores”. (*Folha*, 30/5/2005, p. 2). A revista, em editorial, justificou que a sua conduta não prega golpe, nem realizou conspiração. “*Veja* reafirma aqui que não escolhe suas reportagens investigativas com base em preferências partidárias ou ideológicas – e as publica porque a hipótese oposta, a de engavetá-las, seria eticamente intolerável.” (*Veja*, 1/6/2005, p. 7).

A escandalização do episódio já estava em curso. Mas a crise poderia se agravar ainda mais, como de fato aconteceu quando a *Folha* publicou a entrevista da jornalista Renata Lo Prete com Roberto Jefferson, que denunciou a existência do mensalão. A partir dali, a *denúncia antecipada* se tornou recorrente nos enquadramentos dos dois veículos. E prevaleceram os do tipo forte, como os que a imprensa indicava que o presidente ou políticos aliados agiram em benefício de um partido ou em causa própria.

Em palavras fortes, o jornal opina sobre as consequências do episódio: “**A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva vai se revelando um dos maiores estelionatos da história democrática do país.** [...] Galgado ao comando do país, o partido enredou-se na trama do fisiologismo e da corrupção. Suas virtudes transmutaram-se em vícios. O despreparo, a ambição e o oportunismo derrotaram a esperança.” (*Folha*, 12/6/2005, p. 2, grifo nosso). Essa data é, particularmente, simbólica, porque o diário paulista publicou, pela primeira vez no governo Lula, um editorial de Primeira Página, um expediente raro e usado de forma parcimoniosa para registrar a opinião do veículo. Sob o título “Sem Mágica”, a *Folha* critica as manobras do governo para desviar a atenção das denúncias e afirma que “a verdadeira ‘mágica’ que se pretende encenar é transformar culpados em vítimas”:

Militantes petistas e apaniguados tomaram de assalto a máquina pública, numa disputa feroz com ‘aliados’ insatisfeitos e sedentos de recompensas. Erros políticos foram cometidos em série, e **o fisiologismo tornou-se a regra**. [...] A sociedade brasileira elegeu o candidato Luiz Inácio Lula da Silva com a esperança de que o PT demonstrasse no poder o mesmo grau de exigência moral e republicana que pregava na oposição. Se esse compromisso deixou de ser cumprido, a culpa não é apenas do sistema político. (*Folha*, 12/6/2005, p. 1, grifos nossos)

No fim de junho, *Veja* publicou um infográfico, que acompanhava uma entrevista de Marcos Valério, no qual aparecem membros do PT encharcados ou submersos em poças de lama. Estão presentes, Waldomiro Diniz, Delúbio Soares, José Dirceu, José Genonino, Silvio Pereira, Marta Suplicy e Marcelo Sereno (secretário de comunicação do partido), uns mais, outros menos, imersos na lama, e Lula, com o paletó branco sujo. O título recorria a um neologismo autoexplicativo: “O organolama do PT” (*Veja*, 29/6/2005, p. 74-75).

Figura 6.2– Infográfico de ‘Veja’

O agravamento da crise, um mês depois da entrevista de Roberto Jefferson, já fazia a *Folha* sentenciar um futuro sombrio para o governo Lula. “Quem lê os jornais e as revistas e acompanha pela TV as diferentes sessões de investigação só pode concluir que a crise é extremamente grave”, analisou o editorial, cuja conclusão parece ter pautado a cobertura noticiosa nos meses seguintes:

A reeleição que se afigurava relativamente tranqüila já é posta em questão até mesmo por colaboradores íntimos de Lula. Se é verdade que a boa avaliação do primeiro mandatário vinha resistindo às denúncias acerca do mensalão, tudo indica que seu prestígio político vai agora se deteriorando. **A tendência é o desgaste do governo se ampliar na classe média urbana, setor com mais acesso à**

informação, e posteriormente se manifestar em outras camadas sociais. (*Folha*, 3/7/2005, p. 2, grifo nosso)

Esse editorial revelou tanto uma vontade política quanto uma orientação de conduta para influenciar a opinião pública e nortear o trabalho dos profissionais da comunicação. Quanto mais notícias fossem publicadas sobre o caso, mais pessoas ficariam a par das denúncias e seria uma questão de tempo para que a imagem de Lula se deteriorasse até entre seus apoiadores nas camadas sociais mais inferiores. Como já afirmado no Capítulo 1, o *lulismo*, segundo a conceituação proposta por Singer (2012), acabou por tirar a centralidade dos estratos médios, onde se inserem os “formadores de opinião” e a imprensa, e o raciocínio da *Folha* não se confirmou na vida real.

Veja e *Folha* passaram, com outros veículos de comunicação, a se revezar na apresentação das denúncias do mensalão que surgiam quase diariamente. Novos personagens e episódios tornavam a trama bastante complexa. Envolvimento de quase todos os partidos da base aliada do governo, secretária que citou malas de dinheiro destinadas a pagamentos de propina, políticos na lista de beneficiários do mensalão, contratos entre governo e empresas de Marcos Valério, personagem obscuro do meio político flagrado com dólar na cueca, renúncia ou cassação de deputados implicados no caso, queda do ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Embora a revista da Abril admitisse que surgiam sinais de que a defesa do governo contra as provas de corrupção no PT e na administração federal estava mais organizada, o que denotava uma reação oficial, ela acreditava que a dinâmica da crise tinha mais força. A disputa entre os órgãos de imprensa passa a ser encontrar indícios do envolvimento de Lula no mensalão:

A reportagem deixa claro que não existem ainda provas irrefutáveis de que Lula sabia – apenas fortes evidências. Mesmo com a capitulação acima, um presidente só é submetido a processo de impeachment por falta total de apoio político. Não é o caso de Lula. Ao contrário. **Os adversários conspiram para que o governo do PT se arraste até o fim experimentando não um desfecho catastrófico mas a morte lenta das árvores.** (*Veja*, 20/7/2005, p. 46-47, grifos nossos)

Os dois veículos adotaram o mesmo discurso para criticar Lula, que afirmava pela primeira vez depois de deflagrada a crise que poderia vir a se candidatar à reeleição no ano seguinte, reiterando que “com ódio ou sem ódio, eles [opositores políticos e imprensa] vão ter que me engolir outra vez, porque o povo brasileiro vai querer”. Editorial do jornal considerou “incrível que o presidente ainda insistia na surrada e frágil

tese de que há um complô da oposição e da mídia para derrubá-lo” (*Folha*, 5/8/2005, p. 2). Já para a revista, “enquanto, do alto dos palanques, Lula vocifera contra ‘as elites’ e brame ‘que terão de engoli-lo’ se vier a tentar a reeleição, aparentemente seu mais acalentado propósito, o governo vai entrando em paralisia.” (*Veja*, 10/8/2005, p. 9).

O enquadramento mais utilizado tanto por *Veja* quanto pela *Folha* confirmaria a *denunciação antecipada* do presidente. E esse episódio, provavelmente, surgiu quando o publicitário Duda Mendonça veio a público relatar que recebeu, de forma ilegal, dinheiro do PT por meio de transferências milionárias em uma conta bancária num paraíso fiscal para o pagamento da campanha de 2002.

Figura 6.3 – *Folha* 12/8/2005

É a partir desse momento que a imprensa passa a considerar “palpável” a hipótese do impeachment, que os próprios “Petistas reagem com lágrimas e indignação” (*Folha*, 12/8/2005, p. 9) e até Dom Geraldo, presidente da Confederação Nacional de Bispos do Brasil, cobra explicações públicas do presidente (*Folha*, 12/8/2005, p. 1). A crise que rondava o gabinete presidencial atinge a figura de Lula. Já no dia seguinte, ele é obrigado a fazer um pronunciamento de rádio de TV, quando diz: “Fui traído e estou indignado”, como destacado em manchete o jornal (*Folha*, 13/8/2005, p. 1). O colunista Clóvis Rossi, que mereceu chamada na Primeira Página do jornal, usou termos fortes para descrever a fala em cadeia nacional: “inepto como piloto de tormentas” e “pato manco”. O jornalista sentenciou que “como líderes são necessários, acima de tudo, nas horas de crise, Luiz Inácio Lula da Silva de certa forma demitiu-se ontem dessa função” (*Folha*, 13/8/2005, p. 2).

Em editorial, o jornal decretou a morte do PT:

Certo é que o país já perdeu uma referência ética oposicionista e ganhou um governo medíocre, enredado num incrível esquema de

corrupção. O vazio representado pela subtração do antigo PT da cena política e a pulverização das forças de esquerda devem acarretar um rearranjo cujas características e dimensões ainda estão por definir. (*Folha*, 14/8/2005, p. 2, grifo nosso)

O depoimento de Lula ocorreu no “91º dia do escândalo que implodiu seu partido e colocou seu governo de joelhos e seu próprio cargo na linha de tiro do supremo instrumento punitivo da democracia, o impeachment”, arrematou o semanário (*Veja*, 17/8/2005, p. 56). Na mesma edição, a revista foi ainda mais severa:

Há, dentro e fora do PT, quem defenda a esdrúxula tese de que o fim da legenda represente uma ameaça à democracia brasileira, em virtude do papel desempenhado pelo PT junto a alguns setores organizados da sociedade. Trata-se de uma bobagem por dois motivos. O primeiro é que em política – sabe-se – não há espaço para o vácuo. A fila anda – e partidos nascem e morrem. **Se ainda existe um espaço importante para a esquerda no espectro político nacional, ele deverá ser ocupado por outra agremiação. Depois, a democracia não só nunca dependeu do PT como jamais foi levada a sério por seus principais dirigentes** – pelo menos enquanto valor universal. (*Veja*, 17/8/2005, p. 66-72, grifos nossos)

O que está explícito nessa reportagem é que *Veja* considerava que o PT seria dispensável à sociedade, justamente por se tratar de uma agremiação cujos dirigentes não tinham apreço à democracia. Em pouco tempo, a julgar pelo noticiário e pela opinião da imprensa, o governo Lula e o PT seriam sepultados. Enquanto isso não ocorresse, iam surgindo doleiros, o Congresso acelerava as investigações, com a CPI quebrando o sigilo de Duda Mendonça e aprovando o pedido de cassação de 18 deputados. No 100º dia da crise, Roberto Jefferson perdeu o mandato parlamentar e o próximo alvo dos jornalistas era José Dirceu, o ex-ministro chefe da Casa Civil. Os veículos de comunicação procuraram provar que o enquadramento da *denunciação antecipada* não havia sido à toa e tudo o que tinham de fazer era continuar relatando os detalhes do escândalo.

Mas o tempo foi passando e embora o cerco político-midiático não tenha dado trégua, com a crise se prolongando por mais dois meses, novos enquadramentos começaram a ganhar força, como os da *disputa eleitoral*, o da *ação e reação* e até mesmo o da *vitimização*. A análise desses enquadramentos será feito em momento posterior neste estudo, mas um fato em particular merece ser antecipado por ter, de alguma forma, equilibrado o jogo em favor de Lula.

Desde o início de agosto, surgiram as primeiras informações de que o esquema conhecido como “valerioduto” havia sido iniciado na campanha tucana de Eduardo Azeredo e de políticos do PFL na disputa estadual de Minas em 1998 (*Folha*, 2/8/2005, p. 15). Nessa e em outras poucas reportagens, a *Folha* tratou do tema como se fosse uma questão de *disputa eleitoral* e não de *denúncia antecipada*.

A justificativa de reduzir o escândalo do mensalão a um esquema de caixa 2 de campanha eleitoral fazia sentido como uma *ação e reação* do PT e de Lula porque obrigaria, mesmo que fora do noticiário dos principais veículos de comunicação, a falar do mensalão tucano e, praticamente, não pouparia a maioria dos parlamentares do Congresso. Arquitetada poucas semanas depois do início da crise, quando Lula vem a público dizer “o que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente” (*Folha*, 18/7/2005, p. 6), a estratégia nivelava o PT às demais agremiações políticas brasileiras, embora esta opção já havia sido tomada conscientemente⁷⁷ desde pelo menos 2002, e forçava a imprensa a perseguir um viés investigativo incômodo. Um esquema de caixa 2 só existe se houver corruptores dispostos a pagar o preço para serem coniventes com a prática do crime eleitoral. E esses corruptores pouco foram investigados pela imprensa.

Reportagem de Fernando Rodrigues indicava que três empresas doaram 48 milhões de reais num esquema de caixa 2 ao PT (*Folha*, 21/7/2005, p. 7), revelando que o “valerioduto” era muito maior e mais complexo do que empréstimos fraudulentos tomados por Marcos Valério junto a estatais. Inexplicavelmente, não houve continuidade para uma investigação jornalística no estilo “follow the money”⁷⁸. Pouco se sabe até hoje sobre quem tinha interesse em financiar ilegalmente o esquema corrupto montado no governo de Lula ou mesmo antes dele. Mas, ao longo da crise, a existência desse fator fez a própria imprensa atenuar ou mudar sua cobertura.

Um exemplo perfeito dessa mudança de comportamento pode ser extraído das páginas de *Veja*. Em duas reportagens, “A Farsa” e “O Resultado”, a revista afirma que

⁷⁷ É o que Singer (2012) chama de “a segunda alma do Partido dos Trabalhadores”, quando para chegar com condições de vencer a disputa presidencial de 2002 o Diretório Nacional do partido decide sucumbir ao pragmatismo eleitoral, em decisão tomada no centro de convenções do Anhembi, e ratifica a “Carta ao Povo Brasileiro”. No célebre documento, a campanha de Lula decide fazer concessões exigidas pelo capital que se opunha a muito dos princípios da esquerda estabelecidos na fundação do partido, no colégio Sion, em 1980.

⁷⁸ Frase de aconselhamento que o agente da FBI Mark Felt, o informante “Deep Throat”, deu ao jornalista Bob Woodward no curso das investigações no caso Watergate.

“a farsa do crime eleitoral é desmontada” (*Veja*, 27/7/2005, p. 62-65), chegando à conclusão de que não houve caixa 2 a partir de relatos de seis personagens centrais (João Paulo Cunha, Marcos Valério, Márcio Thomaz Bastos, Antonio Palocci, Marcelo Leonardo e Arnaldo Malheiros), muito embora admita que “uns não deram resposta à revista. Os outros preferiram negar que tenham sabido ou participado da chantagem ou da farsa.” Um mês depois, quando a publicação produz a reportagem de capa que trata das relações entre o marketing e a corrupção, ela procura explicar o funcionamento de um esquema de caixa 2 na política (*Veja*, 31/8/2005, p. 40-48).

O curso do noticiário segue adotando a *denúncia antecipada*, porém surgiram mais aparições do enquadramento do tipo fraco em comparação com o começo da crise. No trabalho jornalístico, em momentos quando há um esgotamento de novidades, recorre-se a reportagens diversas, às vezes mais reflexivas e outras que servem para arejar o noticiário. *Folha* fez uso do recurso em algumas ocasiões. Numa delas, entrevista renomados cientistas políticos e sociólogos, como Fábio Wanderley Reis (UFMG), Rubens Figueiredo (Cepac), Francisco Weffort (ex-ministro da cultura no governo FHC), Leôncio Martins Rodrigues (Unicamp e USP), Alessandra Aldé (Iuperj), no qual o título da reportagem, que deveria representar uma síntese do pensamento coletivo, é publicado como “Crise está longe do fim, dizem especialistas” (*Folha*, 16/10/2005, p. 8). Em outra ocasião, o jornal procura o cantor e compositor baiano Caetano Veloso, que afirma que governo Lula é “inoportuno” (*Folha*, 3/11/2005, p. E4).

Figura 6.4 – *Veja* 2/11/2005

Na última edição analisada neste *corpus* da pesquisa, *Veja* produz uma reportagem de capa também sob o enquadramento da *denúncia antecipada*, mas cujo teor não foi seguido por outros veículos de comunicação. Sob o título “Campanha de Lula recebeu dinheiro de Cuba”, novamente da lavra do jornalista Policarpo Junior, que teria investigado o assunto por quatro semanas, o texto afirma que uma das origens do dinheiro que abasteceu o esquema de caixa 2 do PT era a “ilha de Fidel Castro” (*Veja*,

2/11/2005, p. 46-53). Pela denúncia, entre agosto e setembro de 2002, o comitê eleitoral

de Lula teria recebido 3 milhões de dólares, dinheiro acondicionado em garrafas de uísque.

O texto da revista, contudo, não se sustentava e foi criticado por outros veículos de comunicação e profissionais da imprensa. O então ombudsman da *Folha*, Marcelo Beraba, tratou dessa capa de *Veja* com descrença em sua coluna no domingo seguinte. “Tal como saiu, a reportagem acabou provocando uma discussão que está mais para o terreno da fé do que do jornalismo: você acredita ou não que Cuba enviou dinheiro?” (*Folha*, 6/11/2005, p. 6). “Os ex-assessores que teriam servido de fonte negaram a versão publicada pela revista. A história também carecia de documentos que a comprovassem. Mais tarde, o assunto caiu no esquecimento.” (PILAGALLO, 2012, p. 302). Para este jornalista, a “sequência de denúncias levou críticos da grande imprensa – em maior ou menor grau ligados ao PT ou aos partidos do chamado campo progressista da política brasileira – a apontar a prática de um jornalismo tendencioso.”

6.2.2 A história mal contada

A coluna do jornalista Elio Gaspari que revelou que o governo de Fernando Henrique Cardoso estava sendo alvo de duas chantagens transmitia o tom da *vitimização* do presidente tucano. As informações divulgadas davam conta de que importantes membros da República, o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, o presidente do BNDES, André Lara Resende, o secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge, e o próprio presidente, haviam sido grampeados ilegalmente e as escutas telefônicas estavam circulando no ambiente político. Simultaneamente, um chantagista estaria cobrando 20 milhões de reais do PT e de outros políticos para dar acesso a um suposto dossiê de denúncias revelando contas secretas de lideranças tucanas em paraísos fiscais (*Folha*, 8/11/1998, p. 16).

O que fez a *Folha* transitar de um enquadramento que colocava o presidente como vítima para o de *denúnciação antecipada* pode indicar um posicionamento mais crítico do veículo em relação a qualquer governante, independente de sua cor partidária, em momentos que ela considera ser necessário adotar essa postura. Muito embora na atualidade críticos da imprensa coloquem o jornal em franca oposição ao projeto do PT, uma avaliação sobre a cobertura da *Folha* em crises políticas mostra que esse comportamento segue um padrão histórico surgido após a implantação do Projeto Folha (Ver item 4.4, Capítulo 4). Estacionando ao nível deste estudo, o que se vê é que a

Folha deu enquadramentos a Lula e a FHC muito semelhantes e em momentos críticos de seus governos – seja cumprindo com sua obrigação jornalística de informar o cidadão, seja extrapolando nesse anseio de posicionar-se contra o governante de ocasião, procurando evidenciar que adota o pluralismo e o apartidarismo como prega seu projeto editorial e este se impõe pela lógica mercadológica.

Uma reportagem do jornalista Fernando Rodrigues inaugura o enquadramento *denunciação antecipada* que acabou por ser o padrão predominante adotado pela *Folha* nos casos do grampo do BNDES e dossiê antitucano (também conhecido à época como dossiê Caymann). O texto informava que a empresa CH, J & T (cujas iniciais deveriam fazer referência aos “sócios” Covas, Henrique Cardoso e José Serra, além de Sergio Motta) existia e tinha sede em Nassau, capital das Bahamas. A partir dessa informação, que não seria prova de nada, acendeu-se a faísca da cobertura da imprensa, abrindo a corrida pelos furos jornalísticos entre veículos concorrentes. Foi o que Nassif (2003) chamou de “estilo malicioso de jornalismo”:

Cada peça do dossiê era apresentada como uma suspeita. Cabia à parte contrária desmentir a suspeita. Desmentida, apresentava-se uma nova suspeita, em uma relação infindável que só encerrou quando se comprovou cabalmente o trabalho de falsificação. O pretenso dossiê não passava sequer no mais básico dos testes, o da verossimilhança. (NASSIF, 2003, p. 245)

Mas, de acordo com Rodrigues, que à época escrevia uma coluna no jornal na página 2, ao lado dos editoriais e da charge diária, a imprensa tinha legitimidade para publicar os resultados da investigação, mesmo estando ciente de que os papéis não tivessem autenticidade comprovada.

Foi o governo, e não a *Folha*, que tornou o caso público. O ministro José Serra (Saúde) divulgou alguns dos bilhetes anônimos que recebeu do suposto chantagista. Disse ser tudo uma fraude. O Brasil inteiro soube então que papéis -falsos, segundo o Planalto- estavam circulando, com acusações gravíssimas contra o governo. [...] Com essa atitude, o governo deu o lastro para a imprensa passar a buscar o tal dossiê. A *Folha* e uma dezena de outros jornais fizeram isso. (*Folha*, 16/11/1998, p. 2).

As investigações sobre o dossiê Cayman iam perdendo sustentação de forma inversamente proporcional ao caso que corria paralelamente, o do grampo do BNDES. Divulgados de forma simultânea por Gaspari, eles dividiram a atenção e os trabalhos de apuração inicial dos jornalistas, de tal forma que quando um dos escândalos estava fadado ao esquecimento o outro acabou por monopolizar a atenção da imprensa.

Trechos das conversas grampeadas passaram a circular no meio político e entre os veículos de comunicação, revelando que houve interesse de membros do governo federal em favorecer empresas no leilão da privatização da Telebrás, em julho de 1998, que movimentou 22 bilhões de reais e envolveu 19 empresas nacionais e estrangeiras. A revista *Veja* foi a primeira a revelar o conteúdo delas, constatando que “é no mínimo estranho ver duas autoridades, que deveriam comportar-se como juízes do leilão, manobrando, nos bastidores, para favorecer um dos lados”, em referência a Mendonça de Barros e Lara Resende (*Veja*, 18/11/1998, p. 52).

É nessa reportagem que aparecem pela primeira vez diálogos que acabaram virando uma lembrança viva da época das privatizações. Num deles, Ricardo Sérgio de Oliveira, diretor do Banco do Brasil, diz a Mendonça de Barros: “Nós estamos no limite da nossa irresponsabilidade”. Em outro grampo revelado, o ministro das Comunicações troca o seguinte diálogo com FHC:

“— A imprensa está muito favorável, com editoriais — comenta o ministro.

— Está demais, né? — brinca o presidente. Estão exagerando até.”

A *Folha* levou alguns dias para tratar do assunto numa manchete, mas, quando o fez, não poupou o ministro de FHC: “Mendonça diz que preferia Opportunity” (*Folha*, 20/11/1998, p. 1). Na mesma edição, o jornal destaca o senador Pedro Simon (PMDB-RS), aliado do governo, pedindo a renúncia do ministro (*Folha*, 20/11/1998, p. 7). E, em editorial, condena a promiscuidade entre o governo e o setor privado e diz que “os fins alcançados (a venda das teles em condições favoráveis para o Tesouro) não podem, em hipótese alguma, justificar os meios que foram utilizados” (*Folha*, 20/11/1998, p. 2). Os enquadramentos de *denúncia antecipada* do tipo fraco cedem lugar para os do tipo forte, que prosseguem até a queda dos envolvidos no caso. Mas, segundo a visão oficial do governo, a pressão em curso era política e tinha como pano de fundo a disputa por poder na base aliada (*Folha*, 24/11/1998, p. 4).

A queda de políticos influentes, muitas vezes, é considerada como uma espécie de troféu a ser perseguido pela imprensa. Thompson se refere a isso como parte da autoconcepção profissional que os jornalistas têm de si mesmos:

Os jornalistas investigativos passaram a se considerar não apenas repórteres que deveriam esquadrihar por debaixo da superfície das coisas a fim de conseguir a verdade, mas também reformadores

sociais que procuravam moldar as agendas das políticas públicas provocando o ultraje moral em seus leitores e espectadores. A conformação das agendas de políticas públicas através da revelação de atividades secretas que chocassem e surpreendessem, que atingissem os nervos expostos da comunidade e levassem os responsáveis pelas políticas públicas a lhes dar uma satisfação. (THOMPSON, 2002, p. 113)

Isso se tornou evidente quando a *Folha* retomou o caso do grampo do BNDES de forma quase isolada em relação aos demais órgãos de imprensa, em maio de 1999. Ao ter acesso à íntegra de conversas gravadas em 46 fitas, o jornal revelou que FHC participou de operação para favorecer empresas no leilão da Telebrás, ao contrário do que afirmava até então. O presidente tucano autorizou o uso de seu nome (“a bomba atômica presidencial”) para pressionar o fundo de pensão do Banco do Brasil, Previ, a entrar no consórcio com o banco Opportunity e a italiana Stet para fazê-lo vencer a disputa Tele Norte Leste contra o consórcio Telemar – que acabou por levar a telefonia (*Folha*, 25/5/1999, p. 5).

O jornal justificou a publicação do teor dos grampos em nome da incumbência que recebe diariamente de seus leitores, uma vez que “cabe aos meios de comunicação lançar luz sobre aquela zona cinzenta em que tal zelo dos governos pela discrição se confunde com o desejo de não prestar devidas contas” (*Folha*, 25/5/1999, p. 2). Isolada editorialmente, a *Folha* chegou, ainda que de forma tímida na comparação com o empenho que teve anos depois no EPM do mensalão, a mencionar o impedimento de FHC em uma de suas reportagens internas, por meio da fala de um procurador da República, Rogério Nascimento: **“Quando há improbidade administrativa do presidente da República, isso é um caso de impeachment. Compete ao Senado apreciar improbidade do presidente.”** (*Folha*, 26/5/1999, p. 11, grifo nosso).

A revista *Veja* entra novamente no caso na semana seguinte, porém a partir do enquadramento da *vitimização*, como se verá na seção seguinte.

6.3 “É uma canalhice”

Em entrevista à revista, logo após a *Folha* ter divulgado o conteúdo integral do grampo do BNDES, o presidente Fernando Henrique Cardoso considera que houve uma “irresponsabilidade jornalística” e critica a falta de limites dos jornalistas que “publicam tudo no condicional”: “O presidente ‘teria’ uma conta num paraíso fiscal, o presidente ‘teria’ influenciado em um leilão. E você, que é inocente, tem de provar que não tem

conta em paraíso fiscal”, cobrou FHC (*Veja*, 2/6/1999, p. 44-45). Em sua análise, as denúncias que foram estampadas pelo jornal, na retomada do assunto, não vinham da oposição nem tinha interesse político, descartando uma possível disputa eleitoral:

Assumindo o papel de vítima, FHC afirma que a impunidade no Brasil legitima o grampo e ela só reverbera porque a sociedade fica alheia à sua divulgação sem se incomodar ou protestar contra essa atitude. “Estamos vivendo um Watergate ao contrário. O grampo é um crime. Quem fez cometeu um crime. Richard Nixon caiu porque mandou grampear o Partido Democrata. Aqui, no Brasil, faz-se o grampo e fica tudo por isso mesmo”, desabafou à revista (*Veja*, *Ibid.*).

De 26 entradas analisadas no conteúdo de *Veja* sobre esse EPM, 11 tiveram o enquadramento da *vitimização*. Este predominou desde o início dessa cobertura, o que pode ser constatado na reportagem de Expedito Filho que garante: “Nada do que se conhece da biografia dos quatro tucanos autoriza a suspeita de que os documentos sejam verdadeiros e de que eles não estejam sendo apenas vítimas de uma tentativa criminoso de desmoralização.” (*Veja*, 18/11/1998, p. 42-51). Os quatro tucanos eram FHC, Mário Covas, José Serra e Sérgio Motta, implicados no suposto dossiê Caymann.

Figura 6.5 – As capas de *Veja* em 1998 e 1999

Veja publicou três capas e uma chamada em destaque sobre o EPM do grampo do BNDES e dossiê antitucano, exatamente no período de tempo em que os casos foram noticiados por demais órgãos de imprensa. O que preponderou nessas edições também foi o enquadramento da *vitimização*. O presidente aparece como sendo alvo, ora de um dossiê fraudulento, ora da fala excessiva de um de seus auxiliares, ora pela ação de um espião⁷⁹ que o grampeou. Muito embora a *vitimização* não tenha ficado visível na crise do governo Lula, é didático contrapor trechos de duas reportagens da revista com esse enquadramento, uma de FHC e outra do presidente petista, que mostram a diferenciação de tratamento dado aos dois governos:

Tabela 6.2 – Comparação da vitimização para FHC e Lula

<i>Veja</i> , 2/6/1999, p. 36-39	<i>Veja</i> , 3/8/2005, p. 70-75
O teste das fitas	Lula no palanque
<p>Grampeado, Fernando Henrique Cardoso saiu-se muito bem. Presidente, José Sarney citava a "liturgia do cargo" como uma característica que os governantes deveriam manter em público como um tributo à realeza das funções presidenciais. Traduzindo: um presidente deve, em suas aparições públicas, parecer solene e digno. Fernando Henrique Cardoso, grampeado, apanhado em momentos de intimidade ao telefone, falando com auxiliares com quem mantinha convivência informal, nem assim, ao natural, sem supor que estava sendo vítima de observação, nem assim Fernando Henrique derrapou. Não é para qualquer um. Nas sessenta horas de telefonemas grampeados por criminosos, antes, durante e depois dos leilões das empresas do sistema Telebrás, o presidente sobreviveu a qualquer dúvida que porventura pudesse haver sobre sua correção no episódio.</p> <p>[...] A partir do teor das fitas divulgadas pela <i>Folha</i> na semana passada, no entanto, ficou estabelecido que a ação dos representantes do governo envolvidos com a privatização da Telebrás, se pode ser definida como excessivamente ativa na</p>	<p>Há duas semanas, a agenda do presidente Lula sofreu uma guinada. Antes voltada principalmente para viagens e despachos internos, ela se converteu em um festival de barulhentos eventos públicos, presenciados por gigantescas platéias sempre simpáticas ao presidente. [...] Em todas as ocasiões, carregou no improviso. Proclamou que "as elites" não lhe fariam "baixar a cabeça", avocou para si outra vez o título de cidadão mais ético do Brasil e evocou seu arquiconhecido passado de pobreza.</p> <p>[...] Com sua agenda e discurso populistas, Lula está, sim, tentando costurar uma aliança com os eleitores de baixa escolaridade e pouca renda, mas não com a intenção de proteger-se de uma tramóia das tais elites que tanto fustiga ou de uma eventual ameaça de impeachment. Lula voltou a sonhar com a reeleição.</p> <p>[...] Lula está decidido a seguir sua "intuição". O discurso em que atacou "as elites", por exemplo, não lhe foi soprado por ninguém. Saiu diretamente da cabeça presidencial e foi considerado um escorregão feio por pelo menos dois ministros.</p> <p>[...] A iniciativa de Lula de se aproximar de seu eleitorado histórico tem origem em dois</p>

⁷⁹ O personagem da capa da revista é "Temilson Antônio Barreto de Resende, 48 anos, conhecido como 'Telmo', que há 23 anos trabalha no governo – primeiro como espião do velho SNI e agora como 'analista de informações' da Agência Brasileira de Inteligência, a Abin" (*Veja*, 9/6/1999, p. 1)

promoção de um consórcio em detrimento de outro, tem toda a aparência de ter sido realizada em benefício do Erário.

[...] Ou seja, foi uma privatização na qual o Estado entrou com o dinheiro e empresários privados com a esperteza. Por esse prisma, fica mais fácil entender a preocupação de Mendonça de Barros, André Lara Resende e Fernando Henrique lá atrás.

fatores. O primeiro é de ordem pessoal e se assemelha àquilo que a psicanálise chama de processo de regressão. [...] Três especialistas em pesquisas de opinião ouvidos por VEJA concordam que, neste momento, o petista ainda tem condições de se reeleger e **age de forma oportuna** ao concentrar esforços na fatia do eleitorado que lhe permanece fiel.

A *Folha*, ainda na primeira fase desse EPM, em 1998, publica editorial em que esclarece haver uma disputa política em curso opondo o setor mais liberal do governo – que girava em torno das figuras de Pedro Malan (ministro da Fazenda) e Gustavo Franco (presidente do Banco Central) e de lideranças do PFL, principal partido aliado – a um núcleo mais desenvolvimentista, centrado na figura de Mendonça de Barros, que gestou a criação do Ministério da Produção e teria como missão corrigir o rumo da política econômica. FHC, nesse texto, aparece como vítima dessa disputa fratricida pelo poder, com vistas já à eleição de 2002. “Se não recompuser o equilíbrio de forças em seu ministério, (o presidente) correrá o risco de ver o seu governo pender para o lado mais conservador da base governista”, vaticina o jornal (*Folha*, 25/11/1998, p. 2).

Em poucas outras situações, o jornal adota o enquadramento da *vitimização* para tratar da crise política do fim do primeiro e início do segundo mandato de FHC, mas merecem ser citados por terem se tornado *visíveis*, segundo o critério de Gamson (2011). Em editorial logo no início do caso, a *Folha* critica a falta de preocupação do BNDES em se cercar de medidas de segurança para evitar que um grampo tivesse posto em risco o leilão da privatização, afirmando que “a omissão acaba por expor uma vez mais a absurda vulnerabilidade em que fica o presidente da República” (*Folha*, 10/11/1998, p. 2). Em outra ocasião, FHC afirmou que quem o acusa deveria estar na cadeia, e, na interpretação do jornal, um dos nomes seria o ex-presidente Fernando Collor de Mello, considerado pela imprensa como um dos suspeitos de ter encomendado o dossiê Caymann. “Vejo notinhas no exterior levantando suspeitas sobre o que não pode ser suspeito, a honorabilidade do presidente da República”, disse o tucano (*Folha*, 14/11/1998, p. 4).

O presidente tucano chegou a criticar a oposição que, apesar de enfraquecida politicamente, sugeriu a abertura de um processo de impeachment por conta da

revelação do conteúdo das 46 fitas do grampo do BNDES. FHC afirmou, com registro na capa do jornal, que parlamentares chegam a confundir o impedimento presidencial com multa de trânsito. “Há limites da paciência nacional ver a leviandade, a leviandade com que certos setores do país e da oposição se comportam diante de fatos que são tranquilos, serenos”, declarou (*Folha*, 28/5/1999, p. 4).

6.3.1 Nem Getúlio, Jânio ou Jango, mas Juscelino

É importante destacar que o enquadramento da *vitimização* foi o segundo mais empregado pela *Folha* para tratar do EPM do mensalão, atrás apenas do da *denúncia antecipada*. Proporcionalmente, o jornal paulista tratou Lula mais como vítima do que o fez com FHC, o que pode ser interpretado, grosso modo, que o tucano foi mais fustigado pelo jornal. Em termos. Como já exposto acima, Lula foi considerado responsável pela crise em seu governo e de forma mais enfática (enquadramento do tipo forte) pela *Folha* do que o tucano. Já nos enquadramentos de *vitimização*, predominaram os do tipo fraco no escândalo do mensalão e os do tipo forte nos casos do grampo do BNDES e dossiê antitucano. A distinção entre um e outro tipo é importante para evidenciar a gradação que o veículo adotou em cada cobertura, afinal:

Enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem. (ENTMAN, 1993 apud LIMA, op. cit, p. 14)

Um editorial da *Folha* intitulado “A política como negócio”, que considera tanto Lula quanto FHC vítimas do fisiologismo, trata justamente da lógica mercadológica em que se transformou o jogo político brasileiro, onde as decisões do Legislativo e do Executivo viraram “objeto de operações de compra e venda”, porém tratado de forma pejorativa. Medidas Provisórias, projetos de leis, concorrências e licitações entrariam nessa disputa, que já nasce no financiamento das campanhas, quando doadores “investem” nos candidatos procurando colher vantagens no futuro. E o jornal lembra ainda que essa realidade não foi inaugurada pelo mensalão, e que este não guardava muita diferença com a compra de votos para aprovar a emenda da reeleição, em 1997, pelo presidente FHC. E prossegue:

Partindo do pressuposto de que tanto o então presidente Fernando Henrique Cardoso quanto Lula têm compromissos éticos e prefeririam que as decisões políticas fossem pautadas o

máximo possível por convicções e projetos de interesse do país, travando-se a disputa dentro dos limites republicanos, **é inevitável constatar que uma força maior acaba por se impor**, transformando o Executivo em refém de parlamentares interessados sobretudo em extrair benefícios pessoais da vida pública. (*Folha*, 8/6/2005, p. 2, grifos nossos)

Ao procurar destrinchar um pouco mais as razões pelas quais a *Folha* também adota a *vitimização* no governo Lula, percebe-se que um dos motivos é que muitas das classificações para esse enquadramento se referem a manifestações de membros do governo ou de partidos que compunham a sua base de sustentação que procuravam desqualificar ou se defender de acusações. É o chamado “outro lado”, no jargão jornalístico. No escândalo do mensalão, esse “outro lado” acabou por ganhar destaque justamente porque a crise surgiu a partir de uma insatisfação de Roberto Jefferson, um importante líder partidário da base aliada, que se viu abandonado pelo governo logo após a primeira denúncia de *Veja*. Além disso, o presidente e a elite do PT frequentemente serviam como fonte dos jornalistas e, invariavelmente, adotavam o discurso de vítima.

Alguns exemplos ajudam a ilustrar esse aspecto do discurso da *Folha*. Logo no início da crise, o então ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo, chegou a comparar o comportamento da oposição ao das forças políticas que, no passado, promoveram golpes ou tentativas de golpe. “São as mesmas forças que tentaram derrubar os presidentes Floriano Peixoto [1891-94], Getúlio Vargas, Juscelino [Kubitschek, 1956-60], Jânio Quadros [1961], João Goulart [1964]. Não vamos aceitar esse tipo de coisa”, registrou o jornal (*Folha*, 24/5/2005, p. 4).

Naquele momento, o governo operava para tentar evitar a instalação da CPI dos Correios, e Aldo fez questão de politizar a questão, tentando associar a movimentação dos parlamentares com o clima de 1954, ano de suicídio de Getúlio Vargas, e de 1964, o do golpe militar. A *Folha* apontava ainda que o ministro endurecera o discurso por causa de declarações de dois tucanos, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que apontou possível “crise institucional”, e o ex-presidente FHC, que afirmou que o governo parecia “peru bêbado”. O posicionamento de Aldo Rebelo acabou servindo de senha para outras manifestações públicas de Lula e auxiliares durante a crise política.

“Se eu for [candidato], com ódio ou sem ódio, eles vão ter que me engolir outra vez, porque o povo brasileiro vai querer”, afirmou Lula, lembrando que Getúlio Vargas

“foi achincalhado, a imprensa da época não cansou de fazer editoriais contra a decisão de construir a Petrobras” (*Folha*, 5/8/2005, p. 10). Dias mais tarde, com destaque na Primeira Página do jornal, o presidente parecia negar as ameaças de Aldo Rebelo e garantia que não imitaria Getúlio Vargas, Jânio Quadros (que renunciou à Presidência em 1961) e João Goulart, o Jango, deposto pelo golpe militar. Num discurso que buscava defender o papel investigativo da imprensa, “mesmo quando as notícias veiculadas não são verdadeiras”, afirmou:

Se alguém tiver dúvida, **pegue os jornais da época para ver o que se falava do Juscelino Kubitschek, para ver quantas manchetes de jornais o chamaram de ladrão**. Hoje todo mundo sente orgulho de colocar um cartaz do Juscelino na sua casa, depois que foi cassado e muito depois que ele morreu. Hoje ele é exemplo para todos os presidentes de direita e de esquerda, de centro ou não, todo mundo acha que o Juscelino é a marca. (*Folha*, 26/8/2005, p. 8, grifo nosso)

Logo no início da crise, no primeiro discurso em cadeia nacional de rádio e TV, Lula já havia feito questão de saudar a liberdade de imprensa, afirmando “Feliz do país que tem uma imprensa livre e democrática, que tudo pode acompanhar, fiscalizar e investigar” (*Folha*, 24/6/2005, p. 5). Esse tipo de comportamento democrático foi reconhecido pelo historiador Luiz Felipe de Alencastro, da Universidade de Paris-Sorbonne, que não só elogiou a eleição direta do PT, em curso naquele momento, como via nela uma recomposição do partido e que “a direita mais inteligente, os conservadores mais inteligentes não têm interesse em ver o PT desaparecer”:

A única frase grave que houve na crise, e que passou meio batida, é a frase do [senador] Bornhausen [PFL]: “Nós agora vamos nos livrar dessa raça por muitos anos”. A maneira de falar da esquerda como raça é um ranço profundo da UDN mais reacionária, de onde o Bornhausen vem, e é isso que está no horizonte de um fracasso do governo Lula e do PT. Não é um retorno da situação anterior, de uma presidência tucana civilizada. É o retorno do recalque mais boçal do Brasil, da UDN de 1952, que diz que “pobre é pobre porque pobre é burro”, que diz “nisso que dá eleger um encanador e uma empregada doméstica para morar no Alvorada”. Essa é a frase grave. (*Folha*, 19/9/2005, p. 13, grifos nossos)

Durante a crise, a *Folha* abriu espaços como esse, que serviam para arejar o debate. O ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, por exemplo, teve seu desabafo publicado no jornal, no dia em que um relatório do deputado Júlio Delgado (PSB-MG) pedia a cassação de seu mandato parlamentar. Na ocasião, como já fizera Aldo Rebelo e o presidente Lula, Dirceu recorreu a metáforas históricas, traçando um paralelo de 2005

com ações para derrubar os governos de Getúlio, Juscelino e Jango. E comentou sobre a atuação dos meios de comunicação:

Não posso ser linchado como fui por grande parte da imprensa. Não há precedente na história do Brasil recente do que está acontecendo comigo. [...] É verdade que tenho tido a oportunidade também do contraditório. **A opinião publicada não pode prevalecer sobre a opinião pública**, nem sobre a consciência dos deputados. (*Folha*, 19/10/2005, p. 5, grifos nossos)

Como último registro do enquadramento de *vitimização*, o presidente Lula deu uma entrevista para o programa Roda Viva, da TV Cultura, quando falou de vários assuntos, mas também da crise política e de seu futuro. Disse que via, naquele momento “com muito carinho” a possibilidade de reeleição, mas que só tomaria a decisão no ano seguinte, como de fato ocorreu, já após o arrefecimento do EPM do mensalão. Entrincheirado por jornalistas, saiu-se bem justamente por ter posado no papel de vítima, como comentou o colunista Marcelo Coelho no próprio jornal: “Sua mera disposição para se explicar tão longamente, sem mostrar irritação nem embaraço, já conta a seu favor” (*Folha*, 8/11/2005, p. 7).

6.4 “Sertanização de Brasília” x “elitismo arrogante”

De maneira geral, pode-se dizer que o enquadramento *disputa eleitoral*, o terceiro mais adotado pela *Folha* no EPM do mensalão, indica que jornal e oposição não estavam alinhados. Dentro da amostra de 53 entradas do *corpus* da pesquisa classificados como *disputa eleitoral*, 16 tinham um caráter de crítica à atuação de parlamentares ou políticos de oposição – 25 criticavam Lula ou PT e 12 revelavam neutralidade ou crítica a ambos os lados.

Quando o STF autorizou o funcionamento da CPI dos Bingos, que investigaria o caso Waldomiro Diniz, o diário paulista não deixou de registrar que PSDB e PFL perderam o interesse na investigação, citando uma frase do líder tucano no Senado, Arthur Virgílio (AM): “As atenções devem ser centradas nos Correios e no ‘mensalão’. A coisa é como moda, a moda da vez. O escândalo da vez é o dos Correios e o do ‘mensalão’, não vamos complicar o meio-campo” (*Folha*, 24/6/2005, p. 9).

Do ponto de vista da *disputa eleitoral*, a cobertura do mensalão seguiu roteiro previsível. PSDB e PFL pleiteavam a relatoria da CPI dos Correios, enquanto PT e governo tentavam evitar sua criação (*Folha*, 21/5/2005, p. 6); FHC e lideranças petistas

trocam acusações mútuas, com o ex-presidente reclamando de uma “sertanização” de Brasília (da política) e o partido de Lula respondendo que essa fala do tucano representava um “elitismo arrogante” (*Folha*, 21/5/2005, p. 9); a CPI é criada, apesar de tentativa de acordo com PMDB (*Folha*, 27/6/2005, p. 10); oposição cita impeachment, mas com ressalvas (*Folha*, 12/8/2005, p. 1), enquanto PT, que procurava uma reestruturação interna, inicia disputa fratricida (*Folha*, 20/8/2005, p. 19); PT e oposição partem para briga em sessões da CPI (*Folha*, 22/9/2005, p. 10).

O jornal, em editorial, ponderou que a superexposição de três CPIs funcionando simultaneamente, dos Correios, do Mensalão e dos Bingos, mais atrapalhava do que ajudava porque, embora permitisse o surgimento do contraditório, deixava o caso do mensalão nas mãos de políticos e não de “profissionais da investigação” e abria espaço para a *disputa eleitoral*. “Boa parte deles parece mais interessada em aproveitar a ribalta para gravar já as cenas de propaganda que utilizarão em suas próximas campanhas do que em esclarecer devidamente as denúncias.” (*Folha*, 1/9/2005, p. 2). Citando Sartori (1992, p. 311), Singer (2000, p. 63) afirma que a mídia impressa desenvolveu “uma atitude de ataque permanente aos políticos, com a conseqüente desmoralização destes e das instituições representativas”.

Em meados de outubro, já com a crise dando sinais de esgotamento no noticiário, o jornal registrou crítica do ministro Luiz Dulci, secretário-geral da Presidência, que não poupou o ex-presidente tucano, líder maior da oposição, de agir segundo uma “linha antidemocrática”:

Para Dulci, FHC ‘revelou a volúpia eleitoral de parcela das oposições’ e ‘exacerbou de maneira artificial’ a crise ao exigir que Lula abrisse mão do direito de disputar a reeleição em 2006. ‘Quiseram proibir o presidente de exercer um direito que a lei lhe faculta e decretaram o final do governo.’ (*Folha*, 13/10/2005, p. 8)

Uma coluna do jornalista Fernando Rodrigues, com chamada na capa, mostra que havia limites impostos pela *disputa eleitoral* para o desfecho das investigações do escândalo do mensalão. Quatro integrantes da CPI dos Correios embarcariam para os Estados Unidos a fim de rastrear quem seriam os depositantes de uma conta de Duda Mendonça naquele país, numa tentativa de descobrir a origem dos fornecedores. E nisso residiria o risco de o caso ser sepultado, uma vez que poderiam surgir indícios de que PT, PSDB, PMDB e PFL mantinham dinheiro fora do país. E vaticinava: “O PT não seria o único a evaporar do cenário nacional. A tentação por um acordão, uma pizza, é

enorme. Nunca a CPI dos Correios esteve tão perto de conseguir algo tão relevante. Mas nunca as pressões no sentido oposto foram tão intensas” (*Folha*, 31/10/2005, p. 2). Editorial, dias depois, também falava do risco de abafar o inquérito do mensalão diante da perspectiva de que “políticos de várias procedências” podiam estar envolvidos (*Folha*, 8/11/2005, p. 2).

Parece-nos necessário aqui corroborar com a concepção de Singer de que existe no Brasil um sistema de mídia agindo como se fosse um sistema partidário, mas independente dele, com nuances e matisses ideológicas próprias. “Não há nenhuma dúvida de que a imprensa brasileira conseguiu se constituir como *poder*. Em outras palavras, como aquele obstáculo que, segundo Montesquieu, tem capacidade de limitar outro poder” (SINGER, 2000, p. 62).

6.4.1 A corrida rumo a 2002

No fim de 1998, ao divulgar que seria um dos alvos de um dossiê apócrifo e visivelmente fraudulento, o ministro da Saúde José Serra jogou uma crise no colo de FHC. Nos bastidores da política e também nas redações, já circulavam rumores sobre o material explosivo, mas a publicação da informação, por intermédio da coluna de Elio Gaspari, ocorreu só um mês depois do segundo turno que reconduziu ao cargo o presidente do Real. Se a notícia tivesse algum impacto, recairia sobre o segundo mandato que se iniciaria no ano seguinte ou sobre a, então, longínqua disputa de 2002.

Editorial da *Folha* alertava que “à margem dos aspectos éticos, morais, administrativos e comerciais envolvidos no episódio do ‘grampo’” havia “também uma inequívoca faceta política, ligada a 2002” e chamou de deletéria essa corrida pela sucessão de FHC. Na ocasião, o jornal identificava PMDB e PFL, dois partidos da base aliada, como os responsáveis por essa contenda: “Mendonça de Barros é, hoje, uma das cabeças mais visíveis de um projeto de poder de longo prazo para o PSDB. É natural, pois, que os outros partidos, mesmo os que fazem parte da atual coalizão governista, se empenhem em torpedear tal projeto” (*Folha*, 21/11/1998, p. 2).

Por se tratar de um *sui generis* caso dois-em-um de EPM, em que havia duas tramas sendo investigadas pela imprensa de uma só vez, os jornalistas tiveram de se desdobrar na apuração. Como o ministro Serra, posteriormente identificado como a fonte inicial da denúncia, tinha revelado apenas parte da história, vazando seletivamente o dossiê de que era alvo, coube aos profissionais de comunicação correr atrás da

verdade factual do noticiário⁸⁰. E esta tardou a aparecer. Sempre que isso acontece, o meio político vive uma fase de ebulição, onde acusados e acusadores, vítimas e algozes, manipulados e manipuladores são instados a dar sua versão sobre os fatos. É quando o enquadramento *disputa eleitoral* ganha força.

Diversos personagens da política surgiram nas páginas impressas para dar um rosto a esse EPM, entre eles Fernando Collor de Mello, Lafaite Coutinho (presidente do Banco Brasil na administração Collor), Paulo Maluf, o então senador Gilberto Miranda, a deputada Marta Suplicy, Luiz Inácio Lula da Silva (recém-derrotado nas eleições de 1998), o então deputado eleito Aloizio Mercadante (PT-SP), Leonel Brizola, Ciro Gomes, o ex-presidente José Sarney e o pastor evangélico Caio Fábio. Importante notar que, à exceção do peemedebista Sarney, nenhum dos nomes acima era do PMDB ou do PFL, os dois partidos da base aliada identificados pela *Folha* como interessados na corrida eleitoral de 2002.

Dois dias depois que trechos dos grampos do BNDES foram publicados por *Veja*, a *Folha* informa que a base governista estava dividida. O PFL comemorava discretamente a derrocada de Mendonça de Barros, o PMDB esperava para ver o desenrolar da crise e o PSDB, na figura do então líder do Senado, Sérgio Machado (CE) e o ex-ministro Paulo Renato Souza defendia o ministro das Comunicações, cotado para assumir um futuro Ministério da Produção (*Folha*, 16/11/1998, p. 6). Mas a revista *Veja* já previa: “Enquanto não se sabe a origem, destino e conteúdo completo de todo o conjunto das fitas, abre-se uma avenida para o livre curso de versões e mais versões sobre as conversas” (*Veja*, 18/11/1998, p. 42-43).

Depois da renúncia de Mendonça de Barros, a contragosto de FHC, registram *Veja* e *Folha*, foi preciso apaziguar os conflitos na base aliada. Em um café da manhã no Palácio da Alvorada com 12 líderes do Congresso, o presidente tucano lembrou “uma obviedade que vinha escapando aos chefes dos partidos: deixem para brigar a partir do ano 2000, pois, se a briga começar agora, o governo chegará fragilizado em 2002 — e, nesse caso, ninguém, além da oposição, será beneficiado” (*Veja*, 2/12/1998, p. 40-42). Mas a revista via com esperanças a crise política, ressaltando que as

⁸⁰ Bucci (2009, p. 18) afirma que a “a verdade no jornalismo, em seu processo de construção social, inclina-se a repelir falsificações; ela conspira contra as premeditações do manipular, que, de seu lado, conspira contra ela”.

autoridades foram levadas a deixar o cargo não por denúncias de corrupção ou de propinas, mas por terem “confundindo comportamento privado com público”.

O PT, principal agremiação opositora, acordou tarde para o EPM e, embora tenha tentado “tirar uma casquinha do governo e questionar a privatização”, como atestou o então colunista Luís Nassif (*Folha*, 20/11/1998, p. 1), não ganhou destaque na cobertura noticiosa. O que fez o caso ter a duração que teve, inclusive com a sua retomada no ano seguinte, foi o empenho da imprensa, apesar de ter adotado prioritariamente um enquadramento de *denúncia antecipada* (no caso da *Folha*) e de *vitimização* (no da *Veja*), conforme já detalhado acima. Em 1999, o caso teve apenas três enquadramentos da *disputa eleitoral* (como o malogrado pedido de CPI da Privatização pelo PT), ante os nove classificados como *disputa comercial*, como se explicará em detalhes a seguir.

6.5 “Privatização de araque”

Desde a primeira reportagem que tratou do EPM de FHC, *Veja* tratou de isolar o grampo do BNDES do dossiê Caymann, e, com isso, pode enquadrar aquele como sendo característico de uma *disputa comercial* e este como de *vitimização*, respectivamente o segundo e o primeiro enquadramentos mais expressivos para a publicação. Embora tenha iniciado a cobertura correndo atrás dos jornais, foi dela o primeiro furo jornalístico, a divulgação de diálogos do grampo do BNDES. Até aquele momento, a *Folha de S.Paulo* produzia textos tanto sobre a origem dos documentos que mencionavam uma suposta conta bancária no exterior dos tucanos, quanto sobre o provável conteúdo das conversas telefônicas, mas nada bombástico.

Quando *Veja* revelou o conteúdo dos grampos, ela se preocupou em informar aos leitores que tinha tido acesso a apenas duas de hipotéticas “três dezenas de fitas”. Nelas, o conteúdo girava apenas em torno de estratégias que membros tucanos do governo arquitetavam para ajudar o banco Opportunity, dos sócios Daniel Dantas e Persio Arida, a disputar o leilão da Telebrás ao lado da Telecom Italia e com suporte da Previ, o fundo de pensão do Banco do Brasil. O objetivo, segundo a revista, era “prejudicar a participação do empresário Carlos Jereissati, dono do grupo La Fonte e membro do consórcio Telemar, que concorreu no leilão com outros quatro sócios (Andrade Gutierrez, Macal, Aliança do Brasil e Brasilveículos) e acabou comprando, com ágio de apenas 1%, a Telerj e outras quinze teles” (*Veja*, 18/11/1998, p. 52).

Ao ficar claro como membros do governo tucano agiram para tentar controlar o resultado da privatização, os jornais e o mundo da política passaram a questionar a atitude, sobretudo, de Mendonça de Barros. Se fosse no escândalo do mensalão, seria o correspondente do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu. Todos os olhares e críticas se voltaram para o então ministro das Comunicações de FHC. *Veja*, quando retoma o assunto na semana seguinte, já dá como certa a sua queda:

O que Mendonça de Barros fez foi colocar a conveniência acima do princípio e da ordem. Exatamente o que fizeram os militares quando baixaram o AI-5 e fecharam o Congresso. Tinha o ministro, bem como os militares, a convicção de estar fazendo a coisa certa. O AI-5 custou vinte anos à política brasileira. No caso do leilão das teles, um fator casual anulou os esforços de todos os empenhados em arrecadar mais dinheiro para a União. (*Veja*, 25/11/1998, p. 44-49, grifo nosso)

O esforço investigativo da imprensa esmoreceu quando Mendonça de Barros, Lara Resende e Pio Borges, e mais José Roberto Mendonça de Barros, irmão do ministro e secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior), pediram demissão. Quando o caso é retomado pela *Folha*, em maio do ano seguinte, o enquadramento *disputa comercial* volta à tona, com revelações que, segundo o jornal, comprovava a atuação de FHC para interferir no resultado do leilão e que a divulgação inicial tinha sido seletiva para preservar o presidente tucano:

Ao ouvir os diálogos das 46 fitas, **fica evidente que a parte do grampo divulgada em novembro passado tinha a preocupação de resguardar o presidente da República, que agora aparece envolvido com o ocorrido.** Além da conversa que autoriza a utilização de seu nome, FHC é citado em outras nove vezes por pessoas que montaram a operação. (*Folha*, 25/11/1998, p. 5, grifo nosso)

Na mesma edição, o jornal incluiu ainda Pedro Malan (ministro da Fazenda) e Clóvis Carvalho (Chefe do Gabinete Civil) como membros do governo que interferiram no resultado do leilão da Telebrás. Essas novas revelações, contudo, não tiveram força para mobilizar uma nova escalada concorrencial da imprensa para ir fundo nas investigações. *Veja* mostrou que o governo era dono, direta ou indiretamente, de 55% da Telemar, o consórcio que ficou da Tele Norte Leste, com ágio de 1% – 3,4 bilhões de reais, rotulando como mais um “caso de privatização de araque”. E criticava: “Financiando seus parceiros privados, o Estado acaba criando dois tipos de empresários. O dos que não têm acesso ao dinheiro público e crescem menos. E o dos que se tornam

gigantes amanhã por uma mistura bem-feita de inteligência e esperteza” (*Veja*, 2/6/1999, p. 46).

6.6 “Sensacionalista” e “café requentado”

O enquadramento *ação e reação*, que ganhou visibilidade apenas na *Folha* para o EPM de FHC, foi adotado para demonstrar as movimentações de resposta à crise política que partiram por membros do governo ou do próprio presidente. Como já qualificado anteriormente, em relação ao grampo do BNDES havia uma disputa implícita em jogo, a corrida eleitoral de 2002, que acabou por minar a criação do Ministério da Produção, e teve como efeitos desestabilizar a base política do governo.

Em reportagem, a *Folha* ressalta que para saciar a sede dos partidos descontentes, FHC decidira criar dois superministérios. O da Infraestrutura, uma fusão das pastas de Transportes e Minas e Energia, ficaria a cargo do PMDB, e o do Desenvolvimento Urbano, seria destinado ao PFL. Isso, nos planos do governo, faria com que a disputa pelo Ministério da Produção arrefecesse e esta pasta pudesse ficar com o PSDB. Parte do partido, inclusive, clamava pelo retorno de Mendonça de Barros ao governo. A *ação e reação* de FHC, como se viu mais tarde, não funcionou.

É curioso constatar que, nesse enquadramento, algumas entradas mostravam a preocupação, de um lado, de membros do governo questionar o comportamento da imprensa na cobertura noticiosa da crise e, de outro, do jornal em dar espaço para essa crítica. Em 1998, portanto antes de a *Folha* revelar o conteúdo de 46 fitas da escuta ilegal, o então presidente do BNDES, André Lara Resende, deu uma entrevista para a diretora da sucursal de Brasília do jornal, Eliane Catanhêde, no qual nominava especificamente *Veja*, chamando de “lixo” e “uma espécie de seleção dos melhores momentos” os trechos publicados pela revista. A jornalista sublinhou a crítica de Lara Resende à conduta dos veículos de comunicação:

Ele atribui boa parte da ‘confusão armada’ à imprensa. Disse que ‘90% dos jornalistas são bem intencionados, sérios, apuram a verdade’. Mas fez uma ressalva: ‘Não se pode confundir imparcialidade com ambiguidade’. Explicou que a imprensa, na tentativa de mostrar imparcialidade e isenção, acaba dando o mesmo espaço para coisas verdadeiras e coisas inverídicas, ou para personagens que merecem crédito e para outros que não merecem. (*Folha*, 18/11/1998, p. 6)

Uma semana depois, novamente tentando retomar as rédeas do jogo político, o presidente tucano aproveitou um discurso público em que defendia uma reforma política urgente para também criticar a atuação da imprensa, segundo o jornal:

FHC disse que tinha ‘mais medo dos escândalos fabricados do que dos verdadeiros’ e recomendou um controle maior sobre os meios de comunicação – que divulgaram trechos da escuta telefônica feita durante a privatização do sistema Telebrás. ‘Aquela maquininha é terrível: os que movem a mídia também não sabem o poder que têm ou, às vezes, não trazem consigo a responsabilidade’, avaliou. ‘Nada é neutro nesse mundo político e isso tem de ser pensado não em termos de censura, mas de consciência.’ (*Folha*, 25/11/1998, p. 6)

Quando o caso voltou às páginas do jornal, em 1999, o presidente e o PSDB reagiam rapidamente à publicação da íntegra dos grampos e tratavam de desqualificar o trabalho jornalístico. O então articulador político do governo, ministro Pimenta da Veiga (Comunicações), ao divulgar nota sobre as reportagens, chamou-as de “café requentado” e questionou que o governo não foi consultado antes de sua publicação. A nota oficial afirma que se trata de “matéria sensacionalista e pontilhada de insinuações que não correspondem às próprias transcrições de informações obtidas de forma ilegal”, enquanto o partido do presidente, também em nota, tentava arrastar o bloco opositor: “O PSDB condena, com veemência, a dimensão leviana, irresponsável e sensacionalista que os partidos de oposição estão dando à divulgação das conversas entre autoridades do governo” (*Folha*, 26/5/1999, p. 5).

6.7 Interpretações da análise qualitativa

A *denúncia antecipada* foi o enquadramento mais visível e adotado pelos veículos analisados, tanto para Lula quanto para FHC. Apenas *Veja*, no caso do presidente tucano, desconsiderou esse enquadramento, tratando FHC como vítima de pessoas de fora do seu governo, do jogo político por sua sucessão e de membros do governo que agiram um grau acima do esperado pela revista. A imagem que se faz dos jornalistas é que são seres costumeiramente apressados. Essa concepção é estendida aos veículos de comunicação noticiosos, que fazem da agilidade em divulgar uma notícia parte do diferencial que têm a ofertar como produto ao seu público.

Essa pressa, ou agilidade como preferem os profissionais da comunicação, tem obrigado jornalistas a atuarem também como árbitros da notícia. Um avião com dezenas de passageiros cai, numa selva ou no meio de uma cidade, e na edição seguinte ao

desastre é mais fácil encontrar informações sobre “prováveis” hipóteses do acidente, culpados eventuais, do que histórias humanas sobre as vítimas. Uma empresa decreta falência, e jornais e revistas se apressam a repercutir no meio empresarial as consequências do fato, sem se preocupar em abordar o lado dos trabalhadores ou dos clientes prejudicados com a medida.

Com a política, a história se repete. Apesar da *denúncia antecipada* que a imprensa adota desde o princípio, ou mesmo da *vitimização*, os impactos sociais e econômicos dos desmandos dos governantes são pouco ou nada retratados. Em todo o *corpus* da pesquisa, não se levantou nenhuma história que mostrasse as consequências que o mensalão provocou na vida real das pessoas. No caso do grampo do BNDES, especificamente, o que resultou ou resultaria da venda da Tele Norte Leste ao grupo Telemar que a própria imprensa considerou como uma *disputa comercial* mal feita, à época, não parecia ter um correspondente no dia-a-dia da população. No entanto, não faltaram abordagens personificando os corruptos – e não os corruptores –, e os maus administradores.

Longe de querer recontar a história do mensalão ou do grampo do BNDES e dossiê antitucano exhaustivamente, a análise qualitativa chegou à conclusão de que *Folha* e *Veja* adotaram posturas diferentes entre si e entre os casos. A revista fustigou Lula no primeiro EPM, enquanto poupou FHC no segundo. O jornal fustigou ambos de maneira semelhante. Como afirmado anteriormente, em momentos críticos, a *Folha* opta pela lógica mercadológica em detrimento de eventuais preferências ideológicas. No dizer popular, perde o amigo, mas não a piada.

Mas se, no cômputo geral, a *Folha* deu tratamentos semelhantes para os dois EPMS, é digno de nota registrar, de forma sistemática, que o jornal tenha alternado a sua visão sobre o escândalo do mensalão em três fases distintas. No começo, evidenciava uma visão de que a *disputa eleitoral* e o sistema político-partidário repleto de distorções atávicas estariam na origem do problema. Depois, atribui à elite petista a perda por uma referência ética na sociedade e previu a morte do partido. E, por último, reconhecia que a corrupção permeava por toda a política nacional, e não exclusivamente o PT.

7. Conclusões finais

Elenco a seguir os principais apontamentos com o resultado da pesquisa:

- Em termos quantitativos, este trabalho demonstra que *Folha* e *Veja* adotaram um enquadramento predominantemente negativo no noticiário do escândalo do mensalão, mantiveram esse padrão de cobertura por mais de seis meses e procuraram responsabilizar o presidente Lula pela crise política.
- Há, contudo, diferenças entre os dois veículos. O jornal manteve um olhar crítico a Lula comparável com o adotado na cobertura de um escândalo do governo FHC, o grampo do BNDES e dossiê Cayman. Já a revista adotou postura distinta nos dois episódios: a figura do presidente tucano foi poupada; enquanto a do petista, não.
- Na análise qualitativa, ficou mais evidente que *Folha*, em momentos-chave, manteve um padrão de tratamento semelhante para os dois escândalos políticos. O jornal adotou para as duas coberturas o enquadramento da *denunciação antecipada*, quando a imprensa se apressa em divulgar denúncias mesmo sob o risco de condenar inocentes perante a opinião pública.
- Para *Veja*, Lula mereceu ser tratado como um agente causador pela crise política, enquanto FHC deveria ser visto como uma vítima do escândalo. O enquadramento da *denunciação antecipada* valeria para o presidente petista, mas não para o tucano.
- A partir do mensalão, a cobertura de *Veja* do governo Lula não só ficou mais intensa e combativa, como tornou pública sua antipatia pela figura do presidente.
- Os dois veículos analisados não demonstraram empenho em narrar as consequências do mensalão na vida real das pessoas. Houve, sim, uma preocupação contínua em narrar os fatos a partir de um viés moralizante. Com FHC, jornal e revista também procuraram personalizar o escândalo, mas atenuaram as críticas depois que auxiliares do presidente deixaram o governo, interrompendo quase de imediato a narrativa.

Esses apontamentos estão baseados na investigação empírica. São, portanto, fruto de um conjunto discursivo já circunscrito ao passado, que não pode nem deve ser lido como uma análise da cobertura da imprensa de 2012, sobretudo em relação ao julgamento do mensalão ocorrido, coincidentemente, neste mesmo ano. Resgatá-lo como objeto de pesquisa mostrou-se relevante para elucidar como *Folha* e *Veja*, dois dos principais veículos de comunicação do país, trataram do principal escândalo político-midiático do governo Lula.

A partir de uma metodologia aplicada a esse caso, mas também a um escândalo do governo FHC, procuramos extrair dados para um estudo comparado não só dos dois veículos citados, mas também das formas de tratamento que dois governos distintos receberam deles. O método quantitativo empregado possibilitou dimensionar e expressar, em números, como jornal e revista abordaram as duas crises políticas. Houve momentos em que os dois veículos se assemelhavam, mas em outros optaram por abordagens completamente opostas.

O processo de seleção das notícias apresentou similaridades. *Folha* e *Veja* trataram a crise de Lula enfatizando a *personalização*, a *abrangência* e a *frequência*, enquanto na de FHC houve predominância dos enfoques de *novidade* e *negatividade*, e também do de *personalização*. Em relação ao agendamento proposto, jornal e revista se distanciaram. O diário não mudou o agendamento de um ou de outro governo. As duas crises políticas se originaram a partir de personagens ligados ao governo, conforme descrito nos capítulos precedentes. Eles eram as fontes das notícias. Mas o jornal também recorreu à praxe do jornalismo declaratório, em que se dá espaço editorial para um dos lados interessados e, em seguida, o outro lado, e publica-se as duas versões. A agenda da *Folha* foi crítica para os dois presidentes.

Em relação ao agendamento da publicação semanal, vale destacar que ela baseava seu noticiário no caso do mensalão a partir das fontes qualificadas como “o próprio veículo de comunicação”, portanto a *Veja*, e, de forma secundária, o pronunciamento de vozes “oficialistas”. Muitas das reportagens da revista baseavam-se em apurações próprias, que não davam ao leitor condições de ele aferir quem eram as fontes das informações. No escândalo de FHC, *Veja* primeiro dava espaço para que fontes “oficialistas” do governo se manifestassem e, em seguida, órgãos de

investigação, como a Polícia Federal. Nessas circunstâncias, há mais chances de o governo e os políticos tentarem contrapor a sua agenda.

No enquadramento dos dois escândalos político-midiáticos, *Folha* e *Veja* voltaram a apresentar mais similaridades. Para o mensalão, tratou-se de um problema derivado do sistema político e da incompetência do governo Lula. No grampo do BNDES e dossiê Cayman, os dois veículos também viam a incompetência de autoridades do governo FHC e do submundo da informação, notadamente a rede de arapongas que realizaram escutas ilegais de políticos e as repassam para jornalistas interessados em publicá-las. Uma diferenciação que deve ser feita é que o jornal se empenhou em ir até o desfecho do escândalo do presidente tucano, enquanto a revista procurou protegê-lo.

Da análise qualitativa, quando se avaliou mais detidamente o conteúdo do material discursivo de *Folha* e *Veja*, novamente encontramos distinções entre os veículos. O jornal atribuiu responsabilidade a Lula e a FHC pelas respectivas crises políticas de seus governos. Já a revista procurou, sempre que possível, isentar o presidente tucano. Ou ele era vítima da incompetência ou de erros de seus auxiliares, ou estava sendo envolvido injustamente num episódio em que teve apenas interesse em zelar pelo bem público. Já para o presidente petista, *Veja* procurou tratá-lo como o principal responsável pelo mensalão.

Dentro da análise de conteúdo, observou-se ainda que a *Folha* alterou a sua cobertura no período da amostra da pesquisa. Partiu de uma visão em que atribuía o mensalão a uma disputa que envolvia partidos da base aliada do presidente Lula, trabalhou com a hipótese de que o agravamento da crise era de tal grandeza que levaria o PT à morte e, por último, depois que o mensalão do PSDB veio à tona, considerou que o desfecho político provável seria a dissolução do caso sem a punição de culpados.

É digno de registro que, pela investigação empírica, ficou claro que *Veja* se posicionou claramente contra o governo Lula, não como um partido, mas como um veículo de comunicação de oposição. A revista optou por não trabalhar dentro do campo da neutralidade, como chegou a sinalizar que faria pelo menos em 2003. É direito da publicação expressar suas opiniões e editorializar seus textos para evidenciar que está em total desacordo com os governantes. Mas há um risco enorme que ela resolveu

correr: ao adotar essa posição, põs sua credibilidade à prova. As consequências dessa postura só serão conhecidas no futuro.

Impossível não reconhecer que a busca por uma inferência causal entre a realidade dos fatos e os dados obtidos com as análises quantitativa e qualitativa está sujeita a imprecisões e até a erros, mesmo que não sejam estes propositais. A imperfeição é derivada de duas possibilidades. A primeira é porque a pesquisa se trata de um processo imperfeito. Por mais arguto que seja o observador, não é possível reconstituir todos os elementos que envolveram a produção das notícias. Variáveis que dificilmente são percebidas a partir da leitura e análise de textos jornalísticos podem ter influenciado parte da cobertura da imprensa. Apenas para citar algumas: quem são os produtores da notícia, qual a ideologia do jornalista, já havia uma relação de amizade entre políticos e editores, qual era o relacionamento entre presidentes e veículos de comunicação de massa, em que medida pesquisas internas de opinião sobre o hábito de leitura do público podem ter direcionado a produção de conteúdo?

A segunda alternativa para justificar eventuais imprecisões é que, sem prejuízo dos resultados obtidos, possivelmente não seja factível buscar uma inferência causal dessa natureza. No limite, os dados obtidos poderiam apontar numa direção oposta à real intenção que tinham os produtores de notícias durante a cobertura das crises políticas. O conjunto de referências teóricas e trabalhos acadêmicos que precederam esta pesquisa, contudo, mostrou que essa hipótese é remota. Mas não se pode desconsiderar que o processo da procura pelo conhecimento científico é igualmente imperfeito. “Quanto mais informação, mais comunicação, mais ideias e mais riscos de erros; mas também quanto mais complexidade, mais possibilidade de transformar esses erros e torná-los criativos”, afirmava o filósofo francês Edgard Morin, em *Ciência com Consciência* (2010, p. 154).

Chegamos, pois, ao fim de uma investigação empírica com uma “realidade pesquisada” do qual emergem, de saída, algumas questões tanto sobre o método aplicado quanto sobre os resultados obtidos. No início dessa jornada, ainda como uma ideia em construção de um projeto de pesquisa, surgia a proposta de estudar o comportamento da imprensa nos anos Lula. A pergunta, ampla e genérica, trazia implícita a curiosidade deste pesquisador em saber se os principais veículos de comunicação de massa no Brasil agiram conforme preconizam as boas práticas do

jornalismo ou, ao contrário, deixaram seus manuais de redação de lado e partiram para um enfrentamento puramente político.

O percurso percorrido pelo presente trabalho adotou as metodologias de análise de conteúdo por meio de técnicas de seleção, agendamento e enquadramento da notícia para encontrar elementos subjetivos que respondessem, de forma objetiva, como se deu o comportamento da imprensa nesse período recente da História brasileira.

Para Thompson (2002), a influência e a participação dos meios de comunicação na vida política das sociedades modernas é crescente. Inseparáveis, eu reforçaria. Muito além de querer responder a questões como “a imprensa é imparcial ou tendenciosa”, a busca por mecanismos de aferição da qualidade da notícia disponível é imprescindível para que a nossa jovem democracia avance. Espera-se que o sistema de mídia, principal responsável pela forma como o brasileiro se informa das coisas do mundo, caminhe pelos trilhos da objetividade, imparcialidade e pluralidade. E essa regra deveria ser universal, o que pressupõe valer também para a cobertura política.

Por hipótese, o que aconteceria se convivêssemos com uma imprensa que não se pauta pela neutralidade? É natural supor que o processo democrático estaria ameaçado, uma vez que a oferta de informações parciais e/ou tendenciosas desequilibraria o jogo da política. Numa eleição, poderia influenciar em favor de (ou contra) um determinado candidato. Se se incorresse nessa prática de forma sistemática e ininterrupta, os veículos de comunicação de massa se tornariam vítimas de sua própria manipulação e, no longo prazo, perderiam seu capital simbólico mais valioso, a credibilidade.

O jornalismo não é uma ciência, mas estudá-lo é. Em sociedades onde a informação virou um bem, a prática do bom e correto jornalismo só tem o efeito de fortalecer a democracia. A imprensa, como objeto de investigação empírica, já é um tema fartamente explorado por pesquisadores. No campo da política, e do jornalismo político em particular, as questões em aberto surgem espontaneamente e em maior quantidade. Já as respostas, muitas vezes, parecem fazer parte do intrincado campo da política, repleto de disputas ferrenhas e figadais.

O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja, título desta dissertação, permitiria a alguns imaginar que este trabalho servisse como um julgamento para o jornal *Folha de S.Paulo* ou a revista *Veja*.

Esta pesquisa, contudo, deixa em aberto algumas questões e se exime de apresentar respostas absolutas.

Outras pesquisas, complementares a esta, poderão avançar na busca de respostas para questões que permanecem atuais no cenário político. Afinal, as denúncias do mensalão, amplamente veiculadas à época pelos órgãos de imprensa, tiveram influência reduzida no eleitorado, já que o presidente não só foi reeleito em 2006 como fez a sua sucessora, a presidente Dilma Rousseff, em 2010? Até que ponto o agendamento proposto pelos meios de comunicação, nitidamente negativo contra o presidente Lula, foi menosprezado pela sociedade brasileira? O governo Lula foi mesmo perseguido pelos jornalistas? É equilibrada essa percepção ou ela decorre de um prisma partidário de análise do comportamento da imprensa?

As questões lançadas acima não puderam ser respondidas e ficam aqui como um indicativo adicional da dificuldade em se encontrar entre elementos subjetivos respostas objetivas para esse problema. O que se procurou nesta pesquisa foi analisar o tratamento de *Folha* e *Veja* no escândalo político-midiático do mensalão, confrontando esses resultados com um grupo de controle, que foram os episódios do grampo do BNDES e dossiê Cayman durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa estratégia visava realizar um estudo comparado das duas coberturas, de forma a construir parâmetros sólidos para atestar se houve, de fato, uma parcialidade da imprensa em relação ao governo Lula.

Há quem possa afirmar que o julgamento do mensalão, em 2012, serviria para atestar que o escândalo do governo Lula foi muito maior que qualquer outro já ocorrido desde a redemocratização do Brasil. As condenações de líderes petistas no STF, notadamente José Dirceu, seriam a prova cabal de que se trata do maior escândalo político-midiático do país. Logo, as coberturas críticas da imprensa justificariam não só o cerco midiático de 2005, como o fato de elas terem tido, conforme apontou a investigação empírica, intensidade superior ao da crise política de FHC. Mas até que ponto a maior cobertura dos veículos de comunicação de massa sobre o mensalão não acabou por alterar o curso dos fatos, a opinião pública ou o resultado do julgamento⁸¹?

⁸¹ *Folha*, “Relator do mensalão afirma que votou em Lula e Dilma”, 7/10/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1165270-relator-do-mensalao-afirma-que-votou-em-lula-e-dilma.shtml>, Acesso em: 11/10/2012.

Em 7 de outubro de 2012, o ministro do STF, Joaquim Barbosa, relator do caso mensalão, declarou em entrevista à *Folha* que as instituições evoluíram no Brasil, tornando-o um país diferente, e que até 2001 parlamentares só eram processados na Suprema Corte quando a Câmara dos Deputados autorizava. Quando o caso Collor chegou à Suprema Corte, afirmou Barbosa, “tinha um ex-presidente fora do jogo completamente. E, além dele, o quê? O PC, que era um mequetrefe”, demonstrando que há variáveis do jogo político que influenciam, inclusive, o processo penal. “Barbosa já disse que a imprensa ‘nunca deu bola para o mensalão mineiro’, ao contrário do que faz com o do PT. ‘São dois pesos e duas medidas’, afirma.”

É perfeitamente factível crer que o Brasil de 2012 é completamente distinto do de 2005 e também do de 1998 e 1999. “Os políticos estão mais propensos ao escândalo porque um comportamento que teria sido perdoado no passado tem mais probabilidade de ser censurado hoje”, afirma Thompson (2002, p. 141). Essa explicação entende que o comportamento muda com base nos códigos e convenções morais de seu tempo, é um processo evolutivo, e a contemporaneidade acaba por servir como reflexo da evolução social. Mas o autor alerta que a crescente exposição dos políticos em casos de corrupção, e sua respectiva publicização, pode gerar a quebra de confiança generalizada entre representantes e representados:

Essa atitude de desconfiança profunda, junto com a crença de que os políticos e as instituições políticas estão longe das realidades práticas de nossa vida e provavelmente não trarão diferença significativa e positiva, podem levar a um afastamento do processo político, que pode ser expresso pela falta de participação nas questões políticas e no desinteresse em votar. Esse tipo de profunda desconfiança e as formas de não participação para as quais ele pode contribuir podem ser muito difíceis de serem superadas. (THOMPSON, 2002, p. 307)

Não estamos aqui defendendo que a imprensa deixe de destacar um escândalo apenas em nome da preservação da confiança na política. Como um exercício de reflexão adicional, vamos imaginar que os veículos de comunicação de massa não tivessem tratado o mensalão como um escândalo político-midiático e acreditado nas falas dos líderes do PT ou do presidente Lula, o que teria acontecido? Estaria explícita a autorização para que governantes de todo o país criassem seus próprios mensalões. Os saques ao patrimônio público corroeriam não só a economia, como também a democracia brasileira. Não discutiríamos se o julgamento do mensalão foi justo ou uma perseguição política porque não teria havido processo algum – e a História política recente é pródiga em exemplos.

O escândalo do mensalão certamente amadureceu o PT, tornou-o mais realista, menos catarista e superior. O julgamento público do mensalão e as sentenças aplicadas, podem amadurecer ainda mais o PT, o sistema político brasileiro e a nós todos. Aumentará enormemente os custos do comportamento anti-republicano (afinal, não se trata mais apenas de perda de imagem, mas de privação de liberdade), apontará o caminho dos comportamentos aceitáveis e diminuirá a nossa adesão a uma cultura patrimonialista. Mas isso só acontecerá se o que estamos assistindo não for transformado no julgamento do excepcionalismo petista ('o maior escândalo da história'). Foi o sistema político brasileiro (partidos, instituições e os seus costumes) e a cultura política brasileira (os valores tão pouco republicanos que nós, os jornalistas e os políticos, compartilhamos tão intensamente) que foram submetidos a julgamento. Eu acredito que sairemos melhores. (GOMES, 2012) (informação pessoal)⁸²

A publicização da crise petista por parte da imprensa pode ter incorrido em erros⁸³, e eles de fato ocorreram, mas trouxe como saldo positivo um novo norte para a política brasileira. Há quem prefira ver a ruína das instituições, o colapso da democracia representativa, o desencanto do povo em relação à política.

Eu vejo o começo de uma nova era.

⁸² Informação fornecida por Wilson Gomes, em comunicação pessoal. Mensagem extraída, com autorização do autor, de sua página do Facebook, em 1/10/2012.

⁸³ O caso do ex-ministro das Comunicações Luiz Gushiken serve de exemplo. Ele foi inocentado por falta de provas pelo STF, mas na época da crise política e também depois o petista sempre foi tratado como um dos réus do mensalão pela imprensa.

Referências⁸⁴

- ABRAMO, C. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- AB'SÁBER, T. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2011.
- ALDÉ, A., MENDES, G., FIGUEIREDO, M. Tomando Partido, Imprensa e eleições presidenciais em 2006. In: **XVI Encontro da Compós em Curitiba**, 2007.
- ALDÉ, A., VASCONCELLOS, F. Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n.2, p. 61-69, 2008.
- ALBUQUERQUE, A. Um outro quarto poder: imprensa e compromisso político no Brasil. In: **XXIII Encontro Anual da ANPOCS**, Campinas, 1999.
- ALBUQUERQUE, A., HOLZBACH, A.D. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais de redação da Folha de S.Paulo. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 5, n.14, p. 149-170, 2008.
- ALMEIDA, T. **Opiniões e sentenças em capas de Veja sobre o primeiro Governo Lula (Brasil, 2002 a 2006)**. Dissertação (Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- AMARAL, R. As Eleições de 2006 e a Emergência das Grandes Massas no Processo Político. **Comunicação e Política**, Rio de Janeiro, v.24, n. 3, p.7-17, 2006.
- ANDERSON, P. Lula's Brazil. In: **London Review of Books**, v. 33, n. 7, p. 1-46, 2011.
- AZEVEDO, F.A. Mídia e democracia no Brasil, relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, abr./maio 2006.
- _____. A imprensa brasileira e o PT um balanço da cobertura das eleições presidenciais de 1989 a 2006. **ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v.12, n.3, p. 48-65. 2009.

⁸⁴ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

_____. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.3, p. 14-19, 2010.

BALBACHEVSKY, E., HOLZHACKER, D.O. Identidade, oposição e pragmatismo: O conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. **Opinião Pública**, Campinas, v. X, n. 2, p. 242-253, out. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUCCI, E. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CHAIA, V. **Jornalismo e Política: Escândalos e Relações de Poder na Câmara Municipal de São Paulo**. 1 ed. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução Angela S. M. Corrêa. 2. ed. 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2012.

COIMBRA, M. A Mídia Teve Algum Papel Durante o Processo Eleitoral de 2006?. In: LIMA, V.A. (org). **A Mídia nas Eleições de 2006**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.187-210, 2007.

COLLING, L. **Os estudos sobre mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura**. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

COLLING, Leandro, RUBIM, Antonio Albino Canelas. Cobertura jornalística e Eleições Presidenciais de 2006 no Brasil. In: **Alaic**, 2006.

FOWLER, R. **Language in the News**. 3. ed. London: Routledge, 1991.

GAMSON, W. A. **Falando de Política**. tradução de Ângela Cristina Salgueiro Marques,. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 314, 2011.

GAMSON, W.A., MODIGLIANI, A. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Jornalismo, Fatos e Interesses: Ensaios de Teoria do Jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. v.1. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMES, W.; MAIA, R. **Comunicação e democracia: Problemas e Perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008

GUAZINA, L. Responsabilidade social: Nome Novo para o Velho Oficialismo do 'Jornal Nacional'. In: LIMA, V.A. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

HALL, S. A World at One with Itself. In: COHEN, S.; YOUNG, J. (Orgs.). **The Manufacture of News: Social Problems, Deviance and The Mass Media**. p. 85-94, London: Constable, 1970.

HALL, S., CHRITCHER, C., JEFFERSON, T., CLARKE, J., ROBERTS, B. The Social Production of News, 1978. In Marris, P.; Thornham, S. (Eds.). **Media Studies – a Reader**, p. 424-429. Edinburg: Edinbunrg University Press, 1990.

HUNTER, W; POWER, T.J. Recompensando Lula: poder Executivo, política social e as eleições brasileiras de 2006. In: MELO, C.R.; SAEZ, M.A. (Orgs.). **A democracia brasileira, balanço e perspectivas para o século**. v. XXI, UFGM, p. 327-366, 2007.

KUCINSKI, B. O Antilulismo na Campanha de 2006 e Suas Raízes. In: LIMA, V.A. (Org). **A Mídia nas Eleições de 2006**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.133-144, 2007.

LIMA, V.A. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. (Org.). **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

LOPES, M.I.V. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LYCARIÃO, D. Internet e movimento ambientalista. In: MAIA, R.C.M., GOMES, W., MARQUES, F.P.J.A. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, p. 257-292, 2011.

MACHADO, M. A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos Programas Eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, 2009.

MANUAL Geral da Redação. **Folha de S. Paulo**, 2 ed. revista e ampliada. São Paulo, 1987.

MATOS, H. Persuasão e denúncia: a trajetória do debate da privatização no Brasil. In: **Anais do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política** – Salvador, 2006.

McCOMBS, M.E; SHAW, D.L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36 (2), p. 176-187, 1972.

MIGUEL, L. F. Mídia e manipulação política no Brasil – a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. VI (2/3), p.119-138, 1999.

_____. **Política e mídia no Brasil. Episódio da história recente**. Brasília: Plano Editora, 2002.

_____. A Eleição Visível: A Rede Globo Descobre a Política em 2002. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 289 a 310, 2003.

_____. A Descoberta da Política. A Campanha de 2002 na Rede Globo. In: RUBIM, A.C. **Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil**. São Paulo: Hacker, 2004.

_____. A mídia e o declínio da confiança na política. In: MIGUEL, L.F., BIROLI, F. **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

MOTA, C.G., CAPELATO, M.H. **História da Folha de S. Paulo: 1921-1981**. São Paulo: Impress, 1981.

MUNDIM, P.S. A cobertura da imprensa e o realinhamento eleitoral de 2006. In: **IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR**, Belo Horizonte, 2010.

_____. **Imprensa e Voto nas Eleições Presidenciais de 2002 e 2006**, 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Iuperj, Rio de Janeiro, 2010.

_____. Rediscutindo o papel da imprensa nas eleições presidenciais de 2006: os efeitos foram realmente 'limitados'?. In: **IV Encontro da Compolítica**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NASSIF, L. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003.

PANKE, L. **Lula, do sindicalismo à reeleição: um caso de comunicação, política e discurso**. São Paulo: Horizonte, 2010.

PILAGALLO, O. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PONTE, C. **Leituras das Notícias, contributos para uma análise do discurso jornalístico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

PORTO, M. A Televisão e o Primeiro Turno das Eleições Presidenciais de 2002: Análise do Jornal Nacional e do Horário Eleitoral. In: RUBIM, A.C. **Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil**. São Paulo: Hacker, 2004.

_____. Framing Controversies: Television and the 2002 Presidential Election in Brazil. **Political Communication**, v. 24, p.19-36, 2007.

_____. **Televisão e política no Brasil – a Rede Globo e as interpretações da audiência**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RUBIM, A. C. Mídia e Política: Transmissão de Poder (p. 31-52). In: Heloiza Matos et al., **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

_____. Ética da Política e Ética na Política nas Eleições de 2006. In: LIMA, V.A. (Org). **A Mídia nas Eleições de 2006**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p.159-169, 2007.

SCHEUFELE, D.A., TEWKSBURY, D. Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 9-20, 2007.

SCHUDSON, M. **Discovering the news: a social History of American Newspapers**. New York: Basic Books, 1978.

_____. **The Power of News**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SCOLESE, E., NOSSA, L. **Viagens com o Presidente – Dois repórteres no Encalço de Lula do Planalto ao exterior**. São Paulo: Record, 2005.

SECCO, L. **História do PT 1978-2010**. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SECOM. **No Planalto, com a Imprensa/ Entrevistas de secretários de Imprensa e porta-vozes: de JK a Lula**, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana/ Brasília: Secretaria de Imprensa – Presidência da República, 2010.

SILVA, C.E. **Mil Dias: Seis Mil Dias Depois**. São Paulo: PubliFolha, 2005.

SILVA, C.L. **VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**; Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVA, J.H.P. A disputa pelo poder simbólico no escândalo do mensalão. In: **IV Encontro da Compolítica**, Rio de Janeiro, 2011.

SINGER, A. Mídia e democracia no Brasil. **Revista USP**, n. 48, p. 58-67, São Paulo: USP-CCS, 2000.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos* - CEBRAP, São Paulo, n. 85, p. 83-102, 2009.

_____. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, F.N. **O Jornal Nacional e as Eleições Presidenciais: 2002 e 2006**, 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao Vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. 2 ed. Lisboa: Vega Editora, 1999.

_____. Teorias das Notícias: o estudo do Jornalismo no século XX. In: TRAQUINA, N. et al. (Ed.). **O Jornalismo Português em Análise de Casos**, p. 19-92, Lisboa: Caminho, 2001.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e Cultura Moderna – Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

_____. **A Mídia e a Modernidade – Uma Teoria Social da Mídia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____. **O escândalo político, poder e visibilidade na era da mídia**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, F. O escândalo do mensalão: Lula e a estratégia midiática presidencial. In: **I Congresso Anual de Pesquisadores Brasileiros de Comunicação e Política**, Salvador, nov./ dez. 2006.

VIMIEIRO, A.C; DANTAS, M. Entre o implícito e o explícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. In **II Encontro dos Programas de Pós-Graduação Em Comunicação em Minas Gerais**. UFMG, Belo Horizonte, setembro de 2009.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. Tradução Karina Jannini, 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Apêndice A – *Corpus* da pesquisa

Assunto: Relação das matérias que fazem parte do corpus da pesquisa, com as referências de data, título e páginas:

Tabela A.1 - Títulos das matérias publicadas na capa da *Folha* – 1998/1999

Nº	Data	Título
1	08/11/1998	Planalto se vê alvo de duas chantagens
2	09/11/1998	General acha difícil identificar chantagista
3	10/11/1998	ACM critica Maluf, mas descarta ruptura
4	11/11/1998	Empresa citada em chantagem existe
5	11/11/1998	Foto com Michel Temer, ACM, FHC e Celso de Mello (STF)
6	11/11/1998	Collor pediu divulgação, diz senador
7	11/11/1998	Para Mendonça, grampo era usado na Telerj
8	12/11/1998	Procuradoria e PF investigam dossiê
9	12/11/1998	Existência de empresa é verificada pela Kroll
10	12/11/1998	Fax não comprovado cita Motta na CH, J & T
11	13/11/1998	PF convidará presidente para depor
12	13/11/1998	FHC diz que condição de suspeito é inaceitável
13	13/11/1998	Mendonça de Barros entrega a procurador-geral pedido de investigação
14	13/11/1998	Mendonça relata teor de conversas gravadas
15	14/11/1998	FHC diz que acusador 'devia estar na cadeia'
16	14/11/1998	Papel não comprovado cita supostas contas
17	14/11/1998	PF acha remota chance de provar que há conta
18	14/11/1998	Telefone de Terrence leva a músico de NY
19	15/11/1998	BNDES não resiste a escuta de telefones
20	15/11/1998	Brizola afirma que pastor lhe ofereceu dossiê
21	16/11/1998	Grampo no BNDES divide base governista
22	16/11/1998	Imprensa sabia do dossiê, mas foi cautelosa
23	16/11/1998	Caso merece prudência até a apuração
24	17/11/1998	Grampo adia Ministério da Produção
25	17/11/1998	Liderança quer evitar depoimento de ministro
26	17/11/1998	Esmola
27	18/11/1998	Lara quer "um basta" no caso do grampo
28	18/11/1998	Mendonça irá ao Senado para depor amanhã
29	19/11/1998	Mendonça quer acusar responsável por escuta
30	19/11/1998	ACM faz defesa de senadores contra a PF
31	19/11/1998	Brindeiro afirma que dossiê foi falsificado
32	20/11/1998	Mendonça diz que preferia Opportunity
33	20/11/1998	Aliados pedem que ministro deixe o cargo
34	20/11/1998	Caso das fitas vira arma em guerra política
35	21/11/1998	FHC tenta evitar saída imediata de Mendonça
36	22/11/1998	Mendonça defende prática de mercado
37	22/11/1998	Por que demiti-lo?, pergunta FHC
38	23/11/1998	Procuradoria quer anular a venda da Tele Norte Leste

39	24/11/1998	Grampo derruba Mendonça e Lara
40	24/11/1998	FHC mantém criação de Ministério da Produção
41	24/11/1998	Ex-ministro ataca aliados do Planalto
42	24/11/1998	Pivô do caso do dossiê se diz alvo de 'armação'
43	25/11/1998	FHC pede fim das disputas internas
44	25/11/1998	Presidente do BB diz que diretor não sairá
45	26/11/1998	Planalto vai criar pastas para aplacar os aliados
46	27/11/1998	Caio Fábio tornou-se próximo de Collor
47	27/11/1998	Diretor do BB citado em fitas se demite
48	28/11/1998	Delegado que apura dossiê é grampeado
49	29/11/1998	Governo agiu para garantir competição
50	25/05/1999	FHC tomou partido de um dos grupos no leilão da Telebrás
51	26/05/1999	Fita derruba versão do governo sobre interferência em leilão
52	26/05/1999	FHC diz que reportagem da Folha é sensacionalista
53	26/05/1999	Para MP, houve favorecimento
54	27/05/1999	Governistas abafam CPI da privatização
55	28/05/1999	Para FHC, oposição age com leviandade
56	28/05/1999	PF utiliza escuta para investigar grampo
57	29/05/1999	PF fará acareação com general Cardoso
58	30/05/1999	Conheça os bastidores da história do grampo
59	31/05/1999	Dinheiro pública banca 65% da Tele Norte Leste
60	01/06/1999	Para FHC, grampo foi espionagem comercial
61	02/06/1999	TCU deve inocentar 3 no caso da Telebrás
62	03/06/1999	Em SP, 82% querem CPI da Telebrás
63	06/06/1999	Covas defende uma CPI sobre privatização

Tabela A.2 - Títulos do interior da *Folha*, relativos às matérias com chamadas na capa - 1998/1999

Nº	Data	Página	Título
1	08/11/1998	16	Há duas chantagens contra o governo na praça
2	08/11/1998	16	Lula e o PT deram uma lição à turma da baixaria
3	09/11/1998	5	General acha difícil pegar chantagistas
4	09/11/1998	5	Entenda as chantagens
5	10/11/1998	2	Gravações ilegais
6	10/11/1998	4	Suposta trama de Maluf não abala relação PPB-PFL
7	10/11/1998	4	Entenda as suspeitas
8	11/11/1998	2	Conexão Tucana
9	11/11/1998	10	Entenda as suspeitas
10	11/11/1998	10	Collor ofereceu papéis, diz senador
11	11/11/1998	11	Empresa de suposta chantagem existe
12	11/11/1998	11	Conheça os documentos do caso
13	11/11/1998	11	Ministro vê ação do crime organizado
14	12/11/1998	2	Intrigas e democracia
15	12/11/1998	4	Sem conclusões, governo passa investigação à PF

16	12/11/1998	4	As cópias divulgadas pelo governo
17	12/11/1998	6	Cópia de fax liga Motta a empresa no Caribe
18	12/11/1998	6	Os fax
19	12/11/1998	11	Busca confirma a existência de empresa
20	13/11/1998	4	PF investiga suposta conta e vai convidar FHC a depor
21	13/11/1998	5	FHC reage e classifica as suspeitas de 'inaceitáveis'
22	13/11/1998	5	Collor acusa manobra de FHC
23	13/11/1998	6	Ministro relata teor do grampo telefônico
24	13/11/1998	6	Caso do grampo telefônico
25	14/11/1998	4	FHC diz que quem o acusa deveria estar na cadeia
26	14/11/1998	5	Cópias citam supostas contas de tucanos
27	14/11/1998	5	Para entender o caso/Suposta abertura de contas
28	14/11/1998	11	Para PF, chance de provar contas é remota
29	14/11/1998	12	Telefone leva a músico de Nova York
30	15/11/1998	2	Mal-estar no país do boato
31	15/11/1998	9	Pastor tentou intermediar venda de dossiê
32	15/11/1998	9	Gravação mostra intervenção de ministro no leilão das teles
33	16/11/1998	2	Documentos falsos
34	16/11/1998	2	O jornalismo e o dossiê Caribe
35	16/11/1998	6	Grampo no BNDES divide base governista
36	16/11/1998	6	André Lara Resende nega demissão
37	16/11/1998	6	Trechos das conversas grampeadas
38	17/11/1998	2	Telefone transparente
39	17/11/1998	4	Grampo paralisa planos de criar Ministério da Produção
40	17/11/1998	4	Ministro acusa empresário por fitas
41	17/11/1998	6	Ministro só deve depor depois de votações
42	17/11/1998	6	Caso provoca crise no PT
43	18/11/1998	4	Mendonça de Barros deve depor amanhã no Congresso
44	18/11/1998	4	Tucanos assumem defesa de nova pasta
45	18/11/1998	4	Ministro oferece prêmio a informante
46	18/11/1998	6	Para Lara, governo dará 'basta'
47	18/11/1998	6	Grupo diz que seria usado como sparring
48	19/11/1998	2	O poder do BNDES
49	19/11/1998	4	Ministro diz que apontará 'autor' se convocado pela PF
50	19/11/1998	6	Brindeiro diz que "dossiê Caribe" é falso
51	19/11/1998	6	ACM critica diretor da PF no Senado
52	19/11/1998	6	Entenda o caso
53	19/11/1998	6	Brasileiro teria negociado dossiê com Brizola
54	20/11/1998	7	O depoimento
55	20/11/1998	2	Miami, o paraíso das compras
56	20/11/1998	2	Os meios e os fins
57	20/11/1998	4	Explicações de ministro não convencem senadores
58	20/11/1998	4	Perguntas do caso continuam sem resposta
59	20/11/1998	5	Mendonça diz que preferia consórcio do Opportunity
60	20/11/1998	5	Os trechos das conversas e as explicações do ministro

61	20/11/1998	6	Governistas defendem saída de ministro
62	20/11/1998	6	Depoimento fortalece CPI
63	20/11/1998	6	Novos trechos das fitas são revelados
64	20/11/1998	7	Para oposição, renúncia não encerra caso
65	20/11/1998	9	Procuradoria abre inquérito civil público
66	21/11/1998	2	2002 começa, mal
67	21/11/1998	4	Presidente recusa pedido de demissão de ministro
68	21/11/1998	4	As atividades públicas e privadas de...
69	21/11/1998	5	Procuradoria chama Arida e Dantas, do Opportunity
70	21/11/1998	6	Novas teles pagam campanha pró-FHC
71	22/11/1998	14	Mendonça defende posição agressiva
72	23/11/1998	5	Teles privatizadas enfrentam 2º leilão
73	23/11/1998	7	Procuradores querem anular leilão de tele
74	24/11/1998	2	Crime, intrigas e crise
75	24/11/1998	4	Grampo derruba irmãos Mendonça de Barros, André Lara Rezende e Pio Borges
76	24/11/1998	5	Presidente confirma criação do Ministério da Produção
77	24/11/1998	6	Fins comerciais e políticos' forçaram decisão
78	24/11/1998	7	Mendonça sai criticando PFL e PMDB
79	24/11/1998	7	Cronologia da queda
80	24/11/1998	16	Reverendo se diz vitimado por arapuca
81	25/11/1998	2	Encruzilhada da discórdia
82	25/11/1998	4	Presidente diz que governo passa por pior momento
83	25/11/1998	4	Tucanos defendem mudança de rumo na economia
84	25/11/1998	6	FHC defende reforma política urgente
85	25/11/1998	12	Diretor do Banco do Brasil não pediu demissão, diz Ximenez
86	26/11/1998	2	FHC, o PSDB e a produção
87	26/11/1998	6	Empresas da Telemar doam R\$ 3 milhões
88	26/11/1998	8	FHC 'loteia' governo em 3 superministérios
89	26/11/1998	8	PSDB quer Mendonça de Barros de volta
90	26/11/1998	13	Diretor do BB é sócio de corretora desde 89
91	26/11/1998	15	Procuradoria quer ouvir auxiliares de FHC
92	27/11/1998	4	Diretor do BB é o último a sair por causa do grampo
93	27/11/1998	6	Conexões aproximam Caio Fábio a Collor
94	28/11/1998	15	Delegado do dossiê é alvo de grampo
95	30/11/1998	2	Grampo das Seis
96	30/11/1998	11	Jamil Degan nega ser autor do dossiê
97	01/12/1998	5	Banqueiro diz que não precisava do BB para leilão
98	01/12/1998	5	PF está sem verba para investigação
99	25/05/1999	2	Dever de publicar
100	25/05/1999	5	FHC tomou partido de consórcio no leilão das teles, revelam fitas
101	25/05/1999	6	Conheça os eventuais crimes cometidos no megaleilão
102	25/05/1999	6	Conheça os envolvidos no grampo telefônico
103	25/05/1999	7	Três ministros agem para mudar consórcio
104	25/05/1999	8	Saiba como foram obtidas as fitas do grampo no BNDES
105	25/05/1999	16	Opportunity pagaria R\$ 5,1 bilhões

106	25/05/1999	16	BNDES até pensou em burlar edital
107	26/05/1999	4	Mendonça omitiu gestões em favor do Opportunity ao depor em Procuradoria
108	26/05/1999	5	FHC vê 'sensacionalismo' na divulgação de grampo
109	26/05/1999	8	Fita contradiz depoimento de Mendonça
110	26/05/1999	10	Saiba o que revelam as fitas do BNDES
111	26/05/1999	11	Para procurador, houve favorecimento
112	26/05/1999	11	Oposição quer impeachment de FHC
113	27/05/1999	4	Governo barra tentativa da oposição de instalar CPI
114	27/05/1999	6	Malan sugeriu mostrar discurso ao FMI
115	27/05/1999	7	Ministro nega negociação com o Fundo
116	28/05/1999	4	Oposição trata caso com 'leviandade', afirma FHC
117	28/05/1999	6	PF fez escuta de agentes da Casa Militar
118	28/05/1999	6	Os suspeitos do grampo no BNDES
119	29/05/1999	4	PF quer fazer acareação com chefe da Casa Militar
120	29/05/1999	5	Agente acusado afirma ser 'formiguinha'
121	30/05/1999	2	Finalmente vamos desvendar o autor do grampo! Você?
122	30/05/1999	11	A história inacabada do grampo
123	31/05/1999	4	Recursos públicos pagam 65% da Tele Norte Leste
124	01/06/1999	4	Grampo teve objetivos comerciais, diz FHC
125	02/06/1999	4	Relatório do TCU inocenta Mendonça, Resende e Pio
126	03/06/1999	6	Para 58%, FHC agiu mal na privatização

Tabela A.3 - Títulos das matérias publicadas na capa da *Veja* – 1998/1999

Nº	Data	Título
1	18/11/1998	Tucanos na mira/ O que há por trás disso
2	18/11/1998	VEJA ouviu o grampo do BNDES
3	25/11/1998	Fisgado pela boca
4	25/11/1998	Por baixo do pano/ O ministro pediu ao Opportunity que criasse uma ONG para financiar campanha publicitária
5	02/06/1999	FHC sobre o grampo: "É uma canalhice"
6	09/06/1999	O suspeito número 1

Tabela A.4 - Títulos do interior da *Veja*, relativos às matérias com chamadas na capa - 1998/1999

Nº	Data	Página	Título
1	18/11/1998	7	No rumo da apuração
2	18/11/1998	42-51	Fitas, papéis e crise
3	18/11/1998	42-43	Dossiê? Eu?
4	18/11/1998	44-45	Sinais de montagem
5	18/11/1998	46-47	Fitas? Eu? Não ouvi nada
6	18/11/1998	48-49	Quem desconfiou do que leu
7	18/11/1998	52	Manobra pelo forte
8	25/11/1998	7	As fitas e o interesse público

9	25/11/1998	44-49	Um homem acima da Lei
10	25/11/1998	50-53	Uma missão especial
11	25/11/1998	52	Há uma ilegalidade nisso?
12	25/11/1998	54-55	O tropeço de André
13	02/12/1998	40-42	Hora do balão de ensaio
14	02/12/1998	44-46	Bode expiatório berra
15	02/06/1999	36-39	O teste das fitas
16	02/06/1999	40-43	Trama rocambólica
17	02/06/1999	44-45	FHC sobre o grampo: "Foi canalhice"
18	02/06/1999	46	Venda meia-sola
19	09/06/1999	7	O último capítulo
20	09/06/1999	38-43	No ninho dos espiões

Tabela A.5 - Títulos das matérias publicadas na capa da *Folha* – 2005

Nº	Data	Título
1	18/05/2005	Oposição diz já ter nomes para abrir CPI dos Correios
2	21/05/2005	Palocci diz a Renan que CPI pode afetar economia
3	24/05/2005	Governo faz ameaça aos aliados que apóiam CPI
4	24/05/2005	PT responde a FHC e o acusa de ter inveja e ser 'arrogante'
5	27/05/2005	Governo culpa PT por criação de CPI
6	30/05/2005	Lula orienta ministros a controlar CPI sem 'matá-la'
7	02/06/2005	Interpretação de Renan pode ajudar governo a barrar CPI
8	05/06/2005	Datafolha mostra que Lula enfrenta 2º turno
9	06/06/2005	PT dava mensada de R\$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson
10	06/06/2005	Frases
11	07/06/2005	Lula confirma que recebeu denúncia
12	07/06/2005	Perillo e Maia dizem saber da mensada
13	07/06/2005	Para aliados, CPI é fato consumado
14	07/06/2005	Bolsa cai, dólar e risco-país sobem
15	07/06/2005	O que dizem os partidos
16	08/06/2005	Governo aceita CPI e muda estatais
17	08/06/2005	Planalto admite 'sinal amarelo' para reeleição
18	08/06/2005	Jefferson diz poder provar acusações e ameaça com outras
19	08/06/2005	Sob pressão, PT nega afastamento de seu tesoureiro
20	08/06/2005	De combate à corrupção
21	09/06/2005	Senado define nomes e CPI começa hoje
22	09/06/2005	Delúbio diz que PT é vítima de chantagem
23	09/06/2005	Pagamos o preço de buscar apoio, afirma Dirceu
24	09/06/2005	Lula dá 45 dias para projeto de reforma política
25	12/06/2005	Dinheiro do 'mensalão' vinha de empresas e estatais, diz Jefferson
26	12/06/2005	Sem mágica
27	15/06/2005	Jefferson poupa Lula e culpa Dirceu
28	15/06/2005	Frases de Jefferson
29	15/06/2005	Foi um dos dias mais deprimentes da história política

30	15/06/2005	Genro de deputado possui empresa fantasma no Rio
31	17/06/2005	Mensalão' derruba José Dirceu
32	17/06/2005	Nova denúncia não piora avaliação de Lula
33	17/06/2005	Petista vence 2º turno, avalia Datafolha
34	17/06/2005	Indicados do PT demitidos voltam para os Correios
35	17/06/2005	Jefferson omitiu 2 apartamentos da Receita e do TRE
36	18/06/2005	Lula convida Dilma para Casa Civil
37	18/06/2005	PT traça estratégia para preservar Delúbio
38	18/06/2005	Jefferson deixa presidência do PTB e volta a acusar Dirceu
39	18/06/2005	Agências de acusado são suspeitas de compras de notas
40	21/06/2005	Lula confirma Dilma na Casa Civil
41	21/06/2005	CPI começa hoje e ouve funcionários dos Correios
42	24/06/2005	Para presidente, corrupção é pesadelo
43	24/06/2005	Valério nega que pagasse 'mensalão'
44	24/06/2005	Acordo enterra a CPI dos Bingos
45	27/06/2005	Governadores do PMDB resistem a acordo com Lula
46	27/06/2005	Publicitário autorizou saques
47	27/06/2005	Socióloga ligada ao PT vê exagero em golpismo
48	30/06/2005	Furnas faz caixa para PT, diz Jefferson
49	30/06/2005	CPI quebra sigilo de Valério
50	30/06/2005	Planalto anuncia medidas 'velhas' contra corrupção
51	30/06/2005	Líder do PTB diz que pediu dinheiro a petistas
52	03/07/2005	Marcos Valério pagou dívida do PT
53	03/07/2005	Genoíno e Lula em ato político
54	03/07/2005	Fundos contratam dois ex-sócios de Gushiken
55	03/07/2005	Lula contesta hipótese de risco à democracia
56	03/07/2005	PT está catatônico, diz presidente da CPI dos Correios
57	06/07/2005	Valério negociava cargos, diz deputado
58	06/07/2005	Congresso cria CPI para investigar 'mensalão'
59	06/07/2005	PMDB ganha 3 ministérios para ajudar a conter crise
60	06/07/2005	Coaf investiga crédito de R\$ 500 mi de publicitário
61	06/07/2005	Acuado, tesoureiro do PT deixa cúpula do partido
62	09/07/2005	Petista é preso com R\$ 437 mil em notas
63	09/07/2005	Grupo de Dirceu quer manter cargo de Genoíno
64	09/07/2005	Presidente da CUT fica com o Ministério do Trabalho
65	12/07/2005	Firjan dava mesada a petistas, diz auditora
66	12/07/2005	Tarso afirma que, sem PT, país vai virar Colômbia
67	12/07/2005	Para cada mala de dinheiro, milhões de carteiras vazias
68	15/07/2005	Valério pede benefícios para colaborar
69	15/07/2005	Mensageiro da Previ aparece como sacador de R\$ 327 mil
70	15/07/2005	PF busca lista de possíveis recebedores do 'mensalão'
71	18/07/2005	Valério usou Correios para obter crédito
72	18/07/2005	PT só fez o que é feito no Brasil sistematicamente, diz Lula
73	18/07/2005	Mensageiro diz ter pego pacote para diretor do BB
74	21/07/2005	Sócia de Duda sacou de conta de Valério

75	21/07/2005	Delúbio (em três poses)
76	21/07/2005	Delúbio omite nomes de beneficiários de saques
77	21/07/2005	STF bloqueia contas da mulher do publicitário
78	21/07/2005	Caixa 2 do PT teve ao menos 3 empresas
79	21/07/2005	Assessor de deputado do PFL está entre os sacadores
80	21/07/2005	Diretora de agência diz que dava dinheiro a desconhecidos
81	21/07/2005	Ex-mulher do presidente do PL diz que sabia do 'mensalão'
82	24/07/2005	Valério ameaça contar o que sabe
83	24/07/2005	Lula mantém aprovação, mas crise afeta imagem
84	24/07/2005	Ex-diretor diz que Gushiken influenciava fundo BB
85	24/07/2005	Mônica Bergamo revela bastidores de um dia na CPI
86	27/07/2005	Dirceu sabia dos empréstimos, diz mulher de Valério
87	27/07/2005	Lula é político mais honesto do país para 19%, diz Datafolha
88	27/07/2005	Publicitário deu R\$ 1,9 mi para políticos ligados ao PSDB de MG
89	27/07/2005	Debate sobre impeachment é precipitado, diz FHC
90	30/07/2005	Valério pagou a cúpula do PP, diz assessor
91	30/07/2005	Publicitário solicita nova audiência a procurador
92	30/07/2005	Severino faz proposta de 'acordão' para evitar cassações
93	02/08/2005	Valério revela destino de R\$ 56 mi
94	02/08/2005	Presidente do PL renuncia e culpa PT
95	02/08/2005	Publicitário intermediou empréstimo e emprego para ex-mulher de Dirceu
96	02/08/2005	Lula afirma que caixa 2 de Delúbio enterrou PT
97	02/08/2005	Gerente da SMPB Simone Vasconcelos tenta se esconder no banco de trás do carro após depor na PF
98	02/08/2005	Ex-ministro e Jefferson se encontram em depoimento
99	05/08/2005	Jefferson volta atrás e isenta Lula
100	05/08/2005	Empresa acusa ex-assessores de Palocci e José Dirceu
101	05/08/2005	Acordo ameniza investigação de fundos de pensão
102	05/08/2005	Em clima de eleição, Lula se compara a Getúlio Vargas
103	08/08/2005	TSE quer punição mais rígida para crimes eleitorais
104	08/08/2005	Izar quer abrir hoje processo para cassar Dirceu e Mabel
105	08/08/2005	Tesoureiro do PTB contradiz Valério sobre ida a Portugal
106	08/08/2005	Alguns no PT escondem a verdade, diz Mercadante
107	11/08/2005	Senado aproveita crise e eleva mínimo
108	11/08/2005	Okamoto diz não ter prova de que pagou dívida de Lula
109	11/08/2005	CPI suspeita que Rural fraudou documentos
110	11/08/2005	Tarso afirma que PT agia como "ministério sem pasta"
111	11/08/2005	Lista apócrifa de recebedores de Valério tumultua CPI
112	12/08/2005	Campanha do PT foi paga com caixa 2 nas Bahamas, diz Duda
113	12/08/2005	Pela primeira vez, Serra bate Lula no 2º turno
114	12/08/2005	Oposição fala de impeachment, mas com ressalvas
115	12/08/2005	Petistas reagem com lágrimas e indignação
116	12/08/2005	Carona de Valério derruba vice da CPI do Mensalão
117	12/08/2005	Para dom Geraldo, presidente deve se explicar à nação
118	13/08/2005	Fui traído e estou indignado, diz Lula

119	13/08/2005	Telespectadores vêem em várias TVs pronunciamento
120	13/08/2005	Tarso Genro classifica discurso de insuficiente
121	13/08/2005	Oposição diz que presidente deveria falar quem o traiu
122	13/08/2005	Faltou coragem para afirmar 'eu peço desculpas'
123	13/08/2005	PT pagou por apoio e Lula sabia, afirma Costa Neto
124	13/08/2005	Severino diz que não há razão para impeachment
125	14/08/2005	PF investiga contas de Duda no exterior
126	14/08/2005	Personalidades não enxergam razão para o impeachment
127	14/08/2005	Crise começou quando o PT renegou tudo o que defendera
128	17/08/2005	Doleiro diz que trabalhou para petistas
129	17/08/2005	Cara-pintada a favor
130	17/08/2005	PT derrota Tarso e rejeita processo contra sete deputados
131	17/08/2005	Tesoureiro do PTB diz que Valério dizia ser 'do PT'
132	17/08/2005	Em meio à crise, governo libera R\$ 1 bi do Orçamento
133	17/08/2005	Sarney defende Lula; d. Claudio vê reeleição mais distante
134	20/08/2005	Presidente se nega a fazer mudança no ministério
135	20/08/2005	Campanha de Lula recebeu dos bingos, afirma Buratti
136	20/08/2005	Dirceu acusa Tarso de tentar a divisão do PT
137	20/08/2005	Valério entra na Justiça para cobrar empréstimos do PT
138	23/08/2005	Dirceu quer que STF suste processo de cassação na Câmara
139	23/08/2005	Estado transportou doleiro para CPI sem autorização de juiz
140	26/08/2005	Lula diz que não imitará Getúlio, Jânio nem Jango
141	26/08/2005	Lula e Buratti, lado-a-lado, numa composição
142	26/08/2005	CPI quebra sigilo de Duda e de mais 7 fundos de pensão
143	26/08/2005	Esquema nos Correios tinha 4 empresas, diz Marinho
144	29/08/2005	Conselho de Ética não vê provas de mensalão
145	01/09/2005	PF vai indiciar Genoino, Duda, Delúbio e Valério
146	01/09/2005	Governo de Bahamas vê operações "atípicas" de marqueteiro no país
147	02/09/2005	Aprovado por 14 a 0 pedido de cassação de Jefferson
148	04/09/2005	Liminar impede expulsão de Delúbio
149	07/09/2005	Delúbio telefonou 121 vezes para o Planalto
150	10/09/2005	Outro deputado do PL vai renunciar
151	13/09/2005	100 dias de crise
152	13/09/2005	Oposição desiste de boicotar Severino, mas pede cassação
153	13/09/2005	Deputado do PL-RJ é o 2º a renunciar para não ser cassado
154	15/09/2005	Roberto Jefferson é cassado
155	15/09/2005	STF concede a seis petistas liminar que pára cassação
156	16/09/2005	Câmara dá mais prazo a acusados do mensalão
157	16/09/2005	Jefferson recorre ao STF e requer aposentadoria
158	19/09/2005	Alencastro teme onda reacionária
159	22/09/2005	Parlamentares se agridem e trocam insultos em CPI
160	22/09/2005	Dantas aponta interferência do governo em tele
161	22/09/2005	Mais de 50% não confiam em Lula, diz pesquisa
162	22/09/2005	CPI dos Correios encontra prejuízo de R\$ 9 mi em negócios feitos com fundos de pensão

163	25/09/2005	PT vai pagar por caixa 2, diz Dirceu
164	25/09/2005	Receita Federal vai investigar 4 partidos
165	28/09/2005	Receita Federal vê indícios de sonegação por sete políticos
166	01/10/2005	Troca-troca devolve maior bancada ao PT
167	04/10/2005	Para Lula, existem dificuldades para apurar denúncias
168	04/10/2005	Executiva do PT nega que soubesse do uso de caixa 2
169	07/10/2005	Mesa Diretora deve aprontar ação contra 13 deputados
170	13/10/2005	FHC adota linha antidemocrática, afirma ministro
171	16/10/2005	Procuradoria suspeita da ação de fundos
172	19/10/2005	Relator vê evidências para cassar Dirceu
173	22/10/2005	Dirceu ataca relatório que recomenda sua cassação
174	22/10/2005	Delúbio cogita deixar PT, mas desiste e pode ser expulso
175	22/10/2005	Azeredo pagou dívida usando um cheque de Marcos Valério
176	25/10/2005	PSDB discute afastar Azeredo
177	28/10/2005	Em acareação, oposição fala em impeachment
178	28/10/2005	STF anula aprovação de relatório contra Dirceu
179	28/10/2005	O dinheiro que encolheu
180	28/10/2005	Governo sofre pressão de ex-tesoureiro e de Valério
181	28/10/2005	Berzoini ataca Bornhausen e nega incentivo do PT a cartaz
182	31/10/2005	Lula planeja 'guerra' caso oposição use nova suspeita
183	31/10/2005	Políticos temem quebra de sigilo de fornecedores
184	03/11/2005	Para Caetano, governo de Lula é 'inoportuno'
185	03/11/2005	3 deputados afirmam ter sido vítimas de grampo
186	06/11/2005	Palocci usou jatinho ligado ao 'caso Cuba'
187	06/11/2005	Na Argentina, Lula chama de "denuncismo vazio" caso BB
188	08/11/2005	Lula defende Dirceu e condena caixa 2

Tabela A.6 - Títulos do interior da *Folha*, relativos às matérias com chamadas na capa - 2005

Nº	Data	Página	Título
1	15/05/2005	4	Ministro afasta diretor dos Correios
2	18/05/2005	2	Correio
3	18/05/2005	4	Oposição diz ter apoio para CPI e deixa governo acuado
4	18/05/2005	4	Esquerda do PT endossa comissão
5	18/05/2005	6	Jefferson apoia CPI e deixa ônus para o governo
6	18/05/2005	6	Deputado diz que não é mais troglodita
7	18/05/2005	7	Solidário a Jefferson, Lula elogia 'parceria'
8	18/05/2005	7	Procuradoria vai investigar suposta propina
9	18/05/2005	8	Empresa de amigo de Lula é citada em vídeo
10	21/05/2005	4	Palocci teme que CPI contamine economia
11	21/05/2005	6	PSDB e PFL já disputam relatoria da CPI
12	21/05/2005	6	Firma do caso Vampiro foi sondada por Correios
13	24/05/2005	2	A oportunidade da CPI
14	24/05/2005	4	Governo ameaça retaliar, mas adesão à CPI aumenta
15	24/05/2005	4	Aldo relembra golpe e diz que há um "clima de 54" contra o governo

16	24/05/2005	6	Lula critica PT e diz que vai para ofensiva
17	24/05/2005	9	Em notas, PT e PSDB sobem o tom de ataques
18	24/05/2005	9	PSDB não quer uma CPI do país, diz FHC
19	27/05/2005	2	Álbum de memórias
20	27/05/2005	4	Lula faz mea-culpa e atribui derrota na CPI a PT e PC do B
21	27/05/2005	4	Governo vive drama e exhibe trapalhadas
22	27/05/2005	5	Rebelde tem de trocar de partido, diz Dirceu
23	27/05/2005	5	Governo pode 'desmoronar', diz Garotinho
24	27/05/2005	6	Governo privilegia PMDB e PT com verbas
25	30/05/2005	2	Disputa pelo controle
26	30/05/2005	4	Lula desiste de tentar barrar CPI e quer negociar relatoria
27	30/05/2005	4	Em nota, Correios e Furnas negam ter beneficiado empresas em licitações
28	02/06/2005	4	Renan joga com Planalto e facilita operação abafa-CPI
29	05/06/2005	2	Avaliação em queda
30	05/06/2005	4	Hoje, Lula disputaria 2º turno contra Serra, FHC ou Alckmin
31	05/06/2005	5	Para 59%, Lula não defende mais as idéias que o elegeram
32	05/06/2005	10	Aprovação a Lula cai 10 pontos em 5 meses
33	05/06/2005	17	65% acham que Lula é corrupto
34	05/06/2005	20	ABC da corrupção
35	06/06/2005	4	Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT
36	06/06/2005	5	Contei a Lula do 'mensalão', diz deputado
37	06/06/2005	5	Delúbio Soares tem pretensão eleitoral
38	06/06/2005	6	Sim, eu preciso da CPI, eu errei', diz Jefferson
39	06/06/2005	6	A ligação Jefferson-Delúbio
40	07/06/2005	2	O 'Mensalão'
41	07/06/2005	4	No rastro (Painel)
42	07/06/2005	4	Tenso, Lula toma café forte e fuma duas cigarilhas
43	07/06/2005	5	Acusações não envolvem o governo, mas o PT, diz Aldo
44	07/06/2005	6	Câmara arquivou denúncia sobre mesada
45	07/06/2005	6	Miro diz que Jefferson relatou corrupção em ministério
46	07/06/2005	6	A pré-história do 'mensalão'
47	07/06/2005	6	Contei a Lula sobre bônus', diz Perillo
48	07/06/2005	7	Ciro confirma ter ouvido relato de Jefferson
49	07/06/2005	7	O 'Mensalão' segundo Roberto Jefferson
50	07/06/2005	7	Mercadante diz que Lula sabia do caso
51	07/06/2005	8	PT blinda Delúbio, que não dá entrevista
52	07/06/2005	9	CPI é agora fato consumado, dizem aliados
53	07/06/2005	9	Oposição convida 30 envolvidos para depoimento
54	07/06/2005	10	Presidente do PL ameaça processar Jefferson
55	07/06/2005	12	Tucanos pedem moderação e evitam citar impeachment
56	08/06/2005	2	A política como negócio
57	08/06/2005	4	Acuado, governo busca abafar crise
58	08/06/2005	5	Lula afirma que, se preciso, vai cortar na própria carne
59	08/06/2005	6	Jefferson ameaça fazer mais denúncias
60	08/06/2005	8	PT resiste à pressão e mantém Delúbio

61	08/06/2005	10	Planalto admite 'sinal amarelo' para reeleição
62	08/06/2005	10	Perguntas sem respostas
63	08/06/2005	11	PT recua e decide apoiar CPI dos Correios
64	08/06/2005	14	Palocci afasta cúpula do IRB; Lisboa vai privatizar estatal
65	08/06/2005	14	Pressionada, toda a diretoria dos Correios decide pedir demissão
66	08/06/2005	B6	Bolsa cai 5% em dois dias de crise política
67	09/06/2005	2	Das palavras à prática
68	09/06/2005	4	Delúbio nega compra de deputados e vê chantagem
69	09/06/2005	6	Governo indica nomes e CPI será instalada hoje
70	09/06/2005	6	Senado tem assinaturas para CPI do 'Mensalão'
71	09/06/2005	7	Câmara inicia processo para cassar Jefferson
72	09/06/2005	8	Lula propõe reforma política
73	09/06/2005	9	Lula paga preço para ter maioria, diz Dirceu
74	12/06/2005	2	Adeus às ilusões
75	12/06/2005	4	Homem de Delúbio carregava mesada na mala, diz Jefferson
76	12/06/2005	5	Não tenho fitas, vou relatar fatos que vivi'
77	12/06/2005	6	Se fizerem algo comigo, cai a República'
78	12/06/2005	16	Janene nega acusação e chama petebista de "louco" e "canalha"
79	15/06/2005	2	Denúncias de Jefferson
80	15/06/2005	4	Acusadores e acusados lavaram-se na sujeira
81	15/06/2005	5	Planalto avalia que PT e Dirceu perderam
82	15/06/2005	5	Casa Civil nega saída de Dirceu; governo não comenta
83	15/06/2005	6	Se Dirceu não sair, vai fazer Lula virar réu, diz Jefferson
84	15/06/2005	6	Petebista diz que imprensa 'julga e pune'
85	15/06/2005	7	Petebista sugere que dinheiro do PT era lavado por doleiros
86	15/06/2005	8	Jefferson diz que Valdemar é beneficiado por mesada
87	15/06/2005	8	Deputados desqualificam depoimento
88	15/06/2005	8	Fragilidades do depoimento
89	15/06/2005	9	Mabel trava duelo nervoso com Jefferson sobre cargos
90	15/06/2005	10	Genoíno nega repasse de R\$ 4 mi ao PTB
91	15/06/2005	11	Ex-secretária de Valério cita malas de dinheiro
92	15/06/2005	12	Oposicionistas exigem que Dirceu explique acusações
93	15/06/2005	13	Genro de Jefferson tem empresa fantasma
94	17/06/2005	2	A queda de Dirceu
95	17/06/2005	5	Combaterei quem quer desestabilizar Lula'
96	17/06/2005	6	Oposição aplaude demissão, mas acha pouco
97	17/06/2005	6	Presidente escreve carta a ministro
98	17/06/2005	11	Indicados do PT demitidos voltam a cargos nos Correios
99	17/06/2005	12	Lula seria reeleito hoje, apesar da crise
100	17/06/2005	16	Jefferson omitiu imóveis em declaração de bens ao TER
101	18/06/2005	2	O "novo" governo
102	18/06/2005	4	Dilma aceita convite de Lula para substituir José Dirceu
103	18/06/2005	6	Dirceu chama petistas para defender governo
104	18/06/2005	6	Cúpula do PT se recusa a afastar Delúbio
105	18/06/2005	8	Jefferson ataca, chora e deixa direção do PTB

106	18/06/2005	16	Valério é suspeito de comprar notas frias
107	21/06/2005	2	Fantasia conspiratória
108	21/06/2005	4	Lula confirma Dilma para a vaga de Dirceu na Casa Civil
109	21/06/2005	8	Conselho de Ética ouvirá hoje dois deputados citados por petebista
110	21/06/2005	9	Oposição quer ligar Correios a mesada na CPI
111	24/06/2005	2	Agressões perigosas
112	24/06/2005	5	Na TV, Lula diz que corrupção é 'pesadelo'
113	24/06/2005	5	Se tem governo implacável no combate à corrupção, é o meu'
114	24/06/2005	7	Valério rompe silêncio e nega acusações
115	24/06/2005	9	Oposição quer agora enterrar CPI dos Bingos
116	27/06/2005	2	Nos braços do PMDB
117	27/06/2005	4	Marcos Valério mandou fazer saques em banco, diz Coaf
118	27/06/2005	5	Valério omite R\$ 1 mi da Receita Federal
119	27/06/2005	5	Quarto de hotel é 'caixa' da mesada
120	27/06/2005	9	Ala do PMDB rejeita mais espaço no governo
121	27/06/2005	9	Lula afirma que Dirceu e Delúbio o decepcionaram
122	30/06/2005	2	A cada dia mais grave
123	30/06/2005	4	Caixa dois de Furnas engorda propinas do PT, diz Jefferson
124	30/06/2005	6	CPI aprova quebra de sigilos de Valério
125	30/06/2005	10	Jefferson pediu R\$ 4 mi ao PT, diz Múcio
126	30/06/2005	13	Lula lança pacote anticorrupção 'velho'
127	03/07/2005	2	Teatro sombrio
128	03/07/2005	4	Lula afirma que corrupção é 'desgraça' e nega retrocesso
129	03/07/2005	5	Marcos Valério pagou dívida do PT em 2004
130	03/07/2005	11	As elites conspiram, mas a favor de Lula
131	03/07/2005	12	Fundos de pensão contratam antigos sócios de Gushiken
132	03/07/2005	16	É erro desqualificar Jefferson, diz Delcídio
133	06/07/2005	2	Realizar prejuízos
134	06/07/2005	4	Valério negociava cargos no governo, diz líder do PMDB
135	06/07/2005	5	Lula cede Saúde e dá 3 pastas para PMDB
136	06/07/2005	7	Delúbio cede a pressões e se afasta do PT
137	06/07/2005	8	Valério e sócios movimentaram R\$ 836 mi
138	06/07/2005	10	Congresso aprova criação da CPI mista do Mensalão
139	09/07/2005	4	PF detém assessor do PT com US\$ 100 mil na cueca
140	09/07/2005	6	Prisão de petista parece pesadelo, diz Lula
141	09/07/2005	6	PT adia decisão a respeito de Genoio
142	09/07/2005	7	Irmão de Genoio diz que prisão 'cheira mal'
143	09/07/2005	8	Líder da CUT vira ministro do Trabalho
144	12/07/2005	2	Danos irreversíveis
145	12/07/2005	6	Tarso vê risco de 'colombinização' do país
146	12/07/2005	7	Fiscal presa acusa Dirceu de receber propina da Firjan
147	12/07/2005	E8	Malas de dinheiro
148	15/07/2005	2	CPIs separadas
149	15/07/2005	4	PF busca Banco Rural lista de beneficiários de 'mensalão'
150	15/07/2005	5	Valério propõe colaborar para ter 'proteção'

151	15/07/2005	8	Auxiliar da Previ está entre sacadores da DNA
152	18/07/2005	2	O papel da Justiça
153	18/07/2005	4	Conta dos Correios serve de garantia a empréstimos ao PT
154	18/07/2005	4	Contrato com os Correios
155	18/07/2005	6	Lula exige governo e cobra PT por erros
156	18/07/2005	6	Lula e o PT
157	18/07/2005	7	Petista recebeu R\$ 326 mil de mensageiro
158	18/07/2005	8	Já sabiam do 'mensalão' desde 2003, diz Serra
159	21/07/2005	2	Escárnio à nação
160	21/07/2005	4	Saques mostrados na quebra de sigilo
161	21/07/2005	5	Sócia de Duda sacou R\$ 250 mil da SMPB
162	21/07/2005	5	Saques apontam elo de Valério com tucano e pefelista
163	21/07/2005	6	Entregava dinheiro a estranhos, diz diretora
164	21/07/2005	6	STF impede saque de mulher de Valério
165	21/07/2005	7	Caixa 2 do PT recebeu R\$ 48 mi de empresas
166	21/07/2005	8	Maria Christina liga Valdemar a 'mensalão' e fala em 'várias malas'
167	21/07/2005	10	Delúbio se nega a falar nome de sacadores
168	24/07/2005	2	A 'Lavabrás'
169	24/07/2005	2	A imagem de Lula
170	24/07/2005	4	Crise abala PT, Congresso, governo e já atinge Lula
171	24/07/2005	6	Lula é visto como honesto por 62%, mas perde 11 pontos
172	24/07/2005	8	E se Lula não disputar?
173	24/07/2005	10	Marcos Valério ameaça revelar esquema
174	24/07/2005	12	48 dias de desmentidos declarações
175	24/07/2005	E2	Cavernas, catacumbas e CPI
176	27/07/2005	2	O conteúdo das caixas
177	27/07/2005	4	Mulher de Valério diz que Dirceu sabia de empréstimo
178	27/07/2005	5	Valério temia perder contratos, diz Renilda
179	27/07/2005	6	Dirceu nega conversas sobre empréstimos
180	27/07/2005	10	Campanha tucana de 98 já recebia recursos via SMPB
181	27/07/2005	10	Contrato extinto serve de garantia
182	27/07/2005	11	Nunca acusei Lula de nada, diz FHC
183	27/07/2005	11	Para 49% da população, não existe político honesto
184	30/07/2005	2	O partido da economia
185	30/07/2005	4	Assessor confirma saques e envio de malas para o PP
186	30/07/2005	8	Severino articulou acordo anticassação
187	30/07/2005	8	Valério quer nova audiência com procurador-geral
188	02/08/2005	4	Crise derruba 1º deputado; Valdemar, do PL, renuncia
189	02/08/2005	4	Fui induzido ao erro, diz deputado
190	02/08/2005	6	Cinco petistas devem renunciar em bloco
191	02/08/2005	9	Lista relaciona 31 beneficiários de R\$ 56 mi
192	02/08/2005	10	Delúbio derrubou o PT, diz Lula em evento
193	02/08/2005	12	Dirceu testemunha e enfrenta acusador
194	02/08/2005	12	O que pesa sobre Dirceu
195	02/08/2005	13	Valério empregou ex-mulher de Dirceu

196	02/08/2005	15	Ação de ex-tesoureiro indica caixa 2 em campanha tucana
197	05/08/2005	2	Conexão portuguesa
198	05/08/2005	2	O mundo fantástico de Lula
199	05/08/2005	4	Jefferson recua, inocenta Lula e volta a culpar Dirceu
200	05/08/2005	5	Em nota, Mexia omite credenciais de Valério
201	05/08/2005	5	Teia de versões
202	05/08/2005	6	Jefferson envolve Gushiken no 'mensalão'
203	05/08/2005	7	CPI evita quebrar sigilos de fundos de pensão
204	05/08/2005	10	Lula evoca Getúlio Vargas e critica elites de novo
205	08/08/2005	2	A CPI tem de avançar
206	08/08/2005	4	Presidente do TSE quer punição mais rigorosa contra caixa 2
207	08/08/2005	5	Tesoureiro do PTB contesta versão de Valério
208	08/08/2005	5	Esquema entre banco português e PT envolve empreiteira, acusa Jefferson
209	08/08/2005	7	Conselho quer abrir já ação para cassar Dirceu
210	08/08/2005	12	Sinto que algumas pessoas não estão dizendo a verdade'
211	11/08/2005	2	Conexão tucana
212	11/08/2005	4	Okamoto diz não ter prova de que pagou dívida de Lula
213	11/08/2005	4	Calendário de uma suspeita
214	11/08/2005	5	CPI suspeita de versão e quer quebrar sigilos de Okamoto
215	11/08/2005	6	Lista apócrifa causa guerra entre PSDB e petistas na CPI
216	11/08/2005	7	PSDB acusa PT de fraudar documentos
217	11/08/2005	7	Valério diz que Azeredo sabia do empréstimo
218	11/08/2005	8	Câmara instala processo para cassar Dirceu
219	11/08/2005	8	Perícia levanta suspeitas sobre Rural
220	11/08/2005	10	PT era um ministério sem pasta, diz Tarso
221	11/08/2005	B1	Senado surpreende e eleva mínimo a R\$ 384
222	12/08/2005	2	A derrocada
223	12/08/2005	4	63% descartam, mas 29% defendem o impeachment
224	12/08/2005	5	Apoio a Lula cai; Serra ganharia eleição
225	12/08/2005	6	Duda diz que caixa 2 pagou campanha do PT
226	12/08/2005	9	PT reage com lágrimas na Câmara e fala em traição
227	12/08/2005	11	Duda implica Lula e Alencar, vê PFL
228	12/08/2005	12	Valério volta a CPI e diz que Duda mente
229	12/08/2005	14	Presidente da CNBB cobra explicação de Lula
230	13/08/2005	2	O discurso de Lula
231	13/08/2005	2	A desculpa que faltou
232	13/08/2005	4	O PT e o governo, onde errou, devem desculpas, afirma Lula
233	13/08/2005	4	O que Lula não respondeu
234	13/08/2005	6	Contra impeachment, Severino vê Lula 'sério'
235	13/08/2005	7	Para Tarso, pronunciamento é 'insuficiente'
236	13/08/2005	9	Oposição discutirá impeachment de Lula
237	13/08/2005	15	Lula sabia de pagamento ao PL, diz Valdemar
238	14/08/2005	2	O vazio do PT
239	14/08/2005	4	Polícia investiga contas mais antigas de Duda no exterior
240	14/08/2005	7	Criadores da crise

241	14/08/2005	8	Impeachment é debatido, mas não apoiado
242	14/08/2005	9	Maioria vê Congresso sem condição para afastar Lula
243	14/08/2005	10	Impeachment constitui processo político
244	14/08/2005	12	As piores desculpas do 'mensalão'
245	17/08/2005	6	Doleiro envolve ministro e presidente do BC
246	17/08/2005	6	O doleiro e o PT
247	17/08/2005	7	PT rejeita processo interno contra deputados
248	17/08/2005	8	Para arcebispo de São Paulo, crise dificulta reeleição de presidente
249	17/08/2005	8	Sarney defende Lula, culpa o PT e propõe fim da reeleição para 2010
250	17/08/2005	9	Dez mil saem às ruas por Lula em Brasília
251	17/08/2005	12	Valério usou PT como credencial, diz Palmieri
252	17/08/2005	14	Governo libera R\$ 1 bilhão para gastos nos ministérios
253	20/08/2005	2	Proposta estapafúrdia
254	20/08/2005	4	Buratti diz que bingos financiaram Lula
255	20/08/2005	10	Lula avalia que governo 'acaba' sem Palocci
256	20/08/2005	19	Dirceu reage e acusa Tarso de dividir o PT
257	20/08/2005	19	Valério cobra R\$ 93 milhões do PT
258	23/08/2005	10	Acusações são 'delirantes', diz Dirceu
259	23/08/2005	11	Doleiro saiu de presídio para depor sem autorização de juiz
260	26/08/2005	8	Lula recorre à história para dizer que fica
261	26/08/2005	8	Presidente se mira na 'paciência de JK'
262	26/08/2005	9	Lula repudia ação do Ministério Público
263	26/08/2005	13	CPI poupa amigo de Lula, mas não Duda
264	26/08/2005	14	Marinho aponta empresas de rede de propinas
265	29/08/2005	2	Má fiscalização
266	29/08/2005	4	Para presidente do Conselho de Ética, 'tese do mensalão' cairá
267	29/08/2005	4	Mensalão na Sapucaí
268	01/09/2005	2	Trégua nas CPIs
269	01/09/2005	4	CPIs confirmam 'mensalão' e sugerem cassar 18 deputados
270	01/09/2005	5	PF indiciará Delúbio, Duda, Genoíno e Marcos Valério
271	01/09/2005	7	Bahamas vêem 'operações atípicas' de Duda
272	02/09/2005	2	O primeiro da fila
273	02/09/2005	4	CPIs aprovam pedido de cassação de 18 deputados
274	02/09/2005	6	Texto se apoia em Jefferson para citar Dirceu
275	02/09/2005	6	Dirceu cobra provas, avisa que não tem medo e reafirma recurso ao STF
276	02/09/2005	6	Petistas citados criticam relatório e dizem que vão provar inocência
277	02/09/2005	10	Conselho aprova relatório que pune Jefferson
278	04/09/2005	2	A cassação de Dirceu
279	04/09/2005	18	Delúbio consegue liminar e barra expulsão
280	07/09/2005	2	Fuga partidária
281	07/09/2005	6	Delúbio ligou 37 vezes para gabinete de Dirceu
282	10/09/2005	17	Carlos Rodrigues deve ser o segundo do PL a renunciar
283	13/09/2005	7	Oposição recua e votará cassação de Jefferson
284	13/09/2005	8	Deputado do PL renuncia e evita cassação
285	13/09/2005	10	100 dias de crise

286	15/09/2005	2	Direito à transparência
287	15/09/2005	4	Câmara cassa Jefferson; cheque complica Severino
288	15/09/2005	4	Saio de cabeça erguida, diz cassado
289	15/09/2005	6	Corrupção vem do Executivo, diz Jefferson
290	15/09/2005	6	Organizações Globo são criticadas pelo deputado
291	15/09/2005	6	O Globo' e BNDES contestam dados
292	15/09/2005	6	A trajetória de Jefferson
293	15/09/2005	8	STF dá liminar e pára processo contra petistas
294	15/09/2005	5	Dirceu pede a extensão da decisão do Supremo ao processo contra ele
295	15/09/2005	9	Oposição vê interferência do Judiciário
296	16/09/2005	2	Apenas o começo
297	16/09/2005	4	Decisão de Jobim leva Mesa a adiar ação contra deputados
298	16/09/2005	5	Jefferson vai ao STF, mas pede aposentadoria
299	16/09/2005	6	Liminar é constitucional, defende Jobim
300	16/09/2005	6	Velloso estende decisão a Dirceu e impede abertura de novo processo
301	19/09/2005	2	Arremesso de pizza
302	19/09/2005	13	Falência de governo Lula pode trazer uma 'onda reacionária'
303	22/09/2005	2	Entrevista com o bandido
304	22/09/2005	10	PT e oposição parte para briga na sessão conjunta
305	22/09/2005	10	Governo interferia em fundos, diz Dantas
306	22/09/2005	11	CPI aponta prejuízo de R\$ 9 mi em fundos
307	22/09/2005	13	Desaprovação a Lula atinge 49%, diz Ibope
308	25/09/2005	2	Momento importante
309	25/09/2005	4	Receita apura caixa 2 pelos partidos do 'mensalão'
310	25/09/2005	6	Filósofo da USP apóia Chauí e diz que midia não admite diferença
311	25/09/2005	8	Lula também é responsável, afirma Dirceu
312	25/09/2005	9	É o momento mais difícil da minha vida'
313	28/09/2005	2	Mais do mesmo
314	28/09/2005	13	Cinco deputados são suspeitos de sonegação
315	28/09/2005	13	Parlamentares citam empréstimos e venda de bens para justificar recursos
316	01/10/2005	4	PMDB encolhe na Câmara e PT volta a ter maior bancada
317	04/10/2005	2	Reinações de Delúbio
318	04/10/2005	4	Lula critica 'denuncismo' e diz que reeleição se constrói
319	04/10/2005	5	Renan critica CPIs e pede conclusões
320	04/10/2005	7	Direção do PT reage a Silvio e nega caixa 2
321	04/10/2005	8	Após Delcídio, Cardoso vê indícios de que dinheiro do PT veio do exterior
322	07/10/2005	2	Avançam os processos
323	07/10/2005	6	Mesa deve abrir ação contra 13 deputados
324	13/10/2005	2	Pizza
325	13/10/2005	8	Para Dulci, FHC exarcebou crise política
326	16/10/2005	2	Caixa dois não anistia
327	16/10/2005	2	Em caso de CPI, quebre o vidro
328	16/10/2005	4	TCU investiga ação suspeita de grandes fundos estatais
329	16/10/2005	7	Lula vê crise no fim e já prepara campanha
330	16/10/2005	8	Crise está longe do fim, dizem especialistas

331	19/10/2005	2	Corrupção sob medida
332	19/10/2005	4	Relator propõe cassar Dirceu por 'evidências irrefutáveis'
333	19/10/2005	5	Relatório é produto de 'má-fé', ataca Dirceu
334	22/10/2005	4	Delúbio não evita julgamento e desiste de pedir desfiliação
335	22/10/2005	4	Promotor apura ligação entre Delúbio e tucano
336	22/10/2005	5	Relator deturpou depoimentos, diz Dirceu
337	22/10/2005	6	Dirceu usa tese para rebater fato, diz Delgado
338	22/10/2005	14	Cheque de Valério pagou dívida de Azeredo
339	25/10/2005	2	Congresso reprovado
340	25/10/2005	4	Cúpula do PSDB discute afastamento de Azeredo
341	28/10/2005	4	STF obriga conselho a votar de novo relatório contra Dirceu
342	28/10/2005	5	Para Dirceu, STF fez 'advertência' à Câmara
343	28/10/2005	7	Governo é pressionado por Valério e Delúbio
344	28/10/2005	8	Oposição cobra impeachment de Lula em acareação
345	28/10/2005	5	Delúbio insinua que mais envolvidos surgirão e que caixa 2 era conhecido
346	28/10/2005	10	PSDB protocola pedido de criação de CPI
347	31/10/2005	2	Finalmente, a origem
348	31/10/2005	4	Planalto esboça plano para "guerra" contra oposição
349	31/10/2005	4	Operação Cuba
350	31/10/2005	6	Oposição quer que CPI apure remessa de Cuba
351	03/11/2005	2	Lula x mídia
352	03/11/2005	4	Mais 3 que apuram 'mensalão' dizem ser vítimas de grampo
353	03/11/2005	E4	Caetano vê "inoportunidade" em Lula
354	06/11/2005	2	O nome do jogo
355	06/11/2005	4	Palocci viajou em jatinho emprestado por empresário
356	06/11/2005	6	O caso Cuba
357	06/11/2005	10	Caso BB é "denuncismo vazio", diz Lula
358	06/11/2005	10	"Eu não sabia"
359	08/11/2005	2	Doa a quem doar?
360	08/11/2005	6	Lula admite ter responsabilidade na crise
361	08/11/2005	7	"Reeleição não mexe com minha cabeça"
362	08/11/2005	7	Mesmo frágil e vago, Lula nada perde

Tabela A.7 - Títulos das matérias publicadas na capa da *Veja* – 2005

Nº	Data	Título
1	18/05/2005	Exclusivo: o vídeo da corrupção em Brasília
2	25/05/2005	Corruptos/Estamos perdendo a guerra contra essa praga
3	01/06/2005	O homem-bomba
4	08/06/2005	A fita da "mesada"
5	15/06/2005	Quem mais?
6	22/06/2005	Tem conserto?
7	29/06/2005	O grande erro
8	29/06/2005	Banco Central detectou saques milionários de Valério, amigo de Delúbio
9	06/07/2005	O elo se fecha

10	06/07/2005	PT, PSDB/Os encontros a portas fechadas
11	06/07/2005	O painel dos 50 cargos mais cobiçados pelos políticos
12	06/07/2005	Estabilidade/Por que a crise não afeta a economia
13	13/07/2005	Ele sabia?
14	13/07/2005	Flagrante no aeroporto
15	20/07/2005	Mensalão/Quando e como Lula foi alertado
16	20/07/2005	O 'mesadão' do PT: Valério ganhava contratos do governo e retribuía com depósitos para os petistas
17	27/07/2005	A chantagem/200 milhões para ficar calado
18	03/08/2005	O risco Dirceu
19	10/08/2005	Lulla
20	10/08/2005	O diário da crise/Os 100 fatos e as mentiras mais absurdas ditas para esconder a corrupção
21	17/08/2005	A luta de Lula contra o impeachment
22	17/08/2005	Duda Mendonça diz que a campanha de 2002 foi paga com dinheiro sujo
23	17/08/2005	Preso, Toninho Barcelona, doleiro do PT, quer contar tudo na CPI
24	17/08/2005	Hélio Bicudo: "Lula é mestre em esconder a sujeita debaixo do tapete"
25	24/08/2005	O doleiro Toninho Barcelona diz a VEJA que o PT, na campanha de Lula, trocava até 50 000 dólares por dia
26	31/08/2005	Político artificial/O Brasil tem as campanhas eleitorais mais caras do mundo. Isso torna a corrupção inevitável e ajuda a eleger nulidades
27	14/09/2005	Mais forte que a crise
28	21/09/2005	PT... Era vidro e se quebrou/a história de uma tragédia política
29	12/10/2005	Os negócios de Vavá/Irmão de Lula faz lobby na Petrobrás, na Caixa e até no Planalto
30	02/11/2005	Os dólares de Cuba para a campanha de Lula
31	02/11/2005	Como Valério quase arrancou 1 bilhão de reais do Banco Central
32	09/11/2005	VEJA entrevistou o piloto do Seneca que transportou os dólares de Cuba

Tabela A.8 - Títulos do interior da *Veja*, relativos às matérias com chamadas na capa - 2005

Nº	Data	Página	Título
1	18/05/2005	54-61	O homem-chave do PTB
2	18/05/2005	54-61	A Democracia Interna
3	25/05/2005	9	Um câncer da alma do país
4	25/05/2005	38	Diga-me com quem anda...
5	25/05/2005	40-43	Mesada de 400 000 reais para o PTB
6	25/05/2005	44-45	A maior crise de Lula
7	25/05/2005	46-53	Temporada de caça aos ratos
8	01/06/2005	7	Nem golpe nem conspiração
9	01/06/2005	48-51	O que será que ele sabe?
10	01/06/2005	52-54	O líder por testemunha
11	01/06/2005	56-59	A estranha sociedade
12	08/06/2005	130-131	Uma mentira contada na PF
13	15/06/2005	9	Uma nova chance
14	15/06/2005	52-63	O PT assombra o Planalto
15	15/06/2005	64-65	O que Jefferson omitiu

16	15/06/2005	66-67	Escândalos e a economia
17	22/06/2005	9	Princípios imutáveis
18	22/06/2005	46-53	Nocaute
19	22/06/2005	56-63	O pagador do mensalão
20	22/06/2005	62-63	O amigo oculto
21	22/06/2005	60-61	As boas relações de Marcos Valério
22	22/06/2005	64-67	A ópera do Malandro
23	29/06/2005	9	Escolha simples
24	29/06/2005	58-67	O assalto ao Estado
25	29/06/2005	68-69	A aula magna da corrupção
26	29/06/2005	70-72	O homem do dinheiro vivo
27	29/06/2005	72-75	Ele visitava o Palácio
28	29/06/2005	74-75	Organolama do PT
29	29/06/2005	76-77	Muito barulho por nada
30	29/06/2005	78	Os cofrões do "Freddy Krueger"
31	06/07/2005	9	Publicidade e democracia
32	06/07/2005	48-49	Lula à sombra da crise
33	06/07/2005	50-57	O elo se fechou
34	06/07/2005	58	Chave para entender a crise
35	06/07/2005	62-64	Ação entre amigos
36	06/07/2005	68-71	E eles querem levar junto os tucanos...
37	06/07/2005	72-73	A mentira da secretária
38	06/07/2005	74-80	O paradoxo brasileiro
39	13/07/2005	9	Provas irrefutáveis
40	13/07/2005	60-63	A maioria acha que ele sabia
41	13/07/2005	69	O efeito benéfico da crise
42	13/07/2005	70-74	Já passou do bilhão
43	13/07/2005	78-79	Dólar na cueca
44	13/07/2005	80	Uma coincidência e tanto
45	20/07/2005	46-47	E depois do show?
46	20/07/2005	48-54	Quanto ele sabia?
47	20/07/2005	56-59	Operação Uruguai II
48	20/07/2005	60-61	Escondeu mas apareceu
49	20/07/2005	62-64	A caixinha do diretor do BB
50	20/07/2005	66-68	"Por razões de Estado"
51	20/07/2005	70-73	O humor é a melhor vingança
52	27/07/2005	11	Superação coletiva na CPI
53	27/07/2005	56-57	Tempos sombrios
54	27/07/2005	56	Sem identificação
55	27/07/2005	58-60	A chantagem
56	27/07/2005	61	A reação
57	27/07/2005	62-63	A farsa
58	27/07/2005	64-65	O resultado
59	27/07/2005	66-73	Fábrica de fraudes
60	27/07/2005	68-69	As condições para um impeachment

61	27/07/2005	76-77	Está na cara
62	27/07/2005	78-79	O petróleo é deles
63	27/07/2005	80	Genérico de Delúbio
64	27/07/2005	82-85	Tem até um lado humano!
65	27/07/2005	86-87	24 horas de olho neles
66	03/08/2005	9	A favor do Brasil
67	03/08/2005	56-62	Ele assusta o governo
68	03/08/2005	64-66	Aonde Dirceu vai...Bob vai atrás
69	03/08/2005	68-69	A bomba da verdade
70	03/08/2005	70-75	Lula no palanque
71	03/08/2005	78-81	O presidente alarmista
72	03/08/2005	82-84	O PT de caso com a máfia
73	03/08/2005	85	Veja não mente
74	10/08/2005	9	O presidente sumiu
75	10/08/2005	56-59	As cores da crise
76	10/08/2005	60-68	O embaixador da corrupção
77	10/08/2005	70-74	Dirceu, o ex-mestre dos disfarces
78	10/08/2005	78-88	100 fatos
79	17/08/2005	9	Demagogia e irresponsabilidade
80	17/08/2005	56-57	Choque de realidade
81	17/08/2005	58-64	Duda/A verdade que arrasa
82	17/08/2005	66-72	A agonia de um partido
83	17/08/2005	70-71	"Lula esconde a sujeira"
84	17/08/2005	74-76	Ele quer contar tudo
85	24/08/2005	9	Delação premiada
86	24/08/2005	70-76	Segredos do doleiro
87	24/08/2005	75	Lembra do dinheiro das Farcs?
88	31/08/2005	9	Decisão histórica
89	31/08/2005	40-48	O marketing e a corrupção
90	31/08/2005	49	Quase parando
91	07/09/2005	9	Passo no rumo certo
92	07/09/2005	62-63	Os "cassáveis"
93	07/09/2005	64-65	Espião x Espião
94	14/09/2005	9	Ter governo é preciso
95	14/09/2005	58-66	O Brasil desarmou a bomba
96	14/09/2005	84	A pátria mandou recado
97	14/09/2005	84	Mil palavras
98	21/09/2005	9	O alto preço de não punir
99	21/09/2005	44-50	Da utopia ao caos
100	21/09/2005	56-58	A um passo da impunidade
101	28/09/2005	58-60	Tal como era antes...?
102	05/10/2005	50-54	Operação Saci
103	05/10/2005	56-58	Não esqueçam do amigão do homem...
104	05/10/2005	60-61	...nem das relações dele com Valério
105	05/10/2005	68	PT? Que PT?

106	12/10/2005	54-56	Saga dos alvos mutantes
107	12/10/2005	58-62	Um irmão-problema
108	12/10/2005	76-77	O elogio da mentira
109	19/10/2005	52-53	E viva o caixa dois, Brasil!
110	26/10/2005	7	Alvíssaras!
111	26/10/2005	52-55	Pela porta da impunidade
112	26/10/2005	58-59	Bons, mas só de bico
113	26/10/2005	60-61	Uma briga boa
114	02/11/2005	7	Os dólares de Fidel
115	02/11/2005	46-53	Campanha de Lula recebeu dinheiro de Cuba
116	02/11/2005	54-58	O Planalto atuou para ajudar o Rural
117	02/11/2005	60-61	O direito de Dirceu
118	09/11/2005	9	O acaso, a estupidez e os dólares cubanos
119	09/11/2005	52-58	O caixa dois foi mesmo o seu, o meu, o nosso suado dinheirinho
120	09/11/2005	60-63	O vôo do dinheiro de Cuba
121	09/11/2005	64-65	Pimenta nos olhos dos outros...

Tabela A.9 - Relação das capas de *Veja* no caso mensalão, em 2005

18/5/2005	25/5/2005	1/6/2005	8/6/2005

15/6/2005	22/6/2005	30/6/2005	6/7/2005

13/7/2005	20/7/2005	27/7/2005	3/8/2005

10/8/2005	17/8/2005	24/8/2005	31/8/2005

7/9/2005	14/9/2005	21/9/2005	28/9/2005
5/10/2005	12/10/2005	19/10/2005	26/10/2005
2/11/2005	9/11/2005		

Apêndice B – Codificação dos pacotes interpretativos

Nossa amostra de *Folha* e *Veja* procurou enquadrar as notícias descritivas (relatos que contam uma história, seja por meio de um texto, uma imagem, uma infografia ou uma charge) e as opiniões dos veículos (editoriais). Uma vez reunidos os materiais do *corpus* da pesquisa, eles foram testados em parte do material, segundo uma codificação própria proposta por Gamson (2010). Isso assegurou que a classificação dos pacotes interpretativos fosse abrangente o suficiente para ser usada em todas as entradas nos governos de FHC e de Lula.

A codificação levou em consideração um elemento de ideia muito mais específico (fenótipo) do que um enquadramento geral (genótipo), ainda de acordo com a metodologia de Gamson. Por exemplo, se uma notícia dissesse respeito a uma fala do presidente da República que considerava inaceitável que sua conduta fosse questionada, esta deveria ser classificada num código próprio para esse fim, e não por seu enquadramento de *vitimização*. Isso permitiu que algumas categorias dentro de um enquadramento se mostrassem inúteis e, por essa razão, foram eliminadas – neste caso, as notícias previamente codificadas tiveram de receber outra codificação.

Também se adotou, para o processo de codificação, as seguintes regras gerais:

a) cada código é composto de três dígitos (XYZ). O algarismo X representa o enquadramento geral (*vitimização, disputa eleitoral, disputa comercial, denúncia antecipada, protagonismo midiático, ação e reação, nenhum enquadramento codificável*). O dígito Y indica uma forma fraca (identificada pelo número 1) ou forte (2). O algarismo Z refere-se ao elemento de ideia específico existente dentro de cada enquadramento.

b) Uma série com os dígitos 9YZ foi utilizada se, e somente se, as entradas não puderam ser codificadas nos enquadramentos prévios.

c) A forma fraca _1_ não foi utilizada se a forma forte _2_ pudesse ser codificada.

VITIMIZAÇÃO

A denúncia visa atingir o governo e como tantas outras que ganham espaço na imprensa têm o objetivo de criar uma imagem negativa da classe política perante a

opinião pública. É impossível dizer quem está por trás das acusações, mas é fato que as autoridades acabam por se tornarem reféns de chantagistas e/ou espiões e arapongas. Uma perícia técnica indica que tudo não passou de uma falsificação grosseira, mas mesmo assim membros do governo precisam vir a pública explicar o episódio.

Autoridades do governo ou membros da base aliada admitem que souberam antes do problema, mas nada puderam fazer em virtude da ausência de provas. Um político da base aliada ou mesmo um membro do governo se defende, e acusa o acusador de estar agindo por interesses próprios. Um personagem até então desconhecido do meio político e/ou da imprensa surge no noticiário para se defender também das acusações.

Há variantes desse enquadramento, que indicam uma reação voluntária sobre as acusações, embora o caráter da vitimização continue sendo o mais forte:

Os documentos são nitidamente forjados ou falsos e vêm sendo usados como parte do jogo político. O uso deles visava fazer “chantagem eleitoral ou financeira” contra os governantes. Reconhece-se que o caso é grave, já que pelo que se sabe até o momento envolve personagens tanto da situação quanto da oposição. Diante disso, o governo se mobiliza e pede que os órgãos de investigação passem a cuidar do caso.

Como autoridade máxima do país, o presidente afirma que merece respeito e não pode ter sua conduta questionada, já que é vítima das acusações. Sem alternativas, o presidente reconhece que teve de derrubar auxiliares próximos por causa do envolvimento deles com o caso. Com o desenrolar dos acontecimentos, presidente vem a público pedir desculpas por atos cometidos por membros de seu partido ou auxiliares do governo.

1	vitimização
11_	(forma fraca) O governo é vítima de uma ação que lhe atinge, mas é impossível descobrir seu algoz
111	Denúncias do gênero apenas ajudam a consolidar uma imagem negativa dos políticos
112	Autoridades estão à mercê de espiões, chantagistas e bandidos de qualquer espécie
113	Governo é instado a responder, ainda que no papel de vítima
114	Documentos eram falsificações grosseiras, indicam peritos
115	Autoridades do governo ou membros da base aliada reconhecem ciência sobre problema, mas nada fizeram por falta de provas
116	Político da base aliada ou membro do governo se defende, acusando o acusador de estar motivado por interesses particulares
117	Personagem desconhecido do meio político surge para se defender de acusações que lhe atingem

12_	(forma forte) Documentos forjados ou falsos contra políticos do governo e usados por membros da oposição tinham objetivos eleitoreiros
121	Documentos tinham objetivo de fazer "chantagem eleitoral e financeira" contra autoridades do governo federal
122	Caso é grave e merece ser apurado, porque envolve pessoas de relevo na política nacional, tanto do governo quanto da oposição
123	Governo decide agir, pedindo que Procuradoria e Polícia Federal investiguem o caso
124	Presidente considera inaceitável que se coloque sob suspeição seu governo, suas ações políticas ou sua vida pública
125	Presidente afirma que caso que levou à derrocada de auxiliares próximos envolveu espionagem comercial
126	Presidente vem a público pedir desculpas por atos cometidos pelo partido ou pelo governo

DISPUTA ELEITORAL

É óbvio que o surgimento dos documentos através das mãos de políticos da oposição indica interesse eleitoral, descartando uma eventual chantagem. Em meio ao vendaval de denúncias, políticos reconhecem a instrumentação da crise e agem para abafar ou dar o assunto por encerrado. Na arena política, os partidos do governo não apresentam um discurso unificado, tampouco têm uma posição fechada sobre a criação de uma CPI.

Já a oposição quer aproveitar para fustigar o governo. Conforme a crise se desenvolve, surgem desentendimentos sobre os próximos passos a serem adotados pelos oposicionistas, que continuam a criticar a atuação do governo e cobrar uma investigação mais aprofundada. Em função da antecipação da agenda eleitoral, o governo apresenta sinais de enfraquecimento, atraindo membros aliados interessados em fazer barganha política. A luta interna nos partidos se torna evidente em busca de poder.

Uma variação desse pacote interpretativo é a tentativa de a imprensa desnudar o que está por trás da disputa eleitoral, revelando os bastidores da crise:

A oposição se enfraquece, já que um político de seu grupo pode estar envolvido nas denúncias contra as autoridades do governo. Esse político, que nega estar envolvido na trama, pode decidir revidar as acusações. Ao mesmo tempo, novos personagens surgem, deixando claro que havia uma disputa política. Os vazamentos seletivos das informações publicadas na imprensa foram seletivos e tinham interesse interferir no jogo político. Presidente socorre um de seus auxiliares próximos. Já a oposição decide partir para o ataque, pede a criação de uma CPI ou convoca autoridades do governo para

falarem no Congresso na expectativa de ganharem visibilidade midiática. Barganhas acabam ganhando as páginas de jornais e revistas.

2	<i>disputa eleitoral</i>
21_	(forma fraca)
211	Nunca houve chantagem, mas a aparição dos documentos por intermédio de membros da oposição denota interesse em ganhos políticos
212	Personalidades da política reconhecem uso político, mas procuram abafar ou dar por encerrado o caso
213	Partidos da base divergem sobre repercussões da crise (incluindo a criação de uma CPI), enquanto oposição quer partir para o ataque
214	Oposição não se entende sobre quais serão os próximos encaminhamentos da crise
215	O que está havendo é a antecipação da agenda eleitoral
216	Oposição critica atuação do governo no caso e cobra investigação aprofundada
217	Governo começa a se enfraquecer do ponto de vista político, sendo alvo de barganhas
218	Membros de um mesmo partido entram em choque pela disputa de espaço interno
22_	(forma forte)
221	Político da oposição pode estar envolvido no caso de grampo contra autoridades do governo federal
222	Político da oposição ou de grupo rival nega envolvimento no caso. E pode ou não partir para o ataque no jogo político
223	Novos personagens entram na história, mostrando que havia interesses em prejudicar grupo adversário na disputa política
224	Vazamento de dados pode ter sido seletiva e com interesses para apresentar apenas um versão do caso
225	Oposição se mobiliza para pedir criação de CPI ou convocar autoridades do governo no Congresso
226	Presidente sai em socorro a auxiliar, defendendo-o publicamente ou agindo nos bastidores para protegê-lo
227	Membro ou partido da base aliada revela episódios ocultos das barganhas políticas

DISPUTA COMERCIAL

Há outros personagens ocultos ou que ainda não surgiram no noticiário, permitindo descartar que tenha havido chantagem ou complô, como se afirmava inicialmente. Com a iminência de surgirem fatos novos, autoridade do governo procura a imprensa para explicar seu envolvimento no caso, numa clara tentativa de eliminar suspeitas contra si. Empresas que foram relacionadas à denúncia prestam esclarecimentos, negando qualquer envolvimento.

Na forma forte, o enquadramento segue essas rotas:

Está mais do que evidente que houve uma ação premeditada de tornar público o escândalo, já que mais de um veículo de comunicação publicou a notícia simultaneamente. Autoridade do governo informa que houve ‘espionagem industrial’,

promovida por grupos econômicos interessados num desfecho do caso que os favorecessem. Segundo as investigações, pessoas ligadas ao governo, com forte vínculo com empresas do mercado, têm conexão com as denúncias. Houve benefícios e vantagens ofertadas por terceiros ao governo. Ou o governo atuou de forma nada transparente para favorecer um dos lados.

3	<i>disputa comercial</i>
31_	(forma fraca) Reconhece que o caso tem outros personagens ocultos ou não-revelados, e que isso descartaria a hipótese de chantagem ou complô
312	Autoridade do governo se antecipa a possíveis denúncias ou vazamentos e procura explicar o caso, tentando mostrar que nada fez de ilícito
313	Grupo empresarial confirma versão do governo de que não houve ilicitude nos atos praticados por autoridades do governo federal
32_	(forma forte) Houve uma liberação planejada e intencional de os documentos virem à tona, em mais de um veículo de comunicação, simultaneamente
321	Autoridade do governo afirma que houve "espionagem industrial" por parte de uma "quadrilha" interessada nos leilões de privatização
322	Caso envolve pessoas ligadas ao governo, a ex-estatais ou a fundos de pensão de estatais
323	Empresa ou entidade fora do governo agiu para beneficiar governo ou presidente da República
324	Autoridades do governo atuaram nos bastidores para beneficiar empresa ou consórcio de empresas

DENUNCIAÇÃO ANTECIPADA

Confirma-se a existência de empresas ou personagens envolvidos no escândalo, muito embora seja difícil dizer mais sobre o caso. Apenas com novos documentos ou testemunhos pode ficar comprovado que autoridades do governo faziam ou sabiam do esquema fraudulento. A opinião pública não se convence das explicações dos acusados. Órgãos de investigação já atuam no caso, tamanha a gravidade das denúncias. Mas não é impossível que a investigação não chegue aos culpados. Referência do mundo jurídico defende mudanças na lei para acabar com o problema apresentado pela imprensa.

A crise política domina totalmente o noticiário, e seus desdobramentos sinalizam que o governo está cada vez mais acuado:

Descobre-se que a empresa envolvida tinha escritórios ou atuava em paraísos fiscais. Pelo que se sabe até o momento, um caso grave que envolva o Presidente da República tem de ser considerado um problema de Estado. As explicações oficiais estão cada vez mais confusas e a opinião pública começa a se voltar contra os acusados. O presidente pode não estar envolvido nas denúncias, mas é responsável pela crise, uma vez que se aproximou de pessoas ligadas a outros escândalos. Embora tenha vindo a

público, autoridade não convence e políticos consideram que as denúncias ainda devem ser investigadas. Renúncias podem acontecer, diante da gravidade das acusações.

Há uma variação desse enquadramento do tipo forte, no qual a imprensa trata de evidenciar o envolvimento do governo ou do presidente nas denúncias:

Apenas para conseguir preservar algum capital político, presidente vem a público protestar contra a queda de seus auxiliares. As investigações concluem que a autoridade do governo confundiu interesses públicos com privados. Presidente ou políticos aliados acabaram por manter relações obscuras ou não-transparentes com uma empresa, um partido ou agiram em causa própria. Graves acusações são feitas por um personagem desconhecido do ambiente político e aumenta a repercussão sobre o caso.

4	<i>denúncia antecipada</i>
41_	(forma fraca) Empresas ou personagens envolvidos nas denúncias existem, embora isso não permita tirar outras conclusões
411	Novos documentos ou testemunho podem indicar que autoridades do governo faziam/sabiam parte do esquema
412	Investigação pode chegar a conclusão parcial
413	Órgãos de investigação (Polícia Federal, Ministério Público, Controladoria-Geral, CPI) já atuam no caso
414	Partido do governo ou da base aliada não convence com suas explicações e ainda deve satisfação à opinião pública
415	Membro do Judiciário considera graves denúncias e defende mudanças na lei
42_	(forma forte) Empresa relacionada ao caso tinha representações em paraísos fiscais
422	Não se justifica que um caso envolvendo o Presidente da República não seja considerado um caso de Estado
423	Governo se enrosca nas explicações sobre seu envolvimento no caso e deve satisfações à opinião pública
424	Presidente pode não ter culpa, mas não pode se considerar acima do bem e do mal, já que se aliou a pessoas ligadas a escândalos passados
425	Autoridade do governo federal implicado diretamente no caso fala com Congresso e revela fatos que não causam boa impressão no meio político
426	Parlamentar ou membro do governo renuncia ou pode renunciar por conta das denúncias
427	Presidente reage à pressão pela saída uma autoridade do governo federal, mas com intuito de preservar capital político
428	Autoridade do governo federal tem relações não-transparentes com empresas privadas
429	Presidente ou políticos aliados agiram em benefício de uma empresa, de um partido ou em causa própria
430	Personagem desconhecido do meio político aparece e faz graves acusações contra o governo ou membros da base aliada

PROTAGONISMO MIDIÁTICO

A imprensa nada mais faz do que cumprir seu papel de informar, enquanto os partidos oposicionistas se mobilizam para investigar personagens ligados ao governo,

segundo denúncias apresentadas por jornais ou revistas. O Congresso também realiza investigações próprias e ouve testemunhas apontadas pela órgãos de imprensa. Notícias dão conta de um novo caso ou uma nova situação, também grave, muito embora a ligação com o caso principal seja pequena ou não tão evidente. A investigação jornalística agrava o teor das denúncias e o governo fica em situação desfavorável. Veículo de comunicação contesta as fontes e/ou o teor de uma entrevista ou de um depoimento que se tornou público.

5	<i>protagonismo midiático</i>
51_	(forma fraca) Congresso realiza investigações próprias para apurar o caso ou ouve testemunhas em comissões da casa
512	Imprensa nada mais faz do que cumprir seu papel de informar
513	Oposição se mobiliza para investigar personagens ligados ao governo
514	Novo caso ou nova situação são revelados, embora a ligação com o problema central é tênue ou não clara
52_	(forma forte)
521	Investigação jornalística revela novos fatos que fazem o caso se tornar nebuloso e desfavorável ao governo
522	Veículo de comunicação questiona fontes e/ou teor de entrevista/depoimento

AÇÃO E REAÇÃO

Governo age para sair da crise, atuando tanto junto a veículos de comunicação (entrevistas, cartas, artigos) quanto na ação política. A reação do governo se dá na forma de contraataque. Autoridade vem a público afirmar que não fez nada de errado. Pequenas ações no âmbito da máquina governamental restauram a força do governo e/ou do presidente. Governo ignora opinião pública e reconduz ao cargo auxiliares ou aliados que haviam caído por conta das denúncias.

Outra forma de enquadramento é quando a ação política se torna mais sistemática e tem efeitos reconhecidos na imprensa:

Partido ou líder do governo age dentro do Congresso para recuperar prestígio do governo, reconhece a imprensa. Autoridade procura veículos de comunicação para esclarecer os fatos e ganha destaque. Evento midiático, isto é, que mereceu cobertura noticiosa é usado por político para transmitir o seu recado à opinião pública. Reformas ministeriais abrem espaço para um rearranjo político e dá fôlego ao governo.

6	<i>ação e reação</i>
61_	(forma fraca) Acuado, governo ou partido do governo reage e parte para o contraataque
611	Governo elabora estratégia para debelar a crise tanto do ponto de vista da mídia quanto no universo da política ou da economia
612	Autoridade do governo federal afirma que não fez nada de errado
613	Nova composição política dos partidos restaura o capital político do governo e/ou do presidente
614	Membros do partido do governo ou da coalizão ignoram denúncias e, em alguns casos, reassumem cargos
62_	(forma forte)
621	Autoridade do governo federal procura mídia ou participa de evento midiático para esclarecer a sua versão dos fatos
622	Partido ou líder governista se mobiliza para preservar governo dentro do Congresso
623	Presidente realiza mudanças nas pastas ou na estrutura ministerial para abrir espaço para o rearranjo político-institucional

NENHUM ENQUADRAMENTO CODIFICÁVEL

Veículo de comunicação aborda o caso com *fait-diver*, isto é, de forma diversionista. Fontes desconhecem o caso, se eximem de comentá-lo ou consideram-no sem importância, fazendo-o cair no esquecimento. O Brasil ainda é um exemplo de país corrupto. Não se pode falar em conclusões, mesmo que envolvidos já tenham sido ouvidos. Investigação afirma que acusados eram inocentes. Pesquisa de opinião indica que imprensa teve apoio na apresentação das denúncias. Mercado financeiro reage à crise política.

Na forma forte, esse enquadramento apresenta variações de abordagem, mas estão inseridas no mesmo contexto por se tratar de indicativos da opinião pública:

Pesquisa de opinião afirma que popularidade do presidente permanece inalterada, apesar de todas as denúncias apresentadas. Sondagem já indica abalo na imagem do presidente e perda de capital político. As pessoas estão cientes do fato, querem que o caso seja investigado, mas acreditam que é preciso aguardar o resultado das investigações. Surgem as primeiras críticas sobre a atuação da imprensa no caso.

9	<i>Nenhum enquadramento codificável</i>
91_	(forma fraca) um <i>fait-diver</i>
911	As fontes desconhecem o caso e se eximem de comentá-lo ou consideram-no sem importância
912	A imagem do Brasil no exterior revela que o país é ainda um case de corrupção mundial
913	Investigação ouve envolvidos no episódio, mas não se pode falar em conclusões
914	Investigação conclui pela inocência de autoridades do governo federal
915	Pesquisa indica que opinião pública não gostou da atitude do presidente e apoiou papel da imprensa no caso

916	Mercado reage negativamente em meio à crise política
92_	(forma forte)
922	Sociedade pode cobrar averiguação do caso, mas é mais correto esperar primeiro o resultado das investigações
924	Pesquisa indica que apoio a presidente não se altera, a despeito das denúncias
925	Pesquisa mostra declínio da imagem do presidente e perda de capital político
926	Surgem críticas à atuação dos veículos de comunicação no caso

Apêndice C – O humor do mensalão nas charges da *Folha*

Assunto: Coletânea de charges publicadas pela *Folha de S.Paulo*, na página A2, com as referências de data:

O chargista parece dizer que o presidente Lula, que seguia a rotina do governo, pode ser pego por um “monstro” (CPI dos Correios) muito maior do que imagina (18/5/2005)

O chargista parece dizer que todo o país está permeado por denúncias de fraudes, extorsões e casos de corrupção (19/5/2005)

O chargista parece dizer que uma bomba de nome CPI estava prestes a explodir com o presidente Lula, acabando com a “festa” do governo (6/6/2005)

O chargista parece dizer que o presidente está sendo arrastado para investigações parlamentares, mas com a chegada do mensalão o risco de ele “cair” aumenta consideravelmente (12/6/2005)

O chargista parece dizer que Marcos Valério é o personagem que sabe todo o esquema do mensalão (30/6/2005)

O chargista parece dizer que o PT e seus militantes passaram a ser vistos como suspeitos por qualquer atividade (12/7/2005)

O chargista parece dizer que é o PT que está “sujaando” a política brasileira, e se iguala aos demais partidos (18/7/2005)

O chargista parece dizer que o governo Lula trouxe a corrupção para a porta do Palácio do Planalto (5/8/2005)

O chargista parece dizer que o PT virou peça dispensável e, no máximo, serve como “pano de chão” para limpar a sujeira (14/8/2005)

O chargista parece dizer que Lula, que havia se comparado a Juscelino Kubitschek, deveria ficar parado para não complicar a crise política (27/8/2005)

O chargista parece dizer que os militantes estão decepcionados com o PT e o mensalão (4/9/2005)

O chargista parece dizer que o Congresso virou o lixo da política nacional (16/9/2005)

O chargista parece dizer que a crise é de tal gravidade que depois da crise do mensalão não restará pedra sobre pedra na capital brasileira (25/9/2005)

O chargista parece dizer que o presidente Lula está querendo fazer do Congresso o local para se livrar das denúncias que o atinge (2/10/2005)

O chargista parece dizer que o presidente Lula já tem preparado uma “pizza” para o caso de a CPI chegar próximo da punição para os denunciados (16/10/2005)

O chargista parece dizer que o presidente Lula está com a popularidade em baixa e que para a elite ele não dignifica o cargo da Presidência (24/10/2005)

O chargista parece dizer que o presidente Lula está em guerra com a imprensa por publicar notícias ruins contra o seu governo (3/11/2005)